

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: mercado e relações de trabalho

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luan Vinicius Bernadelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: mercado e relações de trabalho / Organizador
Luan Vinicius Bernadelli. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0279-4
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.794222405>

1. Economia. I. Bernadelli, Luan Vinicius (Organizador).
II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” é uma obra que tem como objetivo principal o debate científico por meio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. O volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos revisões e ensaios empíricos que transitam nos vários caminhos das organizações e da economia.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos, a linha geral foi o estudo de aspectos empresariais ligados às organizações e à economia.

Diversos temas importantes são, deste modo, debatidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo estudo das organizações e da economia. São trabalhos que se empenham em mostrar o papel da sustentabilidade empresarial nas organizações, com ênfase no mercado e suas relações de trabalho.

Dessa forma, a organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 16 capítulos que debatem o mercado e as relações de trabalho.

Possuir um material que retrate o comportamento do mercado de trabalho e o perfil empresarial das organizações é essencial no atual contexto econômico e financeiro, onde há uma intensa modificação no perfil tanto das empresas, quanto dos profissionais. Tratam-se de temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Deste modo a obra “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabe-se o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidencia-se também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Luan Vinicius Bernardelli


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O MERCADO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gabriel Cavalcante de Sousa

Juliano Vargas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224051>

CAPÍTULO 2..... 16

ASPECTOS QUE INFLUYEN EN EL CIERRE TEMPRANO DE NEGOCIOS EMERGENTES EN LA LOCALIDAD DE ESCÁRCEGA

María del Carmen Gómez Camal

Felix Alejandra Luna Medina


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224052>

CAPÍTULO 3..... 25

AUDITORIA PRIVADA NO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA EMPRESA LOCALIZADA NO MEIO RURAL E URBANO

Domingos Benedetti Rodrigues

Natóia Vatuzi Loose

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224053>

CAPÍTULO 4..... 39

PERFIL Y DIAGNOSTICO SITUACIONAL DE LAS INSTITUCIONES DE MICROFINANCIAMIENTO

Marco Vinicio Juño Delgado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224054>

CAPÍTULO 5..... 50

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E A RELEVÂNCIA DA ECONOMIA CIRCULAR NO PÓS-PANDEMIA

Michele Lins Aracaty e Silva

Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224055>


CAPÍTULO 6..... 67

ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO DENTRE OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Danilo Jordanus Sousa Pereira

Fabiana Lucena Oliveira

Sonia Araujo Nascimento


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224056>

CAPÍTULO 7..... 79

REGULACIÓN DE LAS FORMAS DE TRABAJO COERCITIVO EN LA MINERÍA MEXICANA,

DURANTE EL PERIODO NOVOHISPANO

Elías Gaona Rivera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224057>


CAPÍTULO 8..... 100

PESQUISA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

Aline Silva Fortes Utpadel

Geneci da Silva Ribeiro Rocha


Paloma de Mattos Fagundes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224058>

CAPÍTULO 9..... 117

COMÉRCIO INTERNACIONAL E ECONOMIA CIRCULAR: PERSPETIVAS E DESAFIOS

Raquel Susana da Costa Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224059>

CAPÍTULO 10..... 136

DISCURSO MODERNIZADOR E CONFLITOS SOCIAIS: O SETOR AÇUCAREIRO PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240510>

CAPÍTULO 11..... 148

O PROFISSIONAL DIGITAL, UMA NECESSIDADE DO NOVO MODELO DE ECONOMIA: COMO SUPERAR ESSE GAP?

Antônio Cardoso da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240511>

CAPÍTULO 12..... 157

ONGS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CECOR NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA

Maria Clotilde Meirelles Ribeiro

Rita de Cássia Mendes dos Santos Menezes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240512>

CAPÍTULO 13..... 169

A EMERGÊNCIA DE NOVOS TERRITÓRIOS DA MODA ÍNTIMA NO SERTÃO NOROESTE DO CEARÁ: UM ESTUDO DE FRECHEIRINHA

Milvane Regina Eustáquia Gomes Vasconcelos

Virgínia Célia Cavalcante De Holanda


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240513>

CAPÍTULO 14..... 179

REFLEXÕES ACERCA DA SUSTENTABILIDADE SINDICAL NA SOCIEDADE

TECNOLÓGICA

Raquel Hochmann de Freitas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240514>

CAPÍTULO 15..... 192

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA REFLEXÃO
NECESSÁRIA SOBRE A EFETIVIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

Uonis Raasch Pagel


Jaqueline Carolino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240515>

CAPÍTULO 16..... 205

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM
MOÇAMBIQUE: SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SISTEMA FINANCEIRO
INTERNACIONAL

Camila Álvaro Mussa Napuanha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240516>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 221

CAPÍTULO 1

O MERCADO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 10/03/2022

Gabriel Cavalcante de Sousa

Universidade Federal do Piauí
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/9392169449949866>

Juliano Vargas

Universidade Federal do Piauí
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/7857231631766693>

RESUMO: Neste artigo, o objetivo é apresentar uma revisão de literatura do pensamento Pós-Keynesiano que contribua à compreensão da dinâmica do mercado de trabalho nas economias capitalistas. Primeiramente, são apresentadas breves considerações sobre a Economia do Trabalho, o mercado de trabalho, os conceitos gerais de Economia e a compreensão da dinâmica da oferta e da demanda no mercado laboral. Posteriormente, é apresentada a visão Keynesiana e suas principais contribuições para a análise do mercado de trabalho; está é base para compreensão da formação da teoria Pós-Keynesiana. A teoria Pós-Keynesiana, foco deste artigo, congrega autorias que, insatisfeitas com os desdobramentos da Macroeconomia, retornam à obra de Keynes para reforçar a interpretação do autor, ao mesmo tempo que reúne esforços no sentido de aperfeiçoar e atualizar a teoria com o propósito de desenvolver um corpo de formulações próprias. Conclui-se que as autorias

Pós-Keynesianas assumem a existência do desemprego involuntário como um problema macroeconômico decorrente do funcionamento da economia capitalista. Assumem também que a flexibilização dos salários não resulta em aumento do emprego, podendo sim trazer maior incerteza para o cálculo capitalista. Portanto, propõem a atuação ativa do Estado para evitar que a economia leve suas contradições a níveis insustentáveis de desemprego.

PALAVRAS-CHAVE: Keynes. Escola Pós-Keynesiana. Economia do Trabalho. Mercado de trabalho. Desemprego.

THE LABOR MARKET FROM THE PERSPECTIVE OF POST-KEYNESIAN THEORY: A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: In this paper, the aim is to present a literature review of Post-Keynesian thinking that contributes to the understanding of the dynamics of the labor market in capitalist economies. First, brief considerations are introduced about Labor Economics, labor market, general concepts of economics and the understanding of the dynamics of supply and demand in the labor market. After that, the Keynesian vision and its main contributions to the analysis of the labor market are presented; this is the basis for understanding the formation of the Post-Keynesian theory. The Post-Keynesian theory, the focus of this article, brings together authors who, dissatisfied with the developments in Macroeconomics, return to Keynes' work to reinforce the author's interpretation at the same time it joins efforts to improve and update the theory in order to develop a body of its own formulations. It is

concluded that Post-Keynesian authors assume the existence of involuntary unemployment as a macroeconomic problem arising from the functioning of the capitalist economy. They also assume that the flexibilization of wages does not result in an increase in employment, but may bring greater uncertainty to the capitalist calculation. Therefore, they propose the active role of the State to prevent the economy from taking its contradictions to unsustainable levels of unemployment.

KEYWORDS: Keynes. Post-Keynesian theory. Labor economics. Labor market. Unemployment.

1 | INTRODUÇÃO

A teoria econômica favorece extrair percepções de cunho analítico tanto do ponto de vista individual quanto social. Em um nível puramente científico, tais percepções ajudam a compreender importantes aspectos da vida. Além disso, o governo, a indústria, a mão de obra e outras categorias passaram a compreender cada vez mais a utilidade dos conceitos e processos do pensamento econômico a partir da formulação e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, a teoria econômica é:

“a sistematização conceitual dos processos e fenômenos econômicos ou reconstrução abstrata da realidade econômica, fazendo uso das categorias de um método de investigação. A teoria econômica procura encontrar as determinações essenciais dos fenômenos econômicos, separando o acessório do fundamental, com isso estabelecendo formulações universais, num trabalho de síntese. É por meio da teoria que a economia se entrelaça com a história, a sociologia, a antropologia e outras ciências afins. Seu papel não se limita a interpretação do que ocorre no plano da produção, da circulação e do consumo. É também o ponto de partida para a formulação de respostas aos problemas econômicos surgidos em cada etapa do desenvolvimento social” (SANDRONI, 1999, p. 600).

Para Ocio (1995), a teoria econômica sempre teve grande dificuldade em lidar com a variável trabalho e a área de conhecimento Economia do Trabalho não possui uma estrutura básica, ou seja, pode ser representada por vários modelos que levam a resultados distintos. Segundo Ehrenberg e Smith (2000), Borjas (2012) e Ramos (2012), a Economia do Trabalho constitui um estudo do funcionamento e dos resultados do mundo do trabalho. Mais especificamente, a Economia do Trabalho preocupa-se principalmente com o comportamento dos empregadores e empregados em resposta aos incentivos gerais de salários, preços, lucros e aspectos não-pecuniários das relações empregatícias, como as condições laborais.

O mercado de trabalho é onde se encontram trabalhadores (ofertantes de trabalho) aptos a participar da atividade produtiva da Economia e empregadores (demandantes de trabalho) com capital para – dentre outras coisas – remunerarem o fator trabalho. Pactuados, os primeiros promovem a manufatura das matérias-primas e os segundos (via investimento) gerarão certo produto final (EHRENBERG; SMITH, 2000; BORJAS,

2012; RAMOS, 2012). Nessa ótica, o mercado de trabalho se divide em dois, quanto ao padrão contratual: o formal e o informal. Os trabalhadores do setor formal vivem em um sistema de maior seguridade (amparados juridicamente), têm carteira assinada ou estão no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (no caso específico do Brasil), pagam suas obrigações legais e têm um pouco mais de segurança quanto ao futuro. Por outro lado, os trabalhadores do setor informal vivem sem garantias quanto aos seus vencimentos e não tem obrigações legais a pagar – ao menos derivadas diretamente da sua atividade laboral.

O emprego da mão de obra tem-se constituído em um dos grandes temas da atualidade, devido a um contexto de intensas modificações nas relações de trabalho, justificadas pelas transformações econômicas e tecnológicas, mudanças nos processos de gestão e globalização. Esses fatores têm apontando para uma crise no padrão tradicional de alocação de mão de obra. O trabalho passou, então, a se apresentar sob formas diversas, apontando para crescente flexibilização e retratando cenário bastante distinto daquele vivenciado no período seguinte à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), marcado pela formalidade e assalariamento (KOVÁCS, 2014).

Partindo desse ponto, nos dias atuais, surgem os seguintes questionamentos:

i) podemos afirmar que flexibilização dos salários é uma alternativa para a redução do desemprego? ii) como a escola do pensamento Pós-Keynesiano se posiciona em relação a flexibilização dos salários?

Destarte, o objetivo geral desse estudo é apresentar uma revisão de literatura do pensamento Pós-Keynesiano, com base em fontes bibliográficas secundárias, que contribuam com a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho nas economias capitalistas. Para alcançar o objetivo geral, pretende-se atingir os seguintes objetivos específicos: i) descrever a demanda e a oferta de mão de obra na teoria econômica; ii) descrever a demanda e a oferta de mão de obra na visão Keynesiana; iii) analisar o mercado de trabalho via teoria Pós-Keynesiana.

É importante frisar que nas Ciências Econômicas é comum a existência de correntes teórico-metodológicas alternativas à perspectiva dominante (*mainstream*). Na segunda metade do século XX, economistas pertencentes a essas correntes começaram a entender suas perspectivas como parte do que se chama, agora, de heterodoxia. Uma dessas correntes heterodoxas é o Pós-Keynesianismo (DAMMSKI; CAVALIERI; PINTO, 2017).

Segundo Dammski, Cavalieri e Pinto (2017), o Pós-Keynesianismo pode ser definido como uma corrente da economia que dá importância às questões de política econômica. Esta corrente encontra sobretudo em John Maynard Keynes ([1936], 1970), Michal Kalecki ([1933], 1980) e Paul Davidson (2003) elementos que utiliza na sua abordagem teórica, se apoiando em particular na obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (KEYNES, [1936], 1970) e nas reflexões desses e de outros economistas sobre os conceitos de dinheiro e demanda efetiva. Assim, pretende-se nas páginas seguintes destacar as contribuições da escola Pós-Keynesiana para a compreensão das mudanças no mercado de trabalho e

colaborar com a difusão de estudos baseados nessa corrente, contribuindo, assim, para a literatura econômica.

No que diz respeito à estrutura do texto, o presente artigo encontra-se dividido em cinco seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção serão abordadas questões conceituais sobre a demanda e a oferta de mão de obra na teoria econômica. Na terceira será traçada a evolução da teoria Pós-Keynesiana via suas autorias mais representativas. Na quarta faz-se uma exposição do referencial teórico que dá suporte à análise empreendida nesse trabalho, com foco no mercado de trabalho.

2 | ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: A DEMANDA E OFERTA DE MÃO DE OBRA

Em geral, as definições de Economia a caracterizam como uma ciência social (aplicada) que procura descrever como as pessoas pensam e agem, ou seja, estuda a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços. Senão, veja-se:

ECONOMIA é um estudo dos homens tal como vivem, agem e pensam nos assuntos ordinários da vida. Mas diz respeito, principalmente, aos motivos que afetam, de um modo mais intenso e constante, a conduta do homem na parte comercial de sua vida (MARSHALL, 1996, p. 85).

ECONOMIA é a ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos (ROBBINS, 2012, p. 15).

O que mais distingue a Economia das outras ciências sociais é o uso de modelos econômicos (representações ou propostas ideais ou simplificadas, que ajudam ao entendimento de sistemas reais mais complexos). A teoria econômica é o estudo de como as pessoas decidem alocar seus recursos escassos, ou seja, é através da análise dos modelos econômicos que os economistas podem inferir sobre as escolhas individuais ou coletivas. “A maior parte dos modelos econômicos tem três elementos comuns: escassez, custo e análise marginal” (WESSELS, 2010, p. 2).

Segundo Ehrenberg e Smith (2000), Borjas (2012) e Ramos (2012), a Economia se divide em dois grandes ramos: i) a microeconomia, que estuda o comportamento das unidades econômicas individuais (nomeadamente as firmas e os consumidores) consideradas quer isoladamente, quer nas suas relações mútuas; ii) a macroeconomia, que estuda o comportamento dos grandes agregados da Economia, através da análise de variáveis globais, tais como a produção, a procura, o investimento, a poupança, o desemprego, as taxas de juros, as taxas de câmbio e o nível geral de preços. O presente artigo se concentrará em conceitos de autorias da macroeconomia, com foco nas contribuições da escola Pós-Keynesiana e possíveis relações com o mercado de trabalho.

Na gênese do sistema capitalista de produção e consequente utilização do trabalho assalariado, surgiu o mercado de trabalho como uma instituição fundamental para o

funcionamento da Economia. De forma ampliada, o mercado de trabalho pode ser entendido como a compra e a venda de serviços de mão de obra, em que trabalhadores e empresários se encontram e, dentro de um processo de negociações coletivas (que, em geral, ocorre com alguma mediação regulatória do Estado) determinam os níveis de salários, o nível de emprego, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho (EHRENBERG; SMITH, 2000; BORJAS, 2012; RAMOS, 2012).

O estudo do mercado de trabalho parte de uma análise da demanda e oferta de mão de obra. No lado da demanda estão os empregadores, cujas decisões sobre a contratação de mão de obra são influenciadas pelas condições nos três mercados – de trabalho, de capitais e de produtos. No lado da oferta estão os trabalhadores efetivos e em potencial, cujas decisões sobre onde (e se) trabalhar devem levar em conta suas outras opções sobre como alocar o tempo (por exemplo, o *trade-off* entre trabalho e lazer) (EHRENBERG; SMITH, 2000; BORJAS, 2012; RAMOS, 2012).

A demanda laboral corresponde à quantidade de trabalho que as unidades produtoras estarão dispostas a contratar em um determinado período de tempo em função dos salários. Ela varia inversamente em função do salário a ser pago, ou seja, quanto maior for o salário, menor será a demanda. Por outro lado, a oferta laboral corresponde à quantidade de trabalho que os trabalhadores estão dispostos a oferecer em um determinado momento. Ela varia diretamente em função do salário a ser pago, ou seja, quanto maior for o salário, maior será a oferta. É também importante lembrar que qualquer resultado do mercado de trabalho é sempre afetado, em algum grau, por estas forças da demanda e da oferta laboral (EHRENBERG; SMITH, 2000; BORJAS, 2012; RAMOS, 2012).

3 | A TEORIA KEYNESIANA E O MERCADO DE TRABALHO

Introduzida pelos trabalhos de John Maynard Keynes ([1936], 1970), essa visão parte de um postulado inverso ao dos economistas clássicos e neoclássicos (ortodoxia, contextualizada nos parágrafos seguintes), qual seja: a livre negociação de preços *não* garante equilíbrio automático em todos os mercados. No curto prazo, os preços e salários são, em geral, mais rígidos do que as quantidades transacionadas. Isso não resulta de intervenções do Estado nos processos econômicos, ao contrário do que sustentava a análise ortodoxa, mas do fato de que alguns agentes preferem adaptar antes as quantidades do que os preços e os salários. Além disso, assume-se que, ainda que os preços e os salários fossem perfeitamente flexíveis a curto prazo, isso não seria suficiente para restabelecer de modo permanente o equilíbrio na maioria dos mercados não-financeiros (CARDIM DE CARVALHO, 2011; OREIRO, 2011).

Keynes não acreditava nesse ajuste automático de preços assumido pela ortodoxia e iniciou suas críticas aos postulados relativos aos salários, já que era através do mecanismo de ajuste salarial que funcionava a teoria clássica de pleno emprego. O primeiro postulado

pregava que o salário é igual ao produto marginal do trabalho. Em outras palavras, o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido a uma unidade (CARDIM DE CARVALHO, 2011; OREIRO, 2011). Esse postulado, que define a demanda de mão de obra, era aceito por Keynes ([1936], 1970, p. 29), que dizia que:

num certo estado de organização, equipamento e técnica, os salários reais e o volume de produção (e, portanto, do emprego) estão correlacionados numa forma determinada, de tal modo que, em termos gerais, um aumento do emprego só pode ocorrer simultaneamente com um decréscimo da taxa de salários reais. Não contesto esse fato fundamental que os economistas clássicos muito justamente declararam inatacável. Este é, simplesmente, o reverso da proposição familiar segundo a qual a indústria normalmente está sujeita a rendimentos decrescentes no curto prazo.

Quando os preços não se ajustam para manter o equilíbrio, os agentes econômicos se adaptam aos choques modificando as quantidades de bens e de fatores efetivamente trocados (produção, estoques, emprego, *etc.*). Eles deixam de realizar seus planos de produção, de trabalho, de consumo e outros: a economia corre o risco de permanecer de modo duradouro em desequilíbrio (KEYNES, ([1936], 1970).

Segundo Keynes ([1936], 1970), a lei da oferta e da procura não é perfeita na maioria dos mercados não-financeiros por duas razões essenciais: a imperfeição das informações e os custos associados aos ajustes de preços. Nos mercados não-financeiros as informações nunca são perfeitas. Os produtores não conhecem a cada instante a oferta de seus concorrentes nem a demanda de seus clientes potenciais: eles só vêm a saber disso depois, progressivamente.

O mesmo acontece no mercado de trabalho. Assim, de acordo com a lei da oferta e da demanda, quando uma redução da atividade reduz a demanda de trabalho, as empresas deveriam baixar os salários até que eles alcançassem seu novo ponto de equilíbrio, deixando aos trabalhadores a tarefa de reduzir o volume de trabalho oferecido. Todavia, os empregadores não dispõem de uma bolsa de trabalho (que funcione *a lá* como a bolsa de valores) que sinalize a todo o momento o novo salário de equilíbrio. Eles ignoram a porcentagem desejável da baixa de salários para que seja atingido o novo equilíbrio, avaliando mal o efeito preciso dessa redução dos salários sobre o volume de trabalho e, portanto, de produção, de que poderão dispor (CARDIM DE CARVALHO, 2011; OREIRO, 2011).

Keynes ([1936], 1970) aponta que os empregadores sabem que uma baixa dos salários deverá reduzir a oferta laboral dos trabalhadores: alguns trabalharão menos por muito tempo, outros se demitirão e outros aceitarão a baixa dos salários, mas limitarão o seu esforço. No entanto, ninguém pode prever com exatidão nem a amplitude dessas reações nem quais salários vão reagir. Se a redução dos salários for pequena, a oferta de trabalho continuará alta e será necessário proceder novas diminuições e assim por diante. Inversamente, se a redução for grande, os empregados terão de enfrentar um número de

demissões maior do que o previsto da parte dos assalariados mais competentes (porque suas oportunidades no mercado de trabalho são maiores do que as da média), com que o volume de trabalho oferecido será então insuficiente e os empregadores deverão voltar a elevar os salários para atrair trabalhadores e assim por diante. Dificilmente poderíamos imaginar os empregadores tateando dessa maneira até encontrar, finalmente, o salário de equilíbrio, da mesma maneira como um operador de câmbio age para encontrar a nova cotação de equilíbrio no mercado de capitais.

A flexibilidade dos salários nominais representava um dos pilares da tradição clássica, constituindo-se em um mecanismo automático que garantia o pleno emprego. A presença de inflexibilidade nos salários nominais (atuação dos sindicatos ou interferência do Estado nos contratos) era a causa do desemprego. Este, como foi dito antes, era sempre “voluntário”, posto que, na ausência de tais inflexibilidades, haveria emprego para todos (KEYNES, [1936], 1970).

De acordo com a tradição clássica, a redução dos salários nominais é unidirecional, isto é, atua apenas na direção da oferta (produção e emprego) sem afetar a demanda. Para ilustrar o seu próprio pensamento, Keynes ([1936], 1970, p. 259) tomou como exemplo a teoria do desemprego de Pigou – “não por ser mais criticável que qualquer outra teoria clássica, mas por ser a mais precisa”. Ocorre que, além da redução de custos, causada pela diminuição do salário nominal, a renda monetária dos trabalhadores também cai e, conseqüentemente, a demanda. Logo, oferta e demanda são afetadas simultaneamente e a questão relevante a ser respondida é o que vai acontecer com a demanda agregada (CARDIM DE CARVALHO, 2011; OREIRO, 2011).

O comportamento da demanda agregada vai resultar da redistribuição de renda, causada pela baixa dos salários nominais, daqueles que vivem de salários para os não assalariados (porque a redução dos preços, obtida pelos custos menores, beneficia estes últimos que não tiveram a sua renda monetária diminuída). Como estes representam a parte mais rica da sociedade e o seu consumo é menos elástico, o efeito mais provável é uma redução da demanda agregada. Porém, o efeito da redução dos salários nominais sobre o emprego é mais complexo e vai depender do que vier a acontecer com a propensão a consumir, com a eficiência marginal do capital e com a taxa de juros (KEYNES, [1936], 1970).

Do ponto de vista de Keynes ([1936], 1970), é provável que uma política salarial estável tenha efeito mais favorável sobre as expectativas do que a flexibilidade dos salários nominais à queda. Isso se deve, em parte, a que o mesmo efeito sobre a taxa de juros poderia ser obtido por meio do aumento da quantidade de moeda na economia, alternativa menos desgastante politicamente e, em parte, porque um salário nominal mais baixo não implica necessariamente em diminuição dos salários reais. Keynes adverte para os perigos de uma política de excessiva flexibilidade dos salários nominais, a qual geraria uma grande instabilidade de preços (incerteza) a ponto de tornar inviável o cálculo capitalista (sobretudo

em economia financeira moderna)¹ (CARDIM DE CARVALHO, 2015, 2016; CONCEIÇÃO; GABRIANI, 2019). Senão, veja-se:

a rigidez é desejável do ponto de vista macroeconômico. Devido à ambiguidade dos efeitos de variações de salários e preços sobre o nível de atividades da economia, um grau excessivo de flexibilidade levará o sistema a divagar indefinidamente entre situações que combinem inflação ou deflação com superaquecimento e recessão. A flexibilidade gera instabilidade e incerteza. E Keynes foi um pioneiro ao apontar para os efeitos deletérios para a economia da incerteza (AMADEU, 1988, p. 87).

Tanto Keynes quanto Kalecki ([1933], 1980)² não concordavam com a tese da ortodoxia econômica, de que a redução dos salários nominais pudesse eliminar o desemprego. Compartilhavam a hipótese de rigidez de preços e salários, portanto. Porém, Keynes raciocinava nos termos de um mercado concorrencial, enquanto Kalecki apresentou um modelo de concorrência imperfeita, em que o preço da firma é definido por uma adição, o chamado *mark-up* aos seus custos diretos, salários mais matérias-primas. Mas ambos os autores tinham em mente uma economia que operava com capacidade ociosa (BUSATO, REIF E POSSAS, 2019).

Uma queda no salário nominal, para Keynes, diminuía os custos das empresas e também os preços. Apesar do estímulo da oferta – único lado enfatizado pelos clássicos –, haveria paralelamente um desestímulo à demanda agregada. O emprego seria afetado positivamente apenas se o estímulo pelo lado da oferta superasse o desestímulo pelo lado da demanda. Keynes achava que nem a produção nem o emprego seriam modificados pela redução dos salários nominais, porque as decisões de investir – baseadas em expectativas – permaneceriam inalteradas (CARDIM DE CARVALHO, 2011; OREIRO, 2011).

A proposta teórica de Kalecki ([1933], 1980) era inteiramente aderente a de Keynes, mas aquele estava interessado em mostrar a importância dos gastos dos capitalistas e o papel passivo exercido pelos salários na dinâmica das economias capitalistas. Como o investimento é decidido pelo menos um período à frente da redução dos salários nominais, a produção e o emprego ficam constantes. Afirma Kalecki ([1933], 1980, p. 88):

em geral, a diminuição dos salários nominais leva, devido à rigidez dos preços, ao aumento do grau de monopólio, e igualmente à redução dos salários reais. A diminuição dos salários, porém, nesse sistema de relações, liga-se não ao crescimento, mas à queda do emprego, que ocorre no setor de bens de consumo dos trabalhadores. A renda real dos capitalistas não aumenta, mas a renda real dos trabalhadores declina.

O papel dos sindicatos é também abordado tanto por Keynes quanto por Kalecki. O

1 A financeirização econômica é um dos temas caros à teoria Pós-Keynesiana, em especial por ela favorecer o escoamento de recursos monetários da economia real ao mercado financeiro. Contudo, a temática está fora do escopo central deste artigo. Para uma discussão pormenorizada do assunto, ver Cardim de Carvalho (2015, 2016), Conceição e Gabriani (2019) e Herscovici (2020).

2 Ainda que explicadas por vias distintas, as propostas teóricas de Keynes e de Kalecki – sobretudo no que se refere à demanda efetiva e a consequente crítica à ortodoxia econômica – eram contemporâneas entre si e praticamente idênticas. Por este motivo julgou-se importante incluir o autor polonês nesta revisão de literatura.

primeiro era bastante cético quanto à possibilidade de os sindicatos lutarem pela reposição de perdas reais de salários. Pensava, inclusive, que os líderes sindicais estavam no seu direito quando pediam acima do que podiam receber, mas eles próprios não acreditavam na sua reivindicação. Isso porque, embora eventualmente pudessem favorecer grupos específicos, a luta por salários reais era inútil e desvantajosa para a classe trabalhadora como um todo. Essa posição revela que Keynes jamais conseguiu se libertar, de todo, da esfera de influência da tradição ortodoxa, particularmente do que chama de primeiro postulado clássico. Apenas em situação próxima do pleno emprego o autor mostra certa simpatia por maior participação dos salários na renda nacional (BUSATO, REIF E POSSAS, 2019).

Kalecki ([1933], 1980), ao contrário, era mais otimista e não via o aumento dos salários reais como impossibilidade teórica, embora talvez o fosse politicamente. Tanto é verdade que contempla em sua análise a hipótese (pouco provável) de os sindicatos conseguirem barganhar elevação salarial, de tal sorte a ocorrer redistribuição da renda nacional dos lucros para os salários ou, o que para fins de raciocínio seria análogo a queda no grau de monopólio (BUSATO, REIF E POSSAS, 2019).

4 | A TEORIA PÓS-KEYNESIANA E O MERCADO DE TRABALHO

A obra de Keynes é o ponto de partida para o desenvolvimento da macroeconomia enquanto campo autônomo de desenvolvimento teórico e de concepção de políticas econômicas. O pensamento de Keynes contribuiu para o surgimento de diversas escolas do pensamento econômico que se fundamentaram nas suas obras e se intitularam com a denominação de *Keynesianas*. Porém, grande parte dos desenvolvimentos teóricos da macroeconomia que seguiu-se à teoria de Keynes no tempo não é, de acordo com Chick (1993), condizente com o “espírito” verdadeiramente *Keynesiano*.

A escola Pós-Keynesiana congrega autorias que, insatisfeitas com os desdobramentos da macroeconomia, retornaram ao espírito da obra de Keynes para reforçar sua interpretação e entendimento, ao mesmo tempo que envidaram esforços no sentido de aperfeiçoar e atualizar a teoria com o propósito de desenvolver um corpo de formulações próprias. Do final da Segunda Guerra Mundial (1945) até o início dos anos 1970, havia consenso entre os macroeconomistas em torno da Teoria Keynesiana quanto à necessidade de ação institucional reguladora para dinamizar os níveis de demanda agregada e de emprego. Destarte, a teoria Pós-Keynesiana consiste essencialmente em negar o sistema econômico de mercados auto-reguladores e auto-equilibrantes defendido pela teoria econômica neoclássica, apresentar mecanismos econômicos e institucionais que evitem as flutuações cíclicas de produto e emprego, além de relacionar as crises de desemprego com as decisões dos agentes econômicos em manter riqueza em sua forma líquida, isto é, moeda (DAVIDSON, 2003; CARVALHO, 2011; DORNELAS e TERRA, 2021).

Segundo Davidson (2003), Carvalho (2011) e Dornelas e Terra (2021), um fator que distancia a economia de funcionar dentro do regime de pleno emprego é a existência da moeda. Afirmam que a existência desse ativo, que possui propriedades que o diferenciam dos demais bens, leva à prevalência de uma situação de desemprego. Keynes ([1936], 1970) sustenta que, dentre as funções básicas usualmente atribuídas à moeda – meio de troca, unidade de conta e reserva de valor – o aspecto mais relevante para a geração de renda diz respeito ao fato de que a moeda viabiliza a preservação do poder aquisitivo dos agentes no tempo.

Devido à moeda ser um ativo de alta liquidez, ela se torna muito atrativa para os agentes. Estes, por sua vez, optam por mantê-la em sua posse ao invés de transformá-la integralmente em ativos produtíveis que dependem da contratação de mão de obra para sua produção (DAVIDSON, 2003; CARVALHO, 2011; DORNELAS e TERRA, 2021). Sendo assim, pode-se perceber que, por suas propriedades, a moeda acaba por introduzir efeitos potencialmente deletérios sobre o funcionamento do mercado de trabalho à medida em que ela não é empregada na esfera produtiva – na qual são gerados os postos de trabalho.

Seguindo esse raciocínio, o desemprego caracteriza-se como uma questão macroeconômica e intimamente ligada à percepção do funcionamento da economia tal como uma economia monetária da produção. Desta forma, o mercado de trabalho não é o ponto em que se determina o nível de emprego. Portanto, qualquer análise do desemprego que se mostre contida no âmbito do mercado de trabalho estaria, na verdade, obscurecendo a essência de tal fenômeno: o desemprego involuntário é um resultado esperado e recorrente na economia monetária da produção (TADEU LIMA, 1992; FERREIRA; LEVY; FRACALANZA, 2009; CARVALHO, 2011; PRONI, 2015).

Na teoria Pós-Keynesiana, uma boa compreensão do conceito de desemprego involuntário decorre diretamente do entendimento do princípio da demanda efetiva. De acordo com este princípio, a determinação do nível de emprego não seria decorrência de forças do mercado de trabalho, mas de duas curvas agregadas que tem o nível de emprego como argumento: a curva de oferta e demanda agregadas (TADEU LIMA, 1992; FERREIRA; LEVY; FRACALANZA, 2009; CARVALHO, 2011; PRONI, 2015).

Estabelecendo uma ótica dos desequilíbrios do mercado de trabalho, King (2001, 2002) afirma que a teoria Pós-Keynesiana considera que nem a demanda nem a oferta de trabalho dependem do salário real (poder de compra). Deste modo, o desemprego involuntário não é explicado por conta da ocorrência da rigidez de salários impedindo que o ajuste seja dado pelo preço. Para os Pós-Keynesianos, o desemprego involuntário decorre do funcionamento normal de uma economia capitalista. Dessa forma, ocorreria mesmo com plena flexibilidade de preços (TADEU LIMA, 1992; FERREIRA; LEVY; FRACALANZA, 2009; CARVALHO, 2011; PRONI, 2015).

O desemprego pode configurar uma situação duradoura à medida que do ponto de vista dos empresários, havendo equilíbrio com otimização entre suas expectativas de

vendas futuras e as vendas efetivamente realizadas, pouco importa a otimização do mercado de trabalho. Vale ressaltar que a ocorrência de equilíbrio com desemprego não descarta a possibilidade de haver desequilíbrio com desemprego ou mesmo de equilíbrio com pleno emprego, situação que passa, contudo, a ser considerada como uma possibilidade remota (CHICK, 1993).

Desenvolvendo a teoria Pós-Keynesiana para a demanda de trabalho, Appelbaum (1979) defende que a natureza institucional do negócio é um componente básico para a demanda de trabalho, que pode ser determinada por dois modelos. O primeiro, formado por indústrias centrais, caracterizadas por uma estrutura oligopolista, com altas remunerações, mão de obra qualificada, tecnologias de ponta, maior estabilidade e presença sindical. O segundo, apresenta indústrias periféricas com menor poder de mercado, salários baixos, mão de obra desqualificada, menos especialização e baixas taxas de lucratividade. Isso demonstra que os empregados das empresas centrais possuem maior estabilidade e não sofrem ameaça de demissão quando diminui o nível de produção devido a estabilidade do modelo de negócio. Já a rotatividade no setor periférico tende a ser maior, visto que o modelo de negócio é economicamente vulnerável – similar ao contexto de uma economia dual (ver Lewis, 1954).

Embora Keynes ([1936], 1970) tenha aceitado o postulado clássico sobre a demanda de trabalho, de que o salário real é igual à produtividade marginal do trabalho, ele rejeita o postulado clássico em relação à oferta de trabalho, que diz que a utilidade do trabalho (dado um volume de trabalho empregado) é igual a desutilidade marginal do montante de emprego. Isso ocorre porque os trabalhadores não conseguem determinar o salário real, mas somente têm alguma influência sobre o valor do salário nominal, sendo que, quando ocorre uma queda no salário real por conta do aumento nos preços, os trabalhadores não abandonam os seus empregos. A abordagem Pós-Keynesiana de que não há queda na oferta de trabalho conforme o salário real se reduz é justificada assumindo-se que mercado laboral não poder ser caracterizado exatamente como um mercado, pois não apresenta comportamento condizente à definição quando confrontado aos estímulos típicos dessa esfera.

Appelbaum (1979) afirma que, por conta de haver uma segmentação no mercado de trabalho com indústrias centrais e periféricas, a oferta de trabalho também se ajusta a esse comportamento de forma que as indústrias centrais contratam a força de trabalho mais especializada e com maior treinamento e incentivo para se manter trabalhando. Sendo assim, o desemprego se concentra nas indústrias periféricas, e ocorre por conta das características do setor e não por conta do nível salarial. No setor periférico, as empresas já conseguem reduzir os salários o quanto desejam, de forma que quedas nos salários não tem o efeito de gerar mais empregos.

Para King (2001, 2002), o nível emprego e dos salários são determinados separadamente, sendo que o emprego é determinado pelo nível de demanda no mercado

de bens, ou seja, depende da demanda agregada da economia como um todo. Portanto, a função de emprego depende da demanda efetiva, o que significa que mudanças na quantidade de mão de obra empregada só ocorrem a partir de mudanças na demanda efetiva – dessa forma, a demanda no mercado de trabalho é uma demanda derivada.

Por mais que as evidências sugiram que a demanda efetiva é o componente mais relevante para a determinação do nível de emprego, conforme exposto nesta revisão de literatura, é necessário analisar a relação entre capital e trabalho, pois se o estímulo à demanda efetiva não é suficiente para garantir o pleno emprego, então deve-se pensar em outras alternativas. Daí a importância de perscrutar as relações entre a teoria Pós-Keynesiana e o mercado de trabalho.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições teóricas Pós-Keynesianas permitiram criar um sistema de análise adequado ao estudo e compreensão da dinâmica do mercado de trabalho nas economias capitalistas modernas. Pode-se constatar que o desemprego involuntário é uma problemática Keynesiana. Tal conceito foi explorado por Keynes e continua sendo abordado pelas diversas escolas modernas de pensamento Keynesiano. Os autores Pós-Keynesianos retornam à leitura da obra de Keynes e preconizam que a flexibilização dos salários não resulta em aumento do emprego, e ainda pode trazer maior incerteza para o cálculo capitalista, ou seja, uma maior flexibilização do mercado de trabalho tem a tendência de piorar as condições laborais, em especial no que tange aos potenciais efeitos deletérios da flexibilização da remuneração. Se o nível de emprego não depende da flexibilidade dos contratos de trabalho, então essa última pode trazer consequências sociais indesejáveis, como aumento das desigualdades e da pobreza.

Outra questão importante explorada neste estudo foi quanto a determinação do nível de emprego que pode decorrer de decisões de gastos dos capitalistas – ou seja, a retenção de moeda (acumulação) por parte dos empregadores – pode impactar na expansão dos negócios e, por sua vez, reduzir a demanda por mão de obra. Neste sentido, concebe-se uma “inferioridade hierárquica” do mercado de trabalho em relação ao mercado de bens e deste em relação à moeda. Assim, o desemprego involuntário remete ao fato de que os trabalhadores não possuem a prerrogativa de alterar os resultados a serem obtidos, mesmo diante de mercados operando em condições de concorrência perfeita.

As autorias Pós-Keynesianas também buscam provar que distúrbios como o desemprego são resultantes do funcionamento normal de uma economia capitalista. Não se trata de uma falha, mas sim, de uma consequência das economias de mercado. Portanto, para a escola do pensamento econômico Pós-Keynesiano, se requer, apropriadamente, a atuação do Estado com o objetivo de evitar que a economia leve suas contradições a níveis insustentáveis de desemprego.

Por fim, faz-se necessário deixar evidente a importância de estudar o funcionamento do mercado de trabalho e a necessidade de atuação do governo na geração de postos de trabalho com garantias para os trabalhadores, com o objetivo de melhorar a qualidade da distribuição de renda. Enfatiza-se ainda que, nesta breve revisão de literatura sobre o mercado de trabalho na visão da teoria Pós-Keynesiana, não se pretendeu esgotar o assunto. Todavia, a recomendação mais coerente diante do exposto é, indubitavelmente, o estudo mais atento dos textos de Keynes combinados e contrastados com as releituras e interpretações de outras autorias Pós-Keynesianas que tenham se debruçado sobre o tema do mercado laboral.

REFERÊNCIAS

AMADEU, E. J. As diferentes facetas da rigidez e flexibilidade de salários na análise Keynesiana. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 82-88, 1988.

APPELBAUM, E. **Post-Keynesian Theory: The Labor Market. Challenge**, v. 21, n. 6, p. 39-47, 1979.

BORJAS, G. J. **Economia do Trabalho**. 5ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BUSATO, M. I.; REIF, A. C.; POSSAS, M. Uma tentativa de integração entre Keynes e Kalecki: investimento e dinâmica. **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 3 (156), p. 509-526, julho-setembro/2019.

CARDIM DE CARVALHO, F. J. O Paradigma Pós-Keynesiano. **Revista Wolfius**, v. 1, n. 1, 2011.

CARDIM DE CARVALHO, F. J. **Liquidity preference and monetary economics**. London: Routledge, 2015.

CARDIM DE CARVALHO, F. J. *On the nature and role of financial systems in Keynes's entrepreneurial economies*. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 39, n. 3, p. 287-307, 2016.

CARVALHO, M. S. **Os Pós-Keynesianos e o pleno emprego: uma proposta e suas origens, limites e possibilidades**. 386f. Tese de doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CHICK, V. **Macroeconomia após Keynes: um reexame da Teoria Geral**. Rio de Janeiro: Forense Editora Universitária, 1993.

CONCEIÇÃO, O. A. C; GABRIANI, C. R. Institucionalistas e Pós-Keynesianos: ensaio sobre incerteza em uma economia capitalista financeira moderna. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 1-23, jan/abr. 2019.

DAMMSKI, B. R., CAVALIERI, M. A. R. e PINTO, J. S. P. Mapeando o Pós-Keynesianismo: uma abordagem cientométrica. **Estudos Econômicos**, v. 47, n. 4, p. 741-772, 2017.

DAVIDSON, P. *Setting the record straight on "A History of Post Keynesian Economics"*. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 26, n. 2, p. 245-272, 2003.

DORNELAS, L. N. D.; TERRA, F. Um percurso pela história das ideias: a moeda em Keynes. **Geosul**, Florianópolis, v. 36, n. 80, p.145-169, set./dez. 2021.

EHRENBERG, R.; SMITH, R. S. **A moderna Economia do Trabalho**. São Paulo: Makron Books Editora, 2000.

FERREIRA, A. N.; LEVY, M. C. P.; FRACALANZA, P. S. O (des)emprego em duas perspectivas Keynesianas. **Textos de Economia**, v.12, n.1, p. 58-80, jan./jun. 2009.

HERSCOVICI, A. Preferência pela liquidez, financeirização e efeitos de propagação: da não neutralidade da moeda à não neutralidade da finança. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, n. 2, p. 1-3, 2020.

LEWIS, A. W. *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*. **The Manchester School**, v. 22, Issue 2, p 139-191, May 1954.

KALECKI, M. [1933]. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KEYNES, J. M. [1936]. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

KING, J. E. *Labor and unemployment*. **In: A new guide to Post Keynesian economics** (HOLT, R. P. F.; PRESSMAN, S. (Eds.). London: Routledge, 2001.

KING, J. E. **A history of Post Keynesian economics since 1936**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

KOVÁCS, I. A aplicação de novos princípios organizacionais. **In: Temas atuais da sociologia do trabalho e da empresa**. KOVÁCS, I. *et al.* (Eds.). Coimbra: Almedina, 2014.

MARSHALL, A. [1920]. **Princípios de Economia**: tratado introdutório. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

OCIO, D. Z. **O emprego na teoria econômica**. São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 1995.

OREIRO, J. L. Economia Pós-Keynesiana: origem, programa de pesquisa, questões resolvidas e desenvolvimentos futuros. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 2, p. 283-312, 2011.

PRONI, M. W. **Teorias do desemprego**: um guia de estudo. Texto para Discussão, N. 256, IE-UNICAMP, Campinas, p. 1-44, ago. 2015.

RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do Trabalho**: modelos teóricos e o debate no Brasil. Curitiba: CRV, 2012.

ROBBINS, L. [1932]. **Um ensaio sobre a natureza e a importância da Ciência Econômica**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Editora *Best Seller*, 1999.

TADEU LIMA, G. **Em busca do tempo perdido**: a recuperação Pós-Keynesiana da economia do emprego de Keynes. BNDES: Rio de Janeiro, 1992.

WESSELS, W. J. **Economia**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS QUE INFLUYEN EN EL CIERRE TEMPRANO DE NEGOCIOS EMERGENTES EN LA LOCALIDAD DE ESCÁRCEGA

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 08/03/2022

María del Carmen Gómez Camal

Instituto Tecnológico Superior de Escárcega
Escárcega-Campeche
ORCID 0000-0003-1693-2753

Felix Alejandra Luna Medina

Instituto Tecnológico Superior de Escárcega
Escárcega-Campeche
ORCID 0000-0002-1052-9253

RESUMEN: En el estado existen organismos e instituciones donde brindan asesoramiento para concretar el emprendimiento del negocio, no obstante, no todas las empresas logran el primer año de operación, esto se debe a diversos aspectos entre ellos los aspectos socio-económicos. El objetivo de haber realizado el estudio fue comprender y analizar los aspectos que ocasionan el cierre de las Pymes. Este proyecto se llevó a cabo a través de una investigación analítica-descriptiva, este método nos permitió identificar los aspectos que influyen en el cierre de los negocios. La investigación tiene un enfoque mixto de acuerdo con los autores Hernández, Fernández, & Baptista (2010, p.546), este enfoque representa un conjunto de procesos sistemáticos, empíricos y críticos de investigación e implican la recolección y el análisis de datos cuantitativos y cualitativos. Los resultados esperados al finalizar el proyecto, fueron identificar los aspectos que ocasionan el cierre de los negocios.

PALABRAS CLAVE: Crisis económica, Pymes, Financiación, Liquidez, Quiebra.

ASPECTS THAT INFLUENCE THE EARLY CLOSURE OF EMERGING BUSINESSES IN ESCARCEGA

ABSTRACT: There are organizations and institutions that provide advice to carry out the business venture, however, not all companies achieve the first year of operation, this is due to various aspects, including socio-economic aspects. The objective of having carried out the study was to understand and analyze the aspects that cause the closure of SMEs. This project was carried out through an analytical-descriptive investigation, this method allowed us to identify the aspects that influence the closing of businesses. The research has a mixed approach according to the authors Hernández, Fernández, & Baptista (2010, p.546), this approach represents a set of systematic, empirical and critical research processes and involves the collection and analysis of quantitative data and qualitative. The expected results at the end of the project were to identify the aspects that cause the closure of businesses.

KEYWORDS: Economic crisis, SMEs, Financing, Liquidity, Bankruptcy.

1 | INTRODUCCIÓN

Las pequeñas y medianas empresas (Pymes), tienen gran importancia para la economía nacional, debido a sus aportaciones a la producción y distribución de bienes y servicios. Las Pymes representan un excelente medio

para impulsar el desarrollo económico. Hoy en día, los gobiernos de países en desarrollo reconocen la importancia de las Pymes por su contribución al crecimiento económico, y generación de empleo y al desarrollo regional y local.

Las Pymes en México constituyen el 97% del total de las empresas, generadoras de empleo del 79% de la población y generan ingresos equivalentes al 23% del Producto Interno Bruto (PIB), lo anterior es una clara señal de debemos poner atención a este tipo de empresas y verlas como lo que en realidad son: la base de la economía mexicana. De acuerdo al portal INEGI (2020) las Pymes cuentan con la más amplia gama de giros productivos, comercializadores y de servicios y tienen la tendencia a realizar actividades autónomas que tienen relación con las empresas de mayor tamaño, y como consecuencia sufren la influencia de éstas que suelen someterlas, minimizando sus posibilidades de desarrollo

A pesar de ser una fuente muy importante en la economía del país, las Pymes no cuentan con muchos de los recursos necesarios que impulsen y se desarrollen de una manera plena. Aproximadamente el 70% de las Pymes no cuentan con una base tecnológica, teniendo temor de no poder solventar los costos de inversión y operación, aunque existen razones menos aceptables a esto como la resistencia al cambio, el desconocimiento de los sistemas de información, la falta de infraestructura y la carencia de visión sobre los beneficios que la tecnología puede traer a una empresa esto de acuerdo al portal del INEGI (2020). Por su parte el negocio informal juega un papel muy importante en los últimos años ha tenido una gran proliferación y no genera ingresos fiscales, se sustenta en el contrabando y prácticas ilegales como la producción y la venta de “productos piratas” que solo generan competencia desleal contra las empresas legalmente establecidas, de igual forma la corrupción dentro del sector público no resulta benéfica para este suceso, considerando un reto más para las Pymes, dentro de los desafíos a los que se tienen que enfrentar. Un reciente estudio llevado a cabo por especialistas de la Facultad de Contaduría de la Universidad Nacional Autónoma de México, nueve de cada 10 empresas pequeñas y medianas (Pymes) de México se ven obligadas a cerrar las puertas durante el primer lustro de su existencia, evidencia de nueva cuenta un problema de la economía nacional esto de acuerdo al sitio web La Jornada (2017) Este protocolo tuvo como objetivo conocer los factores socio-económicos en el sector comercial que afectan al cierre temprano de los negocios de la localidad de Escárcega para ello se aplicaron una serie de cuestionarios para identificar los motivos del cierre de estas Pymes y cómo logran mantenerse presentes en la economía a pesar de estas dificultades.

2 | MARCO TEÓRICO

El plan inicial para el desarrollo del marco teórico que sustente la investigación a realizar, incluye los supuestos teóricos de donde parte la investigación, también conforma la

manera en que el investigador recoger sus datos. De acuerdo con Hernández, Fernández, & Baptista (2010, p.52) el marco teórico es el desarrollo de la perspectiva teórica de un proceso y un producto. Un proceso de inmersión en el conocimiento existente y disponible que puede estar vinculado con nuestro planteamiento del problema, y un producto.

Los factores que explican el éxito o fracaso empresarial se han organizado en torno a tres grupos de variables: el primer grupo lo conforman aspectos intrínsecos a la organización, tales como el tamaño, la estructura financiera, el acceso a la financiación y los aspectos que se relacionan con la innovación y la orientación del mercado. El segundo grupo se conforma por elementos del contexto, tales como la importancia y dinamismo del sector o actividad económica que se desarrolla; el tercero y último se explica desde la perspectiva del territorio donde se ubica geográficamente la empresa esto de acuerdo al sitio web Confecámaras (2017).

Así mismo los autores Saavedra y Tapia (2012), argumentan que estos factores se consideran elementos internos que coexisten en la empresa “constituyéndose en características que le otorgan un carácter estructural a la dinámica adquirida por la pequeña empresa. De acuerdo con Anzola (2004) citado por Nuño (2012) la pequeña empresa en: “La pequeña empresa es aquella que merece apoyo pleno, pero no lo encuentra en las instituciones privadas, ni en las oficinas públicas por su pequeñez y desde el punto de vista financiero esta empresa no es sujeta a crédito”.

Para llevar a cabo el proyecto fue necesario contar con conceptos referentes los cuales nos ayudaron a entrar en contexto sobre las Pymes. El marco conceptual se entiende como un sistema de conceptos básicos, que ayudan a constituir los fundamentos de los procesos que buscan plantear los problemas específicos de los procesos de estudio.

3 | METODOLOGÍA

De acuerdo a la investigación realizada se determinó el tipo de investigación el cual es analítico-descriptivo, este método nos permitió identificar los aspectos y los porcentajes de empresas que no resistieron el primer año de vida, ya que de acuerdo con los autores Hernández, Fernández, & Baptista (2010, p.80) este tipo de investigación buscan especificar las propiedades, las características y los perfiles de personas, grupos, comunidades, procesos, objetos o cualquier otro fenómeno que se someta a un análisis. Por otra parte, el enfoque utilizamos para esta investigación fue de tipo mixto, debido a que este tipo de investigación utiliza lo cualitativo y cuantitativo, por ello con el método cualitativo se buscaba conocer los motivos por los cuales las pymes fracasan y las causas de no permanecer en operaciones el primer año, así mismo usamos el método cuantitativo dado que se buscaba conocer el porcentaje de empresas que no resistieron el primer año.

4 | INSTRUMENTO

De acuerdo con Hernández, Fernández, & Baptista (2010, p. 217) un cuestionario es un conjunto de preguntas respecto de una o más variables que se van a medir. Por ellos para la realización de esta investigación utilizamos un cuestionario cuya estructura contenía 13 ítems con 4 posibles respuestas, las cuales estaban dirigidas principalmente a conocer la percepción que tienen los empresarios de la localidad con respecto a los aspectos que influyen en el cierre temprano de negocios.

Para lograr utilizar el instrumento de recolección de datos de manera correcta, se realizó la validez del instrumento por el Alfa de Cronbach. De acuerdo con Río Sadornil (2013, p. 11) El coeficiente alfa es un índice usado para medir la confiabilidad del tipo consistencia interna de una escala, es decir, para evaluar la magnitud en que los ítems de un instrumento están correlacionados. En otras palabras, el alfa de Cronbach es el promedio de las correlaciones entre los ítems que hacen parte de un instrumento. Oviedo y Campo, (2005) menciona que cuanto más cerca se encuentre el valor del alfa a 1 mayor es la consistencia interna de los ítems analizados.

Criterio general para evaluar los coeficientes de alfa de Cronbach:

Coeficiente alfa >.9 es excelente

Coeficiente alfa >.8 es bueno

Coeficiente alfa >.7 es aceptable

Coeficiente alfa >.6 es cuestionable

Coeficiente alfa >.5 es pobre

Coeficiente alfa <.5 es inaceptable

Se aseguró hasta donde es posible, la confiabilidad del cuestionario, el mismo fue administrado a prueba a los comercios con actividades esenciales durante COVID-19 los cuales fueron 55 comercios, con esta aplicación fue posible detectar errores en la redacción de las preguntas y hacer las correcciones necesarias.

Para el cálculo del Alfa de Cronbach se empleó la siguiente formula:

$$\alpha = \frac{K}{K-1} \left[1 - \frac{\sum Si^2}{St^2} \right]$$

Donde

K= Es el número de ítems

$\sum Si^2$ = Sumatoria de varianza de ítems

ST^2 = Varianza de la suma de ítems

α = Coeficiente de alfa de Cronbach

Resultado de la fórmula

$$\alpha = \frac{15}{15 - 1} \left[1 - \frac{15,5037037}{8,348821549} \right] = 0,918207$$

K= 15
 $\sum Si^2=$ 15,5037037
ST²= 8,348821549

Sección 1= 1,071428571
sección 2= -0,856993063
ABSOLUTO S2 0,85699

$\sigma=$ 0,918207

Obtenido un coeficiente del >0.918, lo que resulto favorable utilizarlo para el desarrollo de la investigación.

5 | POBLACIÓN

Para poder determinar la población en esta investigación se realizó una búsqueda en la página del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI., 2020), extrayendo información específica de la localidad de Escárcega, tomando como referencia el censo poblacional efectuado en los años 2020. Las empresas en el sector comercial de la ciudad de Escárcega las cuales son de 2,629, para ello se realizó la segmentación por área geográfica eligiendo 1648 de ellas (INEGI, 2020).

6 | MUESTRA

La muestra de esta investigación se determinó tomando como población al número de PYMES de la ciudad de Escárcega, siendo esta un total de 1648 empresa, esto acuerdo al Subgrupo de la población en el cual se recolectan los datos y debe ser representativo de ésta. Para realizar el cálculo del tamaño de la muestra, se empleó la fórmula para poblaciones finitas (menos de 500,000 elementos), de los autores Fisher y Espejo (2008, p. 49) dando un total de **312** empresas como se muestra a continuación:

$$n = \frac{\sigma^2 N p q}{e^2 (N-1) + \sigma^2 p q}$$

En donde

σ = 95%
N = 1,648

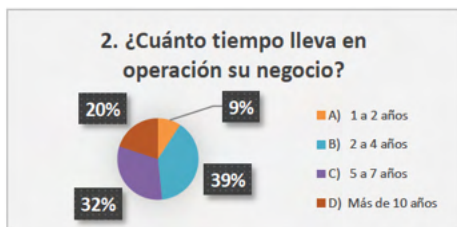
$$\begin{aligned}
 p &= 50\% \\
 q &= 50\% \\
 e &= 5\% \\
 n &= X
 \end{aligned}$$

Solución de la fórmula

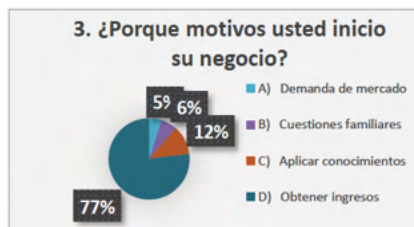
$$\frac{1.96^2 (1,648) 0.5 \times 0.5}{0.05^2 (1,648-1) + 1.96^2 (0.5)(0.5)} = \frac{1582.7392}{5.0779} = 311.6916$$

7 | RESULTADOS

El objetivo de esta investigación fue comprender y analizar aquellos aspectos socio-económicos en el sector comercial que influyen en el cierre temprano de las pymes de Escárcega, Campeche. Por consiguiente, podemos decir que las pymes de la localidad son administradas por más personas de sexo femenino que del masculino, de igual forma que los empresarios se encuentran entre los 13 a 64 años de edad y que la gran mayoría de ellos solo estudiaron hasta el nivel media superior. Así como reconocer que los negocios llevan en operación entre 2 a 7 años y solo muy pocos han decidido emprender recientemente, aunque otros negocios ya llevan más de 10 años en servicio. Uno de los puntos más importantes observar es que el motivo por el que los empresarios decidieron emprender su negocio fue para obtener ingresos y consideran que el conocimiento o habilidad que poseen es la facilidad de palabra. De la misma manera se identificó que la mayoría de pymes cuentan con un permiso de funcionamiento por COPRISCAM, así como que más del 70% de ellos están dados de alta ante el SAT y el que toma las decisiones importantes en el negocio es el dueño y la mayor parte de ellos cuentan con establecimiento propio. Los propietarios de estas pymes consideran que sus productos son accesibles al mercado, aunque el 35% de los titulares de estas empresas no lleva ningún registro contable. Con esta investigación logramos identificar que el mayor problema en la actualidad con las pymes son las bajas ventas ya que más del 50% de los empresarios eligieron esta respuesta. Por su parte el factor que ellos consideran que podría ocasionar un cierre temporal en su empresa sería por cuestiones de salud, personales y por último lo que las Pymes de la localidad de Escárcega necesitan es capital.



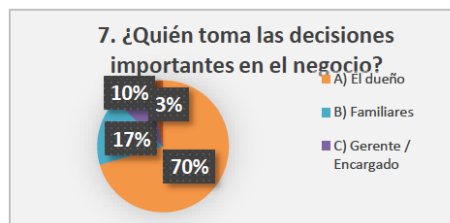
Gráfica 1 Tiempo de operación



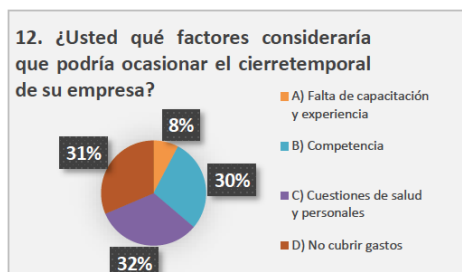
Gráfica 2 Motivos para iniciar su negocio



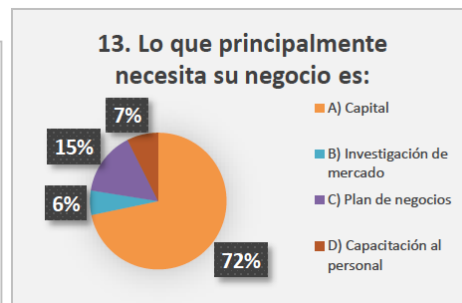
Gráfica 3 Datos de alta ante el SAT



Gráfica 4 Quien toma las decisiones importantes



Gráfica 5 Ocasionar el cierre temporal



Gráfica 6 Lo que principalmente necesitan

8 | CONCLUSIONES

La finalidad de realizar el presente estudio fue conocer las causas que ocasionan o llevan a las empresas al cierre temporal de su negocio o cierre definitivo, así mismo con la información recolectada identificar aquellos factores que influyen en su cierre, tomando como punto de partida el entorno socio económico.

Hoy en día, para cualquier tipo de empresas logre su permanencia dentro del mercado local y por lo consiguiente su crecimiento en el sector productivo se debe sobre la influencia de los cambios que se van presentando, por los cambios internos o externos. Y por consiguiente lograr que el capital humano se valla acoplado a cada una de las exigencias y cambios que surgen día con día. Para poder obtener este resultado, actualmente algunas empresas locales implementan nuevos procesos, en programas de calidad estos con la finalidad de llegar a un estándar favorable en sus prácticas, debido a que buscan aparte de la mejora continua, ofrecer un servicio de calidad y un entorno de trabajo estable y bueno

para los empleados.

En este trabajo se demostró la importancia y los efectos que tienen los factores socioeconómicos dentro del entorno comercial de las empresas, debido a que afectan de manera significativa a la economía de las empresas. De tal manera cabe resaltar la importancia que tienen estos factores, debido a que funden como una conducta vocacional como parte de ellos procesos de las empresas, cabe mencionar algunos de los factores ocupados para la realización del presente estudio de los cuales se tomaron: si el negocio es rentado o propio, si las empresas llevan registros contables, problemas con proveedores, la fuerte competencia o bajas ventas.

Así mismo la falta de liquidez afecta la economía de las empresas, debido que esta misma puede convertirse en el fin de la empresa. Esto quiere decir cuando la empresa no tiene la capacidad para hacer frente u ocuparse de sus obligaciones y compromisos financieros en el corto plazo.

Este estudio demostró la importancia que tiene las pymes en la economía local, y forman una parte importante debido a su rápido crecimiento, se caracterizan por tener una cantidad reducida de empleados y en consecuencia de sus mismo de ingresos, cabe mencionar que este tipo de empresas se ven afectadas por una serie de elementos que muchas veces imposibilitan su crecimiento en el tiempo. Así mismo estas empresas se ven afectadas por las empresas de mayor tamaño, debido a que tienen dificultad para obtener financiamientos externos, por la cantidad de requisitos que piden y las limitaciones por el bajo capital que pueden tener, así mismo la falta de capacitación y preparación.

9 | RECOMENDACIONES

De acuerdo a los resultados obtenidos por el cuestionario podemos decir que las empresas de la localidad de Escárcega no cuentan con una contabilidad por lo que se le recomienda analizar y conocer los beneficios del sistema contable por esta razón un sistema contable es conjunto de técnicas y herramientas que utiliza una empresa para mantener el orden y control de sus operaciones y recursos, son la estructura que recoge, organiza, conserva, administra y utiliza la información que se genera en una entidad para la toma de decisiones y el conocimiento de estado financiero de la empresa. Este sistema ayudaría a aumentar los ingresos que pueden tener, pues de acorde a la pregunta número 10 se obtuvo que más del 35% de empresas que no llevan ningún registro contable, por lo que se recomienda a las empresas el llevar una contabilidad básica, para así poder administrar de manera correcta el capital que ingrese a la empresa. Así mismo y debido a la contingencia sanitaria por Covid 19 se incita a llevar a cabo un control sanitario tanto personal como a los clientes. Por consiguiente y debido a que los empresarios, comerciantes y dueños de estas pymes se les exhorta a buscar asesorías, consultorías que permitan una actualización e innovación a sus productos y por consecuencia aumentar la calidad y atención de sus

productos pudiendo así tener una mayor competitividad.

REFERENCIAS

CELINA, Heidi Oviedo; CAMPO, Adalberto Arias. Aproximación al uso del coeficiente alfa de Cronbach. **Revista Colombiana de Psiquiatría**, Bogotá, año 4, v. XXXIV, pág. 572-580, 1 de julio. 2005. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80634409>. Acceso el: 20 oct. 2020.

FISHER, Laura; ESPEJO, Jorge. **Investigación de mercado. Un enfoque práctico**. México: Servicio Express de Impresión SA de CV, 2008.

HERNÁNDEZ, R.; FERNÁNDEZ, C.; BAPTISTA, M. **Metodología de la Investigación**. México: McGraw Hill. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (México). Directorio Estadístico Nacional de Unidades Económicas. En: **Directorio Estadístico Nacional de Unidades Económicas**. [S/], 2020. Disponible en: <https://www.inegi.org.mx/app/mapa/denue/?ag=04009>. Consultado el: 22 de noviembre. 2020.

LA JORNADA (México). La cortó la vida de las Pymes. **La Jornada**, México, pág. 2, 20 de agosto 2017. Disponible en: <https://www.jornada.com.mx/2017/08/20/edit>. Acceso el: 28 sep. 2020.

NUÑO, Pierina del Refugio. **Administración de pequeñas empresas**. México: Mc Graw Hill., 2012.

OVIEDO, Heidi Celina; CAMPO, Adalberto. Aproximación al uso del coeficiente alfa de Cronbach. **Revista Colombiana de Psiquiatría**, [s/], v. XXXIV, n. 4, pág. 572-580, 1 de julio. 2005. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80634409>. Acceso el: 5 oct. 2020

RED DE CÁMARAS DE COMERCIO (Colombia). Confecámaras presenta estudios sobre ellos que analizan los factores que explican el éxito y el fracaso de las empresas en Colombia y las claves de un crecimiento extraordinario. **CONFECAMARAS**, [s/], 30 ago. 2017. Disponible en: <http://www.confecamaras.org.co/noticias/545-confecamaras-presenta-dos-estudios-en-los-que-analiza-los-factores-que-explican-el-exito-y-fracaso-de-las-empresas-en-colombia-y-las-claves-para-su-crecimiento-extraordinario>. Acceso el: 18 sep. 2020.

RÍO SADORNIL, D. D. **Diccionario-glosario de metodología de la investigación social**. ed. Madrid: UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2014. 395 p. Disponible en: <https://elibro.net/es/ereader/itsescarcega/48711?page=11>. Consultado en: 29 sep. 2020.

SAAVEDRA, María Luisa; TAPIA, Blanca. El Entorno Sociocultural y la Competitividad de las PYME en México. **Panorama Socioeconómico**, Chile, v. 30, núm. 44, pág. 4-24, 1 de julio. 2012. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39926274001>. Acceso el: 12 oct. 2020

CAPÍTULO 3

AUDITORIA PRIVADA NO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA EMPRESA LOCALIZADA NO MEIO RURAL E URBANO

Data de aceite: 02/05/2022

Domingos Benedetti Rodrigues

Pós-Doutor em Direito URI Campus de Santo Ângelo - RS. Doutor em Educação nas Ciências UNIJUI de Ijuí - RS, Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas UNISC de Santa Cruz do Sul, Graduado em Direito pela FADISA de Santo Ângelo - RS e Graduado na Licenciatura em Artes Práticas - Habilitação em Técnicas Agrícolas UNIJUI. Prof. do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural - MPDR e do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Integrante do Grupo de Pesquisas em Produção Agrícola Sustentável vinculado ao MPDR e do Grupo de Pesquisas Jurídicas - GPJUR vinculado ao curso de Direito desta Universidade. Pesquisador e conferencista nas áreas de sua formação, Advogado

Natália Vatuzi Loose

Bacharel em Direito pela Fundação Educacional Machado de Assis - FEMA de Santa Rosa RS. Especialização em Agronegócio (Andamento)

RESUMO: Este trabalho aborda a temática da auditoria ambiental privada no sistema de gestão da empresa localizada no meio rural e urbano, bem como, sua interface com o desenvolvimento econômico sustentável. A situação problema é saber se, realmente, a auditoria ambiental empresarial gera benefícios à preservação dos recursos ambientais onde a empresa rural e urbana desenvolve suas atividades produtivas?

O objetivo do estudo é considerar a auditoria ambiental privada nas empresas localizadas no meio rural e urbano, como medidas preventivas ou corretivas favoráveis ao desenvolvimento sustentável no aspecto ambiental e econômico, para que a gestão empresarial aceite como prática administrativa. A hipótese provisória é de que, a devida execução da auditoria ambiental no sistema de gestão da empresa, se torne um fator determinante para o desenvolvimento sustentável. Assim, pretende-se demonstrar que, a auditoria ambiental privada no âmbito das empresas rurais e urbanas e suas medidas, possam gerar benefícios à empresa e ao meio ambiente, a partir do momento que a equipe de gestão opte em corrigir os problemas indicados pela mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria ambiental. Gestão empresarial. Desenvolvimento sustentável.

PRIVATE AUDIT IN THE ENVIRONMENTAL MANAGEMENT SYSTEM OF THE COMPANY LOCATED IN THE RURAL AND URBAN ENVIRONMENT

ABSTRACT: This work approaches the private environmental audit theme in the management system of a company located in the rural and urban environment, as well as its interface with the sustainable economic development. The situation problem is to really know if the environmental company audit generates benefits to environmental resources preservation where the rural and urban company develops its productive activities? The purpose of the study is consider the private environmental audit in the

companies located in the rural and urban environment as preventive or corrective measures favorable to the sustainable development in the environmental and economic aspect, to the company management to be accepted as an administrative practice. The provisional hypothesis is that the proper execution of the environmental audit in the company's management system becomes a determining factor to the sustainable development. Thus, it is intended to demonstrate that, the private environmental audit within the scope of rural and urban companies and its measures can generate benefits to the company and environment, from the moment that the management team chooses to correct the problems indicated by them.

KEYWORDS: Environmental audit. Company management. Sustainable development.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente ensaio se constitui num estudo acerca da auditoria ambiental privada, aplicada ao sistema de gestão ambiental da empresa localizada no meio rural¹ e urbano², avaliando se ela é um meio de contribuição para o desenvolvimento com vistas à preservação do meio ambiente onde são desenvolvidas as atividades produtivas.

A escolha do tema se justifica por inserir-se no contexto, especialmente, econômico e ambiental da atualidade, pois trata da auditoria como um modo eficaz em curto, médio e longo prazo, promovendo a sadia qualidade de vida e o desenvolvimento ecologicamente sustentável como está previsto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Pretende-se demonstrar que, o ser humano e as empresas, podem evoluir economicamente sem agredir nem esgotar os recursos naturais. Além disso, visa orientar o desenvolvimento empresarial, objetivando o equilíbrio entre as atividades econômicas e o meio ambiente, sendo a auditoria um importante instrumento técnico e legal contra a degradação ambiental.

O trabalho demonstra o funcionamento de um sistema de gestão ambiental, os conceitos pertinentes, bem como a forma que a auditoria é aplicada no sistema interno e externo da empresa auditada. Será mencionado como se realizada a aplicação de uma auditoria e como ela contribui com transformações benéficas para as empresas. Por fim, o trabalho mostra a relação com o desenvolvimento sustentável e com a devida aplicação de uma auditoria ambiental no sistema empresarial rural e urbano.

Sendo assim, será possível perceber quais contribuições que poderão advir da aplicação de uma auditoria empresarial, apesar de não ser a única forma de contenção da degradação ambiental interna e externa promovida pelas atividades econômicas empresariais.

1 Para efeitos do presente ensaio, considera-se a propriedade rural como a empresa localizada no meio rural. Segundo a Lei nº 8.629/1993 a propriedade rural é “[...] o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja sua localização, que se destine ou possa se destinar a exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.” Esta norma prevê a possibilidade da propriedade rural localizar-se também no meio urbano, desde que mantenha as atividades nela relacionadas.

2 As demais empresas que atuam em outros ramos da economia e da prestação de serviços em geral, que estão localizadas no meio urbano ou no meio rural, serão consideradas empresas urbanas.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é bibliográfica, ao ponto que o procedimento acontece pela análise de textos já publicados, tais como livros, artigos científicos, doutrinas, legislação constitucional e infraconstitucional. Ademais, trata-se de uma pesquisa explicativa, pois “[...] têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos” (GILL, 2002), visto que analisa a importância da auditoria privada no sistema de gestão ambiental da empresa localizada no meio rural e urbano.

A pesquisa, ainda, qualifica-se pelo método de abordagem dedutivo. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chegando a uma conclusão (PEREIRA, 2019).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O debate a respeito da importância da gestão ambiental empresarial na atualidade, ganha espaços significativos em torno da necessidade das empresas localizadas no meio rural e urbano construir seus planos de gestão a partir da auditoria ambiental privada, a fim de proporcionar eficácia ao sistema de gestão ambiental - SGA, contribuindo assim, com a promoção do desenvolvimento sustentável no seu viés ambiental e econômico, assunto a ser abordado na sequência.

3.1 Auditoria no sistema de gestão ambiental empresarial

As empresas frente à sociedade tem papel transformador, uma vez que suas ações e atividades podem causar impactos ambientais na sua área de atuação. Razão pela qual, tornou-se imprescindível organizar melhor as formas de relação entre a economia e o meio ambiente. As empresas podem priorizar sistemas que vão proporcionar ações preventivas e corretivas, garantindo-lhes maior credibilidade frente à sociedade.

Segundo Fiorillo (2017, p. 614) a auditoria ambiental “[...] é um instrumento de gestão ambiental destinado a facilitar o controle da gestão das práticas com eventual impacto ambiental, bem como de avaliação das políticas de meio ambiente das empresas [...]”

Dessa forma, modificações vêm sendo adotadas em relação ao gerenciamento empresarial, no objetivo de adequar as atividades para maior competitividade no mercado, melhorando assim, a qualidade dos produtos e a estrutura empresarial com vistas ao interesse do consumidor, o qual atualmente é mais consciente e prioriza produtos e serviços sustentáveis (LA ROVERE, 2001).

Logo, uma destas formas de modificar as atividades empresariais, é a implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA), o qual possibilita uma melhoria contínua dos produtos, serviços ou atividades empresariais e contribuir diretamente na proteção

ambiental, minimizando ou eliminando impactos internos ou externos.

No tocante ao seu conceito, o SGA corresponde a “[...] um conjunto inter-relacionado de políticas, práticas e procedimentos organizacionais, técnicos e administrativos de uma empresa que objetiva obter melhor desempenho ambiental, bem como controle e redução dos seus impactos ambientais.” (LA ROVERE, 2001, p. 7). Por isso, em relação aos procedimentos adotados e o sucesso de um SGA, é vital que antes da empresa tomar a decisão de prosseguir com as modificações, sua administração esteja ciente das vantagens advindas deste sistema, bem como dos dispêndios financeiros e esforços a serem demandados por todos (ASSUMPÇÃO, 2009).

Para haver mudanças a empresa que optar pelo SGA, terá gastos necessários, mas estes não se comparam as vantagens advindas. Todavia, a melhor forma de comprovação das vantagens, bem como dos dispêndios, é a implantação e avaliação do sistema.

Assim, de acordo com Assumpção (2009), as vantagens indicadas pela maioria das unidades ambientalmente certificadas são: a) o acesso a novos mercados e melhoria na competitividade empresarial; b) melhoria do desempenho ambiental e atendimento a legislações; c) facilidade na identificação de causas de problemas e suas soluções; d) impede desperdícios e ocasiona redução de custos; e) redução e eliminação de riscos e responsabilidades ambientais; f) melhoria na imagem e na relação com funcionários, clientes, fornecedores, vizinhos, fiscalização ambiental e outros detentores de interesses; g) acesso a capital de baixo custo. Já, em relação aos dispêndios, existem as seguintes situações: a) ao tempo de funcionários na elaboração e implantação do sistema e sua administração posterior; b) a necessidade de eventuais assessoramentos; c) treinamento de pessoal.

Importa salientar que, as vantagens são proporcionais aos custos da utilização de um SGA, pois é peça fundamental para uma futura certificação ambiental, que se dará a partir da observância das normas estabelecidas pela NBR ISO 14001, a qual traz orientações básicas para a implantação do SGA. Assim, a empresa estará contribuindo para a preservação ambiental e usufruindo das vantagens antes mencionadas.

O sistema tem suas etapas abordadas como princípios, o qual se fundamenta em cinco princípios básicos: a) conhecer o que deve ser feito, assegurar comprometimento com o SGA e definir a política ambiental; b) elaborar um plano de ação para atender os requisitos da política ambiental; c) assegurar condições para o cumprimento de objetivos e metas e implantar as ferramentas de sustentação necessária; d) Realizar avaliações quali-quantitativas periódicas da conformidade ambiental da empresa; e) Revisar e aperfeiçoar a política ambiental, os objetivos, metas e ações implantadas para assegurar a melhoria contínua do desempenho da empresa (LA ROVERE, 2001).

Esses aspectos, trazidos em forma de princípios, podem ser compreendidos através na Ilustração abaixo, a qual possibilita a visualização do processo de implantação do SGA, o quesito da melhoria contínua e onde exatamente ocorre a avaliação da auditoria ambiental:

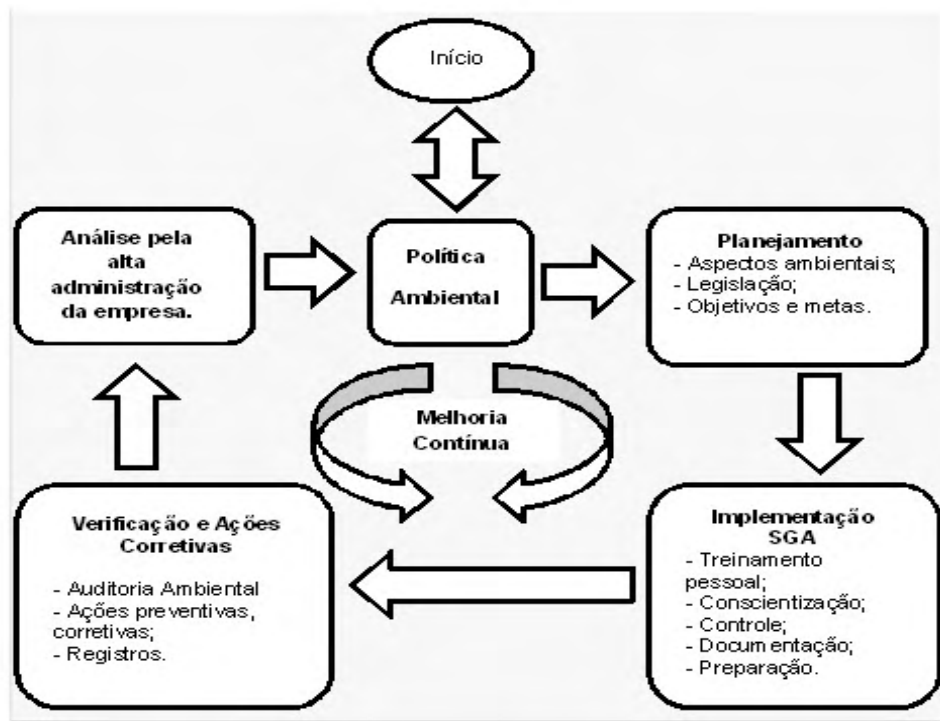


Ilustração 1: Representação dos requisitos básicos para implementação do SGA.

Fonte: Adaptada da NBR ISO 14.001. Disponível em: <http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf>.

De acordo com Assumpção (2009) a primeira etapa de uma auditoria, que é muito importante para o SGA, é a questão do comprometimento da direção da empresa. Se não houver o comprometimento de todos, na primeira dificuldade encontrada todo o trabalho pode ser corrompido, além do que, deve haver a avaliação do estado atual em que a empresa se encontra. Em continuidade, a empresa passa a escolha de um gestor ambiental, o qual tem por obrigação no comprometimento e na responsabilidade, pois irá assessorar a implantação do SGA.

Segundo Assumpção (2009), a partir daí é que se passa para a segunda etapa, que é o planejamento e a elaboração das ações com vistas à política ambiental da empresa. Trata das intenções e princípios gerais em relação ao desempenho ambiental, fornecendo uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais. E, na terceira etapa para assegurar as condições para o cumprimento dos objetivos e metas, a empresa deverá aparelhar suas instalações com as ferramentas de sustentação necessária, ou seja, de acordo com cada objetivo a empresa deverá dispor de ferramentas necessárias para atingir a meta estabelecida pelo planejamento do SGA.

Assim, é na quarta e quinta etapas que a auditoria ambiental se enquadra, como

sendo ferramenta fundamental para averiguar o adequado funcionamento do sistema de gestão ambiental. É por meio da auditoria que ocorre o acompanhamento e avaliação periódica do comportamento da empresa em relação ao ambiente, tanto interno, que seria o ambiente de trabalho, quanto externo, como instalações e a própria sociedade que a cerca. Com os resultados das avaliações é que se promoverão ajustes voltados a adequação das práticas produtivas a normatização vigente. De acordo com La Rovere (2001, p. 9), é por meio da auditoria que:

[...] passa a ser possível identificar os pontos “fracos”, aqueles passíveis e falhas frequentes, e pontos “fortes”, nos quais não se registram problemas na maioria das análises. A aplicação sistemática e periódica deste instrumento de verificação possibilita uma análise estatística das ocorrências de falhas mais frequentes [...]. Dessa forma, o sistema de gestão ambiental passou a sistematizar a prática da auditoria ambiental como uma etapa no processo de aprimoramento contínuo, ou seja, as medidas necessárias à correção dos erros e à extinção dos pontos “fracos” passaram a ser rotina e a prevenção começou a se tornar a tônica do novo instrumento de gestão.

Então, a auditoria de SGA verifica todos os setores de uma empresa, desde os fortes aos fracos, no intuito de aprimorar as atividades econômicas e avaliar se o sistema foi devidamente implantado e se as ações incorporadas na empresa estão sendo devidamente seguidas para possível anulação de erros e pontos fracos.

Nesse seguimento a NBR ISO 14001, também menciona a auditoria e recomenda que todas as organizações optantes do SGA. A empresa deve se valer da auditoria com vistas a verificar se o sistema está sendo devidamente seguido e a adequação aos requisitos sugeridos pela norma, bem como em relação à legislação ambiental vigente e auditorias anteriormente aplicadas (NBR ISO 14001).

No caso da aplicação da auditoria, da implantação do SGA e o envolvimento da administração, é essencial, pois caso contrário os resultados não serão satisfatórios, uma vez que, para garantia de sua objetividade e eficácia é indispensável à confiança e envolvimento da administração da empresa junto à equipe da auditoria (DONAIRE, 2009).

Nesta perspectiva, La Rovere também faz menção ao comprometimento da administração nos resultados apresentados pela auditoria:

A auditoria ambiental, quando usada como instrumento de controle de critérios e medidas estipulados com o objetivo de evitar a degradação e possíveis acidentes, deve contar com o comprometimento da alta direção da empresa para com a proteção do meio ambiente e a adoção das medidas corretivas que se façam necessárias. A alta direção deve estar consciente de que a aplicação da auditoria ambiental dar-lhe-á a verdadeira imagem do que ocorre em sua empresa, proporcionando a montagem de um perfil realístico dos seus pontos críticos e falhos. (LA ROVERE, 2001, p. 18).

Além do mais, é necessário mencionar que a auditoria de SGA, assim como outras formas de auditorias, abrange e considera todos os setores da empresa, sejam no tocante ao ambiente interno, o qual corresponde a suas instalações, funcionários e as

próprias atividades realizadas, bem como em seu ambiente externo, que engloba também equipamentos, mas, além disso, outras instalações, meio ambiente e população próxima. O autor antes mencionado afirma que:

[...] para que haja consistência nos resultados é importante que as auditorias ambientais nas diversas unidades das empresas e nos distintos períodos sigam padrões semelhantes de abrangência [...]. Os impactos ambientais das empresas não se limitam ao interior desta [...]. Portanto é necessário que a equipe de auditores ambientais considere o entorno da unidade submetida a auditoria, identificando os possíveis impactos e o cumprimento dos critérios estabelecidos para a auditoria [...] é recomendável que o auditor entreviste pessoas que residam em seu entorno, identificando as potenciais reivindicações à unidade (LA ROVERE, 2001, p. 18).

Posto isto, é necessário enfatizar que, mesmo sendo um instrumento importante para a gestão ambiental empresarial, a auditoria não a substitui a gestão. Assim, conforme menciona La Rovere (2001, p. 17): a “[...] auditoria ambiental é um instrumento para a gestão ambiental empresarial, mas não a substitui.”

Logo, é por intermédio da avaliação da auditoria que poderá haver implantação correta de um SGA, visto que a auditoria não substitui este sistema, mas sim trabalha em conjunto, promovendo sua eficácia, e assim, abrindo possível caminho para a certificação da empresa que opta por esta solução. Pois, apenas com o comprometimento ao SGA e a devida aplicação da auditoria, é que haverá de forma gradativa, melhorias em todas as atividades, desde redução de custos a diminuição das agressões ao meio ambiente, promovendo a preservação e boa imagem da empresa.

A aplicação de auditorias em empresas que possuem um SGA, requer comprometimento e responsabilidade de todos os envolvidos, desde sua administração a seus funcionários, pois, apenas, com esse compromisso perante a questão ambiental haverá melhoria contínua. É assim que a auditoria poderá outorgar credibilidade ao SGA de uma empresa e propiciar outros benefícios advindos da opção por este sistema.

3.2 Auditoria ambiental: Um caminho de transformação do sistema produtivo da empresa

Diante da forte influência do mercado e dos consumidores, a busca pela qualidade produtiva e de atividades adequadas às questões ambientais, as empresas em geral são obrigadas a implantar meios de contenção das agressões ambientais, objetivando a qualidade dos seus produtos e serviços, o que ocasionou uma crescente propensão às avaliações de auditorias empresariais nos dias atuais.

No entendimento de La Rovere (2001), a aplicação de uma auditoria eficiente é fundamental, uma vez que, contribui para a melhoria de todos os aspectos empresariais e também gera benefícios ambientais a toda a população. Assim, para que um processo de auditoria ambiental seja eficiente, é importante que seja definido entre auditor líder e cliente, o objetivo e o escopo da mesma.

O planejamento de uma auditoria, conforme mencionado, deve ser definido seus objetivos e escopo, ou seja, ela deve atender as expectativas e necessidades do cliente da mesma. O escopo deve estar definido de forma clara, quanto ao campo de atuação. É nesse sentido, que La Rovere aponta alguns aspectos para delimitação do escopo:

[...] Na delimitação do escopo da auditoria considera-se: Localização geográfica: define-se onde será realizada a auditoria [...]; Limites organizacionais: define-se [...] se a auditoria será aplicada em toda organização [...]; Objeto de auditoria: define-se o que será auditado, isto é, se a auditoria ambiental será aplicada em conjunto com auditorias de saúde, segurança do trabalhador, qualidade do processo produtivo, análise de risco, etc.; Período: define-se o período, isto é, a data a partir da qual serão levantadas as informações e as evidências de conformidade e de não-conformidade da unidade submetida a auditoria[...]; Tema ambiental: avalia-se quais os itens serão avaliados na auditoria [...] (LA ROVERE, 2001, p. 30).

Para o mesmo autor (2001) uma vez estabelecido o objetivo e o escopo, por intermédio dos aspectos acima mencionados é necessária a definição do critério a ser seguido na auditoria ambiental, o qual corresponde às políticas, práticas, regulamentos dentre outros dispositivos a serem utilizados pelo auditor na coleta das evidências. Além disso, a empresa auditada deve disponibilizar recursos suficientes ao apoio da auditoria e selecionar uma equipe de auditores adequados. A partir deste planejamento é que se inicia o preparo de uma auditoria. Essencial a esta preparação, é a aceitação e colaboração do auditado. Nesta etapa é objetivado minimizar o tempo despendido pelos auditores na empresa, o que acarretaria em mais custos ao auditado.

O auditor em contato com o auditado coletará informações básicas, por meio de um documento denominado check list, que se trata de uma lista de aspectos relevantes, como é o caso da razão social da empresa, licenciamentos, registros, organograma gerencial, mercado em que a unidade atua, fluxograma do processo de produção, registro e inventário de poluentes, registro de acidentes, legislação pertinente, bem como relatórios de auditorias anteriores. Tais questionamentos são relevantes para avaliar as conformidades e inconformidades da empresa. De posse destas informações os auditores as analisam, estabelecem e preparam os instrumentos e documentos necessários à atividade de campo (LA ROVERE, 2001).

É visto que em relação à auditoria, diversos critérios são analisados, para então ser iniciada a averiguação de campo. É de extremo cuidado a pesquisa e conhecimento da unidade a ser auditada, para que não ocorram erros quanto aos objetivos iniciais fixados junto à empresa, para que o planejamento esteja de acordo com todos os dados fornecidos.

Embora o planejamento da auditoria aparente certa facilidade, a NBR ISO 19011/2002, que trata das diretrizes para auditorias de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental, recomenda e seu requisito 6.4.1, que o plano de auditoria inclua o seguinte:

a) os objetivos da auditoria; b) o critério de auditoria e qualquer documento de referência; c) o escopo da auditoria, inclusive com identificação das unidades

organizacionais e funcionais e processos a serem auditados; d) as datas e lugares onde as atividades de auditoria no local serão realizadas; e) o tempo esperado e duração de atividades de auditoria no local, inclusive reuniões com a direção do auditado e reuniões da equipe da auditoria; f) as funções e responsabilidades dos membros da equipe da auditoria e das pessoas acompanhantes; g) a alocação de recursos apropriados para áreas críticas da auditoria. Convém que o plano de auditoria também inclua o seguinte, se apropriado: h) identificação do representante do auditado na auditoria; i) o idioma de trabalho e do relatório da auditoria, se ele for diferente do idioma do auditor e/ou do auditado; j) os principais pontos do relatório de auditoria; k) arranjos de logística (viagem, instalações no local, etc.); l) assuntos relacionados a confidencialidade; m) quaisquer ações de acompanhamento de auditoria. Convém que o plano seja analisado criticamente e aceito pelo cliente da auditoria, e convém que seja apresentado ao auditado antes do início das atividades de auditoria no local (NBR ISO 19011).

Quando o auditor segue tais requisitos, torna-se maior a garantia de sucesso no desenrolar da auditoria, uma vez que, o plano deve ser criticamente analisado. Também é fundamental o aceite deste pela empresa auditada, para então, dar início as atividades de auditoria no local.

Na aplicação da auditoria, todos os trabalhadores e administradores da unidade devem estar cientes da data de sua realização, sendo que, nesta etapa haverá a identificação das não conformidades supostamente encontradas nas averiguações e documentos juntados na pré-auditoria. A sua aplicação no local se inicia por uma reunião de abertura, na qual os auditores se apresentam e expõem a todos interessados da unidade os objetivos da auditoria e o modo como pretendem conduzi-la. De outra forma, os auditados também se apresentam e informam de que forma poderão auxiliar na condução da mesma (LA ROVERE, 2001).

É importante que a data da realização seja de conhecimento de todos os interessados da empresa, Também, os auditores levem ao conhecimento da unidade auditada e como funciona sua gestão, a fim de coletar evidências, as quais serão o suporte para a auditoria. Então:

As evidências são obtidas em entrevistas com empregados; observação das práticas de trabalho; exame dos processos de produção; controle dos equipamentos; e revisão da documentação, tais como, manuais de procedimento, manifestos de resíduos, mapas de risco. O protocolo ou a lista de verificação auxiliam na coleta de evidências, direcionando a atuação dos auditores de modo que estes não se desviem do objetivo da auditoria [...]. A coleta de informações precisas deve ir além da simples observação de documentos preexistentes, para tanto, pode-se usar, alternativamente ou cumulativamente, três técnicas: Entrevista [...], observação [...] teste de verificação: úteis para avaliar os sistemas de controle interno [...] bem como, para identificar a conformidade com os critérios da auditoria em situações de atividade "anormais" na unidade (LA ROVERE, 2001, p. 37).

Após esta importante etapa, que verifica todo o sistema da empresa e coleta de

dados importantes para conclusão da auditoria, vem a apresentação dos resultados obtidos através das evidências coletadas e avaliadas.

Ao fim do trabalho de campo os auditores devem apresentar aos interessados o que foi detectado durante a auditoria, para que a empresa conheça logo as evidências, e assim, sanar suas dúvidas ou eventuais desentendimentos por parte dos auditores. Em seguida os mesmos informam as recomendações de cunho imediato com ênfase nos itens que apresentam maiores riscos, ocorrendo a definição do tempo para o relatório final, Então, através desta reunião é que se encerra a auditoria no local e em seguida é gerado o seu relatório (LA ROVERE, 2001).

O autor antes mencionado (2001) afirma ser, será através do relatório final que o resultado da auditoria é registrado e deve ser de forma clara e concisa, garantindo que todas as não conformidades e fatos relevantes estejam elencados neste relatório. Nesse contexto a NBR ISO 19011 em seu requisito 6.6.1, faz menção à forma como deve ser o relatório e o que este deve observar em seu conteúdo:

[...] a) os objetivos da auditoria; b) o escopo da auditoria, particularmente a identificação das unidades organizacionais e funcionais ou os processos auditados e o período de tempo coberto; c) identificação do cliente da auditoria; d) identificação do líder da equipe da auditoria e seus membros; e) as datas e lugares onde as atividades da auditoria no local foram realizadas; f) o critério da auditoria; g) as constatações da auditoria; h) as conclusões da auditoria; O relatório da auditoria também pode incluir ou poder ser referir ao seguinte, se apropriado: i) o plano de auditoria; j) uma lista de representantes do auditado; k) um resumo do processo de auditoria incluindo obstáculos e/ou incertezas encontrados que poderiam diminuir a confiabilidade das conclusões da auditoria; l) a confirmação de que os objetivos da auditoria foram atendidos dentro do escopo da auditoria e em conformidade com o plano de auditoria; m) quaisquer áreas não cobertas, embora dentro do escopo da auditoria; n) quaisquer opiniões divergentes e não resolvidas entre a equipe da auditoria e o auditado; o) as recomendações para melhoria, se especificado nos objetivos da auditoria; p) o plano de ação de acompanhamento negociado, se existir; q) uma declaração da natureza confidencial dos conteúdos; r) a lista de distribuição do relatório da auditoria (NBR ISO 19011).

Diante destes requisitos, o relatório deve ser redigido de maneira específica e completa, havendo uma revisão, para posterior distribuição aos interessados discriminados neste documento final. Após o encerramento destas etapas da auditoria, os responsáveis pela unidade auditada podem se valer de um plano de ação, tomando como ponto inicial as não conformidades encontradas, para posteriormente, adoção dos meios de correção. Esta é a forma utilizada, quando uma auditoria está inserida num programa ou sistema de gestão ambiental (LA ROVERE, 2001).

Importa salientar que, a administração da empresa auditada deve extrair grande proveito da aplicação de uma auditoria, como fora verificado pelas etapas deste mecanismo, pois a mesma tem a oportunidade de conhecer seus pontos fracos e fortes. Em relação as não conformidades, pode encontrar meios de melhoria e investir numa gestão sustentável

como determina a legislação ambiental em vigor.

Atualmente, há inúmeras situações, em que as empresas julgam-se em conformidade legal. Ao passarem por alguma auditoria ambiental podem ser constatadas muitas irregularidades. Mas, um dos grandes motivos é o fato de que, existem empresas que não conseguem constatar os benefícios advindos da auditoria ambiental, pois só levam em consideração os altos custos e supostas desvantagens.

Nos casos em que há comprometimento da direção da empresa e disponibilização de recursos, a auditoria ambiental permite obter vários benefícios, como menciona La Rovere (2001):

- 1) Identificação e registro das conformidades e das não conformidades com a legislação;
- 2) Prevenção de acidentes ambientais;
- 3) Melhor imagem da empresa junto ao público, à comunidade e ao setor público;
- 4) Provisão de informação à alta administração da empresa, evitando surpresas;
- 5) Assessoramento aos gestores na implementação da qualidade ambiental;
- 6) Avaliação, controle e redução do impacto ambiental;
- 7) Minimização de resíduos gerados;
- 8) Promoção de processo de conscientização ambiental;
- 9) Produção e organização de informações ambientais consistentes e atualizadas do desenvolvimento ambiental da empresa.

Já, em relação às desvantagens, que não necessariamente podem ser expostas como desvantagens, e sim como consequências, as quais podem surgir da aplicação da auditoria, segundo o autor antes mencionado (2001):

- 1) a necessidade de recursos adicionais para implantar a auditoria ambiental;
- 2) possibilidade de ocorrerem dispêndios inesperados e de valor expressivo para atender as não conformidades encontradas pela auditoria;
- 3) indicar falsa sensação de segurança sobre riscos ambientais, caso a auditoria seja conduzida de forma ineficaz e errônea;
- 4) possibilidade de sofrer pressões de órgãos governamentais e grupos ambientais para demonstrar os resultados da auditoria.

Em relação as desvantagem que trata da exposição do relatório da auditoria, ou seja, da informação das não conformidades a órgãos governamentais ou grupos ambientais, isto fica a critério da empresa, a qual não é obrigada a divulgar os resultados. Já, a divulgação por parte dos auditores só é permitida com expressa autorização da empresa auditada (LA ROVERE, 2001).

Uma vez mencionadas às vantagens e supostas desvantagens, é necessário entender que, são expressivas as vantagens decorrentes da aplicação de uma auditoria, seja ela nas instalações ou arredores de uma empresa. Apesar da empresa que fora auditada incorrer em certos riscos com gastos e dispêndio de valores, dos quais, talvez, não dispunha inicialmente para proceder as correções em relação as não conformidades, é somente pelo seu comprometimento com as avaliações da auditoria e suas análises dos problemas encontrados, que haverá a transformação da empresa rumo a sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, cada etapa pertencente à auditoria ambiental, é importante a busca de problemas empresariais em sua gestão, instalações, produtos ou serviços. Ela fornece a informação destes problemas, para que a empresa auditada possa iniciar as correções necessárias e adequação do controle operacional. Além disso, como visto anteriormente, a auditoria se vale desde a criação de objetivos e critérios, de questionamentos sobre os registros, organograma gerencial, mercado em que a unidade atua, seu fluxograma do processo de produção, inventário de poluentes, registro de acidentes, bem como a legislação pertinente.

Neste sentido, a auditoria como forma de transformação empresarial, pode ter seu primórdio, tanto no que diz respeito às instalações da empresa, podendo aprimorá-las, quanto na melhoria do trabalho e saúde dos funcionários e da população dos arredores. Do mesmo modo, ela pode contribuir para a minimização dos impactos ao meio ambiente, pois, prepara a empresa para os proprietários e a sua estrutura de gestão realizar as inspeções e determinar as adequações a serem realizadas.

De outra forma, a auditoria salvaguardará a empresa e gestores de possíveis processos ambientais no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como dos processos Judiciais. Evita a poluição do ambiente interno e externo onde a empresa desenvolve suas atividades produtivas e contribui na preservação do equilíbrio ambiental, da sadia qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável no seu aspecto ambiental e econômico.

A aplicação da auditoria privada numa empresa, quando ocorre a contribuição da sua administração, serve para buscar soluções para as instalações, produtos, formas de trabalho e funcionários, é que se poderão evitar maiores danos ao ambiente.

Uma auditoria em qualquer empresa que se valha deste mecanismo trará benefícios, tanto para a empresa auditada, quanto para meio ambiente em todas as suas interfaces. Além de garantir segurança no aspecto econômico, a aplicação da auditoria e seus ajustes garantem também, qualidade de trabalho para os funcionários, qualidade de vida para a população em torno do estabelecimento empresarial, melhor qualidade dos seus produtos, melhor custo benefício, dentre outros fatores já mencionados.

Portanto, as empresas localizadas no meio rural e urbano como organizações transformadoras, ao optarem pela aplicação de auditorias ambientais para garantir sua conformidade, irão contribuir para preservação dos recursos naturais e meio ambiente como um todo, bem como a sadia qualidade de vida da população. Construirão uma boa imagem de seus produtos e serviços perante a sociedade e, possivelmente, farão com que esta mesma sociedade opte e prefira por seus produtos e serviços sustentáveis.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico, no presente momento, contribui muito para a poluição

ambiental e a sua degradação, pois, quanto maior o crescimento populacional e econômico, maior torna-se o consumo de recursos naturais, considerando o modelo de crescimento que é utilizado na atualidade. Neste contexto, a auditoria ambiental fica evidenciada como um importante instrumento na promoção da adequação das empresas e redução de impactos, pois, as mesmas têm importante papel na preservação e recuperação ambiental.

É por meio da auditoria privada a ser desenvolvida no âmbito das empresas, que as mesmas têm a oportunidade de melhorar seus índices de desenvolvimento econômico e ambiental, tanto na sua área interna, quanto externa, mediante seus produtos e serviços.

Para tanto, a aplicação de auditorias em empresas que possuem um SGA, requer comprometimento e responsabilidade de todos os envolvidos, desde sua alta administração até seus funcionários, pois, apenas, com esse compromisso perante a questão ambiental é que a auditoria poderá outorgar credibilidade ao SGA de uma empresa e propiciar outros benefícios advindos da opção deste sistema.

Cada etapa da auditoria ambiental busca detectar problemas empresariais, sendo estes em sua gestão, instalações, produtos ou serviços. Ela fornece as informações sobre tais problemas para que, a empresa auditada possa iniciar as correções necessárias a adequação do controle operacional, pois se vale desde a criação de objetivos e critérios, até os questionamentos sobre registros, organograma gerencial, mercado em que a unidade trabalha, fluxograma do processo de produção, inventário de poluentes, registro de acidentes, bem como a legislação pertinente.

Como forma de transformação empresarial, a auditoria fornece informações no que diz respeito às instalações da empresa, podendo aprimorá-las, quanto na melhoria do trabalho e saúde dos funcionários e a população dos arredores da empresa auditada. Do mesmo modo que pode contribuir para a minimização de impactos ao meio ambiente. Ainda, ela também prepara a empresa para inspeção dos órgãos superiores e ocasiona a diminuição da poluição, dos gastos desnecessários.

Diante do exposto, o fato das empresas se valerem das auditorias ambientais para garantir o desenvolvimento das suas atividades, salienta-se que, a devida aplicação de uma auditoria ambiental nas empresas, bem como avaliação de seu SGA, contribui de forma positiva para a minimização de impactos e degradações. Garante a propagação dos recursos ambientais às presentes e próximas gerações, transformando-se num instrumento que contribui com o desenvolvimento sustentável no seu aspecto econômico e ambiental. Assim, fica confirmada a hipótese provisória de que, a devida execução da auditoria ambiental no sistema de gestão das empresas localizadas no meio rural e urbano, se constitui num fator determinante para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001**. Trata sobre Sistemas de Gestão Ambiental. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.labogefiesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf>. Acesso em: 07 de março de 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 19011**. Dispõe de diretrizes para auditorias de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental. Disponível em:<<http://www.cefetsp.br/edu/jcaruso/apostilas/iso19011.pdf>>. Acesso em: 07 de março de 2022.

ASSUMPÇÃO, Luiz Fernando Joly. **Sistema de Gestão Ambiental: Manual Prático para Implementação de SGA e Certificação ISO 14.001/2004**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 07 de março de 2022.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. 11. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas S.A, 1999.

LA ROVERE, Emilio Lébre.(Coord.). **Manual de auditoria ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PEREIRA, José Mathias. **Manual de Metodologia da Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S. A, 2019.

PERFIL Y DIAGNOSTICO SITUACIONAL DE LAS INSTITUCIONES DE MICROFINANCIAMIENTO

Data de aceite: 02/05/2022

Marco Vinicio Juño Delgado

Doctor en Administración por la Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez de Juliaca
UANCV
<https://orcid.org/0000-0002-0662-985X>

RESUMEN: El presente trabajo de investigación tiene por objetivo clasificar a las instituciones de micro financiamiento en la Región de Puno según similitud de características y realizar un diagnóstico situacional, como acto inicial para promover la competitividad. La naturaleza de este trabajo es un estudio de caso, de carácter analítico y descriptivo, desarrollado por medio de la aplicación de un cuestionario a los gerentes de las micro financieras y es producto de la obtención de un grado académico a nivel de maestría en la Universidad Nacional del Altiplano. Las instituciones de microcrédito no reguladas por la SBS tuvieron como principal motivación el de contribuir en la reducción de la pobreza, llegando a los lugares donde las instituciones reguladas no tenían acceso e incorporar esa población de bajos ingresos a la sociedad para que tengan mayores beneficios sociales. Atienden a la población individual y en grupo inclusive en áreas rurales e incrementan el capital de giro, con la finalidad de lograr mejoras económicas y sociales. La mayor parte de estas instituciones presentan tasas de morosidad elevadas y altos costos de operación, que influye en las tasas de interés aplicadas. Estas instituciones cuentan con un patrimonio reducido,

y eso no permite la expansión y diversificación de productos financieros. Las instituciones de micro financiamiento no reguladas, no cuentan con recursos suficientes para capacitar a sus funcionarios para operar eficientemente con microcréditos, la toma de decisiones está centralizada en la capital (Lima), originando una limitación en la administración autónoma de esas instituciones.

PALABRAS CLAVE: Microcrédito, financiamiento, pequeñas empresas, Puno.

ABSTRACT: The objective of this research work is to classify the microfinance institutions in the Puno Region according to similarity of characteristics and to carry out a situational diagnosis, as an initial act to promote competitiveness. The nature of this work is a case study, of an analytical and descriptive nature, developed through the application of a questionnaire to the managers of the microfinance companies and is the product of obtaining an academic degree at the master's level at the University Highland National. The main motivation of microcredit institutions not regulated by the SBS was to contribute to poverty reduction, reaching places where regulated institutions did not have access and incorporating this low-income population into society so that they have greater social benefits. . They serve the individual and group population, including in rural areas, and increase working capital, in order to achieve economic and social improvements. Most of these institutions have high delinquency rates and high operating costs, which influences the interest rates applied. These institutions have a low equity, and that does not allow the

expansion and diversification of financial products. Unregulated microfinance institutions do not have sufficient resources to train their officials to operate efficiently with microcredits, decision making is centralized in the capital (Lima), causing a limitation in the autonomous administration of these institutions.

KEYWORDS: Microcredit, financing, small businesses, Puno.

1 | INTRODUCCION

El microcrédito, es una política social que tuvo suceso a inicios de este siglo, como una alternativa nueva para combatir la pobreza y promover el desenvolvimiento de los sectores de bajos ingresos a través de la creación de la MYPE. Por consiguiente, el microcrédito es una alternativa orientada a proveer pequeños préstamos a las personas de bajos ingresos, para financiar proyectos o empresas con el objetivo de generar ingresos y nuevas fuentes de trabajo.

En este sentido, se destaca el papel central que deben desempeñar las Instituciones Financieras a través del microcrédito, ofreciendo un programa de apoyo integral que permita a estas empresas contar con el financiamiento apropiado, los recursos y asistencia técnica para que su transformación se logre en el menor plazo y al menor costo posible.

En la Región Puno, las MYPES no han logrado alcanzar el desarrollo esperado, éstas presentan una situación de estancamiento, escaso crecimiento y desarrollo en comparación a empresas de las mismas características de la capital y del exterior, fenómeno que se debe entre otros factores a uno fundamental: la aplicación de nuevos mecanismos de microcrédito; ya que la aplicación de los créditos individuales a productores no organizados, los fondos rotatorios, la garantía grupal y los fondos de garantía son mecanismos que por una serie de razones no han dado el resultado que se esperaba de ellos.

El enunciado precedente, induce a plantear el problema a partir de las interrogantes siguientes: ¿De qué manera modifica el conocimiento sobre el diagnóstico situacional de las Empresas que brindan microfinanciamiento en su mejoramiento competitivo de las mismas?, ¿Cómo están clasificadas las instituciones que brindan microfinanciamiento en el mercado de servicios orientados a ese giro en la Región de Puno?

El objetivo es clasificar a las instituciones de micro financiamiento en la Región de Puno según similitud de características y realizar un diagnóstico situacional de las instituciones de micro financiamiento en la Región de Puno como acto inicial para promover la competitividad.

La oferta de microcrédito y el desarrollo de las instituciones de micro financiamiento

Reflejando el impacto de los factores favorables ligados a la estabilidad macroeconómica, el crecimiento del aparato productivo y la reforma financiera, el crédito a la microempresa ha alcanzado un importante desarrollo en el Perú en los primeros años de este siglo, registrándose una cartera vigente de US\$ 390 millones a fines del 2004.

Esta ampliación de la frontera del sistema financiero formal es un fenómeno bastante reciente, dado que las Cajas Municipales de Ahorro y Crédito (CMACs), las Cajas Rurales de Ahorro y Crédito (CRACs), las Entidades de Desarrollo para la Pequeña y Microempresa (EDPYMES) y MIBANCO, se han consolidado como entidades especializadas en este tipo de financiamiento.

a) CMACs

Las Cajas Municipales de Ahorro y Crédito son instituciones financieras de derecho público con autonomía económica, financiera y administrativa. Se fundaron según el modelo de las Cajas Municipales Alemanas con los objetivos de descentralización financiera y democratización del crédito. Constituyen las entidades más importantes en el financiamiento de la microempresa en el Perú, llegando a varios sectores de la población no atendidos por el sistema financiero tradicional. En estos últimos años han multiplicado sus colocaciones, logrando elevados niveles de eficiencia, productividad y rentabilidad, con lo que muestran una clara viabilidad financiera.

b) CRACs

Las Cajas Rurales de Ahorro y Crédito presentan resultados más modestos. También debe destacarse que las cajas rurales enfrentan dificultades varias: sobredimensionamiento de la administración, deterioro de la cartera de colocaciones, altos costos operativos lo que hace que su sostenibilidad financiera todavía no esté asegurada, lo que se expresa en una cartera atrasada del 17.5%, y motivó el cierre de algunas de ellas por la SBS.

c) EDPYMES

Como parte de los esfuerzos del sector público para promover el financiamiento de las pequeñas unidades empresariales, se autorizó, la constitución de las EDPYMES (Entidades de Desarrollo para la Pequeña y Microempresa) para facilitar la conversión de las ONGs crediticias en instituciones financieras formales y propiciar el establecimiento de nuevas empresas orientadas a dicho segmento del mercado por parte de inversionistas privados. La creación de las EDPYMES forma parte de una estrategia de upgrading en el proceso de construcción de institucionalidad adecuada para el financiamiento de las PYMES, ante el limitado interés mostrado por la banca comercial en este segmento del mercado.

2 | METODOS

El tipo de estudio es exploratorio descriptivo, que está dirigido a responder los objetivos señalados en el análisis del microcrédito para el desarrollo de la MYPE en la Región de Puno. La hipótesis que se plantea es que: La ejecución de un diagnóstico situacional de las instituciones de micro financiamiento que brindan sus servicios en la Región Puno es un acto inicial para promover su mejoramiento competitivo de las mismas.

El Modelo para la verificación de la hipótesis se basa en el Análisis Estratégico: el que se realiza basándose en fuentes primarias (la observación, el cuestionario, la entrevista y los grupos focales), y en las fuentes secundarias (información estadística y bibliográfica), las que están ligadas a dos tipos de análisis: El análisis de la oferta y la demanda y el análisis FODA. La oferta está constituido por todos los servicios ofrecidos por las diferentes instituciones de micro financiamiento, sus determinantes son el precio, los precios de los factores de producción, la tecnología, las expectativas, etc. La Demanda, es la necesidad expresada en requerimientos de servicios por parte de la población. Sus determinantes son el precio, la renta, los precios de los bienes relacionados con el producto que ofertamos, los gustos y las expectativas. El análisis FODA, es la sigla usada para referirse a una herramienta analítica que le permitirá trabajar con toda la información que posea de las Instituciones de Microfinanciamiento, útil para examinar sus Fortalezas, Oportunidades, debilidades y Amenazas.

El ámbito de estudio del presente trabajo de investigación es a nivel de la Región de Puno y la unidad central de análisis son las Instituciones de Microfinanciamiento con cobertura en la Región de Puno y la aplicación de encuestas a los gerentes de las instituciones de micro financiamiento y a los emprendedores. La población está determinada por 18 Instituciones de Micro financiamiento de la Región Puno.

Instituciones Reguladas por la SBS	Instituciones no Reguladas por la SBS
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Arequipa	Asociación Benéfica Prisma
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Tacna	Adra Ofasa
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Cusco	Cámara de Comercio y de la Producción
Caja Rural Los Andes	ProMujer
Caja Rural Los Andes (Fideicomiso)	Movimiento Manuela Ramos
Mi Banco Puno	Redes Rurales de Microcrédito (Foncodes)
Mi Banco Juliaca	Caritas Perú
Compartamos Puno	Caritas Juli
Compartamos Juliaca	Eclof Perú

Tabla 1 - Instituciones de Microcrédito en la Región de Puno

Fuente: SUNAT (2019), Elaboración propia

Para facilitar el levantamiento de la información del trabajo de investigación se aplicaron dos técnicas: Las entrevistas mediante una encuesta estandarizadas y la revisión de la información histórica cuya fuente son la información de la SBS y de la SUNAT, información de la Cámara de Comercio de Puno y la información de la Dirección de Industria con sus correspondientes instrumentos de recolección.

3 I RESULTADOS

Estructura de las instituciones de Microcrédito en la Región de Puno

La motivación para operar en el mercado de microcrédito en la Región de Puno fue básicamente debido a que esas instituciones tenían necesidades de explorar nuevos mercados donde todavía no tenían acceso los pequeños y microempresarios; procurando la diversificación de su cartera y el posicionamiento del mercado de microcrédito (Tabla 2).

Instituciones de Micro Financiamiento	Estructura	Motivación para operar Microcréditos
Instituciones de Micro Financiamiento Reguladas por la SBS		
Caja Municipal de Ahorro y Crédito de Arequipa	CMAC	Diversificación de prestatarios, Exploración de nuevos mercados
Caja Municipal de Ahorro y Crédito de Tacna	CMAC	Exploración de nuevos mercados
Caja Municipal de Ahorro y Crédito del Cusco	CMAC	Apoyo a la MYPE
Caja Rural de Ahorro y Crédito Los Andes	CRAC	Posicionamiento del mercado y especialización en Microfinanzas
Caja Rural de Ahorro y Crédito Los Andes (Fideicomiso)	CRAC	Aumento de beneficios Exploración de nuevos mercados
Mi Banco Juliaca	Asoc. Civil	Aumento de beneficios Exploración de nuevos mercados
Mi Banco Puno	Asoc. Civil	Exploración de nuevos mercados
Compartamos (Juliaca)	Asoc. Civil	Exploración de nuevos mercados, acceso al crédito de sectores de menores recursos
Compartamos (Puno)	Asoc. Civil	Cumplir con los requerimientos del Gobierno
Instituciones de Micro Financiamiento no Reguladas por la SBS		
Asociación Benéfica Prisma	ONG	Reducción de la pobreza
Adra OFASA	ONG	Diversificación de los prestatarios
Cámara de Comercio y la Producción de Puno	ONG	Necesidades de MYPES
Pro Mujer	ONG	Ayuda a las mujeres de MYPES
Asociación Manuela Ramos	ONG	
Caritas del Perú (Juli)	ONG	Disminuir la pobreza extrema
Redes rurales de Microcrédito (FONCODES)		
- Red Rural (Cojata)	Red	Llegar a áreas de extrema pobreza
- Red Rural (Cabanillas)	Red	Cumplir con los requerimientos del Gbo.
- Red Rural (Putina)	Red	Acceso y oportunidades de la MYPE en el sector rural
Eclof Perú	ONG	Aumento de beneficios

Tabla 2 - Estructura y Motivación para operar Microcréditos en la Región Puno

Fuente: Instituciones De Micro Financiamiento. Elaboración: Propia

Las instituciones de microcrédito no reguladas por la SBS tuvieron como principal motivación para operar en el mercado de microcrédito en la Región contribuir en la reducción de la pobreza, llegando a los lugares donde las instituciones reguladas no tenían acceso e incorporar esa población de bajos ingresos a la sociedad y así mismo tengan mayores beneficios sociales

Instituciones de Micro Financiamiento no reguladas por la SBS, atienden a la población individual y en grupo, incrementa el capital de giro, mejora económica y social, la banca formal aun no opera en áreas rurales, los microempresarios tienen acceso al microcrédito y planifican nuevas empresas comerciales, oportunidad del microempresario y fortalecimiento de valores sociales.

VENTAJAS Y DESVENTAJAS DEL MICROCRÉDITO EN LA REGIÓN PUNO

Ventajas de instituciones de micro financiamiento reguladas por la SBS: Atiende los sectores económicos que no son prioridad de los bancos tradicionales, prestatarios con deseos de superación y oportunidades de crédito, alto porcentaje de MYPES sin atención, incrementa capital de giro, bastante movilización de la economía y concurrencia

Ventajas de instituciones de micro financiamiento no reguladas por la SBS: Atienden a la población individual y en grupo, incrementa el capital de giro, mejora económica y social, la banca formal aun no opera en áreas rurales, los microempresarios tienen acceso al microcrédito y planifican nuevas empresas comerciales, oportunidad del microempresario y fortalecimiento de valores sociales

Desventajas de instituciones de micro financiamiento reguladas por la SBS: Informalidad y contrabando, cultura de crédito deficiente en el área rural, culpa del Gobierno, mercado saturado por la concurrencia, falta de garantías

Desventajas de instituciones de micro financiamiento no reguladas por la SBS: Existen muchas instituciones de micro financiamiento, en muchas instituciones los prestatarios están endeudados y entran en morosidad, área de alto riesgo, los préstamos evaluados incorrectamente origina problemas empresariales y familiares, las garantías de los préstamos no son muy fáciles de ejecutar.

Análisis FODA de las instituciones de microcrédito

El análisis FODA es una herramienta muy útil para analizar los procesos y acciones futuras de una empresa. La misma se consigue, mediante el estudio del desempeño presente en el interior de la empresa y de su ambiente externo, evidenciando posibles alternativas de estrategias a ser adoptadas.

Fortalezas de Instituciones de Micro Financiamiento Reguladas por la SBS
<ul style="list-style-type: none"> • Documentación sencilla, rapidez en la atención. • Tecnología para la atención del microcrédito • Credibilidad y solidez en el mercado, calidad de la institución • Funcionarios profesionales y capacitados • Identificación con la Región, experiencia y tecnología de crédito otorgado • Microcrédito al sector rural, funcionarios capacitados para el mercado de microcrédito. • Conocimiento del área. • Promociones mensuales de microcrédito • Atención personalizada y rapidez • Sistema interconectado a nivel nacional
Fortalezas de Instituciones de Micro Financiamiento no Reguladas por la SBS
<ul style="list-style-type: none"> • Tasa de interés razonable • Capacitación y asesoría permanentes • La metodología del microcrédito • Participación de la mujer en la economía familiar y liderazgo dentro de la comunidad. • Equipo profesional compacto de los agentes de crédito • Proximidad al prestatario, variedad de productos crediticios • Funcionarios con experiencia, identificación con la institución • Capacitación en valores, convenios con prefecturas e instituciones del gobierno

Tabla 3 - Fortalezas de las Instituciones de Micro Financiamiento en la Región Puno

Fuente: Instituciones de Micro Financiamiento: Encuesta Procesada

Oportunidades de Instituciones de Micro Financiamiento Reguladas por la SBS
<ul style="list-style-type: none"> • Imagen corporativa, rapidez en el préstamo • Expansión de nuevos mercados tras indicadores favorables de la institución • Mercado rural sin atención, fortalecer política regional • Convenios con otras instituciones para créditos a asociaciones rurales • Captar mayor número de clientes y recuperar prestatarios • Mercado amplio para trabajar • Demanda insatisfecha
Oportunidades de Instituciones de Micro Financiamiento no Reguladas por la SBS
<ul style="list-style-type: none"> • La ciudad de Juliaca es un área comercial • Experiencia de 8 años en áreas de extrema pobreza • Cultura de crédito, contar con organizaciones fortalecidas, participación de la mujer • Tienen concurrencia como otras instituciones de la banca formal • Existencia de prestatarios potenciales que permiten el pago sin problemas • Prestatarios con capacidad de desarrollo • Crecimiento y posicionamiento en el mercado

Tabla 4 -Oportunidades de las Instituciones de Micro Financiamiento en la Región Puno

Fuente instituciones de micro financiamiento: Encuesta Procesada

La mayor parte de estas instituciones presentan tasas de morosidad elevadas, como también, el costo de operación que enfrentan para realizar el préstamo, esto influye en las tasas de interés aplicadas por estas instituciones que están por encima de la media de los productos financieros ofrecidos en el mercado. Estas instituciones cuentan con un patrimonio reducido, y eso no permite la expansión y diversificación de las instituciones frente a su clientela.

Las instituciones de micro financiamiento no reguladas, no cuentan con recursos suficientes para capacitar a sus funcionarios para operar eficientemente con microcréditos,

la toma de decisiones está centralizada en la capital (Lima), originando una limitación en la administración autónoma de esas instituciones, además no tienen acceso a las centrales de riesgo financiero. Asimismo, como las otras instituciones, las no reguladas también tienen debilidades como sus tasas de interés, costos de operación, no poseen políticas de diversificación de cartera y los riesgos financieros son elevados, algunas de esas instituciones trabajan en el área rural

Debilidades en Instituciones de Micro Financiamiento Reguladas por la SBS
<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de información restringida (centrales de riesgo financiero) • Soporte informático • No conocen la institución • Patrimonio reducido (no permite la expansión), salarios mínimos • Falta de diversificación de productos • Costos adicionales (seguros) • Tasas de interés elevadas, morosidad alta • Solamente tiene un producto (micro crédito) • Existencia de organismos supervisores del sistema financiero
Debilidades en Instituciones de Micro Financiamiento no Reguladas por la SBS
<ul style="list-style-type: none"> • No cuentan con una buena capacitación • Dependencia de la central Lima • Falta de integración con otras instituciones de micro financiamiento • Poca difusión en el área rural, no permite conocer posibles prestatarios • No tienen acceso formalmente a la central de riesgos • Áreas de colocación de préstamos, distante a la oficina principal • Falta de funcionarios capacitados

Tabla 5 - Debilidades de las Instituciones de Micro Financiamiento en la Región Puno

Fuente instituciones de micro financiamiento: Encuesta Procesada

Amenazas en Instituciones de Micro Financiamiento Reguladas por la SBS
<ul style="list-style-type: none"> • Préstamo indiscriminado de microcréditos, exceso de endeudamiento • Clientes no miden riesgos financieros • Otras instituciones, Informales, Cooperativas, ONGs, entre otros • Participación del Gobierno directa • Aparición de Agro Banco • Otras instituciones (CMAC), que no solicitan mucha documentación, tasa de interés es menor • Instituciones que operan temporalmente
Amenazas en Instituciones de Micro Financiamiento no Reguladas por la SBS
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de capacitación continua de los prestatarios • Aparición de otras instituciones • En instituciones católicas los prestatarios no pagan • Factores de clima en el área rural considerada de alto riesgo • Falta de una central de riesgos • Cultura de subsidio y donación estrangula los objetivos del microcrédito • Voluntad de no pago del préstamo • Riesgo de pérdida y falta de seguridad del dinero prestado

Tabla 6 - Amenazas de las Instituciones de Micro Financiamiento en la Región Puno

Fuente Instituciones De Micro Financiamiento: Encuesta Procesada

Las instituciones de micro financiamiento no reguladas presentan amenazas casi similares a las reguladas, pero la principal amenaza es que esas instituciones actúan informalmente en el mercado de microcrédito y no tienen que cumplir los requerimientos que la SBS precisa para operar con microcréditos, originando un riesgo operacional preocupante, otra amenaza importante es el aspecto climatológico de la región de Puno, principalmente aquellos préstamos concedidos en el sector rural, debido a que ese tipo de préstamo depende mucho de la producción agropecuaria.

4 | CONCLUSIONES

Según el análisis realizado a las instituciones de micro financiamiento, se ha podido verificar que dentro de sus fortalezas están los requisitos de documentación simple solicitados a los prestatarios; la atención a los clientes es prácticamente personal y en gran porcentaje atienden a la población que no tienen acceso a los bancos tradicionales.

Las oportunidades de estas instituciones para desarrollar su cartera de microcréditos se deben fundamentalmente a que en esta región tiene un gran movimiento comercial por su cercanía fronteriza a Bolivia. No obstante, su concurrencia es mínima en las áreas rurales.

Las debilidades son sus tasas de interés elevadas en relación a la banca tradicional y los sistemas de información de riesgos son restringidos; los costos de operación son elevados y el capital de las instituciones son una limitante para la expansión de nuevos mercados.

Las principales amenazas que impiden el acceso a las instituciones de microcrédito en la Región de Puno es el desconocimiento financiero por parte de los prestatarios, seguido por el alto costo de las operaciones financieras del microcrédito; la falta de políticas por parte del Gobierno en relación a ese producto financiero. La falta de recursos humanos (funcionarios) con conocimientos de microcrédito (capacidades adecuadas) de acuerdo con los objetivos de las instituciones de micro financiamiento; son dificultades importantes que enfrentan para operar y posicionarse en el mercado de microcrédito en la Región de Puno.

Las instituciones de micro financiamiento no reguladas, presentan otro tipo de fortalezas, las cuales están esencialmente ligadas a programas paralelos al microcrédito y a los préstamos que son concedidos principalmente en grupos, evitando de esa manera posibles riesgos de incumplimiento. Otras fortalezas son las fuentes de financiamiento para conceder préstamos, pues se trata de fondos donados o conseguidos en el extranjero que les permite prestar con tasas de interés bajas en comparación con otras instituciones financieras.

REFERENCIAS

ALVARADO, J. UGAZ, F. **Retos del Microfinanciamiento**, Lima: CEPES, 2010.

APOYO CONSULTORIA S.A., **El Sistema Financiero en el Perú: Situación Actual y Perspectivas**, Lima 2012.

ASBANC, **Boletín Estadístico**, varios números.

BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERÚ, **Memoria 2020**.

BARRY, N. **Estado Actual de las Microfinanzas en Latinoamérica**. New York, 2019

BEJAR, H. **La Política Social Peruana entre 2000 y 2005**, *Revista Socialismo y Participación*; N° 70: 53-60, Tomo 79; junio 2008.

BRAC – **BANGLADESH RURAL ADVANCEMENT COMMITTEE. Annual Reports, 2013. Bangladesh, 2014**, disponible en www.brac.net/aboutb.htm.

CARE Perú. **Estrategia del Área de Desarrollo para el periodo 2015 al 2017**. Documento Institucional, Lima, 2018.

COFIDE **Corporación Financiera de Desarrollo, Memoria 2020**.

DE SOTO, H. **El Misterio del Capital**. Lima Perú: Basic Books, 2010

DEL AGUILA, J. “**Banco de Crédito del Perú; Experiencia con la Microempresa**”, 2020, pp. 215 – 218.

FERRARI, C. **Desarrollo, Pobreza y Microfinanzas**, Pontificia Universidad Católica

GONZALES, C. y OTROS (eds.), **El Reto de las Microfinanzas en América Latina: La Visión Actual**, Caracas: CAF, 2011.

GULLI, H. **Microfinanzas y Pobreza. ¿Son validas las Ideas Preconcebidas?**, New York, Banco Interamericano de Desarrollo

HERNANDEZ, R. FERNANDEZ, C. BAPTISTA, P. **Metodología de la Investigación**, III Edición, México-2017

OTERO, C. y WIENER, H. **Financiamiento de la Pequeña y Microempresa: una propuesta alternativa**, Lima: Instituto Peruano de Economía, junio 2018.

POLAR, A. “**La Situación del Sistema Financiero: una visión no coyuntural**”. En Moneda N° 109 y 110, julio y agosto 2018. BCRP.

PORTOCARRERO, F. “**Microfinanzas en el Perú: experiencias y perspectivas**”, Lima: PROPYME, Universidad del Pacífico, 2017, pp. 13 – 59.

ROSALES, R. **Manual de Principios y Practicas para la Regulación y Supervisión del Microcrédito en las Microfinancieras**. Minuta del BID, pág. 35. 2018.

SBS, **Información financiera de CMACs, CRACs, y EDPYMES** al 31.12.18.

TRIVELLI, C. **El Crédito en los Hogares Rurales del Perú**. Lima: CIES, 2017. 73 pp.

VEGA, C.; PRADO, F. **El reto de las Microfinanzas en América Latina: La Visión Actual**. Caracas: Corporación Andina de Fomento, 2018.

VENERO F, H.; YANCARI C. J. **Cientes Potenciales de Micro crédito: ¿Existe una Demanda Potencial en Huancayo?** Instituto de Estudios Peruanos, enero del 2013.

VENERO, H. TRIVELLI, C. **Crédito Rural: Coexistencia de Prestamistas Formales e Informales, racionamiento y auto-racionamiento**. Lima: IEP, 2001. (Documento de Trabajo N° 110).

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E A RELEVÂNCIA DA ECONOMIA CIRCULAR NO PÓS-PANDEMIA

Data de aceite: 02/05/2022

Michele Lins Aracaty e Silva

<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>

<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto

<http://lattes.cnpq.br/2231620814700631>

<https://orcid.org/0000-0003-0479-8585>

RESUMO: As ações empresariais tendo como base os princípios da economia circular fazem parte da realidade das empresas brasileiras em períodos anteriores à pandemia e parte expressiva das empresas afetadas direta e indiretamente pela crise causada pela covid-19 buscou fortalecer ações já implementadas para superar os desafios impostos ou se reposicionar no mercado. Para tanto, temos como objetivo a discussão de práticas de economia circular no cenário de Covid-19 com foco na sustentabilidade empresarial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois, tem a finalidade de estudar diversas abordagens de um mesmo assunto, além disso, pode-se dizer que o respectivo estudo não utiliza dados numéricos. Quanto ao tipo de pesquisa, pode-se dizer que se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental e análise de conteúdo. As práticas da Economia Circular associam o desenvolvimento econômico ao melhor uso de recursos naturais, por meio de novas oportunidades de negócios e da otimização na fabricação de produtos. A ideia é depender menos de matéria-prima virgem, priorizando insumos mais duráveis, recicláveis

e renováveis. Essa tendência faz com que as empresas não apenas reduzam custos e perdas produtivas, mas também criem novas fontes de receita, por exemplo, com estímulo à inserção de matéria-prima secundária nos processos produtivos e fomento ao mercado de troca de resíduos e novos elos na cadeia produtiva.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade Empresarial; Economia Circular; Pós-pandemia.

ABSTRACT: Business actions based on the principles of the circular economy are part of the reality of Brazilian companies in periods prior to the pandemic and a significant part of the companies directly and indirectly affected by the crisis caused by covid-19 sought to strengthen actions already implemented to overcome the challenges imposed or reposition itself in the market. To this end, we aim to discuss circular economy practices in the Covid-19 scenario with a focus on business sustainability. This is a qualitative research, as it aims to study different approaches to the same subject, in addition, it can be said that the respective study does not use numerical data. As for the type of research, it can be said that it is a bibliographic and documental research and content analysis. Circular Economy practices associate economic development with the best use of natural resources, through new business opportunities and optimization in the manufacture of products. The idea is to depend less on virgin raw materials, prioritizing more durable, recyclable and renewable inputs. This trend makes companies not only reduce production costs and losses, but also create new sources of revenue, for example, encouraging

the insertion of secondary raw material in production processes and promoting the waste exchange market and new links in the productive chain.

KEYWORDS: Corporate sustainability; Circular Economy; post-pandemic.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um tema muito debatido atualmente; inclusive quando se trata da adoção de práticas sustentáveis por parte das instituições empresariais. Mas uma questão vem à tona: as mudanças decorrentes da pandemia bem como os pacotes de estímulos deveriam se concentrar em encontrar o caminho de volta ao crescimento ou devem acelerar a mudança que começou em direção a uma economia circular de baixo carbono mais resiliente?

Para Borges (2014), a prática sustentável busca integrar o tripé social-econômico-ambiental, harmonizando rentabilidade financeira e crescimento econômico com a justiça e bem-estar social, a conservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais.

As ações empresariais tendo como base os princípios da economia circular fazem parte da realidade das empresas brasileiras em períodos anteriores à pandemia e parte expressiva das empresas afetadas direta e indiretamente pela crise causada pela pandemia de Covid-19 buscou fortalecer ações já implementadas para superar os desafios impostos ou se reposicionar no mercado.

Assim, este artigo tem como objetivo a discussão de práticas de economia circular no cenário empresarial no pós-pandemia. Para tanto, temos como problemática analisar os pacotes de estímulos e suas aplicações no que tange à busca pelo crescimento econômico ou o fortalecimento de uma economia circular de baixo carbono e mais resiliente? Nossa hipótese é de que as ações empresariais busquem um equilíbrio entre a recuperação econômica e a sustentabilidade empresarial de longo prazo.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois, tem a finalidade de estudar diversas abordagens de um mesmo assunto, além disso, pode-se dizer que o respectivo estudo não utiliza dados numéricos. Quanto ao tipo de pesquisa, pode-se dizer que se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que sua análise parte de materiais já publicados. Este método foi determinante para a construção da fundamentação teórica de todo este estudo. Além disso, ajudou na formulação da questão de pesquisa, na determinação dos objetivos, nos apontamentos das questões norteadoras, bem como no resultado esperado no final deste trabalho.

Observamos que as práticas de economia circular possibilita às empresas não apenas uma expressiva redução nos custos e perdas produtivas, mas também criem novas fontes de receita, por exemplo, com estímulo à inserção de matéria-prima secundária nos processos produtivos e fomento ao mercado de troca de resíduos.

Para tanto, este texto está dividido da seguinte forma: Introdução, Fundamentação

Teórica, Aspectos Metodológicos, Resultados e Considerações Finais e por fim, as Referências utilizadas para embasar este trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sustentabilidade: Conceito e Definição

A Sustentabilidade se caracteriza como a palavra-chave do Desenvolvimento Sustentável, é ela que o define, é através da sustentabilidade que se obtém o tripé sustentável: economia, sociedade e meio ambiente. Para Aquino et al. (2015), é essa palavra que torna indissociável, nos dias de hoje, a produtividade da minimização de efluentes e a racionalização do consumo de insumos.

No período pré-histórico, estima-se que o homem nômade consumia 5 mil kcal/dia, enquanto o agricultor após a revolução neolítica em 5000 a.C. passa a usar 10 mil kcal/dia. Com o advento da urbanização desencadeada ao final da Idade Média (1400 d.C.) e a subsequente ocupação de vastas florestas europeias o consumo elevou-se para 26 mil kcal/dia. Em plena era industrial, por volta da segunda metade do século XIX, o uso massivo do carvão permitiu atingir o nível médio de 77 mil kcal/dia (AQUINO et al. 2015).

Estes dados representam um crescimento de quinze vezes nos últimos doze mil anos, um aumento exponencial no consumo humano com o passar dos anos. O petróleo tende a se posicionar como a principal fonte energética, embora com diminuição da sua participação (cerca de 30%). Haverá um aumento do uso do gás natural e carvão como principais fontes de energia. Existem projetos em andamento a nível mundial, visando aumentar significativamente a participação da energia nuclear, como o Projeto *Generation IV*, por exemplo (AQUINO et al. 2015).

Existem expectativas gigantescas em torno das células combustíveis, que se utiliza do hidrogênio para produção de eletricidade e, da energia nuclear a fusão, que ainda é uma realidade apenas vislumbrada. Olhando o passado, verifica-se que o trinômio: Energia, Desenvolvimento e Degradação, sempre se fizeram presentes durante milhares de anos em todas as grandes civilizações do planeta (SACCARO JUNIOR, 2011A).

Isto demonstra a incansável busca antropológica por fontes de energia e recursos alimentares. A sustentabilidade, como o nome já sugere, é a ferramenta com a qual o homem pode perpetuar o atendimento de suas necessidades justamente porque é através dela que surgem novas fontes ou ainda formas adequadas do uso das fontes já existentes de energia e recursos de forma geral (2011A).

A lógica dos antepassados humanos era muito simples, e assemelha-se em muitos aspectos com a que a humanidade utiliza até os dias atuais. O desenvolvimento era pautado na busca incansável de uma fonte energética que gerasse o custo-benefício mais atraente, e isso era tudo, não havia outras preocupações, como ambientais por exemplo.

A maior parte dessa energia era oriunda de fontes não-renováveis como o carvão vegetal, largamente utilizado nos primórdios da civilização.

Por conta desse tipo de desenvolvimento, vários povos tiveram o seu auge e declínio alicerçados pela durabilidade de seus recursos energéticos, a exemplo da Grécia e Roma. Já a China, deu o primeiro passo em relação ao modelo energético propício ao desenvolvimento. A diversidade energética e uso intenso de fontes renováveis como água e vento, foram capazes de sustentar durante séculos o rápido desenvolvimento Chinês. O tipo de desenvolvimento e a matriz energética utilizada por antepassados são uma prova que eles deixaram. Cabe a sociedade hoje, o tipo de desenvolvimento e qual a herança que ela permitirá deixar para as futuras gerações (AQUINO et al. 2015). E, para que as futuras gerações tenham recursos com qualidade e quantidade suficientes; é necessária a adoção de práticas sustentáveis hoje.

Vale ressaltar que a sustentabilidade como conceito teórico, só surgiu em na Conferência sobre o Ambiente Humano organizada pela ONU em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972. Desde então surgiram vários tratados e reuniões internacionais para discutir a sustentabilidade do mundo (MADEIRA, 2014). A sustentabilidade pode ser entendida como a capacidade humana de atender necessidades hoje, sem comprometer o consumo para atendimento das necessidades das gerações futuras.

Daí o significativo e importante papel da sustentabilidade. É através dela que a humanidade passou a visar não apenas os benefícios econômicos, mas também os benefícios ambientais e sociais. É através da sustentabilidade que o homem se preocupa não apenas com o agora, mas também com o futuro, e é essa a ferramenta teórica, o conceito chave, que o homem deve usar para embasar toda e qualquer ideia de desenvolvimento econômico. Ou os resultados serão catastróficos (SACCARO JUNIOR, 2011 B).

No Brasil, o start acerca da conscientização ambiental em relação às práticas sustentáveis e os impactos das atividades sobre o meio ambiente foi marcado pela Eco-92 que ocorreu no Rio de Janeiro. A Eco-92, também conhecida como Cúpula da Terra, contou com a participação de 178 países com o intuito de discutir sobre a degradação do meio ambiente e as futuras gerações. O resultado da conferência produziu os seguintes documentos: Agenda 21, Convenção da Biodiversidade, Convenção da Desertificação, Convenção das Mudanças Climáticas, Declaração de Princípios sobre Florestas, Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e Carta da Terra. (MARTINS, 2002).

A necessidade do Desenvolvimento Sustentável (DS) como projeto político e social da humanidade tem promovido a conduta de trabalho no sentido de encontrar caminhos para grupos sociais sustentáveis (SALAS-ZAPATA et al., 2011). Desde aí, surge grande quantidade de literatura dedicada ao tema, e sem dúvida uma indefinição de foco. É avassalador o interesse sobre sustentabilidade e as abordagens referentes a estratégias, produção mais limpa, controle da poluição, eficiência ecológica, gestão ambiental, responsabilidade social, ecologia industrial, investimentos éticos, economia verde, designer

ecológico, coleta seletiva, consumo sustentável, resíduos zero (GLAVI; LUKMAN, 2007), entre inúmeros outros termos que prezam pela economia ecologicamente positiva.

As diversas abordagens variam conforme o campo de aplicação (engenharia, economia, arquitetura, geografia, administração, ecologia, entre outras áreas), no qual cada ciência tende a ver apenas um lado do universo (CHICHILNISKY, 1996), entretanto são comuns, pois se voltam para o Desenvolvimento Sustentável. Não é por acaso que os conceitos de sustentabilidade e DS ainda são mal compreendidos (DOVERS; HANDMER, 1992), e em várias ocasiões, são tratados como sinônimos.

Mas nem todos os que pesquisam esses conceitos os compreendem como a mesma coisa. Para Dovers e Handmer (1992) sustentabilidade é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado, e, além disso, o DS é uma via de mudança intencional e melhoria que mantém ou aumenta esse atributo do sistema, ao responder às necessidades da população presente. Em um primeiro momento, o DS é o caminho para se alcançar a sustentabilidade, isto é, a sustentabilidade é o objetivo final, de longo prazo, mas o Desenvolvimento Sustentável é o que a alicerça.

O Desenvolvimento Sustentável é um mecanismo de crescimento a longo prazo que une três esferas, a social, a econômica, e a ambiental. É a capacidade humana de utilizar os recursos e os bens da natureza sem comprometer a disponibilidade desses elementos para gerações futuras (SACCARO JUNIOR, 2012). Para isso ser possível, a sociedade deve adotar padrões de consumo e de aproveitamento de recursos extraídos na natureza de forma a fazer com que não haja uma extinção de tais recursos no futuro, adotando medidas de Economia Circular por exemplo. O desenvolvimento econômico deve ocorrer em paralelo com a sustentabilidade social e ambiental (SACCARO JUNIOR, 2013).

A discussão acerca do Desenvolvimento Sustentável surgiu nos anos de 1970 com o nome de ecodesenvolvimento, a sua definição como sustentável, nos dias de hoje, tem sido objeto de controvérsias pois, para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente sustentado no longo prazo (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado). Os dois primeiros critérios possuem sua gênese no debate sobre desenvolvimento econômico que se abre no pós-segunda guerra; já o terceiro tópico (o ambiental) é recente e teve sua origem marcada na conferência em Estocolmo – Suécia, no ano de 1972 (VEIGA, 2005).

O Desenvolvimento Sustentável tem seu marco histórico na Conferência de Estocolmo em 1972; desde aí as discussões sobre como desenvolver a humanidade sem comprometer os recursos naturais vêm ganhando cada vez mais espaço em meio os debates socioeconômicos, ambientais e legislativos no Brasil e no mundo. Isso ocorre por que até 2050, conforme a população mundial cresce para 10 bilhões, a demanda por recursos naturais atingirá níveis sem precedentes, intensificando os aspectos severos da mudança climática. As principais organizações de desenvolvimento global já estão

destacando a poluição do ar e a escassez de água (desafios ambientais) como os maiores perigos à saúde e à prosperidade humana (THE NATURE CONSERVANCY, 2019).

Mas e a palavra Regional? Esta se insere no conceito de desenvolvimento a partir do momento em que se aplica a teoria do mesmo a determinada região e suas particularidades. Quando se fala de Desenvolvimento Sustentável, se fala de um conceito, uma ideia que abraça crescimento econômico, ampliação da qualidade de vida, equidade social, meio ambiente respeitado e preservado, enfim, não se define o local de aplicabilidade, apenas se estabelece o ideal a se fazer. A partir do momento em que se fala sobre a aplicabilidade deste conceito em determinado território, aí se tem a inserção da palavra regional no conceito, pois torna-se necessário entender e compreender a importância de se promover e estimular o desenvolvimento de competências e atributos regionais especializados, cujas relações de sinergia e de cooperação entre os diversos lugares do território regional, devem se dar, ou serem viabilizados, através de redes regionais, usufruindo das riquezas socioambientais do território, respeitando suas particularidades, povo e cultura (SILVEIRA; DEPONTI, 2020).

Não se pode falar em Desenvolvimento sem citar equidade social. Respeito a cultura, diversidade e sociedade do território em questão; e a preservação do meio ambiente do mesmo (SOUZA, 2005). Ou seja, todo Desenvolvimento deve ser regional e ao mesmo tempo sustentável, e somente se alcança sustentabilidade através do Desenvolvimento regional.

Economia Circular

Com a emergência de novas abordagens econômicas que levem em consideração o problema do aceleração das mudanças climáticas no mundo; a economia circular ganha cada vez mais corpo teórico e conseqüentemente mais espaço na prática econômica em vários países. Mas o que é economia circular? Constitui um processo sustentável de reaproveitamento de resíduos do processo produtivo dentro do próprio processo produtivo da mesma ou de outra indústria. Ou seja, o sistema Produção-Consumo-Descarte, deixa de existir para dar espaço ao sistema Produção-Consumo-Geração de insumos-Produção. Daí se percebe que não existe mais descarte, e sim geração de matérias-primas secundárias para um novo processo produtivo. (EMF, 2012)

A Economia Circular deriva de várias escolas de pensamento que explanam conceitos como reciclagem, ciclo de vida, reuso, reaproveitamento e regeneração, no centro dos debates a respeito da insustentabilidade da Economia Linear ou tradicional e dos indícios de que uma nova forma de pensar a economia. Para tanto, a Economia Circular representa uma nova alternativa ao paradigma econômico vigente (TORRES JR; PARINI, 2017; VEIGA, 2019; SEHNEM, 2019).

Segundo a EMF (2012), as principais escolas que participaram da construção do conceito de Economia Circular são: Design regenerativo; Economia de performance;

Cradle-to-Cradle (do berço ao berço); Ecologia Industrial e Biomimética.

O termo economia circular aparece na literatura em diferentes áreas de conhecimento, sendo que cada área atribui a origem do conceito a um pesquisador em específico. Ademais, o princípio da economia circular aparece pela primeira vez em 1848, R.W. Hofman, primeiro presidente da Royal Society of Chemistry, diz que: Em uma fábrica de produtos químicos ideal, não há nenhum desperdício, mas apenas produtos. Quanto melhor uma fábrica real faz uso de seus resíduos, quanto mais se aproxima de seu ideal, maior é o lucro” (SEHNEM, 2019; MURRAY; SKENE; HAYNES, 2017).

Para Milios (2018) o conceito de economia circular pode ser considerado uma combinação de antigos conceitos bem estabelecidos de eficiência de recursos, considerando ao mesmo tempo o aspecto econômico da economia de recursos e os ganhos potenciais que ela acumula.

Por fim, para Pearce e Turner (1990) afirmam que o termo “economia circular” foi usado pela primeira vez na literatura ocidental na década de 1980, para descrever um sistema fechado de interações economia-ambiente.

Para a Fundação Ellen Macarthur (2015),

A noção de uma economia circular vem atraindo cada vez mais atenção nos últimos anos. O conceito se caracteriza, mais do que se define, como uma economia que é restaurativa e regenerativa por princípio e tem como objetivo manter produtos, componentes e materiais em seu mais alto nível de utilidade e valor o tempo todo, fazendo distinção entre ciclos técnicos e biológicos. A economia circular é concebida como um ciclo contínuo de desenvolvimento positivo que preserva e aprimora o capital natural, otimiza a produtividade de recursos e minimiza riscos sistêmicos gerindo estoques finitos e fluxos renováveis. Ela funciona de forma efetiva em qualquer escala. Esse novo modelo econômico busca, em última instância, dissociar o desenvolvimento econômico global do consumo de recursos finitos (p. 05).

Ou seja, a Economia Circular modifica a ideia de que os recursos produzidos possuem uma finalidade específica. Dando a eles novas finalidades após o primeiro ciclo de consumo, seja sendo restaurado para consumo futuro ou ainda transformado em outro recurso com outra finalidade (FEM, 2015).

Outra informação importante, a respeito da aplicabilidade da Economia Circular é dada pela Confederação Nacional da indústria (CNI, 2018),

(...)a Economia Circular já traz muitas oportunidades para a economia e a indústria brasileira, agregando e recuperando valor de modo mais resiliente e sustentável. Mas, para que a Economia Circular ganhe escala e realize todo o seu potencial, é necessário criar as condições facilitadoras para essa transição, como educação de melhor qualidade, políticas públicas específicas, infraestrutura voltada a circularidade e tecnologias inovadoras (p. 17).

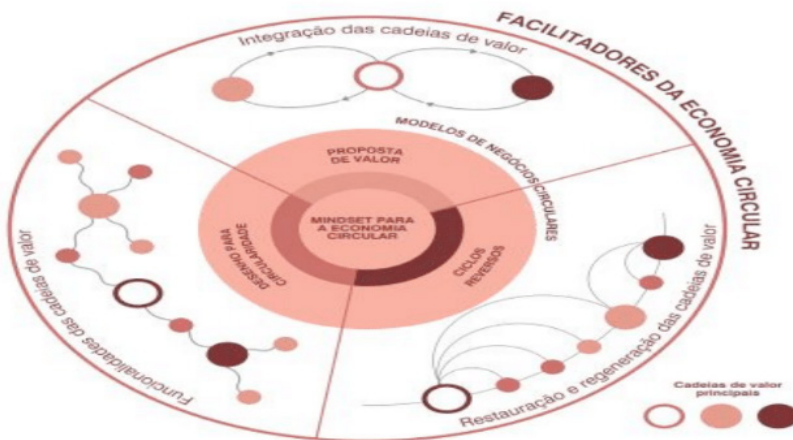


Figura 01- Framework do Sistema de Negócio Circular

Fonte: CNI, 2018

Na imagem acima, pode-se perceber um sistema simplificado do *Mindset* da Economia Circular. Em um primeiro momento, tem-se a Funcionalidade das cadeias de valor da forma tradicional, ou seja, sem conexão circular de reaproveitamento dos fluxos; a partir daí, com a restauração e regeneração dessas cadeias, se percebe a adoção de ciclos reversos com aproveitamento dos descartes e por fim, a adoção de integração dessas cadeias gerando assim economia de escala circular na produção.

Outro exemplo do processo produtivo circular pode ser visto na Figura 02:

e demonstrou que chegaremos a um ponto de inflexão relacionado às transformações climáticas do planeta. Recentemente, o satélite Sentinel-5P, mostrou de sua órbita alterações significativas em diferentes locais do planeta: clareamento dos canais de Veneza; desaparecimento do **smog** em Los Angeles; observação dos picos do Himalaia em regiões da Índia após uma geração; e redução das concentrações de dióxido de nitrogênio (NO₂) em torno de 50%, principalmente em cidades que adotaram medidas rígidas de confinamento (Milão, Roma, Paris, Wuhan e Madrid). Há evidências de que as alterações na concentração de NO₂ estejam associadas, em parte, à desaceleração econômica causada pela pandemia.

Para Agência Fapesp (2020), em meio às incertezas, é possível encontrar soluções na Economia Circular. Os estágios iniciais da crise do coronavírus revelaram a fragilidade de muitas cadeias de suprimentos globais.

Para Carvalho et. al (2015) e Jaca et al. (2018), destacam que o distanciamento social é uma oportunidade de reflexão sobre as necessidades individuais de consumo e na América Latina, o consumo verde surge em momentos de dificuldade econômica, e gera interesse pela aquisição de produtos de segunda mão, orgânicos ou eco rotulados.

Uma pesquisa da CNI e levantada pelo Instituto FSB Pesquisa entre os dias 02 e 04 de maio de 2020 com 2.005 pessoas do país apontou que 77% dos brasileiros reduziram o consumo de pelo menos um dos 15 produtos testados durante o período de isolamento social, tendo 40% dos entrevistados reduzido o consumo de calçados, 37% de roupa e 32% de cosméticos (CNI, 2020). Essa mesma pesquisa mostrou que três em cada quatro consumidores irão manter redução no consumo, indicando que tal cenário pode se repetir no pós-Covid-19.

Ademais, a pandemia também ressaltou iniciativas que vão ao encontro dos princípios da Economia Colaborativa e de Negócios de Impacto Social (CEBDS, 2020).

Para Caldas (2020), o período de isolamento social também tem modificado a forma de utilização de residências: além da rotina convencional, são também utilizadas como home office *espaço* para prática de exercícios físicos, oficina de trabalho e ambiente de lazer.

Ainda para a autora (2020), estratégias circulares e sustentáveis têm sido aplicadas no setor de arquitetura e construção com o objetivo de produzir projetos de edificações mais eficientes e funcionais. Sob esta ótica, um dos itens mais utilizados para reduzir o consumo de materiais, recursos naturais e custos nos projetos é a diminuição do tamanho dos ambientes ocupados e da área construída. Trata-se de uma alternativa ao maior adensamento do espaço urbano devido aos elevados custos de moradia e aquisição de prédios/lojas comerciais, dentre outros fatores. É de se esperar que as edificações convencionais não consigam atender as necessidades desta nova sociedade.

No tocante às práticas de Economia Circular no pós-covid também apontamos a necessidade de se buscar alternativas viáveis para o tratamento de resíduos bem como

da utilização de tecnologias para uma correta rastreabilidade destes sem contar com a necessidade de fortalecimento das parcerias com empresas e cooperativas de reciclagem e compostagem. Ademais, o incentivo ao uso das energias renováveis também é apontado como forte impulsionador para a recuperação econômica pós-pandemia (ONU, 2020).

Por fim, são inúmeras estratégias circulares que já vinham sendo construídas antes da pandemia e que foram primordiais para a empresa e sociedade no período mais crítico da emergência sanitária e que imaginamos que se comportam como promissões e imprescindíveis para a recuperação pós-pandemia de forma a acelerar a recuperação economia e com viés de fortalecimento ao compromisso socioeconômico empresarial (CNI, 2018).

Se faz necessário, portanto, intensificar as discussões sobre o planejamento global para mitigação dos impactos econômicos, sociais e ambientais que outrora eram postos num futuro distante, mas que batem à porta e urgem em ações efetivas, que tornem a sociedade mais resiliente frente à períodos de crise, tendo a Economia Circular como modelo potencial para este fim, uma vez que a pandemia antecipou ações que aconteceriam daqui a 10 anos e por forma da realidade foram antecipadas (CNI, 2018).

O apelo por um modelo econômico mais resiliente, circular e de baixo carbono atraiu o apoio de empresas e governos nos últimos anos. A pandemia nos obriga a adaptar nossas vidas de maneira que nunca teríamos imaginado, ela também nos desafia a repensar os sistemas que sustentam a economia. Embora não haja dúvidas de que abordar as consequências para a saúde pública é uma prioridade, a natureza do esforço de recuperação econômica levanta questões importantes.

Os pacotes de estímulo deveriam se concentrar em encontrar o caminho de volta ao crescimento, impulsionando os negócios como de costume, ou poderiam acelerar a mudança que começou em direção a uma economia circular de baixo carbono mais resiliente?

O bloqueio causado pela pandemia de COVID-19 fez com que mais de uma dúzia de cidades chinesas, incluindo Wuhan e Pequim, se dedicassem a estruturar melhor a coleta seletiva municipal de lixo, aumentando a qualidade da reciclagem.

Os estágios iniciais desta crise revelaram a fragilidade de muitas cadeias de suprimentos globais, como por exemplo, os problemas de disponibilidade de equipamentos médicos,

Nesse caso, os princípios da economia circular fornecem soluções confiáveis. A capacidade de reutilização e o potencial para remanufatura oferecem oportunidades de resiliência (disponibilidade de estoque) e competitividade.

Espera-se que o mercado global de dispositivos médicos reconicionados cresça mais de 10% ao ano entre este ano e 2025, o que representa oportunidades de mercado.

Outro domínio em que a economia circular parece relevante é a área altamente sensível da produção e distribuição de alimentos.

Em certas cidades, os bloqueios têm complicado o abastecimento de alimentos e enfatizado a necessidade de melhores ligações entre o produtor e o consumidor. Plataformas de *e-commerce* bem desenvolvidas na China atenderam a essa necessidade, abrindo canais especiais para ajudar os agricultores a vender produtos frescos diretamente aos clientes.

Parece oportuno explorar o potencial de investimentos em larga escala na agricultura regenerativa, expandindo os modelos de negócios que promovem cadeias de abastecimento agrícolas eficazes e a produção periurbana, juntamente com cadeias de abastecimento otimizadas e habilitadas digitalmente.

Os esforços combinados em direção a um sistema alimentar mais circular podem levar a um benefício de 400 bilhões de yuans (US \$ 56,5 bilhões) até 2030, em comparação com o caminho de desenvolvimento usual na China, com uma redução de 6% nas emissões de gases do efeito estufa, segundo *Ellen MacArthur Foundation*.

À medida que tivermos uma melhor compreensão das ramificações econômicas da pandemia, as maneiras pelas quais um modelo circular pode contribuir para a recuperação se tornarão mais detalhadas e os planos de implementação mais definidos.

Já existem respostas de curto prazo disponíveis, mas o sucesso dependerá do envolvimento de todas as partes interessadas. As cidades chinesas são focos de inovação, apoiadas por uma ampla gama de talentos, mercados experientes em tecnologia e uma classe média em ascensão.

À medida que os governos avançam para abordar as questões mais urgentes, definir uma direção clara e permitir que a inovação circular do setor privado alcance escala, nos permitirá combinar a regeneração econômica, melhores resultados sociais e ambições climáticas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste item, relata-se o percurso metodológico usado para atingir o objetivo proposto que é de discutir as práticas de economia circular no cenário da Covid-19 com foco na sustentabilidade empresarial. Para atingir tal propósito, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental como meio de investigação, a partir de fontes secundárias, de publicações impressas ou disponíveis na Internet.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que, a partir dessa base teórica, optou-se por apoiar-se também na pesquisa do tipo descritiva, que tem como função principal a análise do objeto, buscando descrever o estado da arte nos temas escolhidos.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a construção deste texto com o objetivo de discutir as práticas de economia circular no cenário da Covid-19 com foco na sustentabilidade empresarial. Apresentamos

os conceitos e definição de sustentabilidade bem como o desenvolvimento sustentável que através do tripé sustentável: economia, sociedade e meio ambiente possibilita o uso e a racionalização do consumo de insumos por parte das empresas, consumidores e sociedade.

Seguindo na nossa revisão de literatura, apresentamos a definição de Economia Circular que constitui um processo sustentável de reaproveitamento de resíduos do processo produtivo dentro do próprio processo produtivo da mesma ou de outra indústria. Ou seja, o sistema Produção-Consumo-Descarte, deixa de existir para dar espaço ao sistema Produção-Consumo-Geração de insumos-Produção. Daí se percebe que não existe mais descarte, e sim geração de matérias-primas secundárias para um novo processo produtivo.

Economia Circular modifica a ideia de que os recursos produzidos possuem uma finalidade específica. Dando a eles novas finalidades após o primeiro ciclo de consumo, seja sendo restaurado para consumo futuro ou ainda transformado em outro recurso com outra finalidade.

Frisamos que este novo modelo econômico veio em contraponto ao tradicional modelo de economia linear que gera resíduos, tem como base o uso indiscriminado de combustíveis fósseis e gera poluição.

Vimos também que a Economia Circular deriva de várias escolas de pensamento que explanam conceitos como reciclagem, ciclo de vida, reuso, reaproveitamento e regeneração, no centro dos debates a respeito da insustentabilidade da economia tradicional e dos indícios de que uma nova forma de pensar a economia. Para tanto, a Economia Circular representa uma nova alternativa ao paradigma econômico vigente, ou seja, precisamos abandonar a economia linear e buscar alternativas para a implementação de um novo modelo mais sustentável.

Mediante as inúmeras estratégias circulares que já vinham sendo construídas antes da pandemia e que foram primordiais para as empresas e para a sociedade no período mais crítico da emergência sanitária, temos a convicção de que tais práticas surgem como promessas e que postas em funcionamentos são imprescindíveis para a retomada pós-pandemia acelerando a recuperação economia com viés de fortalecimento ao compromisso socioeconômico empresarial com foco no tripe: econômico, social e ambiental.

Devemos observar que a atuação das organizações interfere de forma direta na sociedade e que os impactos ambientais causados por seus processos, produtos e serviços podem prejudicar a qualidade de vida presente e futuramente, mesmo que sejam considerados pequenos, os acúmulos dessas empresas geram efeitos que podem causar danos irreparáveis ao meio ambiente. Assim, há a necessidade de atitudes imediatas, sendo que pequenas ações individuais consideradas triviais podem fazer muita diferença para o alcance de uma sociedade mais sustentável.

Ademais, este novo modelo econômico baseado nos preceitos da Economia Circular traz possibilidade para o melhor uso dos recursos naturais e aumento da competitividade da industrial.

E de acordo com estudos da CNI (2020) as práticas da Economia Circular associa o desenvolvimento econômico ao melhor uso de recursos naturais, por meio de novas oportunidades de negócios e da otimização na fabricação de produtos. A ideia é depender menos de matéria-prima virgem, priorizando insumos mais duráveis, recicláveis e renováveis.

Ainda para a CNI (2020), essa tendência faz com que as empresas não apenas reduzam custos e perdas produtivas, mas também criem novas fontes de receita, por exemplo, com estímulo à inserção de matéria-prima secundária nos processos produtivos e fomento ao mercado de troca de resíduos.

Por fim, observamos que a Economia Circular também contribui para promover o desenvolvimento de novos elos na cadeia produtiva, por meio de práticas promovidas por este modelo, como: otimização de processos, produto como serviço, compartilhamento, extensão da vida do produto, insumos circulares, recuperação de recursos e virtualização.

E para a retomada mais rápida das atividades econômicas parte das empresas está colocando em prática as experiências do período pré-pandêmico para se reestruturar no mercado e melhorar as suas práticas produtivas, como por exemplo: reuso de água, instalação de painéis de captação de energia solar, redução do desperdício de insumos e matérias-primas, dentre outras alternativas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FAPESP. Startup desenvolve máscara reutilizável com maior proteção contra novo coronavírus. 2020. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/startup-desenvolve-mascara-reutilizavel-com-maior-protexcao-contra-novo-coronavirus/32982/>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

AQUINO, A; PALETTA, F; CAMELLO, T; MARTINS; ALMEIDA, J. Sustentabilidade Ambiental. Rio de Janeiro: Rede Sirius; Biblioteca da OUERJ, 2015. 167 p. Disponível em: http://www.rsirius.uerj.br/pdfs/sustentabilidade_ambiental.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.

BORGES, C (Org.). Empreendedorismo Sustentável. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

CALDAS, L. R. Arquitetura e Economia Circular na era dos espaços compartilhados. ArchDaily. 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/940408/arquitetura-e-economia-circular-na-era-dos-espacos-compartilhados>>. Acesso em: 30 mai 2020.

CARVALHO, B. L.; SALGUEIRO, M. F.; RITA, P. Consumer sustainability consciousness: a five dimensional construct. Ecological Indicators, v. 58, p. 402–410, 2015.

- CEBDS. Empresas buscam auxiliar a sociedade em meio à pandemia do coronavírus. 2020. Disponível em: <<https://cebds.org/empresas-buscam-auxiliar-a-sociedade-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/#.XtTuBjpkJlW>>. Acesso em: 25 mai 2020.
- CHICHILNISKY, G. An axiomatic approach to sustainable development. *Social Choice and Welfare*, v.13, n° 2, p.231-257, 1996.
- CNI. Três em cada quatro consumidores vão manter redução no consumo no pós-pandemia. 2020. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/tres-em-cada-quatro-consumidores-va-manter-reducao-no-consumo-no-pos-pandemia/>>. Acesso em: 27 mai 2020.
- CNI: Confederação Nacional da Indústria. Economia Circular: oportunidades e desafios para a indústria brasileira. Brasília: CNI, 2018. 64 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4914982/mod_resource/content/1/Economia%20Circular_CNI_2018.pdf>. Acesso em: 23 mai 2020.
- DIAS, Reinaldo. Benefícios da Sustentabilidade para as Pequenas Empresas. 2017. *Revista Gen. Negócios & Gestao* Disponível em: <https://www.gennegociosegestao.com.br/sustentabilidade-para-pequenas-empresas/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- DOVERS, S.R.; HANDMER, J.W. Uncertainty, sustainability and change. *Global Environmental Change*, v.2, n° 4, p.262-276, 1992.
- EMF - ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards the circular economy - Vol. 1: Economic and business rationale for an accelerated transition. Isle of Wight: EMF, 2012.
- ESA: The European Space Agency. Seen from space: COVID-19 and the environment. Disponível em: <https://www.esa.int/Applications/Observing_the_Earth/Copernicus/Sentinel-5P>. Acesso em: 20 mai 2020.
- FONSECA, I; BURSZTYN, M. A banalização da Sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. *Sociedade e Estado*. v. 24, n° 01, Brasília. Jan/Abril de 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922009000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 11 nov 2020.
- FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR. Rumo à economia circular: o racional de negócio para acelerar a transição. 2015. Disponível em: https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-a%CC%80-economia-circular_Updated_08-12-15.pdf. Acesso em: 01 abr 2021.
- GLAVIC, P.; LUKMAN, R. Review of sustainability terms and their definitions. *Journal of Cleaner Production*, v.15, p.1875-1885, 2007.
- JACA, C.; PRIETO-SANDOVAL, V.; PSOMAS, E.; ORMAZABAL, M. What should consumer organizations do to drive environmental sustainability? *Journal of Cleaner Production*, v. 181, p. 201–208, 2018.
- MADEIRA, W. Sustainable Amazon Plan and Uneven Development. *Revista Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n° 03, p. 19-34, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n3/en_v17n3a03.pdf. Acesso em: 08 abr 2019.
- MARTINS, J. P. S. A Década Desperdiçada: O Brasil, a Agenda 21 e a Rio +10. Campinas, SP: Editora Komedi, 2002.

MILLIOS, L. Advancing to a Circular Economy: three essential ingredients for a comprehensive policy mix. **Sustainability Science**, v.13, p. 861–878, 2018.

MURRAY, A.; SKENE, K.; HAYNES, K. The circular economy: an interdisciplinary exploration of the concept and application in a global context. *J Bus Ethics*, v. 140, n. 3, p. 69–380, 2017.

ONU. Queda nos custos da energia limpa pode impulsionar ação climática na recuperação pós-COVID-19. 2020. Disponível em: <<https://hacoesunidas.org/queda-nos-custos-da-energia-limpa-pode-impulsionar-acao-climatica-na-recuperacao-pos-covid-19/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

PEARCE, D. W.; TURNER, R. K. Economics of natural resources and the environment. Baltimore: Johns Hopkins University, 1989.

SACCARO JUNIOR, N. A regulamentação de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios: disputas dentro e fora do Brasil. *Ambient. soc.*, Campinas, v. 14, n. 1, 2011B.

SACCARO JUNIOR, N. Bioprospecção e Desenvolvimento Sustentável. Repositório do Conhecimento do IPEA, Brasília, v. 01, n°73, p. 1-2, Ago. 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9120/1/Bioprospec%ca7%ca3o%20e%20desenvolvimento%20sustent%ca1vel_p87.pdf. Acesso em: 08 nov 2020.

SACCARO JUNIOR, N. Como impulsionar a bioprospecção no Brasil: Bases para uma moderna regulação do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado, Texto para Discussão, No. 1807, 2013. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91140/1/744898447.pdf>. Acesso em: 13 nov 2020.

SACCARO JUNIOR, N. Desafios da Bioprospecção no Brasil. Texto para Discussão, No. 1569, 2011A. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1568/1/TD_1569.pdf. Acesso em: 07 nov 2020.

SAFATLE, A. Página 22, Rio de Janeiro, v. 01, n° 99, Nov/Dez, 2015. Disponível em: https://pagina22.com.br/wp-content/uploads/2016/01/P22_Edicao_99.pdf. Acesso em: 27 mar 2021.

SALAS-ZAPATA, W.; RÍOS-OSORIO, L.; CASTILLO, J.A.D. La ciencia emergente de la sustentabilidad: de la práctica científica hacia la constitución de una ciencia. *Interciencia*, v.2, n° 09, 2011.

SEHNEM, S. Rumo à Economia Circular: Sinergia Existente entre as Definições Conceituais Correlatas e Apropriação para a Literatura Brasileira. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 18, n. 1, p. 35-62, 2019.

SILVEIRA, R; DEPONTI, C (Org's). Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 350 p.

SOUZA, M. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p.

TAVARES, Silmara. BORSCHIVER, Silvana. A Economia Circular no Cenário do Covid-19. 2020. NEITEC. Disponível em: <http://www.neitec.eq.ufrj.br/blog/a-economia-circular-no-cenario-do-covid-19/>. Acesso em: 20 jul 2021.

THE NATURE CONSERVANCY. Um futuro onde pessoas e natureza prosperam é possível? Mar. 2019. Disponível em: <https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/artigos-e-estudos/um-futuro-onde-pessoas-e-natureza-prosperam-e-possivel>. Acesso em: 13 nov 2020.

TORRES Jr., A. S. e PARINI, F. P. Economia Circular – Evolução e perspectiva inovadora. In: SemeAd: 20., 2017, São Paulo. Anais. São Paulo, 2017.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XX. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, R. Do lixo à economia circular: um salto possível? 2019. 418 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia: Do lixo à Economia Circular: um salto possível? (ufu.br). Acesso em: 05 abr 2021.

CAPÍTULO 6

ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO DENTRE OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Data de aceite: 02/05/2022

Danilo Jordanus Sousa Pereira

Graduando em economia. Universidade do Estado do Amazonas

Fabiana Lucena Oliveira

Professora Associada, Universidade do Estado do Amazonas

Sonia Araujo Nascimento

Professora Assistente, Universidade do Estado do Amazonas

RESUMO: O presente trabalho foi motivado pela busca de respostas sobre a utilização da renda dos professores do ensino fundamental da rede municipal de educação de Manaus, tendo em vista que este é um grupo que precisa estar motivado e engajado nas questões pedagógicas, e sofre com o baixo nível de renda. O trabalho buscou compreender em que está empregado o endividamento dos professores da rede municipal, traçando o perfil, identificando a modalidade de crédito mais utilizada pelos agentes estudados e por fim estabelecendo a relação entre educação financeira e nível de endividamento. Tendo por base os dados fornecidos pela própria Secretaria Municipal de Educação - SEMED, foi identificado o tamanho da população de professores e por consequente a amostra a ser estudada, com nível de confiança de 95% e erro amostral tolerável de 5%. O estudo de caso usou como principal ferramenta a aplicação de questionários feita diretamente

com os professores, o que possibilitou dizer que: A) O planejamento financeiro não foi suficiente para alcançar uma vida financeira saudável. B) A má gestão orçamentária é o fator determinante para o endividamento. C) Os professores estão insatisfeitos com sua renda.

PALAVRAS-CHAVE: Crédito; Endividamento; Educação.

PUBLIC SERVER DEBT: A CASE STUDY AMONG TEACHERS IN A MUNICIPAL NETWORK, MANAUS CITY

ABSTRACT: This paper was motivated for the search for answers on the use of income of primary school teachers in the municipal education network in Manaus, considering that this is a group that needs to be motivated and engaged in pedagogical issues, and suffers from the low income level. The study sought to understand the debt of the teachers of the municipal network, drawing the profile, identity and credit modality most used by the agents studied and finally establishing the relationship between Brazilian education and the level of indebtedness. Based on the data provided by the municipal education ministry, the size of the educator population and therefore the sample to be studied, with a 95% confidence level and a tolerable sampling error of 5%, were identified. The case study used as a main tool the application of questionnaires made directly with the teachers, which made it possible to say that: A) financial planning was not enough to achieve a healthy financial life. B) poor budget management is the determining factor for indebtedness. C) teachers are dissatisfied with

their income.

KEYWORDS: Credit; Indebtedness; Education.

INTRODUÇÃO

O cenário econômico atual do Brasil surge com a inserção do plano real em 1994. Historicamente na economia brasileira a inflação estava associada aos desequilíbrios internos, justificado pelo aumento excessivo das despesas do governo e as mudanças no cenário econômico internacional. A medida econômica ocorreu após uma sucessão de outros planos que visavam controlar a inflação e estabilizar economia, o plano em sua originalidade foi concebido como uma medida de três fases, que buscava: promover um ajuste fiscal; criar um padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor – URV; e estabelecer regras de emissão e lastreamento da nova moeda (real) para garantir sua estabilidade. (GIAMBIAGI, 2011)

A estabilidade econômica deu início a diminuição das desigualdades sociais e por consequência a expansão da demanda por crédito. O crédito surge como forma de saciar a escassez momentânea de recursos financeiros. Segundo Leitão (2011, p.433), “ao final dos primeiros quatro anos do real, o consumo tinha crescido 50%”.

A expansão do crédito induziu o aumento do consumo das famílias brasileiras, logo surgiram os efeitos colaterais: o endividamento a inadimplência e o descontrole nas finanças pessoais. Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC (2016), 58.7% estão endividadas onde o percentual de famílias com contas em atraso foi de 23,6%.

Dentro do contexto atual de fluxo crescente de transferência de renda com o crédito chegando às classes menos favorecidos, torna-se necessária à construção de políticas educacionais relacionadas às finanças pessoais que proporcione aos cidadãos um planejamento consciente dos seus recursos. Embora o estudo das finanças pessoais tenha sido bastante evidenciado nos últimos anos, o tema ainda está bem distante do cotidiano dos brasileiros. Fato que pode ser comprovado, sobretudo, quando analisamos os resultados das pesquisas sobre endividamento e gestão do crédito. (DOURADO JUNIOR, 2012).

O despreparo no que tange a gestão das finanças pessoais leva os indivíduos a optarem por escolhas que impactam negativamente sua vida, com gastos que superam sua renda, as pessoas restringem seus recursos, não poupam e ficam vulneráveis nos momentos de instabilidade econômica. A educação financeira é um elemento essencial, pois além de proporcionar uma melhor gestão dos recursos, permite ao cidadão fazer escolhas que lhe proporcione maior qualidade de vida.

A saúde financeira resulta da adoção de políticas educacionais que orientam os indivíduos na captação de recursos, no planejamento dos gastos, o que direciona o

quanto ele pode e deve poupar. Essa decisão auxilia na organização familiar e também no desenvolvimento econômico e social do país; porém é preciso criar espaços que estimulem a discussão sobre o tema.

Nesse sentido surge à relevância do estudo das finanças pessoais que pode ser definido como o estudo do comportamento dos valores monetários manuseados pelas pessoas; é a partir deste estudo que nasce o planejamento financeiro, instrumento imprescindível para o estabelecimento de uma vida financeira saudável dos indivíduos que reflete na economia do país.

Estudar as finanças pessoais no contexto escolar justifica-se, porque a escola tem um grande potencial ideológico e representa um ambiente propício para os ensinamentos sobre finanças pessoais e educação financeira. Considerando que a temática sobre endividamento tem se tornado cada vez mais preocupante no atual cenário econômico, não somente nas famílias, mas na atividade econômica do país, a presente pesquisa pretende trazer essa discussão para o meio acadêmico contribuindo para a criação de novas pesquisas relacionadas para área de educação financeira. Vale ressaltar que a Secretaria Municipal de Educação-SEMED é a maior secretaria da cidade de Manaus-AM no que tange o quantitativo de funcionários. Diante disso a presente pesquisa se propõe a Compreender o endividamento dos professores da Rede Municipal de Educação.

O uso de crédito pelas famílias brasileiras

Segundo o Banco Central do Brasil-BACEN (2013) o crédito é uma fonte suplementar de recursos obtidos de terceiros, para a aquisição de bens ou contratação de serviços.

O crédito é uma importante ferramenta econômica, que amplia o poder de compra dos consumidores e expande as transações de mercado. Segundo Schlabit (2008) o crédito auxilia o crescimento econômico adiantando o consumo.

“A expansão do crédito à pessoa física, por significar adiantamento de gastos, vem se constituindo um dos maiores elementos do consumo. Segundo estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), este é o mais longo ciclo expansionista de crédito dos últimos dez anos.” (DUPAS, 2007, p. 144).

A utilização do crédito possibilita o ganho de bem-estar, em razão de proporcionar um consumo que não seria possível no momento presente. Os brasileiros tem utilizado o crédito para financiamentos e consumo de bens duráveis. Para acompanhar as atuais demandas na economia, as instituições financeiras ampliaram os serviços, trazendo variadas opções de empréstimos para atender um público diversificado. “As diferentes modalidades de produtos financeiros existentes apresentam condições de prazo, amortização e taxas de juros em função das garantias oferecidas pelo tomador do empréstimo.” (Rocha; Vergili, 2007, p.61).

Segundo a Confederação Nacional Do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

– CNC (2016) as modalidades de crédito mais utilizadas são: cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado, crédito pessoal, financiamento de carros e o financiamento imobiliário.

Modalidade de Crédito	Taxa de juros (%a.m)	Descrição
Cartão de crédito	3,19 % a 22,63 %	Tem limite pré-aprovado, onde o cliente pode efetuar compras até o limite estabelecido. Pagando a fatura até o dia do vencimento o usuário não paga juros nem encargos. Há a opção de parcelamento do total da fatura, porém incide em pagamentos de juros e encargos.
Cheque especial	0,63% a 15,60%	Limite de crédito associada à conta corrente, caso seja utilizado, deverá ser devolvido somado a juros e encargos.
Crédito consignado	0,07% a 5,43%	As parcelas são descontadas diretamente do salário ou da aposentadoria, fazendo com que uma parte da renda fique comprometida antes mesmo do dinheiro chegar à conta do consumidor.
Crédito pessoal	0,0 % a 22,19%	É um empréstimo em dinheiro sem comprovação de renda e não necessariamente garantido por um cheque pré-datado.
Financiamento de Carros	0,58% a 4,6%	O financiamento é um contrato entre o cliente e a instituição financeira, mas com destinação específica dos recursos tomados, como a aquisição de veículo.
Financiamento Imobiliário	0,81 % a 1,70%	O financiamento é um contrato entre o cliente e a instituição financeira, mas com destinação específica dos recursos tomados, como a aquisição de imóveis.

Quadro 1. Modalidades de Crédito

Fonte: Serasa Consumidor (2017) / Banco Central(Nov.2017). Elaborado pelo Pesquisador.

A democratização do crédito aumentou o poder de compra dos brasileiros e por consequência os índices de endividamento das famílias, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC (2016), 58% das famílias brasileiras estão endividadas e 23,6% estão com contas em atraso.

Endividamento

Marx (2002) disserta sobre o consumo como propulsor da produção, tendo em vista que só há produção porque existem necessidades a serem saciadas, as necessidades refletem o consumo. O capitalismo gera meios para aumentar o nível de necessidades, alavancando uma demanda de desejos insaciáveis. Para Rocha (2000) o endividamento propicia a obtenção de novos bens e serviços, contudo o pagamento das prestações pode se arrastar por um longo período de tempo, fazendo com que a famílias dependam de um nível de renda permanente ou ascendente.

O consumidor, ao antecipar a compra de bens via operações de crédito, prontamente gera um compromisso junto ao credor. Segundo Marques e Frade (2003) o endividamento é

o uso de recursos de terceiros para fins de consumo. No instante que o indivíduo faz uso das modalidades de crédito, automaticamente ele está endividado, mesmo que os pagamentos das parcelas estejam dentro do prazo, esse entendimento diferencia o conceito de dívida e inadimplência. A inadimplência segundo Fulgêncio (2007) é a situação na qual o tomador de recurso não consegue saldar sua obrigação dentro do limite estabelecido.

O sobre-endividamento ou superendividamento é o estágio no qual o devedor encontra-se incapaz de sanar suas dívidas. Segundo Gomes (2011) quando essa incapacidade é ocasionada por circunstâncias que não são previsíveis em virtude do desemprego, acidentes, morte de um familiar, entre outros, temos o superendividamento passivo. Contudo, se o devedor coopera de forma ativa no que tange a própria precariedade financeira, é qualificado como superendividamento ativo.

Para o Banco Central do Brasil – BACEN (2013) as principais causas para o endividamento: a) despesas sazonais – aquelas que ocorrem em um determinado período do ano; b) o Marketing – que impulsiona as vendas e as compras não planejadas; c) Redução da renda sem a redução das despesas; d) Despesas emergenciais; e) Falta de conhecimento Financeiro.

Planejamento Financeiro e Gestão Orçamentária

Para Lusardi e Mitchell (2007) a educação financeira é o método no qual o indivíduo adquire informações sobre conceitos financeiros para o orientarem na tomada de decisão no tange administrar seus próprios recursos. Logo, a educação financeira avalia o uso dos conceitos financeiros pelas famílias na sua tomada de decisão cotidiana. Ao aperfeiçoarem sua capacidade de decisão os indivíduos se aproximam do seu bem estar financeiro e social. Para a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2004), a educação financeira é indispensável para os consumidores por ajudá-los na gestão da sua renda além de instruí-los a poupar e investir.

O endividamento pessoal não está diretamente ligado à renda do indivíduo, e sim à forma como ele administra as suas receitas e despesas (CERBASI, 2003).

O orçamento pessoal ou familiar é uma estimativa de receitas e despesas para um período de tempo, que permite que a organize como estão as suas contas hoje, e como elas ficarão num determinado período de tempo à frente. Segundo o BACEN (2013) o consumo deve ser planejado, refletindo em um consumo maior e melhor, maximizando os recursos e minimizando os desperdícios.

Poupança e Medidas de Previsão de Riscos

Nos períodos de crise econômica e recessão, ter recursos financeiros guardados é um fator de tranquilidade. A poupança pode ser vista como uma segunda opção a ser utilizada se houver a situação de instabilidade econômica. Segundo o BACEN (2013) poupar é acumular valores financeiros no presente para utiliza-los no futuro. A poupança é

garantida pelo Governo e suas regras são regulamentadas pelo Banco Central. A remuneração regida por lei equivale a 0,5 % de juros ao mês, mensurados sobre os valores depositados somando-se a taxa de variação da TR – Taxa Referencial.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2016) descreve o acúmulo de recursos financeiros como uma proteção contra os riscos e as incertezas que ameaçam uma vida financeira estável, partindo do pressuposto que o risco é uma incerteza, que independe da vontade. A prevenção minimiza os impactos de crises e períodos de instabilidades econômicas sobre a renda.

METODOLOGIA

A pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. Exploratória porque busca aprofundar a problemática do endividamento e do comportamento financeiro dos professores. Descritiva porque caracteriza o perfil financeiro de determinada amostra de professores utilizando técnicas e estabelecendo relações com algumas variáveis, dentre elas, o crédito, a renda e o orçamento.

Posteriormente deu-se início as pesquisas bibliográficas para ampliar o grau de conhecimento a respeito do tema abordado, o que viabilizou a construção do referencial teórico e fundamentou as hipóteses desta pesquisa. Assim como auxiliou na construção do questionário utilizado para o levantamento de dados na pesquisa de campo.

Os questionários foram impressos e entregues diretamente pelo pesquisador aos professores, que dispuseram de um espaço de tempo para efetuarem o preenchimento e, conseqüentemente, efetuarem a devolução dos mesmos diretamente para o entrevistador à medida que o finalizavam.

O universo estatístico analisado é um dos seis distritos da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. O distrito Leste 2, com 497 professores concursados em sala de aula. Os questionários foram aplicados com 222 professores entre os meses de abril e junho de 2017.

Cálculo do tamanho da amostra

$$n_0 = \frac{1}{E^2} = \frac{1}{(0,05)^2} = 400 \quad (1)$$

$$n = \frac{(497 \times 400)}{(497+400)} = 222 \quad (2)$$

N = tamanho da população → 497

E = erro amostral tolerável → 5% e Nível de confiança de 95%.

n0 = primeira aproximação do tamanho amostra

n = tamanho da amostra

RESULTADOS

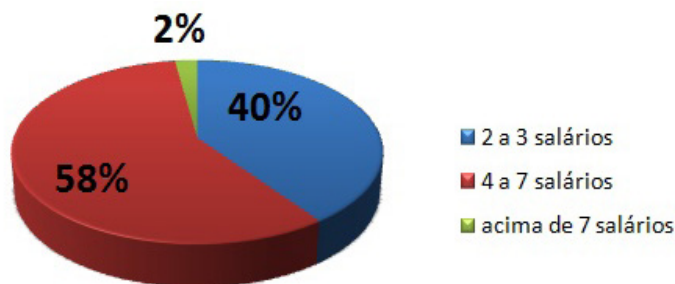


Figura 1. Faixa de renda Individual

Tendo em vista o salário mínimo vigente em 2017 no valor de R\$ 937,00 perguntamos aos entrevistados sobre qual o nível a qual grupo de renda individual ele se encaixa, constatamos que todos contam com no mínimo dois salários para financiar suas despesas. Outra observação importante para este estudo é que estamos avaliando os rendimentos individuais, ou seja, os servidores podem ter outra atividade remunerada para complementar sua renda além do salário vinculado a SEMED. O estudo revelou que 40% dos professores tem renda individual compreendida entre dois três salários mínimos, 58% possuem receitas acima de três salários mínimos e apenas 2% acima de sete salários mínimos.

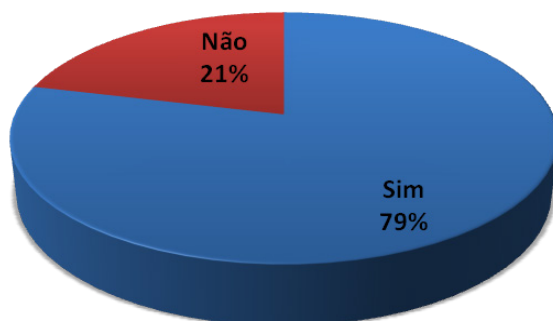


Figura 2. Realizam Planejamento Financeiro



Figura 3. Servidores que Possuem Dívidas

Dos 222 professores entrevistados 21% afirmam não realizar nenhum tipo de planejamento financeiro e 79% declaram fazer ou utilizar alguma ferramenta para planejar seus gastos. O interessante dessa afirmação é que logo abaixo temos uma informação relevante para o nosso estudo, mesmo tendo um alto índice de servidores que realizam planejamento financeiro, 90% deles se declara endividado e apenas 10% desse total declaram não possuir nenhum tipo de dívida.

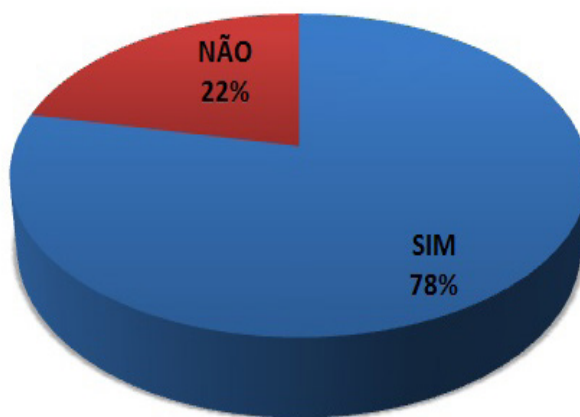


Figura 4. A Dívida está dentro do cronograma

Dentre os 90% que se declaram endividados, 78% garantem estar com as dívidas dentro do cronograma de pagamento e 22% estão com as contas em atraso, ou seja, em uma situação de inadimplência frente aos credores.

- Gasta mais do que ganha
- Gasta menos do que ganha
- Gasta igual ao que ganha
- Não sabem informar

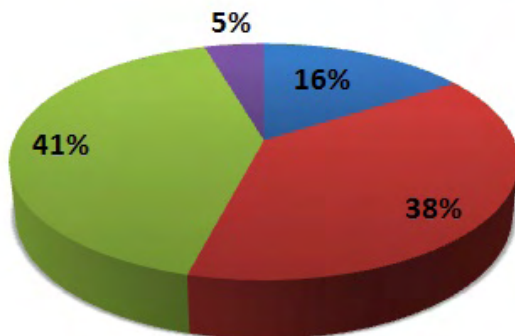


Figura 5. Com relação aos gastos

Com relação ao destino da renda, 16% dos 222 professores entrevistado afirmam gastar mais do que ganha, ou seja, esse grupo vive em um ciclo de constante de endividamento. O grupo que respondeu gastar igual ao que ganha representam 41% do total de entrevistados, esses estão sob contínua restrição orçamentária, os seus recursos já estão comprometidos, no curto prazo é pouco provável que eles possam realizar novas operações financeiras sem auxílio de terceiros por meio de algum instrumento de crédito. A parcela que alegou gastar menos do que ganha corresponde a 38% do total, esses indivíduos tem excedente de recursos, ou seja, são agentes em potencial na formação de poupança. Por fim 5 % se declararam não saber o quanto gastam se mais, menos ou igual ao que ganham.

- Cheque Especial
- Crédito Pessoal
- Cartão de Crédito
- Crédito Consignado
- Financiamento Imobiliário
- Financiamento de Carro

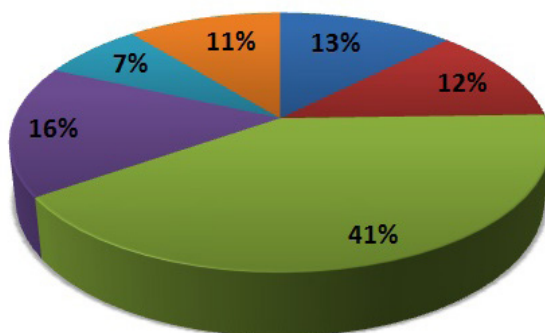


Figura 6. Instrumentos de Crédito Utilizados

Dentre os instrumentos de crédito utilizados pelos professores, o cartão de crédito é o mais utilizado, 41% dos entrevistados afirmam estarem fazendo uso desta modalidade de crédito, seguido pelo crédito consignado que representa 16% do total, 13% declararam estarem fazendo uso do saldo do cheque especial, 12% do crédito pessoal, 11% estavam pagando o financiamento de carro e 7% imobiliário.

CONSIDERAÇÕES

Nosso estudo tinha como objetivo compreender o endividamento dos professores da rede municipal de Manaus. A origem dessa pesquisa foi pautada em relacionar o planejamento financeiro ao nível de endividamento. O planejamento financeiro não foi suficiente para o controle dos gastos, todos os servidores entrevistados alegaram fazer uso de alguma modalidade de crédito. Dentro da análise do tipo de dívida existente, observa-se que o cartão de crédito é o grande vilão da saúde financeira, que se destacou na pesquisa com 41% dos professores possuem dívida com o cartão de crédito. A grande maioria dos consumidores endividados possui algum tipo de dívida nesta modalidade. O fato de tantos consumidores possuírem dívidas no cartão de crédito confirma que a má gestão orçamentária somada a facilidade de acesso ao crédito culminam no endividamento.

No geral temos um endividamento que está dentro dos prazos de pagamento, respeitando os acordos junto aos credores, e baixa porcentagem de inadimplentes. Nesse estudo contatamos que a má gestão orçamentária somada ao baixo índice de reservas financeiras são os responsáveis pelo endividamento dos professores.

Diante destas constatações é imperativo promover um ambiente favorável à reeducação dos professores sobre seus hábitos econômicos, bem como viabilizar imediatamente uma proposta de educação financeira, com foco na gestão orçamentária e na importância da formação de poupança na vida de um indivíduo. Além de estudar se o atual piso salarial, tem-lhes permitido financiar suas despesas básicas sem prejudicar a capacidade de formar poupança. Para trabalhos futuros sugere-se definir qualitativamente a origem, buscado encontrar o que justifique as constatações sobre os gastos dos servidores com um olhar mais social e comportamental.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política monetária e operações de crédito do SFN**. 2014a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp>>. Acesso em: 11 out. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças pessoais**. 2013a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa de Juros e Operações de Crédito**. 2017a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#/c/TXJUROS/>>. Acesso em 14 de dez. 2017.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista da Administração Pública** [online]. 2008, vol.42, n.6, p. 1249-1267.

BARROS & FILHO. Economia Brasileira Contemporânea: Contexto, 1999. In: CORSI, Francisco L. O plano real: um balanço crítico (1994-1998). **Cadernos F.F.C.**, Marília, v.8, n. 2, p.13-27, 1999. FIDALGO, Fernando. MACHADO, Lucília..

BRUSKY, B. e MAGALHÃES, R. S. Assessing indebtedness: results from pilot survey among steelworkers in São Paulo. **International Labour Office**, Geneva, n. 46, 2007.

CERBASI, Gustavo. **O que é planejamento financeiro?** Disponível em: <<http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/o-que-e-planejamento-financeiro.html>>. Acesso em 15 set. 2017.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. da. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12., São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2009.

DOURADO JUNIOR, Dorival. **Mercados: Endividamento e Inadimplência – Mitos e Verdades**. Bela Vista, 2012.

DUPAS, Gilberto. **Espaços para o crescimento sustentado da economia brasileira**. São Paulo: Unesp, 2007. p. 144.

FILGUEIRAS Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do Governo Lula**. São Paulo, Contraponto, 2007.

FULGENCIO, Paulo Cesar. **Glossário Vade Mecum: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007 p.344.

GIAMBIAGI, Fábio et al . **Economia brasileira e contemporânea: [1945-2010]**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEITÃO, Miriam. **A saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MAIA, Carlos Donizeti Macedo. **A democratização do crédito no Brasil: o crédito consignado**. Textos para Discussão 22/2005. São Paulo: PUCSP, 2005.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe, Abril Cultural, São Paulo, 2002.

PEIC - **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. 2016. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2017/01/perfilendividamento2016.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

ROCHA, Ricardo Humberto; VERGILI, Rodney. **Como esticar seu dinheiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **A nova retórica do capital**: a publicidade brasileira em tempos neoliberais. São Paulo: EDUSP, 2010.

SCHLABITZ, C. J. Custos de transação e o mercado de crédito brasileiro: uma análise sob a ótica da nova economia institucional. 201 f. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SERASA CONSUMIDOR. **Empréstimo Pessoal**. 2017a. Disponível em: < <https://www.serasaconsumidor.com.br/ecred/emprestimo-pessoal>>. Acesso em: 11 out. 2017.

REGULACIÓN DE LAS FORMAS DE TRABAJO COERCITIVO EN LA MINERÍA MEXICANA, DURANTE EL PERIODO NOVOHISPANO

Data de aceite: 02/05/2022

Elías Gaona Rivera

Profesor Investigador de la Universidad
Autónoma del Estado de Hidalgo

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es estudiar algunas leyes referentes a la regulación de los diferentes tipos de trabajo compulsivo que existieron durante los siglos XVI y hasta comienzos del siglo XIX, en las zonas mineras de la Nueva España, así como su evidencia empírica. Los sistemas de trabajo coercitivos adoptados en las regiones mineras, desde el inicio del dominio de los españoles, fueron esencialmente tres: 1) el trabajo esclavo, tanto de indígenas como de negros, 2) el repartimiento de indios y 3) el trabajo de ociosos y de presidiarios. El método utilizado fue el histórico. Éste busca reconstruir el pasado de la manera más objetiva y fiel posible, a través de inspeccionar documentos del pasado. Este método, en lugar de observar directamente hechos, actúa indirectamente estudiando documentos. Uno de los principales resultados encontrados en este trabajo es que se utilizaron las diversas formas de trabajo forzado, en las minas novohispanas, debido a la incesante escasez de mano de obra, A pesar de las leyes que los prohibían. Concluimos que la disponibilidad de mano de obra era un requerimiento para las empresas mineras, no sólo por el gran número que necesitaban para su funcionamiento, sino también cuando experimentaban una bonanza, o bien por los constantes periodos de escasez

de mano de obra, lo cual hizo que prevaleciera, fundamentalmente el repartimiento como sistema de trabajo hasta el fin de la época virreinal, y en menor medida la esclavitud y el trabajo de ociosos y vagabundos.

PALABRAS CLAVE: Nueva España, formas de trabajo, esclavitud de negros y repartimiento de indios.

ABSTRACT: The objective of this work is to study some laws referring to the regulation of the different types of compulsive work that existed during the 16th centuries and until the beginning of the 19th century, in the mining areas of New Spain, as well as their empirical evidence. The coercive labor systems adopted in the mining regions, from the beginning of the Spanish rule, were essentially three: 1) slave labor, both indigenous and black, 2) the distribution of Indians and 3) labor of idlers and convicts. The method used was the historical one. It seeks to reconstruct the past in the most objective and faithful way possible, through inspecting documents from the past. This method, instead of directly observing facts, works indirectly by studying documents. One of the main results found in this work is that the various forms of forced labor were used in the New Spain mines, due to the incessant shortage of labor, despite the laws that prohibited them. We concluded that the availability of labor was a requirement for mining companies, not only because of the large number they needed to operate, but also when they experienced a bonanza, or because of the constant periods of labor shortages, which It caused that the distribution prevail, fundamentally as a work system until the end of the vice regal

era, and to a lesser extent slavery and the work of idlers and vagabonds.

KEYWORDS: New Spain, ways of working, slavery of blacks and distribution of Indians.

1 | INTRODUCCIÓN

Este trabajo es importante porque en la actualidad no existe ningún trabajo de este tipo, en donde se recopilen las leyes más importantes que regulaban el trabajo coercitivo que se ejercía en la Nueva España y en particular en el sector minero. Por tanto, el objetivo de este trabajo será analizar algunas leyes que regularon el trabajo compulsivo durante el periodo colonial y contrastarlas con la evidencia empírica. El método a utilizar será el histórico, entendido este como una forma de reconstruir lo pasado de la manera más fiel e imparcial posible, mediante el estudio de documentos del pasado (Dzul, 2020: 3) (Langlois y Seignobos, 2003: 30): 1) La Recopilación de las leyes de Indias, mandada reunir por Carlos II en 1680, 2) Las primeras ordenanzas de don Antonio de Mendoza (1536)- primer virrey de la nueva España-, 3) los Comentarios a las ordenanzas de las minas, de Gamboa (1761); 4) las Reales ordenanzas para la dirección régimen y gobierno del importante cuerpo de minería de Nueva España y de su real tribunal (1783)¹; y 5) los padrones de Real del Monte de 1768 y de 1791, así como diversa documentación del Archivo General de la Nación (AGN).

Por el tipo de método empleado, podemos señalar que la investigación es histórica. Dicho lo anterior podemos señalar que las formas de trabajo forzado, en el sector minero, durante el periodo colonial fueron básicamente tres: 1) el trabajo esclavo de indios y de negros, 2) el repartimiento de indios o trabajo catequil y 3) en menor medida se utilizó el trabajo de vagabundos y de presidiarios. En los apartados siguientes veremos las leyes que las regularon; así como su coexistencia dentro de la Nueva España. El trabajo está estructurado en cinco apartados: 1) el trabajo esclavo indígena, 2) el trabajo esclavo de negros, 3) el repartimiento de indios, 4) el trabajo de ociosos y de presidiarios y 5) las conclusiones.

2 | REVISIÓN DE TRABAJOS PREVIOS SOBRE EL TEMA

En relación con trabajos que han abordado las leyes que regularon el trabajo coercitivo, durante la época colonial, hay dos trabajos que las abordan de manera somera. Uno de ellos es el de Romano (1996: 201-202). Nos dice que la encomienda constituyó la forma más clásica de trabajo compulsivo, sin embargo, no fue la única, ya que también existió el repartimiento de indios al servicio de particulares o del poder público. Señala que ésta forma de trabajo continuó alegremente a pesar de la Real Cédula del 24 de noviembre de 1601, la cual ordenaba suprimir los repartimientos, no obstante, podían trabajar por

¹ De ahora en adelante nos referiremos a ellas como Ordenanzas mineras de 1783.

una paga y comida. Además, este autor analiza la cédula 24 y nos dice que ésta indica claramente que los indios tienen la oportunidad de elegir el dueño con el cual trabajar; pero que la libertad es limitada en las zonas mineras porque son pocas las oportunidades de trabajo en ese sector económico. Además, nos menciona que las mejores formas de defensa de los trabajadores son muy vagas; que el trabajo no sea “excesivo” (pero ¿dónde está la frontera del exceso?); señala que no se precisa el monto de los jornales ni la calidad y cantidad de la comida; de igual forma manifiesta que no se precisa si el salario tiene que ser pagado en moneda o en bienes naturales. Indica que lo que si se precisa son las relaciones entre el dueño y el trabajador. Muy lindo y armonioso, no obstante, esa disposición fue violada constantemente. Concluyó señalando que la Cédula Real de 1601 impuso el trabajo y limitó la posibilidad de entrar o no entrar en el mercado de trabajo; además que no se precisaba si el salario debería de ser en moneda o en bienes.

En el presente trabajo se aborda no solo la Real Cédula de 1601, sino leyes que datan desde el siglo XVI y en específico las primeras ordenanzas del primer virrey de la Nueva España, sobre la mano de obra de esclavos e indios en las minas de plata, la cual fue elaborada en el año de 1536. De este mismo siglo tenemos otras leyes las de 1549 y la de 1589. También mostramos leyes del siglo XVII y en particular la del año de 1635. Estas leyes también abordan el tema de los salarios, de la cantidad de trabajo y de los alimentos, y tampoco especifican la cantidad ni la calidad de ellos. En relación con los jornales sólo se señala que deben ser competentes y proporcionados al trabajo y con respecto al trabajo que debería de ser moderado y la ley de 1536 señala que se les debería de alimentar con maíz y frijoles.

Otro trabajo que aborda la legislación del trabajo compulsivo y en particular la mita o repartimiento de indios es el de Ruíz (1990: 1-5). Este autor únicamente se concentra en la legislación del tipo de trabajo señalado y no se ocupa de los esclavos, ni de los ociosos y presidiarios, por lo que el presente trabajo es relevante en este sentido.

3 | TRABAJO ESCLAVO INDÍGENA

Ningún adelantado, gobernador, capitán, alcaide, ni otra persona, de cualquier estado, dignidad, oficio...y ocasión de paz, o guerra...sea osado de cautivar indios naturales de nuestras Indias...ni tenerlos por esclavos, aunque sean de las islas, y tierras...ni ocupar, vender, ni cambiar por esclavo a ningún indio (Recopilación de leyes de indias, Libro VI Título II, Ley I)².

Hay evidencias de trabajo esclavo de indios en la Nueva España durante los siglos XVI y XVII, a pesar de que existían leyes que lo prohibían. En 1526 Carlos V prohibió esclavizar a los naturales de América, y en 1542 las “leyes nuevas” volvían a prohibir el

² Real y Supremo Consejo de las Indias. *Recopilación de leyes de los reynos las indias, mandadas a imprimir y publicar por la magestad católica del rey Don Carlos II. Nuestro señor. Tomo 2.* Quinta edición (Madrid: Real y Supremo Consejo de las Indias, 1791).

trabajo esclavo indígena. Sin embargo, al tratar de implementarlas hubo descontento por parte de los españoles, que aplicaron el principio de “Obedézcase pero no se cumpla”. La inobservancia obedecía a la escasez de trabajadores en las minas, que llevó a obligar a la población nativa a laborar en ellas en contra de su voluntad. A continuación reproducimos un extracto de las leyes de indias

Leyes y evidencia empírica de la esclavitud de indios

El 16 de abril de 1550 se instruyó al virrey Luis de Velasco y Ruíz de Alarcón para que diera libertad a los esclavos indios existentes en las minas de la Nueva España. El 28 de febrero de 1551 se repitió la orden de visitar minas para liberar a los esclavos y evitar los abusos en el trabajo. El virrey aceptó la orden pero señaló la decadencia minera que resultaría de quedarse sin mano de obra³.

En los inicios de la conquista estaba permitida la esclavitud de los indígenas como parte de las denominadas “guerras justas” contra los indios, para someter los pueblos “incivilizados”, apartarlos del pecado y llevarlos a la auténtica religión.

Quizá la esclavitud de los indígenas tuvo como respaldo el texto de San Agustín, *La ciudad de dios contra los paganos* (en latín *De civitate Dei contra paganos*), la cual fue escrita a largo de quince años, entre 412 y 426. San Agustín justifica la esclavitud, afirmando que es un estado que dios ha impuesto a los pecadores y que es un derecho de guerra por parte de los vencedores.

El origen latino de la palabra *esclavo* (*servus*) parece ser que radica en los que por derecho de guerra podían ser ajusticiados, pero los vencedores a veces les «conservaban» la vida, haciéndolos *siervos* (*servi*)⁴, llamados así de *servare* (conservar)⁵....

La causa primera de la esclavitud es, pues, el pecado, que hace someterse un hombre a otro hombre con un vínculo de condición social.

También justifica el castigo de los esclavos.

Cuando alguien en la casa se opone a la paz doméstica por su desobediencia, se le corrige de palabra, con azotes o con otro género de castigo justo y lícito, según las atribuciones que le da la sociedad humana⁶.

Por otro lado, en 1547, Juan Ginés de Sepúlveda en su obra *Demócrates alter o De las justas causas de la guerra contra los indios*, enunciaba tres grupos de causas justas de guerra: 1) rechazar las injurias y repeler la violencia, recuperar lo robado y castigar a los malhechores; 2) dominar a los pueblos bárbaros, apartarlos del pecado y atraerlos a la verdadera religión y a la ley natural, imponiéndoles un gobierno civil; y 3) someter al gobierno heril a los pueblos de costumbres pecaminosas⁷

3 María Justina Sarabia, *Don Luis de Velasco, virrey de Nueva España, 1550-1564*. (Sevilla: Escuela de estudios hispano americanos, 1978), p. 303-304.

4 La palabra *servi* en latín significa esclavos.

5 San Agustín, *La ciudad de dios*, (Madrid: Imprenta Juan de la Cuesta, 1614), p. 623.

6 San Agustín, *La ciudad de dios*, p. 624.

7 Santiago Martínez, *Juan Ginés de Sepúlveda y la guerra justa*. (*Pensamiento y cultura*, 2006), p. 124.

La real cédula de 20 de junio de 1500, dirigida a Colón, admitía la esclavitud de los indios cautivos en “justa guerra”⁸. En la Nueva España la codicia por el enriquecimiento, fácil y rápido, a base de la explotación de metales preciosos en las minas, motivó que surgieran indios esclavos. En 1520 Hernán Cortés poseía miles de esclavos indios, la mayoría de los cuales utilizó en la minería⁹. Existían licencias para poder poseer esclavos indios, como la otorgada por Estrada-Albornoz el 3 de marzo de 1526 a Juan de Cervantes:

Los tenientes de gobernador de esta Nueva España, por el muy magnifico señor Hernando Cortés, gobernador y capitán general en ella por el emperador nuestro señor, por la presente damos licencia a vos Juan Cervantes, vecino de la villa de Sanstiesteban del Puerto, para que de los pueblos que os están encomendados podáis rescatar trescientas piezas de esclavos de los que entre [aque]llos indios tienen y tratan de esclavos, con tanto que ansí rescatados los trayáis y presentéis ante nos o ante la persona que en la dicha villa tiene por nos el encargo de examinar y herrar los esclavos, para que por nos o por la tal persona, y estos examinados se hierren los esclavos que fueren y los que no lo fueren no. Fecha en la ciudad de Tenuxtitan, a tres de marzo de quinientos y veinte seis años. Alonso de Estrada, Rodrigo de Albornoz; por mandado de los tenientes de gobernador, Cristóbal de Oñate¹⁰.

Llama la atención que Cortés estuviera sorprendido cuando regresó de su expedición a las Hibueras, al señalar en su *Provisión* de 27 de junio de 1526, al Ayuntamiento de México:

Por cuanto yo soy informado que se han hecho muchos esclavos sin los poder hacer ni haber razón para ello de lo cual ha resultado mucho y gran deservicio a Dios y a sus majestades y a la tierra, y naturales de ella han recibido muy grandes agravios y lo que peor ha sido que así de estos tales como de los otros se han sacado de la dicha tierra muchos esclavos¹¹.

Ante esta situación el emperador Carlos V el 9 de noviembre de 1526 manifestaba que:

En conformidad de lo que está dispuesto sobre la libertad de los indios: Es nuestra voluntad, y mandamos, que ningún adelantado, gobernador, capitán, alcaide, ni otra persona, de cualquier estado, dignidad, oficio, o calidad que sea en tiempo, y ocasión de paz, o guerra, aunque justa, y mandada hacer Nos, o por quien nuestro poder hubiere, sea osado de cautivar indios naturales de nuestras Indias, Islas, y Tierra-Firme del Mar Océano, descubiertas, ni por descubrir, ni tenerlos por esclavos, aunque sean de las islas, y tierras.... ni ocupar, vender, ni cambiar por esclavo a ningún indio, ni tenerle por tal, con título de que le hubo en guerra justa, ni por compra, rescate, trueque, o cambio, ni otro alguno, ni por otra cualquier causa, aunque sea de los indios, que los mismos naturales tenían, tienen, o tuvieren entre sí por esclavos...

8 Fausto Marín, *Nuño de Guzmán*. (Sinaloa: Siglo XXI, 1992), p. 32-33.

9 Donald E. Chipman, *Nuño de Guzmán y la provincia de Pánuco en Nueva España, 1518-1533*. (México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores de Antropología Social Centro de Investigaciones Históricas de la Universidad de Tamaulipas, 2007), p. 64.

10 Chipman, *Nuño*, p. 65-66.

11 Pedro Fernández Rodríguez. *Los dominicos en el contexto de la primera evangelización de México, 1526-1550*. (Salamanca: San Esteban, 1994), p.185.

A pesar de la legislación contra de la esclavitud de indios, en la práctica esta actividad continuó en la Nueva España. Chipman menciona 110 indios marcados con hierro candente en 1527¹³. El tráfico humano fue grande. El obispo Zumárraga estimó en más de 10 000 indios los extraídos del Panuco, aunque Chipman calculó que no excedió de 6 000¹⁴.

Debido al maltrato que recibían los indígenas en 1542 se promulgaron las “*Leyes y ordenanzas nuevamente hechas por su majestad para la gobernación de las Indias y buen tratamiento y conservación de los indios*”, conocidas como las Leyes Nuevas. Estas contenían 40 capítulos, destacando el 21 y el 23:

21. Iten, ordenamos y mandamos que de aquí adelante por ninguna causa de guerra ni otra alguna, aunque sea so titulo de revelión ni por rescate ni de otra manera, no se pueda hazer esclavo indio alguno, y queremos sean tratados como vasallos nuestros de la Corona de Castilla, pues lo son.

23. Como avemos mandado proveer que de aquí adelante por ninguna vía se hagan los indios esclavos, ansí en los que hasta aquí se han fecho contra razón y derecho y contra las Provisions e Instruções dadas, ordenamos y mandamos que las Abdiências, llamadas las partes, sin tela de juicio, sumaria y brevemente, sóla la verdad sabida, los pongan en libertad, si las personas que los tovieran por esclavos no mostraren título cómo los tienen y poseen ligitimamente. Y porque a falta de personas que soliciten lo susodicho los indios no queden por esclavos injustamente, mandamos que las Abdiências pongan personas que sigan por los indios esta causa, y se paguen de penas de Cámara, y sean hombres de confiança y diligencia.

El efecto que tuvieron fue dramático. El virrey del Perú fue asesinado por querer ponerlas en vigor, situación que el virrey de la Nueva España, Antonio de Mendoza y Pacheco, manejó con mejor tino practicando el famoso “obedézcase pero no se cumpla”¹⁵.

En 1649 un minero tenía en su hacienda de beneficio de metales cinco tarahumaras esclavos, que había comprado. De igual forma, apaches tomados como esclavos en Nuevo México, eran a menudo conducidos a las minas de Parral (Chihuahua) para ser vendidos para las labores mineras. Durante una campaña punitiva en 1652, 180 tobosos fueron tomados como esclavos y vendidos en los centros mineros de la Nueva Vizcaya.

A mediados del siglo XVII, las reglas para la disposición de esclavos indígenas eran prescritas por los gobernadores de la Nueva Vizcaya. El oficial al mando de la guerra contra “los bárbaros” generalmente disponía de ellos como esclavos. La mayoría de los cautivos (hombres, mujeres y niños) eran llevados a la plaza pública de Parral y vendidos al mejor postor. El periodo de servicio establecido por el gobernador era comúnmente diez años; los indígenas eran raramente esclavizados perpetuamente. Las “guerras” eran provocadas por oficiales de “presidios” ambiciosos, para obtener esclavos para beneficio propio. Esto

12 Real y Supremo Consejo de las Indias. *Recopilación*.

13 Chipman, *Nuño*, p. 65.

14 Marín, *Nuño*, p. 33.

15 Rafael Diego Fernández, *Capitulaciones colombinas (1492-1506)*. (Zamora (Michoacán) : El colegio de Michoacán, 1987), p. 24.

era una realidad en Nuevo León¹⁶, donde los mineros pagaron a los soldados treinta pesos por cada esclavo¹⁷.

El flujo de Cédulas Reales prohibiendo la toma de esclavos indios tuvo poco efecto en los mineros debido a la falta constante de trabajadores. El 23 de diciembre de 1672 se concede su libertad a todos los indios esclavos, aunque hubieran sido apresados en guerra¹⁸. Al parecer el trabajo de esclavos indios terminó en el siglo XVII, aunque el de esclavos negros continuó hasta principios del siglo XIX.

Sobre el trato que recibían los esclavos indígenas en las minas tenemos una de las instrucciones que le dieron al virrey Luis de Velasco y Ruíz de Alarcón en 1550.

Y porque somos informados que los indios que andan en las minas de plata de la Nueva España, así libres como esclavos, reciben mucho daño, así en lo que toca a sus animas y conciencias como al buen tratamiento de sus cuerpos, entre otras cosas que visitareis las minas, las que de ellas buenamente pudiereis, y en las que no visitareis el oidor que hubiese de visitarlas visite; y daréis orden como cesen dichos daños y agravios (Instrucciones y memorias de los virreyes novohispanos, 1991: 129 y 165).

Esta misma instrucción recibió el virrey Martín Enríquez en 1568 (Instrucciones y memorias de los virreyes novohispanos. Tomo I, 1991: 165), lo cual significaba que los malos tratos persistían hacia los trabajadores mineros, tanto esclavos indios como trabajadores libres.

4 | TRABAJO ESCLAVO DE NEGROS

Y para relevar el trabajo de los que van a las minas, escribí a su majestad fuese servido mandar aquí tres mil negros de Guinea para que se repartieran entre los mineros [...] pues con esto se quita de todo punto el trabajo de los indios en las minas¹⁹.

La existencia de trabajo esclavo de negros en las minas aparece en la ordenanza del emperador Carlos V de 4 de diciembre de 1528. Parece lógico pensar que se hace aquí referencia a la esclavitud negra debido a que estaba prohibido esclavizar indígenas.

Que a los indios y esclavos de las minas se ponga doctrina. A los indios y esclavos que trabajan en las minas, se les pongan clérigos o religiosos que administren los santos sacramentos, y enseñen la doctrina cristiana, y los interesados en ellas paguen el estipendio: y el prelado diocesano, guardando el patronazgo en la proposición e instilación, haga que los domingos y fiestas oigan misa y acudan a la doctrina²⁰.

16 Comprende los actuales estados de Nuevo León, Tamaulipas, Coahuila y Zacatecas; así como parte de Durango, Chihuahua, Sinaloa, San Luis Potosí y Texas.

17 Robert West, *La comunidad minera en el norte de España: El distrito minero de Parral*. (Chihuahua: Gobierno del Estado, 2001), p. 61-62.

18 AGN, Instituciones Coloniales/ Gobierno Virreinal/ Reales Cédulas Originales y Duplicados (100)/ Reales Cédulas Duplicadas/ Vol. D30/ Exp. 45.

19 Advertencias generales que los virreyes dejaron a sus sucesores para el gobierno de Nueva España, 1590-1604 (México: José Porrúa e hijos, 1956), p. 24-26.

20 Recopilación de las leyes, Libro VI, Título XV, Ley X.

Otra fuente en la que se constata el trabajo esclavo de negros en las minas y la encomienda son las primeras ordenanzas del primer virrey de la Nueva España, Antonio de Mendoza, sobre el trabajo y la mano de obra de indios y esclavos en las minas de plata, que entraron en vigor el 30 de junio de 1536.

Don Antonio de Mendoza visorrey y gobernador de esta Nueva España por su majestad digo que por cuanto hasta agora no están ordenadas ni hechas ordenanzas que conciernen ni convengan para la conservación y buen tratamiento de los naturales libres y esclavos tienen y andan en las minas de la plata. Por tanto, queriendo remediar y proveer lo que de ello convenga para dicha conservación, establezco y ordeno lo siguiente²¹:

Entre las cosas que señalaba, se encuentran las siguientes:

1. Los individuos que tuvieran servicio personal en las minas- encomienda y esclavos- tenían la obligación de darles de comer. También tenían la obligación de darles de comer a los indios libres. Debían darles de comer tortillas y frijoles. A los encomenderos y esclavistas que no cumplieran con esa obligación, se les imponía una multa de quince pesos en oro por cada indio que dejara de comer. Un tercio de la multa iría a las arcas del rey y las dos terceras partes para el denunciador.
2. A los indios libres solo de les debería de ocupar en el transporte de leña, sacar tierra de las minas, hacer raya, llevar metal a los lavaderos, hacer casas y se defendía a los indios para que no trabajaran en los fuelles de fundición. Esto significaría que los indios esclavos podían hacer toda clase de labores, excepto los indios libres.
3. También mandaba que ninguno fuera osado de enviar indio alguno, así libre como esclavo por leña en día domingo o fiesta que la iglesia mandará guardar, ni mandarles hacer otros oficios en los dichos días en beneficio de las minas, so pena de quince pesos por cada indio libre o esclavo; 4) De igual forma, ordenaba que las ordenanzas fueran pregonadas públicamente en la ciudad de México y en las minas de plata para que todos las conocieran y no pretendieran ignorancia.

Las rebeliones indígenas, las epidemias, la esclavitud, los malos tratos, y el trabajo dentro de las minas y en las haciendas de beneficio fueron las causas del quebranto de la población indígena, por lo que, en 1590, el virrey Álvaro Manrique de Zúñiga advertía:

La experiencia va mostrando la prisa con la que se van acabando los indios de esta tierra y conociendo ser la causa la flaca complexión y malos tratamientos que los españoles les hacen, después que vine a ella he procurado por todas las vías y maneras posibles de ampararlos y sobrellevarlos del trabajo que padecen. Y viniendo que el mayor es el del servicio personal de minas... proveyendo so graves penas no los metiesen en ellas ni les hiciesen trabajar más de sol a sol, ni les cargasen los metales en sus mantas²². Y para relevar el trabajo de los que van a las minas, escribí a su majestad fuese servido mandar aquí tres mil negros de Guinea para que se repartieran entre los mineros [...]

21 Antonio de Mendoza, México, 30 de junio de 1536, Archivo General de Indias (AGI): México, 19, N.1 - 1 – Imagen Núm.: 1 / 4. 1536).

22 Según Von Mentz (2007: 553) en la zona central de la Nueva España durante el siglo XVI desapareció más del 70% de la población indígena.

pues con esto se quita de todo punto el trabajo de los indios en las minas²³.

En relación con el envío de negros a la Nueva España, en 1579 apareció una Real cédula dirigida a Juan Pérez de Córdoba para que desde España, Portugal, Cabo Verde o Guinea pudiera llevar a Nueva España 126 esclavos negros²⁴. Sin embargo, el arribo de esclavos negros a la Nueva España era insuficiente porque se seguían demandado cada vez más, por lo que se continuaron otorgando licencias para llevar esclavos a la Nueva España. En la tabla 1 se muestra la población estimada de esclavos negros entre 1580 y 1810 y en la tabla 2 se muestra su arribo al puerto de Veracruz y los lugares de procedencia de África.

La población negra decreció del siglo XVI al XIX. Una de las causas de su mortalidad se debió a las epidemias que sufrió la Nueva España a lo largo de su historia²⁵. Entre 1551 y 1640 se calcula el ingreso de 350 000 esclavos, de los cuales sólo 70 000 con licencia para ingresar legalmente a la Nueva España²⁶. Al llegar los esclavos a la Nueva España se registraban menos para no pagar los derechos por las licencias.

Año	Número de negros
1580	20 569
1646	35 089
1742	20 131
1793	6 100
1810	10 000

Tabla 1 Población negra en Nueva España, 1533-1810.

Fuente: elaboración propia con datos de Maldivo

Fecha	Barco	N. esclavos	Lugar de Llegada	Registrados	Procedencia
8 sep. 1611	San Ambrosio	200	Veracruz	127	
13 sep. 1612	Na. Sa. Rosario	250	Veracruz	108	
16 sep. 1615		340	Veracruz	112	
24 jun. 1617	Santiago	340	Veracruz	257	Angola
29 sep. 1617		272		120	Luanda
Total		1 402		724	

Tabla 2 Arribo de esclavos negros al puerto de Veracruz durante el siglo XVII.

Fuente: elaboración propia con datos de Ngou

²³ Advertencias generales, p. 24-26.

²⁴ Portal de Archivos Españoles, signatura: México, 1093, L.15, F.261V. Esta real cédula apareció antes de la petición que hicieron los virreyes Manríquez y Luis de Velasco y Castilla acerca del envío de esclavos negros a la Nueva España. Por otro lado, en 1603 se otorgó licencia a Juan de Mendoza y Luna, marqués de Montesclaros para llevar a 24 esclavos negros libres de derechos. Portal de Archivos Españoles, signatura: México, 1093, L.15, F.301R.

²⁵ Sarampión, varicela, fiebre amarilla, paperas, sífilis, sarna y el Matlazahuatl (viruela y tifo).

²⁶ Elsa Maldivo, *La población, siglos XVI al XX*, (México: Universidad Autónoma de México, Oceano, 2006), p. 69.

Con respecto al trabajo de negros, el rey Felipe III, el 26 de mayo de 1609, ordenó que:

Las minas no se desagüen con indios aunque sean voluntarios.

El trabajo que padecen los indios en desaguar las minas, es muy grande, y de su continuación resultan enfermedades: y porque nuestra voluntad es que sean relevados de el en lo posible: ordenamos que no se desagüen con indios, aunque quieran hacerlo de su voluntad, sino con negros o con otro género de gente, y así lo encargamos a los virreyes, y mandamos que tengan particular cuidado de proveer y ordenar que se haga y cumpla en cuanto fuere posible, y más convenga al mayor beneficio, seguridad, alivio y menos vejación de los indios, de forma que por esta causa no cese el beneficio y labor de las minas.²⁷

Los esclavos negros debían ser obligados a desaguar las minas en sustitución de los indios. Sin embargo, en la *Recopilación de las leyes* de Indias es poco lo que se dice del trabajo esclavo de las minas, mientras que en los comentarios de Gamboa²⁸ y en las *Ordenanzas de 1783*²⁹ no hay referencia alguna a este tipo de trabajo.

Respecto a las formas de trabajo, a finales del siglo XVI las minas del centro de Nueva España, Guanajuato y Zacatecas tenían 1 022 esclavos negros (el 14 por 100), 1 619 indígenas forzados (el 22 por 100) y 4 606 indígenas libres (64 por 100). Casi todos los trabajadores forzados laboraban en minas cercanas a la capital del virreinato- en Taxco y Pachuca- mientras que en Zacatecas casi todos los indígenas eran libres y recibían un salario³⁰. En Zacatecas,

Hacia 1602 los esclavos negros y mulatos en esa ciudad constituían una quinta parte de la mano de obra en las minas: de un total de 1 900 trabajadores, 400 eran esclavos de tal origen étnico y el resto indígenas naborias trabajadores libres³¹.

Aunque la proporción de esclavos parece exagerada, es evidente la importancia del trabajo libre.

En el siglo XVIII, los esclavos eran numerosos en Zacatecas pero casi exclusivamente en las estancias o empleados en el servicio doméstico y el único caso de un esclavo operario de mina aparece en Sombrerete. Los primeros Condes de Santiago de la Laguna eran dueños de 32 esclavos, nacidos casi todos en sus haciendas. Aunque algunos de ellos trabajaban en las haciendas de beneficio, ninguno se empleaba en las minas³².

27 Recopilación de las leyes, Libro VI, Título XV, Ley XII.

28 Francisco Xavier Gamboa, *Comentarios a las ordenanzas de minas dedicados al católico rey nuestro señor, don Carlos III*, (Madrid: En la oficina de Joachin Ibarra, 1761).

29 Reales ordenanzas para la dirección régimen y gobierno del importante cuerpo de minería de Nueva España y de su real tribunal, (Madrid, 1783).

30 David Brading, *Mineros y comerciantes en el México borbónico (1763-1810)*, Novena reimpression, (México: Fondo de Cultura Económica, 2012), p. 24.

31 Cuauhtémoc Velasco, Los trabajadores mineros de Nueva España, 1750-1810. En Enrique Florescano, *La clase obrera en la historia de México*, (México: Siglo XXI, 1996), p. 239-301.

32 Frederique Langue, "Trabajadores y formas de trabajo en las minas Zacatecanas del siglo XVIII". *Historia mexicana* (1991), p. 463-506.

En Real del Monte, en 1768, el 3.4% de los trabajadores eran esclavos negros y en 1791 el 3.9%³³. Desconocemos el porcentaje del trabajo compulsivo de los indios y el del trabajo libre. Pero si tomamos como referencia el 4 por 100 que debían aportar los pueblos indígenas como parte de su población total, a los centros mineros, podríamos tener cerca de 4% de trabajo esclavo, 4% de repartimiento de indios, y 92% de trabajo libre.

Si comparamos los porcentajes de finales de siglo XVI en Guanajuato y Zacatecas (14 por 100) y de principios de siglo XVII en Zacatecas (20 por ciento) y si tomamos como muestra a Real del Monte, sin duda la utilización del trabajo esclavo en las minas de la Nueva España, en el siglo XVIII, se había reducido de manera drástica. Por tanto, durante el siglo XVIII el trabajo coactivo de la gente de color perdió importancia, aunque este proceso varió según las características de cada región, empleándose trabajo esclavo negro y el repartimiento de indígenas en las minas del centro. Según Humboldt:

Entre todas las colonias de los europeos..., el reino de Nueva España es en donde hay menos negros; y casi puede decirse que no hay esclavos. Se cruza toda la ciudad de México sin encontrar una cara negra, y el servicio de las casas no se hace por esclavos.... Según noticias exactas tomadas por personas de las que trabajaron en el censo de 1793, apenas parece que hay seis mil negros en toda la Nueva España, y cuando más nueve o diez mil esclavos, cuya mayor parte se halla en los puertos de Acapulco y Veracruz, o en las tierras calientes metálicas³⁴.

En la mina de Santa Eulalia del estado de Chihuahua, la fuerza de trabajo generalmente estaba compuesta por indígenas libres y por el trabajo de repartimiento. Sin embargo, en ciertas regiones la mano de obra era completada con el trabajo de esclavos, por lo que la población esclava de la zona estaba compuesta por negros y mulatos, que trabajaban en las haciendas de beneficio y en el servicio doméstico, pero raramente en las minas³⁵. Los esclavos trabajaban fundamentalmente en el beneficio de la plata:

5 | REPARTIMIENTO DE INDIOS

La principal dificultad de los mineros es la de los operarios. La mita o repartimiento de indios para trabajar en el Perú, el Cerro del Potosí, y otras minas siempre ha dado motivo a controversias y consultas, que jamás se han acabado de definir: sin los Indios no habrá minas, por no haber otros que trabajen en lo común: el forzarlos a este penoso servicio, es cosa, que siempre se ha estimado por ardua: con que solo el tiempo ha sido el medio para ir pasando³⁶.

Otra forma de trabajo forzado, mucho más extendida, fue el repartimiento de indios

33 En 1768 la familia Regla tenía 68 esclavos laborando en las minas de Real del Monte y 17 en 1791. La información del padrón no se ha publicado y forma parte de un trabajo que estoy realizando.

34 Alexander Von Humboldt, *Ensayo político sobre el reino de la Nueva España*, séptima edición, (México: Porrúa, 2011), p. 86.

35 Phillip Lance Hadley, *Minería y sociedad en el centro minero de Santa Eulalia (1709-1750)*, (México, Fondo de Cultura Económica, 1979), p. 186.

36 Gamboa, *Comentarios a las ordenanzas*, p. 336-337.

o cuatequil. La primera ordenanza sobre el repartimiento de indios es del 14 de agosto de 1509 por el rey Fernando:

Que estando la tierra pacifica, el gobernador reparta los indios de ella.

Luego que se haya hecho la pacificación, y sean los naturales reducidos a nuestra obediencia, como esta ordenado por las leyes que de esto tratan, el adelantado, gobernador, o pacificador, en quien esta facultad resida, reparta los indios entre los pobladores, para que cada uno se encargue de los que fueren de su repartimiento, y los defienda y ampare, proveyendo ministro que les enseñe la doctrina cristiana, y administre los sacramentos, guardando nuestro patronazgo, y enseñe a vivir en policia, haciendo lo demás que están obligados los encomenderos en sus repartimientos, según se dispone en las leyes de este libro³⁷.

Sobre el repartimiento de indios en las minas, Felipe II el 10 de enero de 1589 estipulaba:

Que se puedan repartir indios de minas con las calidades de esta ley.

Declaramos, que a los indios se les puede mandar que vayan a las minas como no sea mudando temple, de que resulte daño a su salud, teniendo doctrina y justicia que los ampare, bastimentos de que poderse sustentar, buena paga de sus jornales, y hospital donde sean curados, asistidos y regalados los que enfermaren, y que el trabajo sea templado, y haya veedor que cuide de lo susodicho; y en cuanto a los salarios de doctrina y justicia, sean a costa de los mineros, pues resulta en su beneficio el repartimiento de indios; y también paguen lo que pareciere necesario para la cura de los enfermos³⁸.

Esta ordenanza era adelantada para su tiempo, en el sentido de que reflejaba preocupación por los trabajadores al señalar que el trabajo de los indios no fuera en detrimento de su salud y que el trabajo fuera moderado, además de que fueran asistidos en un hospital en caso de enfermarse. Pero sin duda, lo que más destaca es que recibían un salario por su trabajo. En 1601 Felipe III ordenaba:

A los dueños de minas y arrendatarios se den indios de repartimiento, y no los ocupen en otro ministerio.

Al que no tuviere minas propias en el cerro de Potosí, u otro cualquier sitio, y no las beneficiare actualmente por su misma cuenta, no se repartan indios de cualquier calidad y condición que sean; pero bien permitimos que a los que arrendaren minas, así nuestras como de otras cualesquier personas o comunidades, y actualmente las labraren y beneficiaren, se les puedan dar indios como a los dueños de las otras minas, teniendo consideración, y respecto a la calidad y cantidad de ellas, por el tiempo que durare el arrendamiento, labor y beneficio³⁹.

Y el 26 de mayo de 1609:

Que se puedan repartir indios de mita para labor de los campos, cría de ganados y trabajo de las minas. En atención a la común y publica utilidad,

37 Recopilación de las leyes, Libro VI, Título 8, Ley primera.

38 Recopilación de las leyes, Libro VI, Título 15, Ley primera.

39 Recopilación de las leyes, Libro VI, Título XV, Ley V.

permitimos que se hagan repartimientos de los indios necesarios para labrar los campos, criar ganados, beneficiar minas de oro, plata, azogue y esmeraldas, y...presupuesta la repugnancia que muestran los indios al trabajo, y que no se puede excusar el compelerlos, sea con tal temperamento, que no se introduzcan estos repartimientos, donde hasta ahora no se han acostumbrado⁴⁰.

Que las minas no se labren por partes peligrosas, y se procure que los indios trabajen en ellas de su voluntad. No se labren las minas por partes peligrosas a la salud y vida de los indios, y los que anduvieren ocupados en beneficio del azogue, se repartan de tal forma en sus ministerios, que participen igualmente de los que fueren más y menos trabajosos, a cuya ocupación se procurara que vayan voluntariamente, dándoles privilegio de exenciones y haciéndoles todas las demás comodidades proporcionadas; y en caso que no basten estos motivos para los inclinar y atraer al trabajo y labor se repartirán los indios necesarios, guardando lo proveído, y se les crecerá el jornal a tal precio, que fuera de la porción necesaria al sustento de cada día, saquen ganancia bastante para pagar los tributos a sus encomenderos, si ya no merecieren más por su trabajo que en este caso se igualara con la paga⁴¹.

En 1614 se ordenaba que *“no exceda el repartimiento de indios para mitas, al número de los cuatro por ciento que hasta ahora se han repartido⁴²”*. Esto significaba que los pueblos donde se hacían los repartimientos tenían que proporcionar, cada semana, el cuatro por ciento de su población en edad de trabajar para las labores de las minas, el campo o la construcción de infraestructuras. Cuando terminaban, se les pagaba y regresaban a su comunidad, de donde salía una nueva cuadrilla de trabajadores⁴³.

Y en 1618 el rey Felipe III:

Que los indios que se repartieren de las minas no suplan ni paguen por los ausentes, huidos ni muertos. Por el agravio e injusticia que se hace en cargar a los indios de mita las obligaciones y pagas de ausentes, huidos y muertos, y lo que conviene remediarlo: Mandamos que en ningún caso se permita, que a título de servicio ni otro alguno, sean gravados por ausentes, huidos o muertos: y que acabado el tiempo y obligación de su servicio, se puedan volver y vuelvan libremente y sin impedimento a la vecindad de adonde fueron sacados⁴⁴.

En relación con los salarios Felipe IV, en 1635 ordenaba:

Que los indios de mita y voluntarios sean pagados y las justicias lo ejecuten, y el azogue del rey se dé a los mineros por la costa. Los jornales sean competentes y proporcionados al trabajo de los indios y las otras circunstancias que constituyen el justo valor de las cosas, y págueseles el camino de ida y vuelta como está resuelto por la ley III, Título XII de este libro, computando a razón de cinco leguas por día en que los virreyes y presidentes gobernadores pongan mucha diligencia y cuidado para facilitar la parte que toca a los mineros....⁴⁵

40 Recopilación de las leyes, Libro VI, Título XVII, Ley XIX

41 Recopilación de las leyes, Libro VI, Título XV, Ley XI.

42 Recopilación de las leyes, Libro VI, Título XII, Ley XXII.

43 Iñigo Fernández, *Historia de México I*, (México: Prentice Hall, 2006), p. 84.

44 Recopilación de las leyes, Libro VI, Título XV, Ley VI.

45 Recopilación de las leyes, Libro VI, Título XV, Ley III.

En las ordenanzas de 1783 únicamente se indica que el porcentaje de indios de repartimiento no exceda el 4 %, conforme a la práctica de la Nueva España. En resumen, los repartimientos fueron otro mecanismo de trabajo forzado que se explica por la escases de fuerza de trabajo en los territorios propiedad de la corona española. Por otro lado, llaman la atención las repetidas órdenes en el sentido de que en las minas los indios debían ser utilizados en actividades moderadas, que no repercutieron su salud, además de contar con un hospital en caso de que se enfermaran; que tenía que pagárseles el camino de ida y vuelta a las minas en un radio no mayor a 5 leguas.⁴⁶

La respuesta la encontramos en Alonso de Zorita⁴⁷:

Los días que en sus repúblicas trabajaban y trabajan son dentro de sus mismos pueblos. El trabajo era y es poco. Eran y son bien tratados: No salían ni salen de entre sus casas y de entre sus mujeres e hijos y deudos: comían y comen su ordinario, y a sus horas concertadas, y hacían y hacen las obras de común y con mucho regocijo...Sus templos y las casas de los señores y las obras de su república siempre se labraron de común, mucha gente con gran alegría unos con otros. Salían de sus casas entrado el día, pasado el frío de la mañana, habiendo comido lo que les bastaba, según su modo y miseria. Cada uno trabajaba un poco y como podía; no les daban prisa ni los maltrataban sobre ello⁴⁸.

El trabajo, antes del arribo de los españoles, era poco; los indios permanecían cerca de sus familias, eran “bien tratados” y comían a sus horas. Lo contrario sucedió en la época colonial, como se comprueba con las constantes quejas que engrosan los archivos de los virreinos americanos.

En 1589, la Corona dispuso que se pagara el trabajo que los indios realizaban en las minas y en toda clase de faenas, es decir, trató de incitarlos al trabajo por medio de un pago monetario; pero esta medida era incompatible con la forma de vivir de los indios, que “no se desvelan por adquirir riquezas”⁴⁹. La desestructuración del sistema de trabajo prehispánico tuvo lugar a partir de la feroz compulsión al trabajo que los hispanos emplearon con los indios, sin comprender las diferentes concepciones que prevalecían en una y otra cultura respecto del trabajo. Los trabajadores indígenas eran solicitados para realizar numerosos trabajos: para el molino de la pólvora, limpia de acequias, corte de madera, para trabajar en ingenios y trapiches, para el servicio personal de colegiales, en la construcción y sobre todo en las haciendas de beneficio y en las minas.

Las leyes virreinales permitían el repartimiento de indígenas o cuatequil, velando

46 La ley III, Título XII, Libro VI, emitida en 1563 señalaba que se debería de pagar a los indios el camino de ida y vuelta de su casa al trabajo, en un radio no mayor a 10 leguas (48 kms). No especifica si eran indios de repartimiento.

47 Alonso de Zorita (1512-1585) se licenció en Derecho en Salamanca y en 1547 llegó a América como oidor de la Audiencia de Santo Domingo; en 1553 lo fue de los Confines, Guatemala, en donde conoció a Bernal Díaz del Castillo, y en 1556 pasó a la Audiencia de la Ciudad de México como ministro-oidor. Ese año fue admitido en la Real y Pontificia Universidad como doctor en leyes. Diez años después regresó a España y comenzó a trabajar en sus obras históricas. La obra *Los señores de la Nueva España*, tuvo su origen en un cuestionario enviado por la Corona a las Indias en 1553, solicitando informes sobre la organización de los antiguos señoríos indígenas.

48 Alonso de Zorita, *Los señores de la Nueva España*, (México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1963), p. 132-133.

49 Zorita, *Los señores de la Nueva España*, p. 94.

por el bienestar de los indios, al prohibir que trabajaran en lugares peligrosos dentro de las minas, y en su desagüe, y al ordenar que se les pagara un salario; a pesar de ello, muchos fueron utilizados para actividades peligrosas, dentro y fuera de las minas. La presión ejercida por los mineros, que necesitaban mano de obra para el desagüe de las minas, dio como resultado el repartimiento extraordinario. Había por tanto indios repartidos especialmente para el desagüe (“tapixques”) —estaba prohibido utilizarlos para cavar o sacar metales a cuestras—, y otros repartidos para el beneficio minero⁵⁰.

La jornada para los indios de repartimiento sería de sol a sol, se les daría tiempo para almorzar y una hora para comer, no debían trabajar de noche y no se les haría entrar en las minas “*ni barretear, ni sacar metales; los mineros que infringieran esta orden serían penados con cien pesos de oro común y la privación de indios por un año*”⁵¹. En efecto, los indios de repartimiento no tumbaban el mineral —para lo que se requería cierta especialización que ellos no lograban adquirir por ser trabajadores temporales— pero sí debían arrear a los animales de las norias, sacar el mineral, transportarlo a las haciendas de beneficio, generalmente alejadas de los yacimientos; colocar el mineral bajo los mazos para su trituración; y pisotear las “tortas” resultantes de la mezcla del mineral con mercurio⁵².

En 1721 Francisco de la Borda, minero y dueño de dos minas en el Real de Taxco (Guerrero) solicitó indios de repartimiento para sus minas, San Marcos y Alquichoaya, al alcalde mayor de Cuernavaca de cuya jurisdicción salían los indios de repartimiento para ese real.⁵³ En 1722 se realizaron autos sobre el repartimiento de indios para las minas de Tlaucingo (Puebla)⁵⁴.

En 1724 se ordena dar cumplimiento al despacho expedido a Francisco de la Borda por la asistencia de operarios en las minas de Taxco⁵⁵. En el mismo año el virrey, Juan de Acuña y Bejarano, declara no haber lugar a la pretensión de los naturales de Texaquique, jurisdicción de Cuernavaca, para libertarse del trabajo de las minas de Taxco y que se haga el repartimiento.⁵⁶ En 1725 que se debe practicar el repartimiento de indios a las minas de Taxco, señalando que no se les hagan malos tratamientos y que se les pague por su trabajo.⁵⁷

En 1727 se notifica a los mineros de Tlalpujahuá que paguen a los indios de repartimiento a razón de 2 reales y ración cada día⁵⁸. En 1728 que se lleve a efecto lo determinado por el virrey acerca del modo con que ha de practicarse el repartimiento de

50 Silvio Zavala y María Castelo, *Fuentes para la historia del trabajo en la Nueva España (1575-1805)*, (México: CEHS-MO, 1980, tomo V).

51 Silvana Cruz, “*Sistemas de trabajo en las minas*”, p. 39-40.

52 Brígida Von Mentz, *Trabajo, sujeción y libertad en el centro de la Nueva España.*, (México: CIESAS, 1999), p. 193-195.

53 AGN /Inst. Coloniales / Real Audiencia/ Tierras (110) / Contenedor 1229 / Vol. 2915/ Exp. 1.

54 AGN/ Instituciones Coloniales/ Real Hacienda/ Minería (073)/ Contenedor 075/ Vol. 149.

55 AGN/ Inst. Coloniales/ Gobierno Virreinal/ General de Parte (051) / Vol. 25/ Exp. 52 /Foja 71.

56 AGN /Inst. Coloniales, Real Audiencia/ Indios (058)/ Cont. 27, vol. 50, exp. 73, fojas 129-131.

57 AGN /Instituciones Coloniales / Real Audiencia/ Indios (058)/ Contenedor 27 / Vol. 51.

58 AGN /Inst. Coloniales /Real Audiencia/ Indios (058)/ Cont. 28, vol. 51/ Exp. 167 /Fojas 178-179.

indios operarios a las minas de Tlalpujahua⁵⁹. En 1741 la Real Audiencia ordena a las justicias de Cuautla (Estado de Morelos), que a los indios de repartimiento se les pague su jornal y que los mineros se arreglen a las leyes⁶⁰. En 1746, el virrey ordena a los gobernadores de Sinaloa y Nueva Vizcaya, que se cumpla el repartimiento de indios y terminar con los abusos que se cometen contra ellos.⁶¹ En 1790 los intendentes de Guanajuato, Zacatecas y San Luis Potosí informan sobre el repartimiento de indios en sus regiones.⁶² En 1797, por último, se mandó facilitar cuadrillas de indios de repartimiento para el laborío de las minas del conde de regla en Zimapán.⁶³ Según Sandoval⁶⁴,

La insuficiencia de fuerza de trabajo en Guanajuato fue uno de los factores que orillaron a los dueños de minas a sostener a fines del siglo XVIII el trabajo forzoso bajo la forma de repartimiento. El ejemplo más documentado para Guanajuato señaló que todavía en 1777-1778...por defecto de operarios no se disfrute toda la opulencia que están brindando estas minas... Y que de alguna manera esta forma de trabajo obligada se justificaba en la... ociosidad y la holgazanería de los indios...

El crecimiento de la producción minera en el siglo XVIII requirió de una cada vez mayor cantidad de mano de obra, lo cual se tradujo en numerosas solicitudes y pleitos relativos a indios de repartimiento. La solicitud de los mineros para disponer de trabajo forzoso se apoyaba en las leyes, y era natural que los empresarios más importantes fueran los más interesados en solicitar operarios, por lo que el célebre minero Pedro Romero de Terreros se enfrentó a varias vicisitudes.

Además de en Tepoztlán y Actopan, existen evidencias de conflictos en Taxco (1712 y 1780), Temascaltepec (1712 y 1806), San Miguel Ixtapa (1720), Pozonatepec (1739), Guanajuato (1766-1768), Huautla (1777) y Sultepec (1782-1786)⁶⁵.

Las Cortes de Cádiz, el 9 de noviembre de 1812, decretaron la abolición del repartimiento de indios o mitas, pero esta orden no se llegó a adoptar⁶⁶. Sólo tras el periodo absolutista de Fernando VII (1814-1820), se restaura en 1820 la constitución y el virrey Apodaca publicó un bando restableciendo el decreto de Cádiz que abolía las mitas y repartimiento.

En el mismo 1820, los indios solicitan que se cumpliera el real decreto de las Cortes relativo a la protección que debían tener los indios, aboliendo el repartimiento de éstos, así

59 AGN /Inst. Coloniales / Real Audiencia/ Indios (058)/Cont. 28, vol. 50, exp. 216, fojas 228-230.

60 AGN /Inst. Coloniales / Real Audiencia /Indios (058) / Cont. 30, vol. 55 /Exp. 71, fojas 48-49.

61 AGN /Instituciones Coloniales / Regio Patronato Indiano / Misiones (074) / Contenedor 12, vol. 27/ Exp. 60 /Fojas 463-484. Nueva Vizcaya fue la primera provincia en ser explorada y fundada en el Norte de México durante el Virreinato de la Nueva España. Ocupaba el área actual de los estados de Durango, Chihuahua, Sinaloa, parte del estado de Coahuila.

62 AGN /Instituciones Coloniales / Gobierno Virreinal / Subdelegados (106) / Contenedor 13 / Vol. 35; Exp. 9 / Fojas 68-71; Exp. 6 / Fojas 42-44, y Exp. 11 / Fojas 74-79, respectivamente.

63 AGN/ Instituciones Coloniales/ Gobierno Virreinal/ General de Parte (051)/ Vol. 73/Exp. 297.

64 Catarino Sandoval, *Trabajadores de la mina la Valenciana, Guanajuato, 1836-1848*, (Tesis. . México: UAM-Iztapalapa. Ciencias Sociales y Humanidades. Departamento de Filosofía. Área de Historia, 2000), p. 60.

65 von Mentz, *Coyuntura minera*.

66 Las Cortes Generales y Extraordinarias (1813:148-149).

como cualquiera otro servicio personal.⁶⁷ Parece pues claro que el repartimiento de indios continuó durante las dos primeras décadas del siglo XIX.

6 I TRABAJO DE OCIOSOS, VAGABUNDOS, CONDENADOS Y PRESIDARIOS

Además del repartimiento de indios, también estaba reglamentado el trabajo de ociosos, vagabundos y presidiarios. El emperador Carlos V en 1549 señalaba que fueran

compelidos los españoles vagabundos y ociosos, y los mestizos, negros, mulatos y zambos libres, que no tengan otra ocupación ni oficio, para que todos trabajen y se ocupen en servicio de la república por sus jornales acomodados y justos, y que los virreyes y gobernadores en sus distritos tasen con la moderación y justificación que conviene, estos jornales y comidas que se les hubieren de dar, conforme a la calidad del trabajo, ocupación, tiempo, carestía o comodidad de la tierra, con que el trabajo de los indios no sea excesivo...⁶⁸

Las órdenes y decretos para que no se consientan vagabundos son constantes: Felipe II en 1568, Felipe III el 26 de mayo de 1609:

Que los virreyes y justicias procuren aplicar a los españoles ociosos al trabajo.

Con gran destreza y buena disposición procuren los virreyes y justicias, que los españoles ociosos se vayan introduciendo en la labor de los campos, minas y otros ejercicios públicos, porque a su imitación y ejemplo se apliquen los demás al trabajo⁶⁹.

En relación con los condenados Felipe III ordenaba en 1602 que

Que los negros y mulatos libres, trabajen en las minas y sean condenados a ellas por los delitos que cometieren.

Los virreyes y ministros a cuyo cargo estuviere el gobierno de la provincia, ordenen que los negros y mulatos libres y ociosos que no tuvieren oficios, se ocupen y trabajen en la labor de las minas; y los condenados por delito en algún servicio lo sean a este: y fuera de la comida y vestido, lo que dieren los mineros por el servicio y trabajo de los que así fueren condenados, se cobre y aplique a nuestra real hacienda, en la forma que pareciere más conveniente⁷⁰.

En las ordenanzas de minas de 1873, respecto a ociosos, vagabundos y condenados se lee:

Los ociosos y vagabundos de cualquiera casta o condición que se encontraren en los reales de minas y lugares de su contorno han de poder ser apremiados y obligados a trabajar en ellas, como así mismo los operarios que por mera ociosidad se separaren de hacerlo sin ocuparse en otro ejercicio: a cuyo fin los dueños de minas podrán tener recogedores con licencia de la justicia y la diputación territorial de minería, como se acostumbra; pero entendiéndose que no han de poder ser comprendidos para tal destino ningún español ni

67 AGN/ Instituciones Coloniales/ Gobierno Virreinal/ Reales Cédulas Originales y Duplicados (100)/ Reales Cédulas Originales/ Vol. 223/Exp. 172.

68 Recopilación de leyes, Libro VI, Título XII, Ley I.

69 Recopilación de leyes, Libro VII, Título IV, Ley III.

70 Recopilación de leyes, Libro VII, Título IV, Ley III.

mestizo de español, respecto de estar estos reputados por tales españoles, hallarse unos y otros exentos por las leyes, y que, aun cuando por su ociosidad o delitos se les hubiese de corregir, deberán aplicárseles otras penas por su juez propio según corresponda a sus excesos⁷¹

A los operarios que por delitos leves, o por deudas u otras causas, suelen mantenerse en las cárceles mucho tiempo consumiéndose, y haciendo falta a sus familias y a las mismas minas, se les podrá poner a trabajar en ellas removiéndolos de las prisiones⁷².

Como evidencia empírica que corrobora esta legislación tenemos numerosos ejemplos en la Nueva España:

El 26 de noviembre de 1602 se ordenó al virrey de la Nueva España que los mulatos y negros libres ociosos fueran obligados a trabajar en las minas, de igual forma, los que fueran condenados por delitos tenían que ser destinados al servicio de la minería, proveyéndolos de comida y ropa y pagándolas un salario⁷³.

En 1732 se pide al alcalde mayor de Tehuacán de las Granadas (Puebla) que compeliere a los vagabundos y ociosos para que fueran a trabajar a las minas y haciendas a sacar metales⁷⁴.

En agosto de 1778, ante la necesidad de una fuerza laboral para la minas, el Real Tribunal de Minería recomendó al virrey, en primer lugar, que se llevase a las minas todos los ociosos y vagabundos, de cualquier casta y condición, en forma particular a aquellos que tuvieran una experiencia directa con esta actividad. En segundo lugar, a todas aquellas personas que no tuviesen una actividad laboral importante, integrarlas al trabajo independientemente sin importar que fueran españoles, mestizos, mulatos y negros. Sin embargo, el Tesorero oficial de Bolaños recomendó que se debería de obligar principalmente a las clases de negros, mulatos y mestizos de estos y de india, y, en caso de carencia de éstos, a los indios, ya que estos últimos realizaban labores más afines al trabajo agrícola⁷⁵.

En 1791 el gobernador de Colotlán (Jalisco) pidió permiso para forzar a los indios ociosos al laborío de minas.⁷⁶

En relación con los presos existen evidencias sobre su utilización en Guanajuato. En el informe que se presentó al intendente en 1803 sobre la mina de San Juan de Rayas se menciona un “mandadero” de presos. Y en 1826 el Presidente y diputados del Tribunal de Minería castigaron a un individuo por el robo de mineral a veinte días de trabajo en la mina La Valenciana, en apego a las ordenanzas de Minería⁷⁷.

71 *Reales ordenanzas para la dirección régimen y gobierno del importante cuerpo de minería de Nueva España y de su real tribunal*, (Santiago de Chile, 2da edición: Imprenta de opinión, 1842), (Título XII, Art. 13).

72 *Reales ordenanzas para la dirección*, Título XII, Art. 20.

73 AGN, Instituciones Coloniales/ Gobierno Virreinal/ Reales Cédulas Originales y Duplicados (100)/ Reales Cédulas Duplicadas/ Vol. D4/ Exp. 43.

74 AGN/ Instituciones Coloniales/ Gobierno Virreinal/ General de Parte (051)/ Vol. 29/Exp. 30

75 Catarino Sandoval, *Trabajadores de la mina la Valenciana*, p.65-66.

76 AGN/ Instituciones Coloniales/ Real Hacienda/ Minería (073)/ Contenedor 049/ Vol.97/

77 Catarino Sandoval, *Trabajadores de la mina la Valenciana*, p.67-68.

71 CONCLUSIONES

Los intereses económicos de la minería novohispana eran muy grandes. Este sector era uno de los que más aportaba a la hacienda pública virreinal a través del Quinto Real, lo cual significaba que el 20% de la producción minera le pertenecía al Rey, durante el siglo XVIII el quinto se rebajó al 10% para promover la producción de plata. Además, las empresas mineras ocupaban un gran número de trabajadores, fundamentalmente en el siglo XVIII y comienzos del XIX. De esta forma, tenemos que, en Taxco, en 1752, se ocuparon 1070 trabajadores; en Real del Monte, en 1768, la minería ocupó 2010 mineros, y la mina la Valenciana, en Guanajuato, en el año de 1803 ocupó 3100 trabajadores mineros. Por tanto, la disponibilidad de trabajadores mineros era una exigencia no sólo por el gran número que requerían las grandes empresas mineras, cuando éstas experimentaban una bonanza, o bien frecuentes periodos de escasez de mano de obra. Estas situaciones permitieron que los empresarios mineros se apoyaran de los diversos tipos de trabajos compulsivos, principalmente el repartimiento de indios, a pesar de que fuera en contra de las leyes vigentes, en detrimento de las poblaciones indígenas.

REFERENCIAS

Advertencias generales que los virreyes dejaron a sus sucesores para el gobierno de Nueva España. (1956), 1590-1604 (México: José Porrúa e hijos, 1956), p. 24-26.

----AGN /Inst. Coloniales / Real Audiencia/ Tierras (110) / Contenedor 1229 / Vol. 2915/ Exp. 1.

----AGN /Inst. Coloniales, Real Audiencia/ Indios (058)/ Cont. 27, vol. 50, exp. 73, fojas 129-131.

----AGN /Instituciones Coloniales / Real Audiencia/ Indios (058)/ Contenedor 27 / Vol. 51.

----AGN, Instituciones Coloniales/ Gobierno Virreinal/ Reales Cédulas Originales y Duplicados (100)/ Reales Cédulas Duplicadas/ Vol. D30/ Exp. 45.

----AGN/ Inst. Coloniales/ Gobierno Virreinal/ General de Parte (051) / Vol. 25/ Exp. 52 /Foja 71.

----AGN/ Instituciones Coloniales/ Real Hacienda/ Minería (073)/ Contenedor 075/ Vol. 149.

Brading, D. (2012). *Mineros y comerciantes en el México borbónico (1763-1810)*, Novena reimpresión, (México: Fondo de Cultura Económica, 2012), p. 24.

Chávez, L. (1978a). *Los salarios y el trabajo en México durante el siglo XVIII*. México: CEHSMO.

Chipman, D. (1518) *Nuño de Guzmán y la provincia de Pánuco en Nueva España*, p. 65-66, 1518-1533.

Cruz, S. (s/f). *Sistemas de trabajo en las minas*, p. 39-40.

Dzul, M. (2020). *Unidad 3. Aplicación de los métodos científicos*. "Método histórico". Pachuca: Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, en

Fernández, I. (2006) .*Historia de México I*, (México: Prentice Hall, 2006), p. 84.

Fernández, P (1994). *Los dominicos en el contexto de la primera evangelización de México, 1526-1550*. (Salamanca: San Esteban, 1994), p.185.

Gamboa, F. (1761) *Comentarios a las ordenanzas de minas dedicados al católico rey nuestro señor, don Carlos III*, (Madrid: En la oficina de Joachin Ibarra, 1761), recuperado de:https://www.uaeh.edu.mx/docencia/VI_Presentaciones/licenciatura_en_mercadotecnia/fundamentos_de_metodologia_investigacion/PRES40.pdf, consultado el día 22 de septiembre de 2020.

Humboldt, A. ([1822](2011)). *Ensayo político sobre el reino de la Nueva España*. México: Porrúa.

Lance, P.(1979). *Minería y sociedad en el centro minero de Santa Eulalia (1709-1750)*, (México, Fondo de Cultura Económica, 1979), p. 186.

Lang, M. (1999). Azoguería y amalgamación. *Una apreciación de sus esencias químico-metalúrgicas, sus mejoras y su valor tecnológico en el marco científico de la época colonial*. LLul, 655-673.

Langlois, C., & Seignobos, C. (2003). *Introducción a los estudios históricos*. Alicante: Universidad de Alicante.

Langue, F. (1991) *Trabajadores y formas de trabajo en las minas Zacatecanas del siglo XVIII*. Historia mexicana (1991), p. 463-506.

Malvido, E. (2006), *La población, siglos XVI al XX*, (México: Universidad Autónoma de México, Océano, 2006), p. 69-72

Marín, F (1992) Nuño de Guzmán. (Sinaloa: Siglo XXI, 1992), p. 32-33.

Martínez , L. M., & García, L. (1992). *El trabajo en la américa hispana: el recurso a los negros* . Madrid: MAPFRE.

Martínez, S. (2006) *Juan Ginés de Sepúlveda y la guerra justa*. (Pensamiento y cultura, 2006), p. 124.

Mendoza, A. (1536). México, 30 de junio de 1536, *Archivo General de Indias* (AGI): México, 19, N.1 - 1 – Imagen Núm.: 1 / 4. 1536).

México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores de Antropología Social Centro de Investigaciones Históricas de la Universidad de Tamaulipas, 2007, p. 64.

Ngou, N. (1994). *El África bantú en la colonización de México (1595-1640)*, (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas,1994), p. 165-166.

Real y Supremo Consejo de las Indias (.....). *Recopilación de leyes de los reynos las indias, mandadas a imprimir y publicar por la magestad católica del rey Don Carlos II*. Nuestro señor.

-----Recopilación de las leyes (.....), Libro VI, Título XV, Ley X.

-----Recopilación de las leyes (.....), Libro VI, Título XV, Ley XII.

-----Recopilación de leyes, Libro VI, Título XII, Ley I.

-----Recopilación de leyes, Libro VII, Título IV, Ley III.

-----Recopilación de leyes, Libro VII, Título IV, Ley III.

Romano, R. (1996). *Trabajo compulsivo y trabajo libre en Nueva España (siglos XVI-XVIII)*. En F. Blanchard, & et al, *El trabajo en la historia* (págs. 199-210). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

Ruiz, J. (1990). La mita en los siglos XVI y XVII. *Temas americanistas*, 1-20.

San Agustín, (1614). *La ciudad de dios*, (Madrid: Imprenta Juan de la Cuesta, 1614), p. 623-624.

Sandoval, C (2000). *Trabajadores de la mina la Valenciana, Guanajuato, 1836-1848*, (Tesis. México: UAM-Iztapalapa. Ciencias Sociales y Humanidades. Departamento de Filosofía. Área de Historia, 2000), p. 60.

Sarabia, J. (1978). *Don Luis de Velasco, virrey de Nueva España, 1550-1564*. (Sevilla: Escuela de estudios hispano americanos, 1978), p. 303-304.

Sonneschmidt, F. (1825). *Tratado de amalgamación de la Nueva España*. México: Librería de Bossange (padre) y Antoran y Cia.

Velasco, C. (1996). *Los trabajadores mineros de Nueva España, 1750-1810*. En Enrique Florescano, *La clase obrera en la historia de México*, (México: Siglo XXI, 1996), p. 239-301.

Villarelo, J. (1904). *Estudio químico del procedimiento metalúrgico conocido con los nombres de amalgamación mexicana o beneficio de patio*. México: Memorias de la Sociedad Científica Antonio Alzate.

Von Mentz, V. (1989). *Sultepec en el siglo XIX: Apuntes históricos sobre la sociedad de un distrito minero*. Toluca: El Colegio Mexiquense.

Von, A. (2011), *Ensayo político sobre el reino de la Nueva España*, séptima edición, (México: Porrúa, 2011), p. 86.

Von, B. (1999) *Trabajo, sujeción y libertad en el centro de la Nueva España*., (México: CIESAS, 1999), p. 193-195.

West, R (2001) *La comunidad minera en el norte de España: El distrito minero de Parral*. (Chihuahua: Gobierno del Estado, 2001), p. 61-62.

Zavala, S y Castelo, M. (1980) *Fuentes para la historia del trabajo en la Nueva España (1575-1805)*, (México: CEHSMO, 1980, tomo V).

Zorita, A. (1963). *Los señores de la Nueva España*, (México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1963), p. 132-133.

PESQUISA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

Data de aceite: 02/05/2022

Aline Silva Fortes Utpadel

Administradora - Universidade Federal de Santa Maria Campus Palmeira das Missões – RS, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-7576-1416>

Geneci da Silva Ribeiro Rocha

Doutoranda em agronegócios no Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Rio Grande do Sul, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5261040390504546>
<https://orcid.org/0000-0001-9445-5388>

Paloma de Mattos Fagundes

Professora Adjunta e Pesquisadora do Departamento de Administração da Universidade Federal de Santa Maria Campus Palmeira das Missões - RS. Também é professora no curso de Pós-Graduação em Agronegócios da UFSM-PM e no curso de EAD em Administração Pública da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFSM)
<http://lattes.cnpq.br/8764171768559127>
<https://orcid.org/0000-0003-0150-4422>

RESUMO: Diante das dificuldades e da concorrência atual no ambiente de negócios, as empresas precisam estar preparadas para enfrentar e vencer os obstáculos. O presente trabalho visa propor a empresa Fruteira Jaraguá,

situada em Palmeira das Missões-RS, um plano de marketing, que possibilite melhores condições de estabelecer estratégias que fortaleçam a empresa perante o mercado consumidor, tornando-a competitiva. Quanto aos procedimentos metodológicos realizou-se um estudo de caso, de caráter exploratório, descritivo, qualitativo e quantitativo. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma entrevista semi-estruturada com o gestor da empresa e um questionário com 20 clientes. As perguntas foram elaboradas de acordo com o plano de marketing proposto a empresa, abordando uma análise do diagnóstico dos mercados concorrentes, análise Swot (pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças) fixação de objetivos (estratégias e público-alvo), segmentação de mercado, posicionamento e análise do mix de marketing. A análise dos resultados, evidenciou que a empresa já possui estratégias conforme o plano proposto e que perante o mix de marketing a empresa está suprindo e satisfazendo as expectativas dos clientes, além de conseguir posicionamento no mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing. Análise Swot. Mix de Marketing.

MARKETING RESEARCH: A CASE STUDY IN A RETAILER COMPANY OF HORTIFRUTIGRANJEIROS

ABSTRACT: Faced with the difficulties and current competition in the business environment, companies need to be prepared to face and overcome obstacles. The present work aims to propose the company Fruteira Jaraguá, located in Palmeira das Missões-RS, a marketing plan,

which allows better conditions to establish strategies that strengthen the company before the consumer market, making it competitive. As for the methodological procedures, an exploratory, descriptive, qualitative and quantitative case study was carried out. First, a bibliographic search was carried out, followed by a semi-structured interview with the company manager and a questionnaire with 20 customers. The questions were prepared according to the marketing plan proposed to the company, addressing an analysis of the diagnosis of competing markets, Swot analysis (strengths, weaknesses, opportunities and threats) setting of objectives (strategies and target audience), market segmentation, positioning and analysis of the marketing mix. The analysis of the results showed that the company already has strategies according to the proposed plan and that in view of the marketing mix; the company is meeting and satisfying customer expectations, in addition to achieving market positioning.

KEYWORDS: Marketing. Swot analysis. Marketing Mix.

1 | INTRODUÇÃO

As empresas buscam atualmente destacar-se no seu ramo de atuação e ter a preferência dos consumidores, alcançar este objetivo está cada vez mais difícil, devido à concorrência e as dificuldades para manter seu posicionamento no mercado. Novas empresas surgem com grande frequência oferecendo os mesmos produtos e serviços, dificultando a conquista do consumidor. Assim, é de grande importância que as empresas busquem ações que facilitem na conquista dos clientes, destacando-se perante as demais e obtendo um maior crescimento no mercado.

Atualmente o ramo de hortifrutigranjeiros é um ramo de grande crescimento, pois a busca por uma alimentação saudável vem aumentando nos últimos anos. As frutas, legumes e verduras são fontes de saúde, longevidade, previnem doenças e possibilitam uma melhor qualidade de vida. A produção tem seu papel significativo na economia do país, com destaque no agronegócio, perante o comércio mundial. A diversidade do Brasil na produção de produtos agropecuários proporciona grandes oportunidades de negócios, tanto na produção como na comercialização.

Em relação a produção mundial de frutas, a China está em primeiro lugar (29,4 %), seguida da Índia (9,4 %) e o Brasil (5,3%) na produção (SEAB, 2015). Sendo assim, as organizações por meio de estratégias buscam destacar-se em crescimento econômico, novos clientes e ramos de atuação, sendo necessário para atingir este objetivo, estar apto às necessidades e mudanças do mercado.

O marketing através de suas teorias e ênfases, auxiliam as empresas a atingirem seus objetivos. Um plano de marketing possibilita um maior crescimento da organização perante a concorrência, seja na conquista ou na preservação dos clientes. O desenvolvimento de um plano de marketing é de grande importância para as empresas, pois está atrelado com um processo de planejamento estratégico, onde segundo Las Casas (2007), planeja-se objetivos e meios para alcançá-los.

Neste cenário, encontra-se a empresa Comercial Jaraguá, localizada no município de Palmeira das Missões-RS, que constantemente vem buscando aprimorar seus serviços através de um bom atendimento e de produtos de boa qualidade. Para isso surge a necessidade da criação de um plano de marketing, afim de proporcionar conhecimento amplo ao negócio, na conquista de novos clientes e posicionamento no mercado, além de oportunizar novos objetivos a organização.

2 | PLANO DE MARKETING

Para realização do presente estudo, o plano de marketing abordado será uma versão adaptada de acordo com as necessidades da empresa em estudo. Como modelo o plano proposto pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação-IAPMEI, que tem como embasamento teórico os seguintes autores: Lindon *et al.* (2003); Lendrevie *et al.* (1999) e Kotler (2000).

Um plano de marketing para uma empresa é de grande importância, tendo em vista, a diversificação de produtos existentes e de empresas para oferecê-los, sendo necessário definir estratégias que alinhem os objetivos da empresa de acordo com o mercado. Panini e Dalfovo (2007) consideram que um plano de marketing, estabelece os objetivos e através destes definem-se estratégias para alcança-los. Portanto, um plano de marketing é um documento formal e informal onde vai ser descrito a definição de estratégias da empresa e como vai ser realizada cada etapa, para atingir estes objetivos e metas, conforme mostra a Figura 1.



Figura 1- Elementos abordados no plano de marketing de acordo com as seguintes análises

Fonte: Adaptado pelos autores (IAPMEI, 2016).

Com base nesse contexto, serão comentadas algumas considerações relevantes sobre os elementos que compõe o plano de marketing.

2.1 Análise do diagnóstico

Na análise do diagnóstico encontra-se a análise do mercado, concorrência e o ambiente de marketing. A análise do mercado é onde a empresa está inserida, e é de fundamental importância para o plano de marketing, pois, ela vai proporcionar para a empresa, informações sobre o local, as necessidades, a situação econômica do mercado de atuação para que seja possível delinear um caminho. A etapa que abrange a análise do mercado é primeiramente onde inicia a abordagem de um plano de marketing, esta fase permite o conhecimento do ambiente onde o produto ou serviço será ofertado pela empresa (DIAS, 2008).

Segundo Kotler e Armstrong (2007) a empresa deve saber diferenciar seu tamanho e posição em relação aos seus concorrentes. Conhecer o seu concorrente é fundamental nas estratégias de mercado, uma organização sem informações, sem conhecimento do seu mercado de atuação, perde espaço, fica desatualizada e corre o risco de perder clientes. De acordo, com o ambiente de marketing está fortemente relacionado com o sucesso da empresa, ele está dividido em macroambiente e microambiente.

De acordo com Kotler (2007), o macroambiente da empresa envolve as forças econômicas, naturais, tecnológicas, políticas, culturais e demográficas. O microambiente está relacionado com os grupos internos da empresa, grupos que se relacionam entre si. Portanto, é composto pela empresa, fornecedores, intermediários de marketing, clientes, concorrentes e públicos.

Para que a empresa tenha um bom gerenciamento de estratégias é necessário analisar todos os participantes e inter-relacioná-los com os diversos setores da empresa. A análise deste ambiente é de fundamental importância aos administradores, sendo que qualquer mudança, precisa ser avaliada em relação ao seu impacto nos objetivos organizacionais.

2.2 Análise swot

As empresas precisam estar preparadas para enfrentar as dificuldades do mercado, com estratégias alinhadas de acordo com o objetivo da organização e com o ambiente inserido. Por meio da Matriz Swot, é possível fazer uma análise do ambiente a qual a organização inserida, suas variáveis são as bases no planejamento estratégico da empresa.

Churchill e Peter (2000) define os objetivos da Matriz Swot como a forma de possibilitar os gestores, a ter capacidade de identificar as forças, deficiências, oportunidades e ameaças, com intuito de fortalecer os pontos positivos da empresa e propiciar preferências em oportunidades não vistas pelos seus concorrentes.

A matriz Swot, possui quatro pontos para análise em uma organização, sendo

estes, denominados: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Estas análises foram propostas primeiramente por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, com objetivo de estudar estes pontos na administração de uma empresa, para que alinhados possam atender a necessidade da empresa e do mercado (SILVA et al., 2011).

A variável 'Força' pode ser definida como o ponto positivo da empresa, suas qualidades, o que ela possui de mais vantajoso para seu negócio. São pontos que devem ser explorados pelas empresas em amplo aspecto. Para Silva, *et al.* (2011), as forças ou pontos fortes da organização são as variáveis internas e controláveis que possibilitam melhores oportunidades em relação ao ambiente inserido da empresa.

De acordo com o mesmo autor supracitado, as fraquezas podem ser consideradas empecilhos no sucesso da organização, inibem maiores conquistas no negócio e dificultam a gestão. Os pontos considerados da empresa como fraquezas, precisam ser diagnosticados e avaliados para saber o que isso pode ocasionar ao negócio em relação aos concorrentes.

2.3 Fixação de objetivos

Os objetivos, em uma organização são imprescindíveis para que a empresa possa ter sucesso. É preciso saber aonde se quer chegar, o que vai ser feito para alcançar as diretrizes, sem o planejamento destes objetivos a organização fica sem saber sua verdadeira direção. Wong (2013) enfatiza que os objetivos são essenciais em um planejamento de marketing, sua definição garante que as diretrizes e estratégias podem atingir a percepção quando uma estratégia foi alcançada.

Os objetivos precisam estar de acordo com o plano de negócio da empresa, como as estratégias precisam estar alinhadas com a real capacidade da organização. Sua análise possibilita medir a taxa de crescimento do mercado, sendo ela alta ou baixa, e a taxa de participação relativa no mercado, também pode ser medida sendo ela alta ou baixa. De acordo com as unidades estratégicas podem ser definidas os produtos ou serviços, como estrelas, vacas leiteiras, abacaxis e pontos de interrogação (CHURCHILL; PETER, 2000).

O plano de negócio pode ser considerado como um instrumento que oferece ao gestor uma representação de seus produtos ou serviços da relação entre consumo e geração de valor. Nos objetivos, a empresa pode estabelecer um orçamento que seja destinado aos processos estratégicos da empresa.

2.4 Opções estratégicas

Com a crescente globalização, há também um aumento da concorrência em todos os setores, diante disso, as empresas precisam estar atentas ao seu negócio e estabelecer um planejamento de suas estratégias para que os objetivos sejam alcançados. A estratégia a ser definida depende do público a ser atingido e dos objetivos da organização.

As estratégias de uma organização envolvem os aspectos internos e externos, no ambiente externo, abrange todos os ambientes a qual está inserida e o ramo de atuação,

servindo como uma preparação para vencer os desafios organizacionais. Já os aspectos internos, são relacionados com seus departamentos e processos, os quais precisam estarem alinhados ao plano da empresa para que seja possível atingir metas e satisfazer os clientes.

Portanto, o mercado oscila e novas opções surgem, com isso o comportamento e o desejo do consumidor mudam. Para que se tenha um controle sobre esses aspectos é preciso avaliar se a estratégia definida é condizente com o ambiente atual, assim as organizações devem estar aptas para se deparar com as mudanças (FREIRE *et al.*, 2011).

2.5 Público-alvo

No planejamento de marketing quanto mais conhecido for o público, mais vendas a empresa realizará. Carvalho (2016), argumenta que muitas organizações preferem não estabelecer um público alvo para atingir, como pensamento que atenderão um público maior. Ou seja, é um pensamento não condizente com a estratégia de marketing, pois deve ser direcionado para um determinado público, dependendo do serviço oferecido.

Nesta análise de estratégia a empresa define o cliente a ser almejado, é uma etapa que dará a empresa um suporte para os seguintes planejamentos de marketing. Neste sentido Las Casas (2011) afirma que para a criação de uma estratégia é preciso definir o público-alvo que a empresa quer atender.

2.6 Segmento de mercado

A segmentação de mercado pode ser considerada por algumas empresas como um mesmo sentido da diferenciação. Esta se refere a um grupo pretendido, o qual aborda os desejos de um grupo em relação a totalidade (SALVADOR, 2014). Ou seja, refere-se, a um determinado grupo de clientes, ao qual o produto é destinado. Com isso, a empresa que procura conhecer o desejo de seus clientes e separar em segmentos de mercado tem maiores chances de atender a expectativa do cliente, por isso, a empresa destina seu produto ou serviço a um cliente específico, ou grupos de clientes (LOPES, 2012).

Segundo Lopes (2012) a forma mais vantajosa de segmentação de mercado é compreender as semelhanças de seu cliente, para poder estabelecer grupos que tenham desejos em comum. Para Kotler (2009), é possível fazer a segmentação por benefícios, por segmentação demográfica, por ocasião, por tipo de uso e por estilo de vida. Portanto, cada segmento possibilita que a empresa conheça melhor o cliente, tanto para atender suas necessidades, como para identificar novas oportunidades. Uma empresa não precisa estar sempre focada em um único segmento, ela pode aproveitar as ocasiões e se desenvolver em outros grupos ou nichos.

2.7 Posicionamento

O posicionamento de uma empresa é uma análise que necessita atenção dos gestores, devido a grande concorrência do mercado. Segundo Porter (1992) a teoria

de posicionamento no marketing possui como objetivo a utilização dos instrumentos estratégicos para obtenção de melhores resultados no mercado.

A estratégia de posicionamento auxilia a empresa na percepção de como os clientes vem o seu produto ou serviço, isto é algo que cada empresa precisa analisar de acordo com o seu público-alvo. Para Júnior (2009), as empresas estão em ampla conectividade e comunicação, isto direciona a mesma para que ela crie uma imagem que tenha em consideração seus pontos fortes, fracos e dos concorrentes, aproximando a empresa do cliente.

Júnior (2009), enfatiza que uma mudança realizada pela empresa, como por exemplo, nome e cores de um determinado produto podem mudar a imagem que o consumidor tem do produto, porém o posicionamento de mercado não muda. Com isso, é possível perceber como o posicionamento fortalece a empresa, o cliente “marca” o produto ou serviço de acordo com a estratégia estabelecida da organização.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de um estudo de caso, que tem por objetivo de propor um plano de marketing para a Fruteira Jaraguá, tendo em vista, atender a expectativa do crescimento de mercado da empresa. Primeiramente foi realizado um estudo bibliográfico de caráter exploratório, tendo como objetivo analisar a literatura para argumentar e aprimorar o conhecimento em relação ao tema em estudo. Segundo Diehl e Tatim (2004) a pesquisa exploratória tem como alvo propor uma maior interação com o problema de análise, assim possibilita que o problema possa ser mais específico ou que seja possível criar hipóteses.

Para a pesquisa exploratória foram abordadas as seguintes fontes: livros, artigos, revistas, teses e informações em sites relacionadas ao tema. Em seguida, foi elaborada uma entrevista semiestruturada com o gestor da empresa e um questionário com perguntas abertas e fechadas, destinadas aos clientes.

A amostra utilizada foi a não probabilística por conveniência, conforme Gil (2002) esta amostra é selecionada pelo parâmetro intencional. O período de aplicação foi nos meses de setembro a outubro de 2016. A pesquisa classifica-se como um estudo de caso, o universo da pesquisa é 200 clientes, com uma amostra de 20 clientes respondentes.

Os dados coletados para análise foram tabulados e analisados de maneira exploratória, descritiva de caráter quali-quantitativo. A pesquisa descritiva possui a função de descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou, em contrapartida, proporcionar um estabelecimento de relações entre as variáveis (DIEHL; TATIM, 2004). Os dados levantados por meio de questionário foram aplicados aos clientes, após esta análise os dados foram tabulados para a realização de uma análise descritiva, por meio de tabelas e gráficos que sejam apresentados os resultados do trabalho.

4 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa do estudo, os resultados obtidos serão apresentados e explicados através das entrevistas e questionários. A entrevista foi aplicada ao gestor e os questionários aplicados aos clientes da empresa Fruteira Jaraguá. Primeiramente, será apresentada a caracterização da empresa, em seguida será explanada a análise de entrevista com o gestor, após serão analisados dos resultados dos questionários destinados aos clientes.

4.1 Caracterizações da fruteira Jaraguá

A Fruteira Jaraguá iniciou suas atividades em 03-04-1986, está localizada desde a sua fundação na Avenida Independência, 1977, em Palmeira das Missões-RS. O nome da empresa foi escolhido em referência à cidade de Jaraguá do Sul, localizada no estado de Santa Catarina, cidade natal da proprietária. O surgimento da empresa foi através de seu esposo, que era proprietário do depósito, Jaraguá de Frutas e Verduras, onde seus produtos eram distribuídos e transportados na cidade e região.

A empresa comercializa frutas, verduras, hortaliças e mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios, no atacado e varejo. Possui cinquenta fornecedores fixos e trinta esporádicos, das seguintes localidades: Ceasa em Curitiba-PR, Ceasa em Veranópolis-RS, Ceasa em São Paulo-SP, Ceasa em Porto Alegre-RS, fornecedores e produtores de banana, localizados no estado de Santa Catarina, onde este é o produto de maior comercialização atual da empresa, além disso a fruteira conta com fornecedores de produtos sazonais. O deslocamento até esses locais é através de caminhões próprios ou a compra ocorre através de terceiros.

4.2 Plano de marketing

Esta etapa descreve a opinião e considerações do gestor perante as etapas do plano de marketing proposto para a empresa. Sendo de grande importância esta análise, para a verificação da coerência da visão organizacional com o plano. Serão analisadas as seguintes etapas do plano: mercados/concorrentes e ambiente de marketing, análise de Swot, fixação de objetivos (estratégias e público-alvo) e a segmentação e posicionamento.

4.2.1 Mercados/concorrentes e ambiente de marketing da Fruteira Jaraguá

Quando perguntado ao gestor sobre sua opinião em relação ao mercado e aos concorrentes, a empresa considera importante ser competitivo, ter qualidade em seus produtos, bons preços e se diferenciar pelo atendimento. Por isso, quando questionado sobre o ambiente de comercialização de hortifrutigranjeiros e sobre seu estabelecimento, ressalta seu crescimento e que o mercado está em expansão.

Evidencia-se como fator determinante a sua estrutura de trabalho, que é composta por caminhões e câmaras frias próprias, e também o processo de sucessão na empresa,

isto fez com que a gestão fosse inovada, com novos meios de comercialização. Embora, com as dificuldades do setor, como por exemplo o clima e por serem produtos perecíveis, é percebido a existência da concorrência desleal através do alto custo de transporte, custos fixos e mão de obra.

Na questão das medidas que poderiam favorecer este campo de negócio, o principal ponto citado foi diminuir a concorrência desleal. A concorrência é necessária em qualquer campo de atuação, mas atualmente, a comercialização dos hortifrutigranjeiros está prejudicada pela alta disputa, devido aos preços em desacordo com o comércio. De acordo com Malhotra (2013) a análise dos concorrentes permite as empresas entender a sua posição perante o mercado, e assim compreender as estratégias mais eficazes que favorecem os objetivos propostos.

À vista disso para superar as dificuldades a empresa aborda o marketing através de ofertas de produtos variados e busca manter a qualidade de seus produtos de maneira contínua, por serem produtos perecíveis precisam ser classificados diariamente e em vários momentos do dia, de acordo com a rotatividade e venda dos produtos.

Para obtenção de sucesso é necessário manter a credibilidade na sua área de trabalho, o ambiente precisa ser agradável, de acordo com o que o cliente necessita, e as regras municipais e sanitárias. Uma empresa voltada para as necessidades do mercado necessita de esforço contínuo e em conjunto com todas as áreas da empresa, é preciso que todos os colaboradores estejam envolvidos em um único propósito, de acordo com Cobra (2011), é necessário que todas as áreas da empresa estejam voltadas para a satisfação do cliente.

As principais influências que os concorrentes exercem sobre a empresa, em relação a variável, preço são considerados desiguais e fora da realidade da cidade e região e em relação à época e ao tipo do produto. A variável qualidade, localização e ambiente tem pouca influência em relação aos concorrentes.

A Fruteira Jaraguá considera seus preços de acordo com mercado, seu ambiente e sua localização, são pontos positivos para a empresa. O local da fruteira por ser no centro, próximo a um banco financeiro e com espaço para estacionamento favorece a comercialização. Como estratégia de marketing, é colocado alguns itens em ofertas semanalmente, geralmente nos finais de semana, na busca de atrair o cliente. A divulgação das ofertas ocorre através do rádio e carros de som geralmente no início dos meses. A empresa não possui um valor fixo ou porcentagem no seu orçamento destinado a propaganda, o investimento ocorre de acordo com a disponibilidade dos produtos e do orçamento da empresa.

O gestor acredita que um plano de marketing é de grande importância para sua empresa, sua observação é quanto à aplicação, por ser uma empresa pequena e de gestão familiar surge a dúvida sobre a eficácia da aplicação do plano e de seus resultados. Um plano de marketing precisa ser desenvolvido de acordo com as estratégias da empresa, para

isto são necessários todos os envolvidos trabalhar de acordo com os objetivos propostos. Para Malhotra (2013) realizar um planejamento bem-sucedido, é necessário, persuasão, paciência e conhecimento. Assim, com o conhecimento das ferramentas disponíveis, é possível estabelecer um plano de marketing voltado às necessidades da organização.

4.2.2 Análise swot da fruteira jaraguá

Nesta seção do trabalho, será abordado os pontos fortes e fracos da empresa, e as oportunidades e ameaças em relação ao mercado. Esta análise envolve os pontos ligados à administração da empresa, seu conhecimento é fundamental para a tomada de decisão, fixação de objetivos e caminhos para alcançá-los, auxiliando as empresas a atingirem seus objetivos e metas.

Primeiramente em um plano de marketing é preciso fazer uma análise ambiental, realizar uma análise externa e interna da empresa, para que seja possível estabelecer uma coerência entre as tendências, de acordo com as perspectivas e condições da empresa. Assim, tem como base, a necessidade de avaliar todas as interferências relacionadas ao desenvolvimento de uma empresa (LAS CASAS, 2011). Logo após, no Quadro 1, são apresentadas as dificuldades da empresa em relação a algumas variáveis, com objetivo de entender a visão do gestor perante suas influências.

	Muito Pouco	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo
Clima					X
Concorrentes					X
Fornecedores	X				
Economia				X	
Logística e Transporte				X	
Tecnologia da Informação				X	

Quadro 1-Dificuldades da empresa

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

As dificuldades da empresa, como demonstrado no Quadro 1, ocorrem em relação ao clima, os concorrentes, a economia, logística, transporte e tecnologia da informação. Os pontos abordados interferem na administração e desenvolvimento da fruteira, destacando-se o clima devido aos produtos serem sensíveis ao calor e ao frio. Mesmo o ambiente sendo refrigerado, o produto vai perdendo sua validade, e sua boa aparência. São produtos sensíveis e perecíveis, é preciso uma manutenção diária e repetitiva. Outro fator em ênfase são os concorrentes, pois afetam em relação aos preços, que na maioria das vezes são mais baratos do que o normal, dentro da realidade do comércio.

A economia devido à “crise” nacional afeta a venda, mas diretamente o que interfere são os impostos e tributos. Alguns produtos, como a banana, por exemplo, precisam ser transportados de um estado para outro, necessitando de uma guia especial para transporte, o que gera mais custos para a empresa. A logística fica dificultada devido às estradas, estar em reforma, ou possuírem trechos precários.

A tecnologia da informação é um ponto significativo, visto que a empresa considera que novas instalações, modernas, auxiliam na melhoria do seu estabelecimento. Até mesmo, na melhor conservação dos produtos e investimentos em sistemas de tecnologia em seus serviços administrativos, tanto na parte burocrática da empresa como no controle de estoques, que até então, é feito manualmente, com estas melhorias a empresa gerenciaria suas atividades com maior rapidez e eficiência. Ademais, no Quadro 2, foi abordado quais as vantagens e benefícios em relação as variáveis citadas.

	Muito Pouco	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo
Clima	X				
Concorrentes	X				
Fornecedores			X		
Economia		X			
Logística e Transporte			X		
Tecnologia da Informação				X	

Quadro 2 - Vantagens e benefícios da empresa

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Nesta análise, o clima e os concorrentes não evidenciam vantagens e benefícios à empresa, o clima seria favorável no verão, pois, ocorre um aumento do consumo das frutas, verduras e legumes. Os fornecedores, a economia e a logística oferecem pouca e média vantagem e benefícios à organização. O ponto que mais influência é a tecnologia da informação que, podem possibilitar melhorias no serviço prestado, na qualidade dos produtos e no auxílio da administração.

Algumas variáveis foram expostas para verificar a opinião do gestor em relação a certos fatores que podem influenciar a administração da empresa, como a influência da concorrência, da localização, logística e treinamento de funcionários. Diante da alta concorrência, o gestor considera benéfico para a empresa no sentido de incentivar melhorias na fruteira, sendo preciso adequar-se ao mercado para não perder clientes aos concorrentes.

A localização favorece a empresa, por ser bem centralizada e por ter estacionamento próprio. A logística é considerada parcialmente, devido à compra ocorrer longe da cidade, envolvendo disponibilidade de tempo, funcionários e desgastes dos veículos. Sendo que

uma logística eficiente no setor alimentício é fundamental, devido ao pouco tempo de validade dos produtos e na necessidade de manter a qualidade e a segurança alimentar (KERIN, 2009).

Apesar das dificuldades financeiras atuais o gestor observa que pouco influenciou na compra do produto, o que mudou foi a busca por produtos mais baratos e a quantidade comprada, antes os clientes compravam para dias, atualmente compram aos poucos, na busca de melhores preços. O clima foi evidenciado como um grande interventor na venda dos produtos, as mudanças climáticas estão presente nos dias atuais, e isto interfere na produção, ocasionando uma constante mudança de preços.

Quando questionado sobre seus fornecedores, e se estes influenciavam sua capacidade de atuação perante os concorrentes, a resposta foi que seus fornecedores realmente interferem em seu desenvolvimento perante concorrência. Bons fornecedores estão relacionados com boas mercadorias, bons preços e descontos, tudo isto, é repassado ao cliente, e isto faz com que a empresa se destaque perante as demais.

O ambiente organizacional, por ser uma empresa familiar, tem seus pontos positivos e negativos. No que tange aos pontos positivos, a relação de confiança existente faz com que, todos trabalhem com um objetivo em comum, o sucesso da empresa. Alguns fatores que dificultam a gestão familiar é a ineficácia da gestão em alguns momentos durante a tomada de decisão, devido às contradições causadas pelos laços emocionais entre os membros familiares.

A Fruteira Jaraguá pretende investir em estrutura, treinamento de funcionários e mudanças no seu ambiente comercial, tendo em vista que o cliente gosta de um local diferenciado, que demonstre interesse da empresa em satisfazer seus clientes. Estas melhorias incluem um ambiente maior, mais moderno, com expositores que deixem os produtos mais visíveis e em câmaras frias que auxiliem sua conservação.

4.2.3 Fixação de objetivos (estratégias e público-alvo) da fruteira jaraguá

Este ponto do estudo busca conhecer e abordar as estratégias da empresa perante seu negócio e seus objetivos em relação aos seus clientes. Uma empresa para obter sucesso precisa ter claramente seus objetivos e metas definidos para poder delinear meios coerentes para alcançá-los. A estratégia principal da empresa é a compra, saber comprar com preços acessíveis, produtos de boa qualidade e procedência, do ponto de vista da organização é o seu diferencial, complementando com o tempo de conhecimento de mercado.

Todo o empreendimento necessita de estratégias e objetivos, a organização precisa saber aonde deseja chegar, como trilhar este caminho e se for necessário mudar as ações, estar preparada e saber como fazer. Para Las Casas (2011), os objetivos são de grande significado, são responsáveis tanto pelo sucesso como pelo fracasso dos planos de

marketing. Este comércio, de frutas, verduras e legumes, é um campo de muita concorrência e oscilação de preços, a empresa tem como objetivos e estratégias para continuar no ramo, manter a qualidade e bons preços.

A busca em atrair, conquistar e manter clientes, é o objetivo primordial de uma organização. Satisfazer um consumidor é imprescindível para qualquer empresa, à satisfação pretendida está relacionada em atender as variáveis como: desejos, as necessidades, as expectativas e a percepção do serviço (BRIDI; PACHECO, 2013). Em relação ao público que frequenta a fruteira, a empresa considera que abrange todas as classes, possui produtos mais requintados e produtos mais acessíveis de preço. Considera, como sua estratégia principal de relacionamento com o cliente, a satisfação do mesmo, com um bom atendimento.

4.3 Mix de marketing

Nesta etapa do estudo, apresenta-se a análise do mix de marketing. Afim, de compreender como os fatores do mesmo interferem na satisfação e na escolha pela Fruteira Jaraguá, algumas questões foram aplicadas aos clientes. Inicialmente, foi analisando o período de tempo que os clientes adquirem os produtos da fruteira. O período de tempo verificado foi acima de dois anos, correspondendo 90% dos entrevistados, isto demonstra que a fruteira está conseguindo manter seus clientes.

Como fonte informação que incentivaram a comprar na fruteira, 89% não necessita de uma fonte informação para realizar suas compras. Os demais clientes compram através das ofertas e anúncios divulgados através do carro de som. A opção outros foi complementada pelos comentários: como a simplicidade do ambiente e por residirem próximo ao estabelecimento.

Quando questionados sobre a frequência que vão as compras na Fruteira Jaraguá, 45% dos clientes realizam suas compras uma vez por semana. Devido a correria diária, as pessoas costumam realizar as compras para mais dias. No quesito, referente a fidelidade de compra 90% dos clientes, afirmaram que são fiéis. Isso, leva a considerar que a fruteira está conseguindo fidelizar seus compradores e também atendendo suas necessidades. Além disso, os clientes foram indagados, sobre a frequência com que consomem frutas, verduras e legumes, conforme Tabela 1.

Raramente consumo	1
1 a 2 vezes por semana	4
3 a 4 vezes por semana	2
Diariamente	13

Tabela 1- Frequência no consumo de frutas, legumes e verduras

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

É possível constatar que as frutas, legumes e verduras são consumidas diariamente em sua maioria, isto confirma que os hortifrutigranjeiros fazem parte da alimentação diária dos clientes. A ingestão desses alimentos, proporcionam ao organismo mais saúde, disposição e longevidade. Muitas doenças crônicas poderiam ser evitadas através de uma alimentação saudável e balanceadas. Também pode-se constatar, que os clientes preferem adquirir frutas, legumes e verduras da época, sendo que estes se tornam mais acessível quanto ao preço e por apresentar melhor qualidade.

Quanto à disposição dos produtos é possível analisar que a maioria, 60% considera que está bom, 25 % regular e 15 % excelente. Isto demonstra que a preocupação da empresa em selecionar e organizar os produtos para melhor visualização está sendo eficiente. Portanto, uma organização precisa estar atenta com a aparência da empresa, tanto interna quanto externa (PRAXEDES, 2007).

No fator preço, 60% bom, 25% regular e 15 % excelente, é significativo que os preços sejam considerados bons, visto que a empresa tem uma grande preocupação em ter preços apropriados. Embora os concorrentes estabeleçam preços em desacordo com o comércio, à fruteira está conseguindo atender as expectativas do cliente quanto ao preço.

Quanto a qualidade dos produtos, 65% consideram bom, 25% excelente e 10% regular. Esta análise é positiva para a empresa, pois a maioria está satisfeita com os produtos oferecidos. Segundo Kotler (2007) a qualidade dos produtos cumpre um papel significativo no desempenho do produto e está integrada diretamente na satisfação do cliente.

A empresa pode utilizar tanto a promoção de vendas, como a propaganda na busca de atrair o cliente. Para Kotler (2007) as empresas devem tentar ir além de somente criar valor para o cliente, mas inclusive, destinar seus objetivos a transmitir ao cliente através de alguma ferramenta sobre seus produtos e serviços.

Em relação a venda de produtos orgânicos na fruteira, verificou que todos os entrevistados desejam a inserção de produtos orgânicos. Os produtos orgânicos proporcionam muitos benefícios a saúde, devido a baixos componentes tóxicos e a colaboração com a preservação ambiental (SOUZA *et al.*,2012).

Algumas sugestões de melhoria foram feitas pelos clientes como: melhorar a forma de divulgação, confeccionar folders, criar uma página no Facebook e ter um painel eletrônico para a divulgação das ofertas. Segundo Turchi (2012), as empresas de pequeno porte que ainda não aderiram este meio de comunicação para divulgar e ofertar seus produtos e serviços, precisam aderir esta participação nas redes sociais, devido a grande potencialidade de conquistar clientes convencionais como os em potenciais.

Os clientes avaliaram de uma maneira geral, por meio de uma pergunta aberta, o que está bom na fruteira e o que poderia ser melhorado. Na Tabela 2, demonstra-se as observações dos clientes.

Observações do que está bom
-Qualidade e variedade dos produtos
-Bom atendimento
-Bons preços
-Localização
-Distribuição dos produtos
-Simplicidade do ambiente

Quadro 3 - Observações do que está bom na fruteira

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Conforme exposto no Quadro 3, o que mais se destacou, foi a qualidade e variedade dos produtos. Seguido, pelo bom atendimento e bons preços considerados pelos clientes. Já a localização em quarto lugar, por ser central, possibilita atingir uma clientela maior. E por fim, respectivamente foi citado a distribuição dos produtos e simplicidade do ambiente, como fatores positivos da fruteira.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal construir um plano de marketing para a Fruteira Jaraguá em Palmeira das Missões-RS, tendo em vista a necessidade da empresa em trabalhar com um planejamento voltado ao marketing. Este estudo permitiu identificar e analisar a Matriz Swot da empresa, o perfil do cliente, suas opiniões perante seus produtos e suas sugestões de melhoria. Por meio destas análises, é possível verificar que são clientes há mais de dois anos, demonstrando a fidelidade dos mesmos, pois trata-se de clientes semanais que levam em conta além das promoções, a qualidade do produto e o bom atendimento.

A satisfação quanto as variáveis, a disposição dos produtos, layout interno e externo, e em relação aos concorrentes foi considerada como bom. Isto implica, que a fruteira está atendendo as expectativas do comércio local, que o maior destaque da empresa perante os concorrentes está relacionado a qualidade dos produtos.

Diante das considerações dos clientes, nota-se que os mesmos desejam para o estabelecimento inclusão de produtos orgânicos. Para acrescentar estes produtos na fruteira percebe-se que empresa necessita modificar seu ambiente interno, como o aumento de suas instalações e modernização de seus equipamentos, isto foi solicitado pelos clientes e também é uma meta da empresa a curto prazo.

Quanto às promoções pode-se verificar que os clientes estão muito satisfeitos, com relação às promoções das frutas, legumes e verduras, as ofertas estão sendo bem divulgadas, mas é preciso utilizar novas mídias de divulgação por meio da internet e painel eletrônico. Na análise do diagnóstico, realizada com o gestor da empresa, pode-se identificar, que comprar produtos de boa procedência e com preços justos de boa qualidade,

é um dos objetivos principais da empresa.

Todos os estudos passam por limitações e nesta pesquisa a principal limitação foi referente a aplicação dos questionários. Por se tratar, de uma pesquisa em um ambiente comercial, os clientes saem com o intuito de fazer compras e com indisponibilidade de tempo para responder o questionário naquele momento, dificultando assim, a abrangência de um número maior de respondentes. Outra limitação, foi devido ao curto tempo para a elaboração do trabalho, não sendo possível se deter em mínimos detalhes.

Para estudos futuros, sugere-se elaborar um plano de marketing com a inclusão de um plano financeiro, o qual não foi inserido nesta pesquisa. E além disso, ampliar as abordagens, proporcionando uma maior construção do conhecimento e consequentemente auxiliando outras empresas quanto a aplicação na prática.

REFERÊNCIAS

BRIDI, E.; PACHECO, E.; P. **Gestão e Avaliação da Qualidade em serviços para organizações competitivas**: estratégias básicas e o cliente misterioso. São Paulo: Atlas, 2013.

CARVALHO, J. Consultor online de vendas: Segmentação de Mercado: Como conhecer seu público alvo. **Blog**. 2016. Disponível em: <<http://jhonatancarvalho.com/segmentacao-de-mercado/>>. Acesso em 10 jul.2019.

COBRA, M. **Administração de marketing**. ed.7.REIMPR. São Paulo: Atlas,2011.

CHURCHILL, J.; R.; PETER, J.P. **Marketing: criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva. 2000.

DIEHL, A.A. TATIM, D.N. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FREIRE, S.M.S.; NETO, J.P.B.; SANTOS, S.M.; **Estratégias de Marketing como Ferramenta de Gestão Estratégica na Pequena Hotelaria: estudo de caso em hotéis de Fortaleza / CE**. Periodico.2011. Disponível em: <<http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/rea/article/download/202/54>>. Acesso em: 10 jul.2019.

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação. Parceiros para o crescimento. Disponível em: <[https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Empreendedorismo/Guias-praticos/Fazer-um-plano-de-marketing-\(1\).pdf.aspx](https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Empreendedorismo/Guias-praticos/Fazer-um-plano-de-marketing-(1).pdf.aspx)>. Acesso 10 jul.2019.

GIL, A.; C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JÚNIOR, C. J.R. Plano de Marketing para o hotel Village Itapema/SC. **Trabalho de Conclusão de Estágio**. 2009. OBS Itajai – SC UNIVALI. Disponível em:<<http://siaibib01.univali.br/pdf/Cloviss%20jose%20da%20Rocha%20Junior.pdf>>. Acesso em: 10 jul.2016.

KERIN, R.A.; PETERSON, R. A. **Problemas de Marketing Estratégico**. 11. Ed. Rio Grande Do Sul: Bookman, 2009.

KOTLER, P. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura. 2000.

_____. **Marketing para o século XXI:** Como criar, conquistar e dominar mercados .1 ed. São Paulo: Nova Fronteira.2009.

KOTLER, P; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing.** São Paulo: Pearson Prentice Hall. 12. Ed. 2007.

LAS CASAS, A.L. **Marketing de Serviços.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007

_____. **Plano de marketing para micro e pequena empresa.** 6. ed. São Paulo: Atlas,2011.

LOPES, R.S. Estratégias de Marketing e posicionamento da marca Absolut no mundo e o Brasil 2012. **Artigo.** Disponível em: http://www.fa7.edu.br:8081/ic2012/14-05-2012_205058563.docx .Acesso em: 05 jul.2016.

MALHOTRA, N. **Planos de Marketing.** 1. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.

PANINI, G.M.; DALFOVO, M.S. Plano de marketing para a micro e pequena empresa Duralflex Comércio e Representações Ltda. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.2, p.01-17, SemI.2007. Disponível em [tps://: rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewFile/36/31](https://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewFile/36/31)>. Acesso em:25 jun.2019.

PRAXEDES, K. **Análise do composto de marketing no segmento varejista de padarias: um estudo em Natal - RN.** Dissertação a curso de administração. Disponível em: <http://www.tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/3801/1/arquivototal.pd> 2007.Acesso em 20 nov.2019.

SALVADOR, A.B. **Segmentação e posicionamento: o coração do plano de marketing.** 2014. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/inovcom/article/view/1844/1669>>. Acesso em: 05 jul.2019.

SEAB-Fruticultura: Secretaria de Cultura e Abastecimento, 2015. Disponível em: <<http://>>. Acesso em: 10 jul.2019.

SILVA, N. **A utilização da Matriz Swot como ferramenta estratégia.** 2011. AEDB. Em:<[http:// cetir.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf](http://cetir.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf)>. Acesso 30 jun.2019.

SOUSA, A. **Alimentos orgânicos e saúde humana: estudo sobre as controvérsias.** Disponível em: <[http:// www.scielo.org/pdf/rpsp/v31n6/v31n6a10.pdf](http://www.scielo.org/pdf/rpsp/v31n6/v31n6a10.pdf)> 2012. Acesso em: 05 nov.2019.

WONG, H. Y.; RADEL. K.; RAMSARAM, F. R. **Planos de Marketing. Organização.** 1.ed. São Paulo: Saraiva ,2013.

COMÉRCIO INTERNACIONAL E ECONOMIA CIRCULAR: PERSPETIVAS E DESAFIOS

Data de aceite: 02/05/2022

Raquel Susana da Costa Pereira

ISCAP / CEOS.PP / P.PORTO
Portugal

RESUMO: O comércio internacional e o processo de globalização tornaram os sistemas de produção e as cadeias de valor progressivamente globais. O modelo económico linear “extrair-consumir-descartar” associado ao crescimento populacional, consumo massivo, aumento da riqueza e esperança média de vida, estão a colocar uma pressão insustentável sobre o planeta e os seus recursos. Este facto foi determinante para a definição da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a definição de estratégias de implementação da economia circular, estão no topo das prioridades económicas, sociais e ambientais do mundo. Este é um projeto ambicioso e multidimensional que requer o empenho de todos - consumidores, empresas, organizações, governos e países. Os princípios do modelo de economia circular são elementos chave para o desenvolvimento sustentável e isto implica mudanças muito significativas na forma como as nossas sociedades, empresas, consumidores e mercados estão organizados. Pelo seu potencial impacto no crescimento económico e na redução da pobreza, o comércio internacional constitui uma vertente chave para a implementação da economia circular e alcance do desenvolvimento

sustentável. Existem várias ligações potenciais entre o comércio internacional e a economia circular que precisam ser adotadas, aproveitadas e alavancadas para que se atinjam esses objetivos. Seguindo uma abordagem exploratória e descritiva, este trabalho visa clarificar conceitos e obter uma melhor compreensão das ligações entre a economia circular, o comércio e o desenvolvimento sustentável. Alguns benefícios económicos podem ser alcançados pela adoção de processos de economia circular, incluindo a utilização de materiais e energia de forma mais sustentável e eficiente, reforçando o comércio de produtos e serviços com baixo teor de carbono. Contudo, isso exige que os objetivos e políticas do sistema comercial multilateral e a ação de desenvolvimento sustentável sejam complementares e se apoiem mutuamente.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio Internacional, Desenvolvimento Sustentável, Economia Circular.

ABSTRACT: International trade and the globalization process have made production systems and value chains progressively global. The linear “extract-consume-dispose” economic model associated with population growth, massive consumption, increasing wealth and average life expectancy are putting unsustainable pressure on the planet and its resources. This fact was instrumental in defining the United Nations Agenda for Sustainable Development. The 2030 Agenda, the 17 Sustainable Development Goals, and the definition of circular economy implementation strategies are at the top of the world’s economic, social, and environmental priorities. This ambitious

and multidimensional project requires everyone's commitment - consumers, businesses, organizations, governments, and countries. The principles of the circular economy model are key elements for sustainable development and this implies very significant changes in the way our societies, businesses, consumers and markets are organized. With its potential impact on economic growth and poverty reduction, international trade is a fundamental key for implementing the circular economy and achieving sustainable development. There are several potential linkages between international trade and the circular economy that need to be adopted, harnessed, and leveraged to achieve these goals. Through an exploratory and descriptive approach, this work aims to clarify concepts and gain a better understanding of the linkages between the circular economy, trade, and sustainable development. Some economic benefits can be achieved by adopting circular economy models, including using materials and energy more sustainably and efficiently, enhancing trade in low-carbon products and services. However, this requires that the objectives and policies of the multilateral trading system and sustainable development action are complementary and mutually supportive.

KEYWORDS: International trade, Sustainable Development, Circular Economy.

1 | INTRODUÇÃO

O comércio internacional constitui uma componente fundamental da atividade económica, sendo reconhecido o seu papel para o aumento da riqueza e crescimento, para a redução da pobreza e aumento de bem estar em geral (World Trade Organization [WTO], 2020; United Nations Environmental Programme [UNEP], 2020). O forte crescimento do comércio internacional e da globalização tornaram os sistemas de produção e consumo progressivamente globais. A evolução tecnológica e dos transportes, os progressivos acordos de livre comércio e integração regional, associados a outros acontecimentos políticos e à revolução digital, possibilitaram a expansão dos fluxos de comércio e de investimento em grande parte dos países, bem como ao aumento do número de países a participar nos fluxos mundiais de comércio. Assistiu-se, no último meio século, a um crescimento notável do comércio internacional. De acordo com dados da WTO (2020), o peso do comércio internacional no Produto Interno Bruto (PIB) mundial passou de 27.3%, em 1970, para 60.3% em 2019. Contudo, esta expansão do comércio global e interligação dos sistemas económicos conduziu ao aumento da procura mundial de recursos, à sua forte exploração e consumo, e consequente redução do capital natural global, bem como a crescentes problemas e catástrofes ambientais. No topo da agenda mundial encontra-se a discussão de medidas e políticas que permitam uma efetiva e acelerada transição do modelo económico linear para um sistema assente nos princípios da Economia Circular (EC), mais sustentável e em harmonia e respeito pelo planeta.

O sistema de EC refere-se a um modelo de produção e consumo que procura manter os materiais e produtos em uso durante o maior período de tempo possível. Baseando-se nos princípios de reutilização, reciclagem, reparação e redesign, promove a reconversão e reutilização de resíduos, a utilização de energias limpas e a redução e consumo de recursos

finitos (European Environment Agency [EEA], 2016; Borrello et al. 2020; StefanaKis e Nikolaou 2021; Yamaguchi, 2021).

Com efeito, as questões da sustentabilidade, proteção do ambiente e dos recursos naturais, a transição para a EC, constituem questões que estão no topo da agenda mundial (D'Amato & Korhonen, 2021; Nikolaou et al., 2021), com uma relevância crescente e determinante para os países, organizações e empresas que procuram definir e adotar políticas e estratégias que possam potenciar e promover práticas e princípios sustentáveis (Pereira, 2021).

Estas políticas e iniciativas têm verificado um grande desenvolvimento a nível doméstico e interno (Yamaguchi, 2021), mas para promover a sustentabilidade as vertentes económica, social e ambiental têm que ser abordadas de forma holística (Gentiloni, 2020) integrando o envolvimento de todos os intervenientes académicos, decisores políticos, indústrias, sociedade civil, comunidades locais e internacionais (D'Amato, 2021), bem como de todos os países e através de ações coordenadas a nível internacional (Gentiloni, 2020).

No que respeita ao comércio internacional, Yamaguchi (2018, 2021) considera que cada vez mais há uma crescente consciência de que a transição para modelos económicos circulares está fortemente ligada aos fluxos de comércio internacional. O nível de integração e interligação das economias nacionais, no sistema económico global, é de tal forma avançado que não será possível promover a mudança para um modelo económico circular e sustentável sem integrar as inúmeras interligações com o comércio internacional. Se, por um lado, o comércio internacional pode significar consequências negativas para a sustentabilidade do planeta, também poderá potenciar e acelerar, com a adoção de mediadas adequadas, a transição para um sistema económico mais circular e verde (UNEP, 2020).

Com este trabalho pretende-se analisar e mostrar as várias ligações entre a EC e o comércio internacional. Seguindo uma pesquisa exploratória e descritiva, o objetivo deste estudo será destacar a relevância da EC e sustentabilidade e de que forma o comércio internacional poderá ser fundamental na transição para esse modelo económico. Assim, na próxima secção apresenta-se a abordagem metodológica. De seguida abordamos a temática da EC, conceitos e políticas. Posteriormente abordam-se as interligações do comércio internacional e a EC e, por último, apresentam-se as considerações finais.

2 | ABORDAGEM METODOLÓGICA

Atendendo aos objetivos deste estudo, foi adotada uma pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Richardson (1999) a pesquisa exploratória consiste na primeira etapa para quem pretende estudar uma temática sobre a qual não detêm suficiente conhecimento, ou seja, constitui o primeiro passo para estabelecer as bases para o desenvolvimento de estudos futuros pelo que o seu principal objetivo é aprofundar os conhecimentos sobre

determinado fenômeno para procurar explicações das suas causas e consequências. A pesquisa é também considerada descritiva na medida em que procura descrever, analisar, recolher e interpretar dados sobre o fenômeno ou a problemática em estudo (Gil, 2010).

Nesse sentido, com este trabalho espera-se obter maior conhecimento sobre a temática porque apesar das múltiplas relações e ligações que o comércio internacional possa assumir para a EC, esta temática ainda se encontra relativamente inexplorada (Yamaguchi, 2018).

3 | ECONOMIA CIRCULAR: CONCEITO E POLÍTICAS

O atual sistema económico linear “extrair-consumir-descartar” é insustentável e conduz à destruição dos recursos e ecossistemas indispensáveis à vida. Com a definição da Agenda 2030 pelas Nações Unidas (UN), em 2015, e apesar de ser um termo já bastante antigo, a emergência da sustentabilidade passou a ser uma prioridade da agenda da política mundial. Para respeitar os limites do planeta e garantir que “a satisfação das necessidades do presente não compromete a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (UN, 1987:24)¹, é necessário redesenhar os sistemas de produção e consumo, isto é, é indispensável que a definição e implementação de políticas de crescimento e desenvolvimento integrem as questões ambientais, sociais e de sustentabilidade e envolvam todos os intervenientes, desde consumidores, empresas, organizações governos e países. Neste contexto, o sistema de EC tem sido considerado fundamental para a mudança de paradigma e prossecução do desenvolvimento sustentável (Corona et al., 2019; Comissão Europeias, 2020; Ellen MacArthur Foundation [EMF] (s.d.); Johansson & Henriksson, 2020; Kirchner et al., 2017; Nikolaou et al., 2021; Schroeder et al., 2018).

A literatura sobre a EC é abundante e vários trabalhos procedem à revisão dessa literatura, do conceito e suas dimensões (D’Amato & Korhonen, 2021; Ghiselline et al., 2016; Kirchner et al., 2017; Lieder & Rashid, 2016; Merli et al., 2018; Mhatre et al., 2021; Sauvé et al., 2016). Na tabela 1, é feita uma compilação das mais importantes contribuições para o conceito de EC, tanto institucionais como académicas.

¹ O Relatório Brundtland, publicado em 1987, foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esta comissão, criada em 1983 pela Assembleia Geral da ONU, e presidida por Harlem Brundtland, apontou, pela primeira vez, a necessidade de adotar modelos de crescimento económico que conciliem e integrem as preocupações ambientais e sociais.

Autores	Definição
Institucionais	
EMF (2013)	<i>The term circular economy denotes an industrial economy that is restorative by intention and design. In a circular economy, products are designed for ease of reuse, disassembly and refurbishment, or recycling, with the understanding that it is the reuse of vast amounts of material reclaimed from end-of-life products, rather than the extraction of resources, that is the foundation of economic growth.</i>
European Commission (2015)	<i>A circular economy is an economy where the value of products, materials and resources is maintained in the economy for as long as possible, and the generation of waste minimized.</i>
European Environment Agency (2016)	<i>The concept can, in principle, be applied to all kinds of natural resources, including biotic and abiotic materials, water and land. Eco-design, repair, reuse, refurbishment, remanufacture, product sharing, waste prevention and waste recycling are all important in a circular economy</i>
Chatham House (2019)	<i>A circular economy is one in which products and materials are recycled, repaired and reused rather than thrown away, and in which waste from one industrial process becomes a valued input into another. Creating and optimizing resource 'loops' along value chains could help meet the material needs of growing populations through drastically lower rates of per capita primary resource use.</i>
OECD (2018)	<i>The circular economy, as a concept, involves using resources more efficiently across their life-cycle by closing, extending and narrowing material loops that could result in decoupling of primary raw material consumption from economic growth.</i>
WTO (2021)	<i>The circular economy emphasizes the creation of feeder loops that transform waste into new inputs for production at all nodes within the value chain.</i>
UNEP (s.d.)	<i>Circular economy is one of the current sustainable economic models, in which products and materials are designed in such a way that they can be reused, remanufactured recycled or recovered and thus maintained in the economy for as long as possible, along with the resources of which they are made.</i>
Acadêmicos	
Yuan et al. (2006)	<i>The main objectives of the circular economy are the reduction of the flow of materials, the achievement of energy efficiency, and the idea that natural and social capital must be constantly renewed through multiple phases.</i>
Ghisellini et al. (2016)	<i>By promoting the adoption of closing-the-loop production patterns within an economic system circular economy aims to increase the efficiency of resource use, with special focus on urban and industrial waste, to achieve a better balance and harmony between economy, environment and society.</i>
Sauvé et al. (2016)	<i>The circular economy is a movement (...) which proposes a system where reuse and recycling provide substitutes to the use of raw virgin materials. By reducing our dependency on such resources, it improves our ability, and the ability of future generations to meet their needs. The circular economy makes sustainability more likely.</i>
Singh e Ordenez, (2016)	<i>Circular economy is an economic strategy that suggests innovative ways to transform the current predominantly linear system of consumption into a circular one, while achieving economic sustainability with much needed material savings.</i>
Blomsma e Brennan (2017)	<i>Circular economy is a general term covering all activities that reduce, reuse, and recycle materials conducted in the process of production, circulation, distribution and consumption.</i>
Murray et al. (2017)	<i>By circular, an economy is envisaged as having no net effect on the environment; rather it restores any damage done in resource acquisition, while ensuring little waste is generated throughout the production process and in the life history of the product.</i>

Geissdoerfer et al. (2017) e Geissdoerfer et al. (2020)	<i>“a regenerative system in which resource input and waste, emission, and energy leakage are minimised by slowing, closing, and narrowing material and energy loops. This can be achieved through long-lasting design, maintenance, repair, reuse, remanufacturing, refurbishing, and recycling”.</i>
Haupt et al. (2017)	<i>The concept of circular economy conceives of a production and consumption system with minimal losses of materials and energy through extensive reuse, recycling, and recovery</i>
Korhonen et al (2018)	<i>Circular Economy is a sustainable development initiative with the objective of reducing the societal production-consumption systems’ linear material and energy throughput flows by applying materials cycles, renewable and cascade-type energy flows to the linear system. CE promotes high value material cycles alongside more traditional recycling and develops systems approaches to the cooperation of producers, consumers and other societal actors in sustainable development work.</i>
Merli et al. (2018)	<i>Circular Economy aims to overcome the take-make-dispose linear pattern of production and consumption, proposing a circular system in which the value of products, materials and resources is maintained in the economy as long as possible</i>
Kirchherr et al. (2017); Kirchherr et al. (2018)	<i>A Circular Economy describes an economic system that is based on business models which replace the ‘end-of-life’ concept with reducing, alternatively reusing, [and] recycling [...] materials in production/distribution and consumption processes, [...], with the aim to accomplish sustainable development, which implies creating environmental quality, economic prosperity and social equity, to the benefit of current and future generations</i>
Mhatre et al. (2021)	<i>The concept of Circular Economy presents a sustainable alternative to the usual linear model of take-make- use-dispose, and replaces it with make-use-reuse-remake-recycle.</i>
Velenturf, & Purnell (2021).	<i>In a circular economy resource use is improved by minimising the extraction of natural resources, maximising waste prevention, and optimising the environmental, social, material and economic values throughout the lifecycles of materials, components and products.</i>

Tabela 1. Algumas definições de Economia Circular

Fonte: elaboração própria.

A análise da tabela 1, e dos conceitos apresentados, indica que é possível apresentar algumas ideias base e comuns, nomeadamente, pode-se apontar que a EC consiste num modelo de produção e consumo que visa afastar-se da extração e consumo desmedido de recursos, das elevadas emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), produção de lixo com graves impactos nos ecossistemas, para, em lugar disso, promover um sistema circular baseado nos princípios de reutilização, reciclagem, reparação, por forma a manter nos materiais e produtos em circulação o máximo de tempo possível. Além da inovação no desenvolvimento de produtos, significa também a utilização de energias mais limpas, bem como uma progressiva mudança nos padrões de consumo massivo e baseado em produtos descartáveis e de curta duração.

A análise e revisão de trabalhos sobre a EC indica que esta tem sido analisada e estudada em diferentes áreas de pesquisa, existindo vários conceitos, dimensões e representações deste modelo alternativo ao modelo linear. Com efeito, pelo facto de ser estudado e aplicado por múltiplas áreas de estudo pode contribuir para a sua fragmentação

(Nikolaou & Tsagarakis, 2021) e para o facto de não haver na literatura uma definição de EC comumente aceite (Korhonen et al., 2018). Os múltiplos contributos, tanto da vertente académica como de fora dela, registaram um amplo e renovado interesse na última década (D' Amato & Korhonen, 2021) e são um comprovativo das preocupações dos governos, indústrias e sociedades de todo o mundo para responder aos desafios da escassez de recursos, impactos ambientais e benefícios económicos que podem advir da EC (Lieder et al., 2016). Apesar disso, há autores, como por exemplo Ghisellini et al. (2016), que consideram que o conceito de EC ainda requer mais desenvolvimento por forma a perceber como afetará a mobilidade das populações, o emprego, o comércio internacional e o papel das instituições.

A implementação da EC tem sido assumida como objetivo fundamental pelo que a nível político tem sido amplamente promovida em vários países da União Europeia (UE), como a Finlândia, Alemanha, França, Holanda, Eslovénia, Portugal, mas também em outras regiões do globo, como na China e Japão (Van der Ven, 2020).

No que respeita ao contexto europeu, a UE detém atualmente um quadro legal dos mais avançados do mundo em termos de proteção ambiental e EC (Domenech & Bahn-Walkowiak, 2019). A UE pretende alcançar a neutralidade climática em 2050. Como tal, no Plano de Ação para a EC, adotado em março de 2020, foram definidas medidas, políticas e planos de ação para que os Estados-Membros promovam modelos empresariais, produtos, serviços e cadeias de valor adaptados ao modelo circular. Este Plano de Ação está, também, centrado na adoção de medidas que permitam manter os recursos o maior tempo possível dentro das fronteiras europeias. Ao mesmo tempo estabelece objetivos para reduzir a pegada ambiental e os efeitos negativos sobre o ambiente. Em resumo, o plano de ação para a EC da UE prevê, como eixos fundamentais os indicados na figura 1.

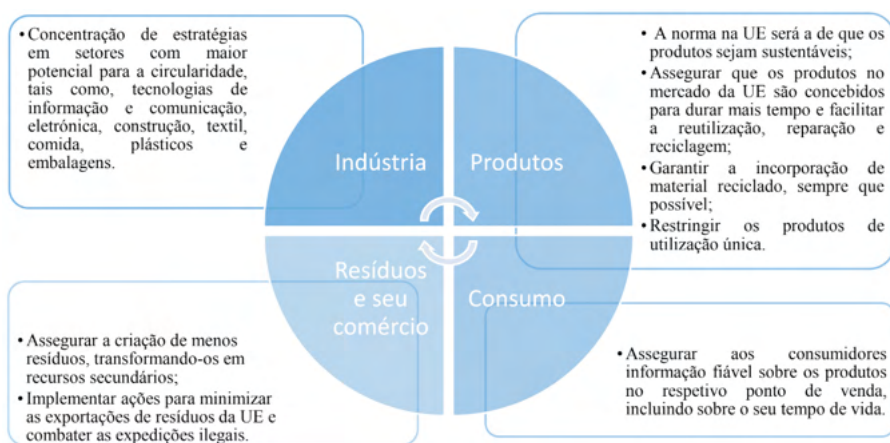


Figura 1. Eixos do plano de ação da UE para a EC

Fonte: Elaboração própria com base em Comissão Europeia (2020b)

O Plano visa também promover a transição mundial para a EC através de diálogos e acordos bilaterais, regionais e multilaterais que envolvam as Nações Unidas, a WTO, o G7 e o G20, mas também países, blocos regionais, instituições, setor privado e sociedade civil. Estas “missões” para a EC visam aumentar a cooperação com países terceiros em matéria de políticas ambientais, assinando acordos, iniciativas e promovendo um crescimento mais sustentável e inclusivo. O Plano de ação para a EC da União Europeia, indica que será necessário trabalhar em diferentes áreas e envolver os sectores público e privado, dentro e fora da Europa, para que se alcance uma economia mais eficiente. Nesse sentido, a Comissão Europeia está a considerar estabelecer uma Aliança Global para a EC que ajudaria a identificar lacunas de conhecimento e governação internacional relacionadas com EC e gestão sustentável dos recursos (Comissão Europeia, 2020b).

4 I COMÉRCIO INTERNACIONAL E ECONOMIA CIRCULAR

No contexto atual de globalização e interligação das economias e países, o comércio internacional constitui uma das suas principais dimensões. Nas últimas décadas os fluxos de comércio internacional aumentaram drasticamente determinando, também, uma alteração da composição desses fluxos. Através do comércio internacional, os países podem ultrapassar a escassez de recursos locais, uma vez que o comércio facilita a movimentação de recursos dos locais de oferta (onde estão disponíveis) para os centros de procura (UNEP, 2020).

De acordo com a UNEP (2020), o comércio internacional é responsável por quantidades muito maiores de extração de recursos do que os fluxos comerciais diretos indicam. Quando se considera e contabiliza a energia, água, utilização de terras e materiais adicionais utilizados na extração e produção de bens comercializáveis, mas que são “deixados para trás” enquanto resíduos e emissões no país exportador, o comércio é responsável por cerca de 1/3 do total de recursos extraídos (tabela 2).

Total de recursos extraídos	92 mil milhões de toneladas
Comércio direto de recursos	11 mil milhões de toneladas
Volume total de recursos extraídos ² relacionados com a produção de bens comercializados	35 mil milhões de toneladas

Tabela 2. Extração de recursos associada ao comércio (2017)

Fonte: UNEP (2020, p.10), adaptado.

A extração e processamento de recursos para exportação consome recursos naturais, contribui para o aumento de emissões, para a perda de biodiversidade, degradação do solo, para o desperdício e poluição da água. São, por conseguinte, necessárias políticas

² *Upstream resource requirements of trade* – inclui a extração e consumo de todos os materiais adicionais, energia, água, utilização de terra no país de origem necessários para extrair e produzir bens comercializáveis.

para lidar com os impactos adversos do comércio e assegurar que o comércio ajude a impulsionar a transição rumo a uma economia mais justa, mais sustentável e circular (UNEP, 2020). É inegável a natureza e escala global da produção, distribuição, consumo e poluição pelo que à ação nacional é imprescindível que se junte a cooperação e as soluções globais.

O comércio internacional desempenha um papel crítico pois fornecerá a escala que uma EC exige, reunindo a oferta e a procura de materiais reutilizáveis atualmente espalhados por vários mercados (WTO, 2019). Segundo Yamaguchi (2018) existem amplas ligações entre o comércio internacional e a EC. A adoção de sistemas circulares permitirá reduzir a procura e exportação de materiais primários e secundários e, ao mesmo tempo, vai reforçar o comércio de bens em segunda mão, produtos em fim de vida, materiais secundários e resíduos. As relações entre o comércio internacional e a EC ocorrem a vários níveis ao longo da cadeia de valor (Yamaguchi, 2018) tais como: comércio de materiais e resíduos para reciclagem; comércio em matérias-primas secundárias; comércio de produtos em segunda mão; comércio de bens para renovação e re-manufaturação e comércio de serviços integrados. Uma ampla adoção dos princípios da EC irá reduzir a necessidade de extração de recursos naturais e inputs energéticos contribuindo, também, para reduzir os seus impactos ambientais (Preston & Lehne, 2017; UNEP, 2020). Acordos e políticas comerciais para a EC, tais como a livre circulação e não discriminação, harmonização de regras relativas a características e qualidade de materiais e produtos, normas de concepção ecológica ou de reciclagem, definição de regras para que os governos comprem bens que cumpram as normas ambientais, podem potenciar a transição para a EC (Yamaguchi, 2021; WTO, 2019).

De facto, o comércio internacional detem um papel determinante na transição para a EC uma vez que as cadeias de valor são globais e interligadas (OECD, 2019; Tamminen et al., 2020). Apesar das medidas e políticas de EC serem fundamentalmente definidas e adotadas a nível nacional, a transição para a circularidade vai ter efeitos nos fluxos de comércio entre os países (Dellink, 2020; Van Der Ven, 2020). Estes impactos da transição para a EC são difíceis de antecipar e dependem de vários fatores e variáveis (Van der Ven, 2020). Não obstante, é possível antecipar alguns desses impactos conforme são apresentados na tabela 3.

Impactos	Oportunidades	Desafios
Redução na procura de recursos	Redução no consumo de água, energia, terra requerida para extração e processamento, o que se traduzirá em benefícios para o ambiente	Os países abundantes em recursos, e dependentes da sua exportação, enfrentarão constrangimentos económicos em termos de emprego e geração de riqueza. Estes países terão que adotar medidas de compensação e ajustamento e diversificar as atividades em consonância com o quadro da circularidade e sustentabilidade.
Mudança nos padrões de comércio de lixo, resíduos e sucata.	Aumento dos níveis de reciclagem interna; Redução das exportações de lixo pelo menos até que a qualidade das exportações de resíduos e a capacidade de processamento no país importador possa ser assegurada; Potencia a substituição de materiais primários pela utilização de materiais secundários.	A evidência sugere que o comércio de lixo reciclável tende a direcionar-se para países com normas ambientais menos exigentes e com mais baixos custos de processamento; Pode potenciar o <i>downcycling</i> ¹ Risco de que os países importadores possam não ter capacidade de gestão de resíduos e/ou ter problemas com o comércio ilegal.
Aumento do comércio de materiais secundários, de bens em segunda mão e bens para re-fabricação	Oportunidades de criação de emprego e crescimento verde associadas aos negócios da reutilização, reparação e re-fabricação; Potencialidades para a criação de hubs regionais para a re-fabricação e comércio.	Pode potenciar o <i>downcycling</i> ; Restrições comerciais; Pode criar abertura para o comércio ilegal de resíduos perigosos ou contaminados; Gerir questões relativas a normas, harmonização de definições e classificações.
Alteração nos padrões de comércio de serviços	Crescimento da “economia de partilha” e sistemas de serviços de produtos; Modelos de negócios inovadores; Novas oportunidades de emprego.	Barreiras comerciais; O “fosso” (gap) digital pode levar a uma desigual distribuição dos benefícios.

¹ Downcycling consiste na reciclagem e utilização de materiais usados para fazer um produto de valor inferior ao do material ou objeto original.

Tabela 3. Impactos, desafios e oportunidades da transição para a EC

Fonte: UNEP (2020, p.49), adaptado.

4.1 Comércio como instrumento da EC

4.1.1 Comércio de bens em segunda mão e materiais secundários

O comércio de materiais e matérias primas secundárias é importante para promover a EC pois constitui uma alternativa às matérias e recursos naturais e, dessa forma, poderá reduzir a sua extração. Por outro lado, potencia a disponibilidade de materiais mais ecológicos para os países com escassez de recursos primários e incentiva à sua reciclagem (Yamaguchi, 2018). As matérias-primas secundárias, recuperadas a partir de resíduos, podem tornar-se recursos valiosos para países importadores e uma oportunidade de promover a circularidade na produção, desde que esse comércio signifique fluxos de resíduos de qualidade apropriada (Tamminen et al., 2020). Nesse sentido, será importante

promover medidas que eliminem os principais obstáculos à expansão do comércio destes produtos que, segundo Tamminen et al. (2020), estão associados à necessidade de assegurar a qualidade destes materiais secundários (por exemplo, através de normas de reciclabilidade, certificação ou eco-design) e à eliminação das restrições à exportação frequentemente aplicadas aos resíduos e sucata. Outra questão está associada à dificuldade de rastrear o comércio destes bens devido ao sistema harmonizado³ de classificação dos bens.

Por sua vez, o comércio de bens em segunda mão constitui também uma oportunidade de promover a EC pois aumenta-se a vida útil dos produtos evitando a extração de recursos primários e a poluição decorrente do processo produtivo. Além disso, e como refere a Comissão Europeia (2008), os consumidores podem obter os produtos a preços mais baixos. O comércio deste tipo de bens, como por exemplo carros e têxteis em segunda mão, tem as suas vantagens, mas também enfrenta desafios e questões técnicas. Por exemplo, para os países em desenvolvimento importadores de carros em segunda mão (velhos e ineficientes) poderá constituir um entrave para que alcancem metas de descarbonização. O comércio destes bens também tem sido sujeito a restrições e proibições por parte de alguns Estados como forma de protegerem as suas indústrias nacionais do aumento de concorrência decorrente da importação de bens em segunda mão de países terceiros (Preston et al., 2019). Tal como o comércio de materiais secundários, o comércio destes bens em segunda mão é difícil de rastrear (Tamminen, 2020).

4.1.2 Comércio de lixo, resíduos e sucata

Desde que devidamente regulado e controlado, o comércio deste tipo de matérias pode constituir um importante input em termos de recuperação de energias e materiais. Quando os países de destino de exportação do lixo, resíduos e sucata dispõem de condições de tratamento e regulamentação eficaz, permitindo que os materiais sejam triados, reciclados ou re-fabricados, aproveitando vantagens comparativas e efeitos de escala, então este comércio contribui para uma EC global (Tamminen, 2020; UNEP 2020). Contudo, e apesar do comércio internacional de lixo estar regulamentado em acordos ambientais multilaterais, as preocupações aumentam relativamente às exportações para economias emergentes e países em desenvolvimento, com menor capacidade de gestão e tratamento dos resíduos e normas ambientais menos rigorosas (Yamaguchi, 2018; UNEP, 2020), podendo levar a que o lixo e resíduos acabe em aterros sanitários ou seja despejado sem garantir a proteção do ambiente, contribuindo para aumentar a crise e o problema do lixo (UNEP, 2020; Van der Ven, 2020).

Como resposta a estes desafios, foram adotadas algumas medidas internacionais

³ O Sistema Harmonizado é uma nomenclatura internacional de classificação de produtos que permite aos países classificar as mercadorias comercializadas numa base comum para fins aduaneiros.

como a Convenção de Basileia⁴ e as suas adendas, bem como alguns países começaram a impor restrições e barreiras à importação de certos tipos de lixo. Como é o caso, por exemplo, da China que em 2018 impôs restrições de importação a vários tipos de plásticos e resíduos de papel não triados, e da Índia que proibiu resíduos plásticos sólidos em 2019 (UNEP, 2020). Outros países do Sudeste Asiático, como a Malásia, Vietname e Indonésia estão a adotar medidas e impor restrições à importação de lixo, plástico e materiais não recicláveis (Sembiring, 2019). Estas medidas aumentam a pressão sobre os países exportadores que terão que lidar com o plástico e outro lixo que era exportado, o que irá alterar o panorama do comércio internacional nesta área (Yamaguchi, 2021). Os efeitos e resultados destas medidas são difíceis de prever e definir. Contudo, um dos efeitos poderá ser o aumento do comércio ilegal de lixo, uma atividade que poderá por em causa o comércio lícito e os esforços para apoiar uma EC e eficiente em termos de recursos. A crescente atenção global às questões do comércio de resíduos plásticos e lixo poderá conduzir a inovações, mudanças de atitude, bem como ao desenvolvimento de materiais biodegradáveis e normas e práticas de gestão de resíduos mais rigorosas, que possam contribuir para uma economia totalmente circular e um comércio de resíduos sustentável (Sembiring, 2019).

4.1.3 Comércio de bens para reparação, remodelação e re-fabricação

Considerando que as atividades de reparação, remodelação e re-fabricação ocorrem sobretudo em setores capital intensivo, como a defesa, aeroespacial, indústria automóvel e produtos eletrónicos para consumo final, então, do ponto de vista ambiental, há muito menos impactos quando um produto é remodelado ou re-fabricado do que quando é produzido um produto novo. Isto porque a utilização global de materiais é consideravelmente menor e, dessa forma, poderá contribuir para a transição para a EC (Nasr et al., 2018). Assim, facilitar as trocas e eliminar barreiras neste tipo de comércio será importante para desenvolver o mercado e potenciar práticas circulares e a transição para a EC (Nasr et al., 2018). O comércio de produtos para reparação, remodelação ou re-fabricação pode dar uma nova vida aos produtos e máquinas. Ao mesmo tempo, pode encorajar a criação e desenvolvimento de novos negócios associados ao fornecimento de serviços proporcionados pela inovação digital (Tamminen et al., 2020).

4.1.4 Comércio de serviços

Os serviços e o comércio de serviços, a par do comércio de lixo e resíduos, de bens e materiais em segunda mão e produtos para reparação, remodelação e re-fabricação, constitui um elemento fundamental no processo de transição para a EC. Atualmente, uma vasta gama de serviços, tais como tecnologias de informação, serviços de Investigação

⁴ Convenção sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e Sua Eliminação

& Desenvolvimento (I&D), logística, ou serviços de pós-montagem estão estreitamente associados e/ou integrados nos modelos de negócio relacionados com a venda de bens. Cada vez mais, a indústria assegura e vende aos clientes soluções integradas, em vez de bens ou serviços individuais. Um fenómeno frequentemente designado por *servicification of manufacturing* (Tamminen, 2020 p.11). O comércio internacional de serviços providencia mais ferramentas para as empresas e consumidores no processo de transição para a EC. Várias fases na cadeia de valor dependem do fornecimento de serviços, seja a montante: por exemplo serviços digitais na fase de conceção e desenvolvimento do produto, eco-design, na fase de fornecimento de materiais reciclados, mas também na fase de transformação em matéria-prima secundária, ou na fase de produção através de re-fabricação ou remodelação; seja em atividades a jusante, como plataformas de partilha, serviços de leasing, aluguer, serviços de reparação, recolha e reciclagem.

4.2 Políticas comerciais e a transição para a EC

As estratégias e ações para a EC são, maioritariamente, adotadas a nível nacional e regional. Contudo, os produtos e serviços estão incorporados em cadeias de valor globais pelo que a adoção isolada de políticas internas não será suficiente para facilitar a transição para uma economia global mais eficiente e circular. São necessários esforços adicionais, a nível regional e global, de forma a promover e aumentar a cooperação internacional no sentido de rever as políticas comerciais, os requisitos de eco-design e verificar os padrões de reparabilidade e reciclabilidade dos materiais e produtos (Yamaguchi, 2018).

É necessário definir políticas comerciais adequadas que promovam a transição para o modelo circular (Tamminen et al., 2020). Com efeito, numerosos ganhos económicos podem advir da adoção de políticas bem concebidas, incluindo a utilização de materiais e energia de uma forma mais sustentável e eficiente, potenciando o comércio de produtos e serviços com baixo grau de carbono. Para isso é necessário que os objetivos e políticas do sistema multilateral comercial e a ação para o desenvolvimento sustentável se apoiem mutuamente. Os acordos comerciais podem desempenhar um papel importante no avanço para uma economia mais circular desde que os países estabeleçam acordos comerciais ligados às suas políticas ambientais (Bellmann & Sell, 2021; Van der Ven, 2020; UNEP,2020). As políticas comerciais, como o comércio livre de produtos circulares, a não discriminação, a transparência, bem como a harmonização de normas, ao nível da qualidade, composição de materiais, facilitará a transição para uma economia mais circular. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento destes acordos pode alargar a responsabilidade dos produtores, encorajando-os a conceber produtos de melhor qualidade e mais circulares (Yamaguchi, 2021).

A WTO pode desempenhar um papel estratégico para fazer com que os países cooperem na definição de políticas que favoreçam a transição para a EC na medida em que pode criar sinergias entre diferentes países, sensibilizar os diferentes responsáveis

políticos e cooperar com outras organizações para contribuir para um modelo económico mais circular. Especificamente, e segundo Van der Ven (2020), a WTO pode (i) incluir a EC como uma matéria prioritária na agenda multilateral; (ii) reforçar o papel da Comissão do Comércio e do Ambiente; (iii) facilitar iniciativas específicas relacionadas com a EC; e (iv) ligar a Ajuda para o comércio à EC.

Embora o comércio internacional seja um elemento chave na transição para a EC a nível global, neste âmbito, ainda se está numa fase inicial e há muitas questões em aberto, nomeadamente como conjugar a transição para uma EC sem prejudicar os países dependentes da exportação de recursos primários e naturais e como conjugar as políticas comerciais, as políticas de cooperação para o desenvolvimento e a EC. Kettunen et al. (2019) identificam algumas soluções e propostas no sentido de promover esses objetivos: (i) remover as barreiras comerciais ao comércio de matérias-primas secundárias; (ii) definir acordos comerciais para promover a EC a nível global, para integrar a EC em todos os sectores comerciais, e para os considerar como parte das avaliações de impacto da sustentabilidade comercial; (iii) as políticas internas devem promover a procura de matérias-primas secundárias, promover o investimento na reciclagem e sua gestão, e promover contratos públicos ecológicos; (iv) é necessário o desenvolvimento de normas comuns a nível mundial (por exemplo, sustentabilidade do produto, qualidade do material); (v) é necessário definir medidas no contexto do consumo final na medida em que a transição para a EC terá que ocorrer num contexto mais amplo da contenção do consumo e da procura.

Embora muitos países e regiões já tenham diretrizes claras para promover modelos de negócios mais circulares, a regulamentação para acabar com as más práticas no comércio internacional que, muitas vezes, têm efeitos negativos no ambiente e em diferentes grupos sociais, ainda são incipientes. Ao mesmo tempo, em certos casos, o comércio associado à EC pode significar desvantagens para alguns países em desenvolvimento, prejudicando não apenas o ambiente, mas também as suas oportunidades de inovação e desenvolvimento (UNEP, 2020). Nesse sentido, é fundamental que os países em desenvolvimento sejam incluídos no comércio sustentável e na transição para a EC. Estes países devem ser apoiados para encontrar formas de utilizar estes acordos mais proactivamente e utilizá-los como instrumentos para aproveitar as oportunidades e minimizar os desafios associados a uma transição para uma EC (Van der Ven, 2020; UNEP, 2020). Dada a globalização das cadeias de valor, só a cooperação entre o maior número possível de países poderá potenciar e acelerar a mudança do sistema económico linear para um sistema circular.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição para um modelo económico circular implica substituir o atual modelo de crescimento insustentável, que se baseia na extração e utilização intensiva de recursos,

com elevadas emissões, produção de resíduos e elevados impactos nos ecossistemas naturais. O sistema de EC, centra-se na manutenção do valor e da vida útil das matérias primas e dos bens o maior tempo possível e é considerado fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e os objetivos da Agenda 2030, os quais constituem um desafio global, multidisciplinar e transformativo e que integra a vertente económica, social, ambiental e política.

Pelo seu potencial impacto no crescimento económico e na redução da pobreza, o comércio internacional constitui uma vertente chave para a implementação da EC e alcance do desenvolvimento sustentável. Existem várias ligações potenciais entre o comércio internacional e a EC que precisam ser adotadas, aproveitadas e alavancadas para que se atinjam esses objetivos. Para a Comissão Europeia (2020 a), os acordos de livre comércio constituem um instrumento poderoso para melhorar as relações económicas e políticas entre os países e poderá sê-lo também para potenciar a transição para uma EC global. Num contexto atual de globalização e interligação das economias e países, para que a transição para uma economia mais circular seja bem-sucedida terá tem que ser inclusiva e ocorrer a nível global. Neste contexto, o comércio internacional pode desempenhar um papel importante na medida em que a adoção de sistemas circulares permitirá reduzir a procura e exportação de recursos primários e, ao mesmo tempo, reforçar o comércio de bens em segunda mão, produtos em fim de vida, materiais secundários e resíduos (Yamaguchi, 2018). É importante que ocorram práticas comerciais circulares em toda a cadeia de valor porque, pese embora a EC se distancie da extração e utilização de recursos naturais e primários, criando desafios para os países dependentes da sua exportação, também potenciará novas oportunidades de negócio em setores como a produção de materiais secundários, reparação e refabricação, novos serviços e economia partilhada, criando novos empregos e incentivos à re-industrialização. Portanto, os acordos comerciais internacionais e a WTO desempenham um papel crítico não só na abordagem de novos desafios técnicos, tais como os relacionados com definições, harmonização e categorização de produtos e materiais, mas também em assegurar que a transição para uma economia circular seja inclusiva (Van der Ven, 2020). É necessário reforçar o diálogo e a cooperação internacional e multilateral num esforço para melhor compreender e responder aos impactos distributivos das políticas da EC e assegurar que os acordos firmados, no seu âmbito, sejam inclusivos também para os países em desenvolvimento. Portanto, os objetivos e políticas do sistema comercial multilateral e a ação para a EC e desenvolvimento sustentável terão que ser complementares e apoiar-se mutuamente.

REFERÊNCIAS

Bellmann, C. & Sell, M. (2021). Options to Incorporate Circular Economy Provisions in Regional Trade Agreements. Published by the International Institute for Sustainable Development. Disponível em: <https://www.iisd.org/publications/circular-economy-regional-trade-agreements>

Blomsma, F. & Brennan, G., (2017). The emergence of circular economy: a new framing around prolonging resource productivity. *Journal of Industrial Ecology*, 21(3), 603–614. <https://doi.org/10.1111/jiec.12603>

Chatam House (2019). *An Inclusive Circular Economy. Priorities for Developing Countries*. Research Paper. Disponível em <https://www.chathamhouse.org/2019/05/inclusive-circular-economy>

Comissão Europeia (2008). *Communication from the commission to the European Parliament and the council Sustainable Consumption and Production and Sustainable Industrial Policy*. Brussels. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52008DC0397&from=EN>

Comissão Europeia (2020a). *Liderar o caminho para uma economia circular a nível mundial: ponto da situação e perspectivas*. SWD (2020) 100 final. Disponível em <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/31079d7e-3a96-11eb-b27b-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-search>

Comissão Europeia (2020b). *Plano de Ação para a Economia Circular. Para uma Europa mais limpa e competitiva*. Serviço das Publicações da União Europeia. Disponível em <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/45cc30f6-cd57-11ea-adf7-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-170854112>

Corona, B., Shen, L., Reike, D., Carreón, J.R. & Worrell, E. (2019). Towards sustainable development through the circular economy—a review and critical assessment on current circularity metrics. *Resource, Conservation and Recycling*, 151, 104498. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2019.104498>

Dellink, R. (2020), “The Consequences of a more resource efficient and circular economy for international trade patterns: A modelling assessment”, *OECD Environment Working Papers*, No. 165, OECD Publishing <https://doi.org/10.1787/fa01b672-en>

EMF (2013). *Towards the Circular Economy. Economic and business rationale for an accelerated transition*. Disponível em https://www.werktrends.nl/app/uploads/2015/06/Rapport_McKinsey-Towards_A_Circular_Economy.pdf

EMF (s.d.). *Circular Economy. Concept*. Disponível em <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/circular-economy/concept>

European Commission. (2015). *Closing the loop—An EU action plan for the circular economy*. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52015DC0614>

European Environment Agency (2016). *Circular economy in Europe. Developing the knowledge base*. EEA Report No 2/2016. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Geissdoerfer, M.; Savaget, P.; Bocken, N. & Hultink, E. (2017). The Circular Economy – A new sustainability paradigm? *Journal of Cleaner Production*, 143, 757-768. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.12.048>

Geissdoerfer, M.; Pieroni, M. P.; Pigosso, D. C. A.; Soufani, K. (2020). Circular business models: A review. *Journal of Cleaner Production*, 277, 123741. 1-17. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123741>

Gentiloni, P. (2020). Foreword of Commissioner Gentiloni. In: Sustainable development in the European Union. Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context. Publications Office of the European Union, Luxembourg. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-statistical-books/-/KS-02-20-202>

Ghisellini, P., Cialani, C., Ulgiati, S., 2016. A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. *Journal of Cleaner Production*, 114, pp.11–32. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652615012287>

GIL, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, 5ª ed.

Haupt, M.; Vadenbo, C. & Hellweg, S. (2017). Do We Have the Right Performance Indicators for the Circular Economy? Insight into the Swiss Waste Management System, 21, (3). Special Issue: Exploring the Circular Economy, 615-627. <https://doi.org/10.1111/jiec.12506>

Johansson, N., & Henriksson, M. (2020). Circular economy running in circles? a discourse analysis of shifts in ideas of circularity in Swedish environmental policy. *Sustainable Production and Consumption*, 23, 148–156. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2020.05.005>

Kettunen, M., S. Gionfra and M. Monteville (2019). *EU Circular Economy and Trade Report: Improving policy coherence for sustainable development*, IEEP Brussels. <https://ieep.eu/publications/eu-circular-economy-and-trade-report>

Kirchherr, J., Reike, D., Hekkert, M., (2017). Conceptualizing the circular economy: an analysis of 114 definitions. *Resources, Conservation & Recycling*. 127, pp. 221–232. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2017.09.005>

Kirchherr, J.; Piscicellia, L.; Boura, R.; Kostense-Smit, E.; Muller, J.; Huibrechtse-Truijensb, A.; Hekkerta, M. (2018). Barriers to the Circular Economy: Evidence From the European Union. *Ecological Economics*, 150, 264-272. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.04.028>

Korhonen, J.; Nuur, C.; Feldmann, A. Birkie, S. E. Circular economy as an essentially contested concept. *Journal of Cleaner Production*, 175, 544-552. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.12.111>

Merli, R.; Alessia, P. & Acampora, M. (2018). How do scholars approach the circular economy? A systematic literature review. *Journal of Cleaner Production*, 178, 703-722, <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.12.112>

Mhatre, P.; Panchal, R.; Singh, A. & Bibyan, S. (2021). A systematic literature review on the circular economy initiatives in the European Union. *Sustainable Production and Consumption* 26 ,187–202. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2020.09.008>

Murray, A., Skene, K., Haynes, K., (2017). The circular economy: an interdisciplinary exploration of the concept and application in a global context. *Journal of Business Ethics*, 140, pages 369–380. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2693-2>

Nasr, N.; Russell, J.; Bringezu, S.; Hellweg, S.; Hilton, B. Kreiss, C. & von Gries, N (2018). Re-defining Value – The Manufacturing Revolution. Remanufacturing, Refurbishment, Repair and Direct Reuse in the Circular Economy. A Report of the International Resource Panel. United Nations Environment Programme. Disponível em: <https://www.resourcepanel.org/reports/re-defining-value-manufacturing-revolution>

Nikolaou, I.E., Jones, N. & Stefanakis, A. (2021) Circular Economy and Sustainability: the Past, the Present and the Future Directions. *Circular Economy and Sustainability*, 1, 1–20 (2021). <https://doi.org/10.1007/s43615-021-00030-3>

Nikolaou, I. E. & Tsagarakis, K. P. (2021). An introduction to circular economy and sustainability: Some existing lessons and future directions. *Sustainable Production and Consumption*, 28, 600–609. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2021.06.017>

OECD (sd). Trade, Resource Efficiency and Circular Economy. Disponível em: <https://www.oecd.org/environment/trade-resource-efficiency-circular-economy.htm>

OECD (2018). *International Trade and the Transition to a Circular Economy*. OECD Resource Efficiency & Circular Economy Project. Disponível em: <https://www.oecd.org/environment/waste/policy-highlights-international-trade-and-the-transition-to-a-circular-economy.pdf>

OECD (2019). *Global Material Resource Outlook to 2060: Economic Drivers and Environmental Consequences*. <https://www.oecd.org/publications/global-material-resources-outlook-to-2060-9789264307452-en.htm>

Pereira, R. S. (2021). O sistema de Economia Circular e a Agenda 2030: análise da evolução em Portugal. *E3 - Revista De Economia, Empresas E Empreendedores na CPLP*, 7(1), 097-124. <https://doi.org/10.29073/e3.v7i1.381>

Preston, F. & Lehne, J. (2017). A Wider Circle? The Circular Economy in Developing Countries. A Chatham House Briefing. Chatham House. <https://www.chathamhouse.org/2017/12/wider-circle-circular-economy-developing-countries>

Richardson, R. J.(1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. Atlas.

Stefanakis AI, Nikolaou I (2021) Circular economy and sustainability, Volume 1. Elsevier Publishing

Sauvé, S., Bernard, S., Sloan, P., (2016). Environmental sciences: sustainable development and circular economy: alternative concepts for trans-disciplinary research. *Environment Development*, 17, 48–56. <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2015.09.002>

Sembinging, M. (2019). Global Waste Trade Chaos: Rising Environmentalism or Cost-Benefit Analysis? *NTS Insight*, no. IN19-02. Disponível em: https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2019/07/NTS-Insight-Global-waste-trade_010719.pdf

Singh, J.; Ordóñez. (2016). Resource recovery from post-consumer waste: important lessons for the upcoming circular economy. *Journal of Cleaner Production*, 134, 342-353. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.12.020>

Tamminen, S., Sell, M., Forslund, T., Tipping, A., Soprana, M., & Belmann, C. (2020). Trading Services for a Circular Economy. Ministry for Foreign Affairs of Finland and the International

Institute for Sustainable Development. Disponível em <https://www.iisd.org/system/files/2020-10/trading-services-circular-economy.pdf>

United Nations (1987). Report of the World Commission on Environment and Development “Our Common Future” - document A/42/427. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

UNEP (2020). Sustainable trade in resources. Global material flows, circularity and trade. Discussion paper. United Nations Environment Programme. <https://www.unep.org/resources/publication/sustainable-trade-resources-global-material-flows-circularity-and-trade>

UNEP (s.d.). *European Commission and UNEP will foster the circular economy globally*. Disponível em: <https://www.unep.org/news-and-stories/story/european-commission-and-unep-will-foster-circular-economy-globally>

Van Der Ven, C. (2020). The Circular Economy, Trade, and Development: Addressing Spill-overs and Leveraging Opportunities. Study Commissioned by the Permanent Representation of the Netherlands to the WTO. Geneva: TULIP Consulting. <https://tinyurl.com/yybdjayh>

Velenturf, A. P.M. & Purnell, P. (2021). Principles for a sustainable circular economy. *Sustainable Production and Consumption*, 27, 1437–1457. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2021.02.018>

WTO (2019). *Role of trade in promoting circular economy highlighted at WTO Environment Week*. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news19_e/envir_03dec19_e.htm

WTO (2020). Short answers to big questions. On the WTO and the environment. https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/envirqapublication_e.htm

WTO (2021). *Circular economy, economic diversification and Aid for Trade*. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/devel_e/a4t_e/workshop_10june21_e.htm

Yamaguchi, S. (2018). International Trade and the Transition to a More Resource Efficient and Circular Economy: A Concept Paper. OECD Trade and Environment Working Papers, No. 2018/03, OECD Publishing, <https://doi.org/10.1787/847feb24-en>

Yamaguchi, S. (2021). International trade and circular economy - Policy alignment. 80p. OECD Trade and Environment Working Papers, No. 2021/02, OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/ae4a2176-en>

Yuan, Z., Bi, J., & Moriguchi, Y. (2006). The circular economy: A new development strategy in China. *Journal of Industrial Ecology*, 10, Issue 1-2, 4-8, 10.1162/108819806775545321

CAPÍTULO 10

DISCURSO MODERNIZADOR E CONFLITOS SOCIAIS: O SETOR AÇUCAREIRO PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Data de aceite: 02/05/2022

Élcia de Torres Bandeira

Universidade Federal Rural de Pernambuco
-UFRPE, Departamento de História
Recife- Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/4669638328828195>

RESUMO: Esta pesquisa aborda como o projeto de modernização defendido pelo Estado brasileiro, visando à criação de novos laços de identificação do Brasil com os centros avançados do capitalismo, afetou diretamente o setor sucroalcooleiro em Pernambuco, demandando novas relações sociais de produção como a inversão de capital na modernização tecnológica, a Abolição da Escravatura e a organização de associações específicas para representar usineiros e fornecedores de cana em conflito pelo controle dos mercados açucareiros. Procura enfatizar também as relações estabelecidas com os trabalhadores rurais do setor e o operariado das usinas, demonstrando que o discurso modernizador corresponde também à manutenção de certas práticas tradicionais na agroindústria canavieira como a monocultura, o latifúndio e a exploração da mão-de-obra durante a Primeira República (1889-1930).

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, modernização, agroindústria canavieira.

MODERNIZING DISCOURSE AND SOCIAL CONFLICTS: THE SUGAR SECTOR OF PERNAMBUCO IN THE FIRST REPUBLIC

ABSTRACT: This research approaches how the modernization project advocated by the Brazilian State, aiming at the creation of new ties of identification of Brazil with the advanced centers of capitalism, directly affected the sugar-alcohol sector in Pernambuco, demanding new social relations of production such as the inversion of capital in technological modernization, the Abolition of Slavery and the organization of specific associations to represent sugar producers and suppliers of sugarcane in conflict for the control of sugar markets. It also seeks to emphasize the relations established with the rural workers of the sector and the workers of sugar factories, demonstrating that the modernizing discourse also corresponds to the maintenance of certain traditional practices in the sugarcane agroindustry, such as monoculture, latifundium and the exploration of labor during the First Republic (1889-1930).

KEYWORDS: Discourse, modernization, sugarcane agroindustry.

1 | A INCORPORAÇÃO DO “NOVO”

A transição do século XIX para o século XX foi marcada sobremaneira no Brasil pelas tentativas de assimilação de novos conceitos e formas de expressão do “novo”, do “moderno”, atendendo às solicitações das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais estimuladas pela consolidação do capitalismo nas relações

sociais de produção. A incorporação da roupagem do “novo”, mesmo que por vezes só manifestada nos discursos, aparece nas tentativas de modernização do tradicional setor da agroindústria canavieira em Pernambuco no final do século XIX.

As raízes açucareiras na formação dos laços de identidades regionais estão fortemente arraigadas ao solo físico de Pernambuco e mental dos agentes sociais pernambucanos, especialmente da Zona da Mata, área destinada por excelência à produção açucareira desde o período colonial. A figura da usina está sempre presente no imaginário popular, na elaboração por mais simples que seja dos primeiros elos de ligação dos agentes históricos sediados nos municípios da Zona da Mata de Pernambuco. É através da usina que bem ou mal os trabalhadores locais ficam na expectativa de conquistar uma colocação no quadro restrito da oferta de empregos regional.

Unindo a área agrícola à industrial, a usina substituiu paulatinamente os antigos engenhos e mesmo os engenhos centrais construídos por volta da década de 1870 com subsídios governamentais na tentativa de aumentar a capacidade produtiva das unidades industriais e a qualidade do açúcar brasileiro exportado. Vale salientar as dificuldades encontradas na reprodução do capital açucareiro pelos empresários pernambucanos, principais exportadores de açúcar de cana a nível nacional na Primeira República. Além de o mercado externo estar saturado com a oferta do açúcar de beterraba europeu e do açúcar de cana de outros países produtores como Cuba, refletindo-se na queda de preços do produto, a aparelhagem dos velhos bangüês não atendia à exigente demanda do mercado externo no curso da Revolução Industrial europeia.

O projeto de modernização defendido pelo Estado Imperial como meio de criar novos laços de identificação do Brasil com os centros avançados do capitalismo e integrá-lo à nova conjuntura mundial de fins do século XIX, expressão pragmática da teoria positivista tão em voga na época, incluía medidas que estimulassem inversões de capital no progresso tecnológico das fábricas de açúcar, expoentes, ainda que ultrapassadas, das unidades produtoras da velha estrutura agroexportadora da economia nacional.

Modernizar para sobreviver. Este era o lema do Estado Imperial e dos fabricantes de açúcar de uma maneira geral. Contudo a forma pela qual esta modernização deveria ser efetuada adquiria formas distintas de acordo com o posicionamento assumido pelo Estado ou pela iniciativa privada. O Estado Imperial deu preferência à implantação dos engenhos centrais que ficariam encarregados de executar a moagem da cana dos fornecedores, não possuindo áreas agrícolas de sua propriedade. Isto resultou em um grave conflito entre fornecedores e proprietários dos engenhos centrais devido ao preço pago pela matéria-prima. Este conflito ocasionou a ociosidade de parte da capacidade produtiva dos engenhos centrais graças à irregularidade no fornecimento de cana. Outros problemas de ordem administrativa vieram a se somar a este entrave, dificultando o êxito do empreendimento.

Os proprietários dos antigos bangüês davam preferência ao financiamento direto para que cada empresário pudesse modernizar a aparelhagem dos seus engenhos de forma

a transformá-los em usinas. Estas tinham a vantagem de reunir a etapa agrícola à industrial em uma mesma unidade produtiva, e mais ainda, sob o controle dos antigos proprietários dos bangüês que, desta maneira, preservariam seu *status quo* face às transformações verificadas no trânsito para o século XX.

De 1875 até 1889, ano da Proclamação da República, foram implantadas 16 usinas e 3 meio aparelhos - engenhos bangüês que adotaram maquinaria mais moderna utilizando o vapor, o sistema à vácuo e as turbinas, mas com pequena capacidade produtiva. Só no ano de 1889 foram implantadas 5 das 16 usinas citadas, perfazendo o total de 31,25% no período, o que demonstra que a crise monárquica refletiu-se de forma favorável no crescimento do parque industrial pernambucano. Tal fato ratifica-se quando se constata que na Primeira República, entre 1890 e 1930, foram fundadas mais 70 usinas e 4 meio aparelhos¹. A Proclamação da República facilitou a obtenção de créditos por parte dos empresários pernambucanos que lograram pressionar mais eficazmente o governo estadual após a descentralização político-administrativa. Os governadores de Pernambuco assumiram a tutela da instalação de novas usinas atendendo às antigas reivindicações dos empresários pernambucanos mediante a concessão de empréstimos a juros de 7% ao ano, garantidos pelas hipotecas das terras e fábricas.

O Barão de Lucena no governo de Pernambuco concedeu pela lei de 15 de outubro de 1890 empréstimos de 200 contos em títulos estatais a 7% de juros anuais aos empresários para a instalação de usinas. O seu sucessor José Antônio Correia da Silva aumentou o subsídio para 250 contos e exigiu que as usinas suprissem pelo menos 50% da cana necessária. Mas foi o governo de Alexandre José Barbosa Lima que ficou conhecido pelo número e pelo valor das concessões feitas às unidades industriais:

De 1887 até abril de 1892, todos os antecessores de Barbosa Lima haviam dado apenas 2.190 contos por empréstimos à construção de usinas e Barbosa Lima em 16 meses fazia empréstimos no total de 13.950 contos.²

Os governadores que sucederam a Barbosa Lima suspenderam os empréstimos diretos mas continuaram a beneficiar os usineiros negociando as dívidas que muitos tinham para com o Estado. Esses empréstimos praticamente não foram ressarcidos, transformando-se em verdadeiras doações.

Muitas das usinas fundadas tiveram vida útil efêmera. Algumas foram anexadas às fábricas maiores e mais capitalizadas o que acentuou o processo de concentração fundiária em Pernambuco. Os engenhos vizinhos foram engolidos pela expansão das usinas e os demais foram transformados em fornecedores de cana, modificando a paisagem e o quadro social do setor açucareiro.

Esse processo de modernização resultou da crise enfrentada pelo setor ao longo do

1 ANDRADE, Manuel Correia de, **História das usinas de açúcar de Pernambuco**, Recife, Massangana, 1989, quadros I, II e III.

2 LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa, **O governo Barbosa Lima e a indústria açucareira de Pernambuco**, Anuário açucareiro, Rio de Janeiro, IAA, 1938, p.353-367.

século XIX e início do século XX.

2 I PERNAMBUCO E A CRISE DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO

A necessidade de modernização do setor sucro-alcooleiro no Brasil evidenciou-se a partir da primeira metade do século XIX. Considerando os dados referentes à participação do açúcar e do café nas exportações brasileiras, percebe-se que o açúcar ainda continuava a ser o principal produto na pauta de exportações nas primeiras décadas do século XIX. Na década de 1821/30, o açúcar representava 30,1% das exportações brasileiras enquanto o café alcançava 18,4%. A situação se inverteu na década seguinte, quando o café passou a 43,8% e o açúcar desceu para 24,0%. Este quadro agravou-se ainda mais no final do século XIX. Na década de 1881/90, marcada pela Abolição da Escravatura e pela Proclamação da República, o café alcançou 61,5%, enquanto o açúcar só atingiu 9,9% na pauta de exportações brasileiras³.

Esse processo de inversão de posições nas exportações brasileiras significou a transferência do pólo dinâmico da economia nacional do Norte para o Sul do país onde a cafeicultura prosperava, influenciando progressivamente a mudança da forma de reprodução do capital e das relações de produção locais. Na segunda metade do século XIX, já se pode observar uma nítida defasagem nos ritmos de crescimento das regiões Norte e Sul do país. Enquanto o Sul acelerava o seu processo de modernização, o Norte encontrava sérios entraves na reprodução do seu capital mercantil proveniente basicamente da agroindústria canavieira. Extremamente dependente das flutuações do mercado externo, uma vez que a maior parte do açúcar produzido nas províncias do Norte destinava-se àquele fim, a economia da região sofreu um sensível abalo com a emergência de novas fontes produtoras.

Isto se explica, basicamente, pela perda de mercado e pela queda de preços do açúcar que se constituíram nos principais problemas enfrentados pela indústria canavieira de Pernambuco no século XIX. Os problemas persistiram nas primeiras décadas do século XX. O preço do açúcar no mercado internacional que alcançara o valor de 398\$000 por tonelada em 1900, reduziu-se para 173\$000 no ano seguinte e para 139\$000 em 1902, variando muito nos anos posteriores. No Brasil, a média geral de preços de um saco de 60 kg de açúcar cristal desceu aproximadamente de 17\$332 (média mínima no período de 1898 a 1901) para 12\$000 em 1901. As exportações brasileiras de açúcar, que em 1901 ainda chegaram a 187.166 toneladas, caíram para 136.757 toneladas no ano seguinte, atingindo 7.861 toneladas em 1904, o menor total exportado naquela década⁴.

3 EISENBERG, Peter L., Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910), Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 31.

4 Ver Anuário açucareiro - 1935, Rio de Janeiro, Edição de Brasil açucareiro, p.235 e CARLI, Gileno de. O açúcar na formação econômica do Brasil, Rio de Janeiro, IAA, 1937, p.28.

3 | A DISPUTA PELO MERCADO INTERNO E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES REGIONAIS

As limitações impostas à venda do açúcar brasileiro no mercado externo deslocaram a comercialização da maior parte da produção para o mercado interno em expansão, espaço que poderia ser garantido por medidas protecionistas por parte do governo federal e dos próprios fabricantes. Estes últimos procuraram, através de organizações da categoria, estabilizar os preços no mercado interno, criando cartéis como a Coligação Açucareira de Pernambuco, criada a partir das discussões pertinentes à Conferência Açucareira do Recife de 1905. Esta coligação funcionou como cartel apoiado pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura, pela União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco e pela Sociedade Nacional de Agricultura, seguindo os parâmetros assumidos pelo capitalismo mundial a partir das últimas décadas do século XIX e foi ampliada com a adesão dos estados de Alagoas, da Bahia, de Sergipe e de São Paulo transformando-se na Coligação Açucareira do Brasil.

Tais associações tiveram curta duração. A Coligação Açucareira só funcionou nas safras de 1906 a 1908. Além de alguns estados não cumprirem suas cotas de exportação, os bangüezeiros de Pernambuco provocaram o desequilíbrio do mercado interno, colocando à venda grandes lotes de açúcar bruto a preço abaixo da tabela estabelecida. Desta maneira, acumularam-se os estoques nas mãos dos especuladores, fazendo declinar as cotações internas do produto.

O mercado interno tornara-se mais atrativo para a colocação do açúcar brasileiro, estando menos sujeito às oscilações conjunturais dos preços. Em 1901, 60% da produção nacional do açúcar ainda eram exportadas, mas em 1904, apenas 4% do total produzido foram dirigidos para o mercado internacional⁵.

O período que vai de 1901 a 1920 foi assinalado pelas tentativas de organização de cartéis e convênios açucareiros. Geralmente se lançava mão do sistema de *warrantagem*, criando-se uma associação de fabricantes que adquiria cotas mediante certa quantia em dinheiro para financiar a estocagem do produto na safra e sua colocação no mercado no período de entressafra, estratégia usada pela Cooperativa Açucareira de Pernambuco S. A. fundada em 1928.

A disputa pelo mercado interno acirrou as divergências regionais entre o Estado e os produtores gerando novas concepções de identidade regional. O Norte transformou-se no Nordeste, região escanteada do cenário político nacional pelo próprio ritmo diferenciado de acumulação de capital em relação ao Sudeste do país, não apenas em relação à reprodução do capital cafeeiro, mas também do capital açucareiro nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro que, além de estarem melhor aparelhados para o fabrico do açúcar, contavam com um mercado consumidor mais amplo e de maior poder aquisitivo.

5 WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Capital e propriedade fundiária e suas articulações na economia açucareira de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.51.

O discurso regionalista vai sendo forjado no bojo das transformações econômicas e sociais da Primeira República, aparecendo nitidamente nos pronunciamentos dos empresários pernambucanos e adquirindo conotações mais profundas no movimento regionalista liderado por Gilberto Freyre na década de 1920. Em 1878, no Congresso Agrícola do Recife, os empresários pernambucanos já clamavam contra a prioridade dada aos estados sulistas no rateio de verbas federais. “Lá na corte, todas as deferências; aqui, em Pernambuco, atiram-nos benefícios como se atiram ao chão rações a cães famintos e que há tempos ladram.”⁶

O embate regional adquiriu novos contornos com o aparecimento de grandes firmas comerciais no Sudeste na década de 1920, chamadas de “açambarcadores sulistas” pelos usineiros pernambucanos. Os usineiros proprietários do Diário da Manhã denunciavam, quanto à atuação da Cooperativa Açucareira de Pernambuco S. A., criada em 1928, que ela:

Representava a vida da principal classe produtora do estado, que se quer escravizar novamente aos Araújo Franco, aos Magalhães, aos Albuquerque, aos Matarazzos, à nata dos vampiros do trabalho nacional.⁷

O discurso regionalista serviu para fortalecer o projeto de organização dos segmentos sociais do setor açucareiro através de sindicatos e associações como o Centro dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, fundado em 1918, cuja razão social foi alterada para agregar os bangüezeiros ao corpo de associados em 1928. Este fato originou-se dos embates entre os usineiros, mais capitalizados, e os fornecedores e bangüezeiros que ainda sobreviveram a duras penas com seus engenhos tradicionais no jogo da livre concorrência.

No final da década de 1920, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP), fundada em 1872 e constituída basicamente por proprietários de engenho e de usinas de maior porte e por setores aliados ao comércio e às finanças da Praça do Recife, havia se esvaziado, não conseguindo mais exercer o papel para o qual havia sido criada na defesa da lavoura pernambucana. O processo de industrialização do setor açucareiro e a fragmentação social que a ele estava atrelada fomentaram o surgimento de interesses distintos no interior da associação, levando os fornecedores de cana a fundarem um órgão de classe específico em 1918. Uma década depois, os usineiros seguiram o mesmo caminho.

A Cooperativa Açucareira, criada em 1928, como medida de emergência para diminuir os males da crise, também reunira em seu interior frações diversas como usineiros, fornecedores de cana, bangüezeiros e políticos empenhados no controle da circulação do

6 EISENBERG, Peter L., Op. cit., p.160.

7 Diário da Manhã, A safra do açúcar e os especuladores do sul, Recife, 04 de novembro de 1928, p. 3 e Que pensa sobre a situação atual do comércio açucareiro de PE ?, Recife, 09 de novembro de 1928, p.1, apud BANDEIRA, Élcia de Torres, Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira, Orientador: Marc Jay Hoffnagel, Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE Pós-Graduação em História em 1989, mimeo, p. 113.

açúcar. No entanto os conflitos que emergiram ao longo do período de funcionamento da Cooperativa conscientizaram os usineiros da carência de uma entidade de classe específica para lutar pelo atendimento de suas reivindicações. Por este motivo, um grupo controlado por grandes e médios usineiros do estado fundou a **Associação dos Usineiros Fabricantes de Açúcar de Pernambuco** em 1928, primeira associação específica da categoria, porém a entidade foi dissolvida em janeiro de 1931, não sendo possível identificar os fatores que levaram a sua extinção devido à escassez de fontes sobre o assunto. Entretanto as evidências fazem crer que as dissidências internas tenham influenciado à dissolução da sociedade. Corroborar para esta suposição o fato de que poucos meses depois, ainda em 1931, um grupo de usineiros, composto em sua quase totalidade por empresários de grande e de médio porte, criou outra associação de classe: a **Sociedade dos Usineiros de Pernambuco** com a finalidade de defender seus interesses, fomentar o progresso tecnológico e solicitar financiamento dos poderes públicos, transformada em sindicato em 1932⁸.

Decorrência direta da divisão do trabalho e da concentração de capital na atividade açucareira, os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana tornaram-se um dos principais fatores que levaram os governos federal e estadual a assumirem uma nova postura face aos problemas da agroindústria canavieira no Brasil, especialmente em Pernambuco - maior produtor nacional até o início da década de 1930, quando estes conflitos chegaram a ameaçar a própria reprodução do capital açucareiro.

A crise de 1929 agravou ainda mais os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana. Os usineiros repassavam para os fornecedores os riscos da produção agrícola e o ônus das variações nas cotações do açúcar, na medida em que o pagamento da cana sofria o mesmo percentual de redução que se verificava na venda do açúcar.

Nas palavras de Gileno Dé Carli “uma verdadeira noite de agonia se alastrou pelos canaviais”. O preço da cana não cobria os custos de produção dos lavradores refletindo a acentuada queda de preço do açúcar na virada da década. A miséria atingiu os trabalhadores rurais, pois os salários baixaram a níveis insustentáveis e o desemprego aumentou sensivelmente. O preço médio de um saco de açúcar cristal de 60 kg chegou a 20\$560 no período de outubro de 1929 a março de 1930, recebendo o fornecedor independente a importância líquida de 10\$115 por tonelada de cana, quando o custo agrícola por tonelada produzida atingiu 18\$000. Para o fornecedor rendeiro a situação era ainda pior: receberia 8\$092 por tonelada de cana, perdendo 9\$908 e 10\$918 por tonelada caso pagasse respectivamente 20% ou 30% de renda⁹.

Após a Revolução de 1930, a situação agravou-se a tal ponto de gerar caravanas de protesto dos fornecedores, queima de canaviais, destruição de vias férreas com o intuito

8 BANDEIRA, Élcia de Torres, Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira, Orientador: Marc Jay Hoffnagel, Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE, Pós-Graduação em História em 1989, mimeo, p.122.

9 CARLI, Gileno de, O processo histórico da usina em Pernambuco, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1942, p. 50.

de pressionar usineiros e Estado a solucionarem os conflitos. O Estado assumiu o caráter corporativista tanto na esfera federal, com a posse de Vargas, como na estadual, com a interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti que procurou mediar os conflitos e escamotear as lutas de classe.

Diante da crise de superprodução e da queda de preços, as valorizações artificiais propostas pelos órgãos de classe não surtiram mais efeito, demandando uma intervenção planejada no setor sucro-alcooleiro, concretizada com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933.

Com relação aos conflitos internos da classe, o IAA não os eliminou: apenas estabeleceu certos limites que impediam a ruptura da ordem social vigente, que o acirramento desses conflitos poderia provocar. A mediação do governo federal retardou o processo de concentração de capital na agroindústria canavieira de Pernambuco sem, no entanto, bloqueá-lo. As pequenas usinas foram paulatinamente incorporadas pelas grandes e os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana persistem ainda atualmente.

A iniciativa privada perdera a exclusividade do controle da atividade produtiva, instrumento da sua dominação, passando a reparti-lo com o Estado, que determinava cotas de produção para cada unidade industrial depois da criação do IAA. O Estado brasileiro incorporou as diretrizes mestras do capitalismo mundial, amenizando a força seletiva da livre concorrência ao assumir o papel de mediador-interventor, planejando as formas de intervenção não apenas no setor da circulação como também no da produção de mercadorias.

Só posteriormente se tornou patente a extensão da nova política e o preço que o Nordeste teve que pagar por ela. Protegendo com subsídios governamentais a agroindústria canavieira da região, o IAA preservou as velhas estruturas de reprodução do capital e os altos custos de produção, o que resultou no estabelecimento da divisão regional do trabalho na atividade açucareira e no reforço à submissão econômica do Nordeste ao Sudeste do país. Estados como São Paulo e Rio de Janeiro puderam acelerar seu processo de concentração e acumulação de capital graças aos preços fixados pelo IAA, que tinham por base os elevados custos de produção do Nordeste. Desta forma, Pernambuco perdeu sua posição de destaque como maior produtor nacional de açúcar, consolidando antigos temores dos grandes e médios usineiros do estado.

4 | DISCURSO MODERNIZADOR E PRÁTICA ARCAICA

O discurso modernizador do setor açucareiro foi amplamente utilizado para angariar o favorecimento do poder público nos diversos congressos e conferências açucareiras realizadas entre 1901 e 1911.

Adotar o “novo”, o “moderno”, não era uma mera questão retórica; era, antes, uma necessidade premente para não se ver alijado na engrenagem capitalista da repartição

do bolo do mercado consumidor. Assim sendo, realizaram o 1º. Congresso Nacional de Agricultura em 1901 no Rio de Janeiro, e o segundo congresso em 1908 também no Rio de Janeiro, além das conferências açucareiras realizadas na Bahia em 1902, no Recife em 1905, no Rio de Janeiro em 1908, e em Campos em 1911.

Analisando o programa dos debates dos congressos e conferências, percebe-se a continuidade dos temas que aos poucos traçam e reforçam o perfil da política defendida pelos empresários para o setor açucareiro. As necessidades essenciais de aperfeiçoamento tecnológico, obtenção de crédito e de organização empresarial aparecem linearmente em todos os encontros, denotando os principais aspectos geradores das crises periódicas que afligiam o setor e as soluções abraçadas pelos segmentos sociais a ele vinculados.

Nesse contexto, destacaram-se os projetos relativos à introdução de aperfeiçoamentos tecnológicos na lavoura da cana e na indústria açucareira. Aconselhava-se à lavoura a seleção de variedades de cana mais resistentes e de sementes para o plantio, a adubação e a irrigação dos canaviais, a criação de escolas agrônomicas experimentais para estudar e ensinar os melhores métodos de cultivo e a utilização de arados e de instrumentos modernos para o trato do solo. No setor industrial, apontavam para a necessidade de adoção de turbinas, moendas de pressão pluralizadas, laboratórios, aparelhos sacarimétricos, balanças automáticas no intuito de serem transformados os bangüês em usinas.

Já na primeira década do século, aconselhavam também a utilização de parte da matéria-prima na fabricação de outros derivados como o álcool e do excesso de açúcar nas fábricas de doces, visando à valorização dos preços do açúcar no mercado interno.

Verificou-se, ao longo da Primeira República, que o processo de industrialização, defendido no discurso empresarial, foi progressivamente consolidando a posição privilegiada dos usineiros frente aos senhores de engenho impossibilitados de modernizarem suas fábricas, evidenciando a fragmentação da classe em relação direta com o processo de capitalização empresarial.

A modernização do setor sucro-alcooleiro na passagem dos velhos bangüês para a usina provocara a fragmentação da classe em usineiros de grande, médio e pequeno porte, fornecedores de cana e bangüezeiros. Estas frações apesar de estarem unidas quando se tratava da luta contra os trabalhadores, estavam, por vezes, separadas no que concernia aos seus interesses específicos como classe dominante; ainda assim, lograram perpetuar a exploração da classe trabalhadora, a qual também se fragmentou na passagem do século XIX para o século XX. Além dos trabalhadores de cana, surgiram os operários do açúcar dependentes das grandes fábricas - as usinas.

Porém é necessário considerar que a transição de mão-de-obra escrava para livre em Pernambuco não significou a passagem imediata para o trabalho assalariado de forma hegemônica. As relações não capitalistas de produção no campo, onde se encontravam moradores ou agregados entre outros, perduram por longo tempo e alguns de seus

indicadores podiam ser verificados na existência dos barracões e do pagamento em vales em diversas propriedades do interior do estado.

Os moradores viviam nas terras dos proprietários de engenhos sem nenhum direito a elas e nelas cultivavam culturas de subsistência, dependendo sempre da proteção dos senhores de engenho. Inicialmente quase não tinham maior significação para a atividade produtiva dos engenhos, até que teve início o processo gradual da Abolição da Escravatura, quando foram obrigados a trabalhar alguns dias de graça na cultura da cana nos engenhos em troca do uso da terra. Segundo Maria de Nazareth B. Wanderley, “a remuneração em salário era reservada aos trabalhadores temporários, grande parte dos rurais era recrutada fora da zona canavieira”¹⁰. Paulatinamente, os moradores foram sendo integrados de forma mais efetiva ao processo produtivo a partir da Abolição da Escravatura: parte do trabalho realizado era pago em dinheiro e parte da remuneração consistia na utilização de uma parcela da terra para suas culturas alimentares. Contudo a preservação da agricultura extensiva como meio de aumentar a produção de cana vai diminuindo a área dos sítios de subsistência, incrementando a miséria e a fome do trabalhador rural.

Com a expansão usineira, as terras vizinhas foram sendo incorporadas, os velhos engenhos anexados e os moradores expulsos, transformando-se em mão-de-obra de reserva. Os lavradores rendeiros são expulsos e os senhores de engenho, na sua grande maioria, são transformados em fornecedores de cana. Aos poucos, as relações assalariadas de produção atingem o campo. Na Primeira República, no setor fabril trabalham os operários do açúcar, mão-de-obra assalariada; no campo, os moradores que ainda resistem ou os rendeiros, plantadores de cana que arrendam a terra das usinas e a elas fornecem a matéria-prima que produzem, deduzindo-se o pagamento do aluguel da terra.

No caso dos moradores, o ônus das oscilações de preço recai com maior gravidade sobre eles, uma vez que são ampliados os dias de trabalho gratuito e reduzidos os salários quando os preços caem, diminuindo assim para o proprietário os custos da produção e ampliando a exploração sobre o trabalhador.

Vale salientar que o trabalho da cana é sazonal, provocando o desemprego de milhares de trabalhadores no período da entressafra. Esta abundância de mão-de-obra e a reduzida oferta de empregos refletem-se nos baixos salários pagos e nas tensões sociais agravadas pela manutenção do latifúndio e da monocultura.

Em uma pesquisa realizada no Centro Josué de Castro entre 1992 e 1993, coordenada pela socióloga Tereza Cristina Wanderley Correia de Araújo, constatou-se que em 92,28% do solo da Zona da Mata de Pernambuco cultivava-se cana-de-açúcar apesar dos fornecedores de cana alegarem que este percentual fora reduzido para 81,42%, o que não altera o quadro geral. Outro dado constatado nesta pesquisa foi que a cultura da cana envolvia cerca de 240.000 trabalhadores no período da safra, dos quais 25% são crianças e adolescentes entre 07 e 14 anos. Passada a safra, o contingente de trabalhadores diminuía

¹⁰ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Op. cit., p.37.

em mais de 50%¹¹.

O fato de um grande percentual de trabalhadores ser constituído por crianças e adolescentes ratifica a inexistência de oferta alternativa de empregos para os jovens que são forçados a seguirem os passos de seus pais por não terem outras oportunidades na vida desde a infância. O Estado tem assumido uma postura paternalista no período da entressafra, criando obras de emergência para amenizar o problema social, mas ainda não foi encontrada uma solução.

Na Primeira República, a inexistência de uma legislação trabalhista permitiu a exploração desmedida do trabalhador que sempre constituiu uma arma na barganha do empresariado do setor face ao Estado, como se pode constatar no memorial enviado pelo Centro dos Fornecedores e Plantadores de Cana de Pernambuco ao Presidente do Estado de Pernambuco em 18/11/1930:

Duas são as questões que, no momento, ferem a nossa sensibilidade: uma de interesse geral, como seja a obtenção de melhores preços para o açúcar produzido nesta fase anormal resultante da revolução e a outra peculiar aos fornecedores de cana, como seja a tabela de pagamento. A primeira não afeta somente os interesses dos usineiros e fornecedores, como também, a prosperidade do erário público, baseada no imposto ad-valorem sobre o açúcar, e a própria vida do operário rural, merecedor do mesmo carinho fraternal dispensado pelo governo aos operários das nossas empresas.

A segunda de ação mais limitada embora, não deixa também de atingir a classe operária. De que modo, poderemos, nós, fornecedores concorrer para melhorar a vida do operário se não nos é lícito esperar os altos preços de outras eras e se temos as nossas canas pagas com a mais flagrante injustiça? De que modo, se já não podemos sequer educar os nossos filhos e se estamos em risco de perder as nossas propriedades, batendo-nos na porta a mais lamentável miséria?¹²

No entanto cabe observar que, ao longo de toda a pesquisa realizada em vários jornais do estado de Pernambuco no período de 1926 a 1933, não foi encontrada qualquer referência à classe trabalhadora. Era como se através da elipse forçada nos meios de comunicação se quisesse desvalorizar ainda mais o papel de fundamental importância desempenhado pelos trabalhadores do açúcar, quer no campo, quer no setor industrial. Só lhes garantiam espaço para respaldar reivindicações do interesse do empresariado.

Quanto aos laços de identidade regional, bem analisou Celso Furtado referindo-se aos trabalhadores das plantações de cana do Nordeste:

Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um Município ou um Distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam agrupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma "propriedade", razão pela qual a

11 ARAÚJO, Teresa Cristina Wanderley Correia de (coord.), Trabalhadores invisíveis, Recife, Centro de Pesquisas Josué de Castro, mimeo, 1992/1993.

12 Diário da Manhã. Centro dos Fornecedores de Cana, Recife, 19/11/1930, p. 07, apud BANDEIRA, Élcia de Torres. Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira, Orientador: Marc Jay Hoffnagel, Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE, Pós-Graduação em História em 1989, mimeo, p. 175.

vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada¹³.

Realmente a figura do usineiro na Zona da Mata de Pernambuco assume o principal papel de formador dos frágeis laços de identidade nas áreas rurais. O clientelismo, as práticas assistencialistas paternalistas, a falta de outras opções de emprego alienam o trabalhador da sua verdadeira identidade como agente histórico transformador.

Percebe-se, então, que a incorporação do “novo”, do “moderno” apesar de ter produzido algumas mudanças nas relações de produção e no progresso das forças produtivas teve maior repercussão no discurso liberal do que na prática, que continuou arcaica quanto à preservação de alguns elementos chaves da produção e da exploração que se reproduzem nos dias de hoje: o latifúndio, a monocultura e a desvalorização do trabalhador como instrumentos de dominação. Os laços de identidade tornam-se difusos diante da força pragmática da realidade opressiva das usinas sobre os operários e trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de, **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife, Massangana, 1989.

ANUÁRIO AÇUCAREIRO – 1935. Rio de Janeiro, Edição de Brasil açucareiro.

ARAÚJO, Teresa Cristina Wanderley Correia de (coord.), **Trabalhadores invisíveis**. Recife, Centro de Pesquisas Josué de Castro, mimeo, 1992/1993.

BANDEIRA, Élcia de Torres, **Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira**. Orientador: Marc Jay Hoffnagel. Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE, Pós-Graduação em História em 1989.

CARLI, Gileno de. **O açúcar na formação econômica do Brasil**, Rio de Janeiro, IAA, 1937.

_____. **O processo histórico da usina em Pernambuco**, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1942.

EISENBERG, Peter L., **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FURTADO, Celso, **Dialética do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa, O governo Barbosa Lima e a indústria açucareira de Pernambuco, **Anuário açucareiro**, Rio de Janeiro, IAA, 1938.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, **Capital e propriedade fundiária e suas articulações na economia açucareira de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

¹³ FURTADO, Celso, *Dialética do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, p.141.

O PROFISSIONAL DIGITAL, UMA NECESSIDADE DO NOVO MODELO DE ECONOMIA: COMO SUPERAR ESSE GAP?

Data de aceite: 02/05/2022

Antônio Cardoso da Silva

Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Rondônia, Pós-graduado em gestão de pessoas e psicologia organizacional, na Faculdade Católica de Rondônia, Pós-graduado em Perícia Judicial e Extra Judicial, Faculdade Unyleya, Brasília - DF e Mestrando em tecnologias Emergentes na Must, Flórida, USA

RESUMO: Na década de 1990 tem início o processo revolucionário para o modelo de relação trabalhista vigente até aquele momento, trata-se do início da automação comercial. Esta narrativa é fruto de observação empírica, mesmo não tendo naquela época o interesse da pesquisa. Observei este fato, por que naquela época trabalhei como prestador de serviço na área de segurança privada em uma instituição bancária estatal. Este trabalho tem como objetivo compreender o relatório da Fundação Brava, com apoio da *BrasilLAB*, produzido em 2019, o qual visa propor ações estratégicas, para empresas e o governo brasileiro implantar programas de formações de profissional digital, tendo como referência o Benchmarks de sucesso na Ásia, Europa e Estados Unidos da América. A metodologia adotada para este texto foi à análise do relatório e matéria online, entrevista e Live no site *exame.com* e *valor econômico.globo.br*, onde busco compreender as propostas dos Governos e empresas internacionais cujo objetivo foi investir na formação dos profissionais

digitais, visando superar o *Gap* existente. Para melhor compreensão do contexto externo e interno estruturamos o texto em quatro partes: I) Introdução; II) Desenvolvimento; III) Resultado da Análise e; IV) considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE: Profissional. Digital. Necessidade. Modelo. Economia. *Gap*.

ABSTRACT: In the 1990s, the revolutionary process for the model of labor relations in force until that moment began, it was commercial automation. This narrative is the result of empirical observation, even though it was not the research interest at that time. I noticed this fact, because at that time I worked as a service provider in the area of private security in a state banking institution. This work aims to understand the Brava Foundation report, with support from *BrasilLAB*, produced in 2019, which aims to propose strategic actions for companies and the Brazilian government to implement digital professional training programs, having as reference the Benchmarks of success in Asia, Europe and the United States of America. The methodology adopted for this text was the analysis of the report and article online, interview and Live on the website *exam.com* and *economic value.globo.br*, where I seek to understand the proposals of Governments and international companies whose objective was to invest in the training of digital professionals, aiming to overcome the existing gap. For a better understanding of the external and internal context, we structured the text in four parts: I) Introduction; II) Development; III) Analysis Result and; IV) final considerations.

KEYWORDS: Professional. Digital. Necessity.

1 | INTRODUÇÃO

Na década de 1990 tem início o processo revolucionário para o modelo de relação trabalhista vigente até aquele momento, trata-se do início da automação comercial. Esta narrativa é fruto de observação empírica, mesmo não tendo naquela época o interesse da pesquisa. Observei este fato, por que naquela época por que trabalhei como prestador de serviço na área de segurança privada em uma instituição bancária estatal. O gerente chegava às oito horas, sobre sua mesa estava uma pilha de papel A4 – relatório produzido pelo digitador, que havia trabalhado das 15 às 23h30 ou até fechar todos os lançamentos financeiros do dia. O trabalho daquele gerente se desenvolvia em três etapas, contatos telefônicos, elaboração do relatório e envio via fax como veremos a seguir.

De posse daquele calhamaço de papel, o gerente pegava o telefone (fixo discagem a disco) e iniciava o contato com todos os clientes, quer estivesse com saldos negativos ou positivos. Finalizado essa etapa, entre as 14 e 14h30, com a agência fechada, iniciava outra etapa do trabalho, elaborar o relatório datilografado em uma Olivetti 98 mecânica, a terceira e última etapa, era enviar o relatório via fax para a Superintendência em Brasília. Minha jornada de trabalho encerra às 19h, a dele continuava. Nessa mesma época, iniciava-se o processo de automação bancária e com ela surge à necessidade em reduzir o quantitativo de funcionário, os bancos privados demitiam em larga escala, os estatais e de economia mista implantaram o plano de demissão voluntária – PDV, muitos funcionários de imediatos aceitaram, outros resistiam juntamente com o Sindicato da categoria, mas em vão. A automação aconteceu e as demissões também independentes do movimento contra feito pelos Sindicatos, Federações e Confederações, instituição representativas dos trabalhadores em instituições bancárias. Em síntese o desejo do Governo e das grandes empresas sempre irá prevalecer, quando se tratar de implantar as mudanças, impulsionadas pelas demandas e avanços tecnológicos.

Este trabalho tem como objetivo compreender em síntese o relatório da Fundação Brava, com apoio da *BrasilLAB*, produzido em 2019, o qual visa propor ações estratégicas, para empresas e o governo brasileiro implantar programas de formações de profissional digital, tendo como referência os *Benchmarks* de sucesso na Ásia, Europa e da América do Norte Estados Unidos, em particular. A metodologia adotada para este texto foi à análise do relatório produzido pela Fundação e mais a coleta de dados online (entrevistas) e Live no site exame.com e valor.economico.globo.br onde, busco compreender as propostas dos Governos e empresas internacionais cujo objetivo foi investir na formação dos profissionais digitais, visando superar o *Gap* existente. Para melhor compreensão do contexto externo e interno, o texto foi estruturado em quatro partes: I) Introdução; II) Desenvolvimento; III) Resultado da Análise e; IV) considerações finais.

A título de explicação, uma breve nota sobre quem é a Fundação Brava. Segundo Ramos *et al* (2019, p.3): “A BRAVA é uma fundação sem fins lucrativos, que desenvolve e apoia projetos e iniciativas inovadoras e de impacto, para contribuir com o desenvolvimento do Brasil, transformando-o em uma referência global em inovação”. Após esta breve explanação histórica, das mudanças sociais nas relações trabalhistas, bem como um pouco sobre a Fundação Brava. Passaremos aos detalhes das propostas pensadas para formação de profissionais digitais para esta primeira parte do Século XXI. A fundação elaborou o Relatório em quatro partes:

- I. Introdução;
- II. Diagnóstico;
- III. Impacto e;
- IV. Conclusão.

Assim, na introdução, o relatório aponta que: “O potencial gerado pelo uso de tecnologias digitais é cada vez maior, gerando impactos como redução de custos aumento de eficiência, maior conformidade, maior qualidade, entre outros” (Ramos *et al*, p.4). Na parte do diagnóstico os autores enfatizam as quatro etapas e seus valores na busca do equilíbrio entre demanda e ofertas. “Apesar da separação das iniciativas nas etapas da cadeia de valor, todas as táticas encontradas e utilizadas por governos que buscam aumentar o equilíbrio entre oferta e demanda de profissionais digitais visam desenvolver internamente ou atrair os perfis de outros países. Portanto, para maior simplicidade e facilidade no entendimento, o estudo seguirá com a divisão de estratégias nestas duas perspectivas” (p.12). Nas questões envolvendo os impactos, apresentam a educação como forma de superar o Gap. “Para superar o gap de profissionais digitais, os ambientes de formação: (I) educação inicial e (II) especialização e atualização, podem ser fomentados através de um esforço combinado entre diferentes atores da sociedade” (p.23). Ao concluir os autores sugerem: “Através deste estudo é possível avaliar a magnitude da lacuna de profissionais digitais existente no Brasil e assim identificar oportunidades de melhoria no sistema de formação destes perfis. Por fim, é importante que o governo se atente para ter uma estratégia nacional de inovação robusta, com iniciativas voltadas para as principais fontes de vantagem competitiva e definindo não só iniciativas nacionais pontuais, como também iniciativas de diferenciação internacional, consolidando centros de inovação digital e aumentando sua relevância no tema” (p.36).

2 | DESENVOLVIMENTO

Na introdução os autores iniciam o texto com uma indagação. “Quem são os profissionais digitais”? O relatório propõe algumas estratégias com vista à implantação de formações para profissionais digitais, mas sem pretender ser uma guia, das ações tanto no

âmbito privado, quanto público, segundo Ramos *et al* (2019, p.4): “Este não é um relatório guia de implementação de estratégias em governos, tampouco um plano detalhado de fomento à formação ou capacitação de profissionais. O relatório visa aumentar a conscientização sobre lacunas existentes e possíveis estratégias aliadas à transformação digital de um país. Para tal, apresenta mudanças significativas feitas em diversos países, em que estratégias foram bem sucedidas no processo de aumento de oferta de perfis profissionais. O estudo também realiza um diagnóstico do cenário brasileiro e aproxima os benchmarks da sua realidade, fomentando diretrizes e possíveis aplicações no Brasil com base no seu potencial de impacto”.

No que tange ao êxito ou fracasso das ações, isso pode ser relacionado ao ambiente cultural de cada instituição. Os autores citam os prováveis obstáculos, tais como: Liderança e governança, *Design* organizacional, RH e profissionais, Cultura e gestão da mudança. Em relação ao Brasil, Ramos *et al* (2019, p.5-6) “Este estudo aborda o obstáculo referente à RH e profissionais e tenta entender como o governo brasileiro pode fomentar um ecossistema de profissionais digitais em grande escala. O tema é de grande relevância e é uma das chaves para o desenvolvimento digital do Brasil, seja para organizações privadas ou órgãos públicos”. Nesse contexto novas habilidades são requisitadas, como as *soft skills*. Segundo Victor Sena (2021, p.2), em entrevista ao site da *exame.com/carreira*. “No caso das *skills* técnicas, um levantamento da Degreed mostra que as mais buscadas em engenheiros de software com domínio de Java, Python e programação. No entanto, elas não são suficientes”. Não basta conhecer e dominar as tecnologias é preciso ser mais, mais no sentido de ter empatia e saber lidar com fator humano, de novo o autor, “Significa saber se colocar no lugar do outro”.

Ainda, a “empatia é importante em vários momentos da carreira, seja para entender os motivos que levam um determinado colega a ter dificuldades no ambiente de trabalho, solucionar conflitos ou resolver um problema do cliente”. Ainda no campo da empatia, Silvio Parciello vice-presidente de recursos humanos para a Ericsson no Cone Sul da América Latina, em Live no dia 16/09/2021 ao site do valor econômico.com. globo. br, destaca essa simples ação, que pode fazer a diferença. Segundo Parciello (2021, p.2) “Um telefonema do chefe para saber como o funcionário está é uma ação simples que funciona. Segundo Paciello esse é uma das práticas, sobre uma das estratégias da multinacional sueca a fim de garantir mais empatia entre chefias e liderados”. Ações simples, prática e postura de liderança são eficazes para o trabalho em equipe e destaca três, de novo o autor: “colaborativa, dinâmica e inspiradora”, enfatiza o autor!

No caso brasileiro, o que está em questão segundo o estudo não especificamente o perfil de profissional digital e sim uma questão de visão do futuro. De novo os autores: “O perfil de profissional digital demandado hoje não está relacionado a uma graduação, curso, área ou especialidade, muito menos a um perfil jovem”. O que melhor o define é um perfil com mentalidade ágil e flexível. “O importante não é conhecer toda a tecnologia,

mas entender a cultura e modo diferente de trabalho que vieram (ou virão) com ela”. Se dentre os qualificativos exigidos para o profissional digital, o fator chave será “entender a cultura” organizacional, uma indagação se faz necessária: como entender qual o perfil do profissional digital? A resposta será: “Para entender quais perfis de profissionais serão necessários para uma organização manter-se no caminho digital, primeiro deve-se olhar as funções que são exercidas dentro das organizações e seus respectivos objetivos”.

Ainda segundo os autores “seis áreas” que os profissionais digitais estão envolvidos, as quais produzem os maiores impactos, são elas: “*Advanced Analytics*; Indústria 4.0; Desenvolvimento digital; Novas formas de trabalhar; Marketing digital e; Negócio digital” Ramos *et al* (2019, p.6-7). Ao pensar em uma estratégia, para formação de profissional digital, se faz necessário avaliar o custo benefícios entre a contratação no mercado e a capacitação dos funcionários da organização, pode ser uma via de mão dupla, qual é estratégia mais adequada? Segundo Ramos *et al* (2019, p.10): “Ter profissionais digitais representa um fator crítico para materializar uma transformação digital. Para isso, é preciso capacitar os funcionários existentes na organização ou contratar profissionais com esse perfil. O profissional de TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) ainda é o profissional mais demandado, pois há uma crença, na maior parte das organizações, de que para que a transformação digital ocorra, ela deve partir da área de tecnologia da informação. Isso não necessariamente é uma verdade absoluta”.

Mesmo não sendo uma “verdade absoluta” quais seriam as consequências em caso de se ignorar essa possibilidade de que as transformações ocorram ou não da área de tecnologia da informação – TIC? Para os autores poderia acontecer uma “escassez” do profissional digital. Segundo Ramos *et al* (2019, p.10) “Muitos países sofrem ou já sofreram com a escassez deste tipo de profissional que cada vez vem sendo mais demandado na economia mundial, seja por organizações privadas ou até mesmo por órgãos públicos que estão em busca de se transformar digitalmente”. Ainda segundo os autores, o estudo foi desenvolvido em 14 países Asiáticos, América do Norte, América do Sul e Europeus a seguir veremos os casos *Benchmarks* bem sucedidos naqueles países. Os países asiáticos são: China, Coreia do Sul, Japão e Cingapura. Na América do Norte, Estados Unidos e Canadá. Na Europa, Alemanha, Austrália, França, Holanda, Reino Unido, Irlanda, Itália. Na América do Sul, o Chile foi o país estudado e com caso de *Benchmarks* de sucesso. Os resultados dos *Benchmarks* serão apresentados a seguir.

3 | RESULTADO DA ANÁLISE

A análise apresenta programas com ações estratégicas, com valores orçamentários e parcerias com a iniciativa privada, o texto é uma transcrição dos autores, em que pese uma extensa citação esse foi o modo adotado para manter a fidelidade do relatório. Segundo Ramos *et al* (2019, p. 14-16) transcrevo na íntegra, os *Benchmarks* implantados

por governos em parceria com a iniciativa privada:

- *China Three-Year Action Plan for Promoting the Development of a New Generation of Artificial Intelligence Industry (2018-2020)* - Plano de 3 anos do governo para investimentos em inteligência artificial que prevê 4 frentes: (I) foco no desenvolvimento de veículos inteligentes e conectados em rede, robôs de serviço, etc.; (II) foco no desenvolvimento de sistemas e sensores inteligentes; (III) foco na exploração da IA na indústria; e (IV) foco na criação de uma plataforma de suporte de TI, reunindo 70.000 empresas pelo Ministério.
- *Alemanha - Oxford/ Berlin Partnership* – Parceria de pesquisa entre as universidades de Oxford e de Berlin baseadas em uma abordagem ascendente, focada na colaboração em pesquisa, no uso compartilhado de informação e no incentivo ao intercâmbio de pesquisadores. Especificamente para área de TI, a parceria promoverá plataformas para robótica, inteligência artificial, imagem, biologia molecular e manipulação de grande volume de dados.
- *Holanda - Geef IT Door – “Passe TI avante”* é um programa criado para atrair jovens interessados em estudar e trabalhar em tecnologias da informação e comunicação por meio de palestras ministradas por profissionais dessas áreas em escolas de ensino médio, abordando alguns temas como *cibersegurança*, programação, *big data* e confidencialidade.
- *Reino Unido - AI Sector Deal* - Introdução de um esquema nacional de treinamento, com foco nas habilidades digitais. Foi destinado um investimento de £406 milhões em educação digital, técnica e matemática com o intuito de abordar a escassez de talentos nessas áreas. “Outro objetivo era o de criar 200 bolsas de doutorado adicionais em IA até 2020/2021”.
- *Austrália - Entrepreneurs’ Program* – É a principal iniciativa do governo australiano para estimular a produtividade e competitividade dos negócios. O programa é estruturado em torno de quatro elementos: (I) acelerar a comercialização; (II) gestão de negócios; (III) suporte para incubadoras; (IV) conexão de inovações. O apoio dado às empresas inclui aconselhamento de profissionais com experiência relevante, oportunidades de colaboração e conexão, subvenções para comercializar novos produtos e serviços e financiamento para aproveitar oportunidades de crescimento e melhoria..
- *Coreia do Sul - Innovative Growth Youth Talent Concentration Training Program* – O programa visa enfrentar o aumento do desemprego juvenil. A ideia é preencher as lacunas de competências exigidas pelo mercado digital por meio de projetos focados em educação de software. O programa também busca atualizar profissionais de TIC em tecnologias críticas à 4a revolução industrial. Em 2018, o orçamento estimado foi de 240 bilhões de won (superior a R\$ 827 milhões).
- *Canada - Pan-Canadian Artificial Intelligence Strategy* – Estratégia do governo com orçamento destinado de US\$ 125 milhões em 5 anos com 4 objetivos: (I) aumentar o número de pesquisadores e graduados; (II) estabelecer centros de

excelência científica; (III) desenvolver liderança global em termos econômicos, implicações éticas, políticas e legais em torno do avanço das tecnologias de IA (inteligência artificial); (IV) apoiar a comunidade nacional de pesquisa.

- Cingapura - *TechSkills Accelerator* – O programa é uma iniciativa do governo em parceria com a indústria e o Congresso da União Nacional do Comércio (NTUC) para preparar a força de trabalho para uma economia em crescente digitalização. São oferecidos serviços de carreira integrados para aconselhar e apoiar profissionais, treinamentos para aquisição e validação de competências além de um framework de referência de competências que pode ser usado tanto por empregadores como por colaboradores.
- Irlanda - *Training grants* - Subvenções concedidas pela Autoridade de Desenvolvimento Industrial (para investimentos diretos estrangeiros) e pela *Enterprise Ireland* (para empresas nacionais): (I) Prêmio máximo global de € 2M, (II) Taxa de concessão de até 50% dos custos de treinamento e 20% para tecnologia treinamento (é permitido combinar os dois). A ideia é aumentar investimento em tecnologias digitais no país, aumentando o conhecimento de digital nacionalmente e estimulando a formação no setor.
- Itália - *Tax credit for Industry 4.0 plan* - Crédito fiscal de 40% com um limite máximo de €300.000 para treinamento de funcionários dentro do programa de desenvolvimento de tecnologias para a Indústria 4.0 em áreas como *big data*, análise de dados, computação em nuvem, cibersegurança e robótica.
- França - *La French Tech* - Com o objetivo de reforçar a posição internacional das startups francesas e tornar o país uma república digital, esse programa, apoiado pelo governo, começou com o intuito de favorecer a implementação de incubadoras de empresas em várias cidades. Depois da certificação de 9 centros de tecnologia franceses estimulando um ecossistema de startups, o programa expandiu suas iniciativas para moldar sua dimensão internacional baseado em 3 pilares: (I) desenvolvimento de polos de tecnologia francesa nas maiores regiões de inovação do mundo, (II) lançamento da plataforma francesa de atratividade internacional de tecnologia, (III) um pacote de boas-vindas a empreendedores estrangeiros interessados em criar startups na França (*French Tech Ticket*).
- Japão - *Start-up Visa* - Visto disponível em algumas cidades como *Tokyo*, *Fukuoka* e *Aichi* para empreendedores que queiram abrir um novo negócio. É preciso submeter o plano de negócios ao governo local que pode aprovar a permanência do país por 6 meses com possibilidade de renovação uma vez. A iniciativa atrai profissionais estrangeiros e estimula a abertura de empresas.
- Estados Unidos - *H1B Visa* - Permissão para contratar trabalhadores estrangeiros de nível superior em ocupações especializadas que exigem conhecimentos teóricos ou técnicos específicos em algumas áreas como TI. Existe ainda outra categoria de visto (O1) que enquadra pessoas com habilidades ou conquistas extraordinárias.

- Chile - *Hub* de inovação - O governo do Chile estava preocupado com a alta dependência do país de commodities então decidiu transformar o país em um *hub* de inovação referência, atrair startups e estimular o crescimento de longo prazo. Houve designação de um órgão público específico para inovação, lançamento de uma aceleradora de startups e investimento de aproximadamente \$40 mil em startups que se estabelecessem no local e se engajassem com estudantes e a comunidade de negócios. A iniciativa resultou no surgimento de um ambiente empreendedor. Entre 2010 e 2015, 1200 startups e 3000 empreendedores do mundo entraram no Startup Chile, criou-se mais de \$135 milhões em investimentos e 1500 empregos a partir disto e o retorno foi de 6 vezes o capital inicial investido pelo governo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando olhamos o passado não muito distante, podemos compreender o quanto somos capazes de mudar nossas ações, bem como o curso da história das sociedades e suas relações, a qual nós pertencemos direta ou indiretamente. Até 1992, as relações sociais na área trabalhista eram vistas como uma relação que o Sociólogo frango-germanos Émile Durkheim classificaria como as existentes na “solidariedade mecânica e solidariedade orgânica”, termo usado para justificar a mudança das relações sociais, termo este, que tomo por empréstimo, para referenciar a evolução social do passado, quando comparada com as relações sociais da atualidade. Na “solidariedade mecânica”, os processos de trabalhos contínuos, o artesão iniciava e terminava sua produção. Na “solidariedade orgânica”, o processo muda e assim sofre uma fragmentação. Por exemplo, um carpinteiro, produz a mesa ou a cadeira com ajuda de outros integrantes: um constrói o assento, outro, constrói as pernas e assim por diante.

Na década de 1990, as relações de trabalho nas instituições governamentais e empresas privadas eram regidas pela legislação vigente, naquela época, criada no governo de Getúlio Vargas, as conhecidas Consolidações das Leis Trabalhistas - CLT de 1934. A evolução chegou! É verdade que excluiu e marginalizou muitos trabalhadores, principalmente aqueles sem qualificação profissional, o emprego formal e em alguns casos empregos informal de centenas de trabalhadores, principalmente os “trabalhadores braçais”, que atuavam no corte de cana de açúcar e outras atividades na área rural. Mas como o ser humano tem uma enorme capacidade de se adaptar as situações por mais adversas que sejam, sobrevivemos a tais mudanças, em que pese às dificuldades existentes. Com a evolução tecnológica, surge à necessidade para se formar um novo profissional, o profissional digital com visão holística, muito diferente de um profissional de TI, que se concentra na sua área específica.

Cientes de tal escassez e urgência em suprir essas demandas, governos e empresas do mundo Asiático, Europeu, Norte Americano e América do Sul, implantaram

seus *Benchmarks*, como os descritos acima, com orçamentos próprios ou em parceiras, cujo objetivo é fomentar e disseminar a formação do profissional digital e assim, conseguir manter-se em condição de competição nos mercados globais. Ante o exposto, pode-se deduzir que se trata de uma tendência a ser executado a médio e longo em longo prazo. Assim, não se pode alegar falta de iniciativa. As ações estão acontecendo mundo a fora. A pandemia pode ser outro fator decisivo para consolidar os processos de *Benchmarks*, com a chegada das tecnologias digitais de informação e comunicação, trabalho remoto, ensino híbrido. Ao manter esse ritmo, bem como os prazos de formação do profissional digital, os prognósticos demonstra ser favoráveis e assim, será possível responder de modo afirmativo a indagação feita no subtítulo deste trabalho, como superar esse *Gap*? Ou poderá acontecer outra evolução antes que seja concluída essa etapa da indústria 4.0? O que esperar do dia seguinte? O processo não está encerrado.

REFERÊNCIAS

Ramos, A. (2019). Como o Brasil pode ampliar o Ecossistema de profissionais digitais? <https://profissionaisdigitais.brazillab.org.br/acesso> em 15 de setembro de 2021.

Sena, V. Conheça as *soft skills* que fazem diferença na carreira de tecnologia. Disponível em: <https://exame.com/carreira/conheca-as-soft-skills-que-fazem-diferenca-na-carreira-de-tecnologia/>, acesso em 19/09/2021.

Parciello, S. Liderança deve atuar para reduzir a ansiedade. Disponível em: <https://valor.globo.com/carreira/noticia/2021/09/16/lideranca-deve-atuar-para-reduzir-a-ansiedade.ghtml>, acesso em 19/09/2021.

ONGS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CECOR NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 08/04/2022

Maria Clotilde Meirelles Ribeiro

Universidade Federal do Vale de São Francisco
(UNIVASF)

Petrolina - Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/8170006685313309>

Rita de Cássia Mendes dos Santos Menezes

Centro de Ensino Superior do Vale do São
Francisco (CESVASF)

Belém do São Francisco - Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/9008034080992523>

RESUMO: O paper tem cunho exploratório e busca entender aspectos da implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) conduzida pela organização não governamental (ONG) denominada CECOR, no município de Serra Talhada/PE. Com abordagem qualitativa, realiza entrevistas diretas não estruturadas junto a três informantes qualificados, conhecedores do contexto tanto externo, quanto da própria organização. Fundamentado em autores contemporâneos da literatura que compõem o marco teórico, o estudo aponta os principais elementos constituintes e as preocupações centrais da gestão das políticas públicas, destacando o papel das ONGs no suporte à condução dessa implementação. Traz à baila a polêmica atual sobre a agroecologia, frente à agricultura moderna, fundamentada na ciência e tecnologia, e, por fim, discute os

achados encontrados na pesquisa. Aqui se aborda o estágio da implantação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e as problemáticas enfrentadas pela CECOR, bem como suas perspectivas locais futuras, além dos possíveis benefícios dela advindos, na percepção dos entrevistados. Os resultados denotam uma gestão incipiente da implantação do plano em foco, com participantes ideologizados na perspectiva de terem na agroecologia a solução para a segurança alimentar planetária e os problemas advindos da agricultura moderna.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública de Agroecologia; Terceiro Setor; PLANAPO; PNAPO; região Nordeste.

NGOS AND PUBLIC POLICIES: AN EXPLORATORY STUDY ON CECOR'S EXPERIENCE IN THE IMPLEMENTATION OF THE AGROECOLOGY POLICY IN THE MUNICIPALITY OF SERRA TALHADA

ABSTRACT: The study brings an exploratory study that seeks to understand aspects of the implementation of the Brazilian agroecology public policy of and organic production (PNAPO) conducted by the non-governmental organization (NGO) called CECOR in Serra Talhada, municipality of Pernambuco, northeast region of Brazil. With a qualitative approach, it conducts direct unstructured interviews with three qualified informants who are familiar with the external context and the organization itself. Based on contemporary authors of the literature that make up the theoretical framework adopted by the

study, it points out the main constituent elements and the central concerns of the management of agroecology public policies, highlighting the role of NGOs in supporting these processes. It brings to light the current debate on agroecology, toward the the modern agriculture, based on science and technology, and discusses the findings from the research. It includes, firstly, the understanding of the agroecology in the interviewees’s point of view, the current stage of the implementation of the National Plan for Agroecology and Organic Production (PLANAPO) and the problems faced by it in the target municipality, as well as its future local perspectives, and the possible benefits derived from it in the interviewees’ focused, with participants ideologized in the perspective of having in agroecology the solution for global food security and problems arising from modern agriculture.

KEYWORDS: Agroecology Public Policy;Third sector; PLANAPO; PNAPO; Brazilian Northeast region.

1 | INTRODUÇÃO

O termo política pública é definido de múltiplas formas, mas ainda que sob diferentes retóricas, abrange sempre a tripla vertente de “o que fazer”, “como fazer”, e, principalmente, “aonde chegar”, pois é nesse último eixo que se apoiarão os dois anteriores, visto que só se pensa em fazer algo e de que forma fazer, se há um interesse específico a se alcançar com essa ação. A impossibilidade do Estado, porém, prover soluções para as tantas problemáticas sociais, por meio da concepção e implantação de políticas públicas, deixa lacunas de grande envergadura e leva ao crescimento de iniciativas surgidas do seio da sociedade civil voltadas ao interesse público. Estas compõem o chamado “terceiro setor”, cujas estruturas passaram a ser denominadas, pela Organização das Nações Unidas (ONU), de organizações não governamentais, ou ONG’s, referindo-se a toda organização da sociedade civil sem vínculo com governos.

Esse trabalho objetivou explorar aspectos atuais da implantação do PLANAPO no município de Serra Talhada, conduzida pelo Centro de Educação Comunitário Rural (CECOR). A CECOR é uma ONG voltada à agricultura familiar e fundada em 1992 por um grupo de agricultores familiares e lideranças sindicais do Sertão de Pernambuco. O PLANAPO é um dos principais instrumentos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), lançada pelo governo brasileiro em 2012, com a edição do Decreto 7.794, de 20 de agosto daquele ano.

De natureza indutiva e abordagem qualitativa, a pesquisa de cunho exploratório realizou entrevistas não estruturadas junto a três informantes qualificados, buscando entender a percepção dos atores na implantação do PLANAPO em Serra Talhada, quanto aos seguintes aspectos: o conceito de agroecologia frente à agricultura moderna; o estágio da implantação do PLANAPO; e as perspectivas futuras de melhorias, tanto para renda do produtor, quanto para as questões ambientais e humanas em geral.

O marco teórico da pesquisa adotou autores contemporâneos de prestígio nacional

(PALUDO 2016; PEDROSO, 2017; BAIARDI, 2018; CANUTO, 2011) nos focos de políticas públicas, terceiro setor e agroecologia. No caso dessa última temática, visto o interesse no enriquecimento do estudo e o polêmico debate sobre a mesma, foram selecionados autores que defendam posições antagônicas frente à questão.

O texto se desenvolve em quatro tópicos, além dessa introdução. Os dois primeiros trazem uma breve revisão de literatura sobre os conceitos centrais e o terceiro discute os resultados das entrevistas, com considerações dos autores frente aos achados obtidos. Como toda pesquisa exploratória, esta tem limitações e não pretende trazer generalizações, porém abre espaço para muitos estudos futuros que aprofundem a temática.

2 I POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

A compreensão da temática de políticas públicas pode decorrer de distintas abordagens, desde aquela de caráter estadocêntrica, passando por um enfoque de cunho elitista, oposto à primeira, visto que aqui se considera que a elite deve se sobressair à massa, simplesmente porque possui a capacidade de fazer coalizões e influenciar decisão da cúpula, até uma abordagem de essência pluralista, e mesmo de base multicêntrica. Em qualquer uma dessas formas de conceber o termo, toda política pública abará sempre processos, decisões e ações para alocação de recursos, além de atores distintos e esforços envidados pelo governo no interesse de promover mudanças em uma determinada realidade. No rol de intentos inclui-se a promoção do desenvolvimento, o atendimento de a necessidades públicas e a efetivação dos direitos da sociedade. O ciclo das políticas públicas explica como ela é concebida, escolhida, executada e avaliada. Para Rodrigues (2010), o modelo de ciclos dessas políticas pode ser visto como dividindo-as em etapas, desde a preparação da decisão política, da agenda *setting*, a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação dos resultados. A etapa de implementação/execução coloca em prática a política pública, onde se inclui o planejamento e a organização do aparelho administrativo, além dos recursos que serão utilizados. É nela onde são deflagradas as dificuldades, obstáculos, e, muitas vezes também a resistência ao processo.

A amplitude do esforço material, tecnológico e humano/gestor necessários para atuar na promoção do ciclo das políticas públicas, inabilita amiúde o Estado a assumir ações para solucionar demandas e necessidades crescentes das sociedades. É essa impossibilidade do Estado que levou ao crescimento de iniciativas surgidas da sociedade civil voltadas ao interesse público, as quais vieram compor o terceiro setor, cujas estruturas, foram denominadas pela ONU, de organizações não governamentais, ou ONG's.

As organizações do terceiro setor apresentam aspectos distintos das organizações públicas e privadas, tanto no que concerne à sua forma de atuação, com caráter assistencialista e voluntariado sem visar ao lucro, quanto no que tange à obtenção de recursos financeiros, e, conseqüentemente, na imperatividade de apresentar de forma

transparente suas ações à sociedade e seus parceiros, como nota Nunes (2017). Os recursos financeiros dessas organizações são obtidos, na maioria dos casos, por meio de doações, subvenções ou contratos, ou pelo próprio usuário, que “pode financiar uma parcela dos gastos dos serviços prestados que são destinados ao financiamento de projetos, prestação de serviços e realização de pesquisa”, consoante Melo (2017), resgatando Hudson (1999). Assim, as características das organizações do terceiro setor se consubstanciam em modelos de gestão peculiares, onde não obstante as funções gerenciais básicas da administração, nos seus pilares de planejar, organizar, liderar e controlar estejam também presentes, a liderança passa a ser um fator crítico de sucesso e exerce um papel sobremaneira vital a essas organizações.

3 I AGRICULTURA MODERNA VERSUS AGROECOLOGIA: O DEBATE ATUAL

É sabido que o uso não racional e desenfreado dos recursos naturais nos processos produtivos industriais das últimas décadas desencadeou criticidades ambientais jamais imaginadas. É daí que nasce a preocupação com o que veio a ser denominado “sustentabilidade”, conceito que evoluiu para um entendimento holístico, abarcando múltiplas dimensões. Passou-se a perseguir, assim, uma agricultura mais sustentável, visando a uma passagem paulatina de um formato intensivo da agricultura moderna para um padrão tecnológico que absorvesse menor quantidade de insumos agroindustriais e provocassem menos externalidades negativas ao ambiente. Destarte, no mundo todo, foram intensificadas pesquisas sobre métodos de produção que “fossem capazes de reduzir o uso de recursos naturais, de insumos industrializados e o consumo de energia fóssil”. Pedroso (2017, p.49;51), argumenta que tais pesquisas representam um aprimoramento da agricultura moderna, buscando estabelecer “um melhor manejo de recursos naturais e a montagem de uma agricultura que seja, principalmente, “eco eficiente”, suavizando os impactos ambientais da atividade econômica”. O grande equívoco é que muitos pesquisadores rotulam tais iniciativas como “transição para a agroecologia”, quando, de fato, significam “apenas um esforço para “esverdear” (*greening*) os formatos tecnológicos”.

Para os defensores da agroecologia, ela é uma ciência avançada, a produtividade nos seus sistemas se dá devido a fatores sob outra lógica, e os sistemas agroecológicos são economicamente viáveis, pois possuem baixos custos ambientais e de produção, já que seus “insumos” principais são a fotossíntese e o trabalho humano. Produz-se assim uma dialética com as visões dos que advogam a favor e contra uma agricultura “agroecológica”. Nesse rol encontra-se Canuto (2011, p.2), que argumenta que a agroecologia corresponde a “uma nova ética política, à retomada de uma economia com rosto humano, o respeito pelo planeta, a convivência harmônica entre homem e natureza”, indicando que a ideologia é a força deste tipo de agricultura, que promove mudança e construção de outras formas de pensar. Norder et al (2016) acrescentam a dimensão política governamental à agroecologia,

que para Silva Neto (2013) é um modo de vida, ideologia e utopia.

Tantas definições sobre a agroecologia tem causado na literatura uma polissemia e críticas diante do entendimento do que realmente ela é. Alertando para a equivocada visão dos seus “defensores”, Pedrosa (2017, p.50) aponta que a associação criada por profissionais e estudantes que deu origem à denominada Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), apresenta-se institucionalmente como uma organização que vem realizando e apoiando ações dedicadas à construção do conhecimento agroecológico, e que entende agroecologia como ciência, movimento político e prática social, conforme consta no seu estatuto (art. 2º, §1º). Ora, como esta poderia ser, ao mesmo tempo, ciência, movimento político e prática social? A autora argumenta que essa afirmação se desmonta já de princípio, quando se verifica a contradição de que por definição, “Política” representa interesses particularistas, ao contrário de “ciência”, que é essencialmente universalista. Complementa, ainda, que a agroecologia não tem mostrado sinais de ser algo parecido com “ciência”, o que é compactuado por muitos outros (BAIARDI, 2018; NAVARRO, 2013). Conclui que a agroecologia se configura “um movimento político, liderado por organizações não governamentais, que contestam a agricultura moderna”.

Os cientistas que compõem uma linha crítica de pensamento à agroecologia como possibilidade de mudança de paradigma da agricultura, e como solução para as externalidades ambientais e suprimento alimentar mundial, reconhecem a necessidade de uma agricultura que atue com menos externalidades negativas ambientais e advogam que é a falta de acesso à tecnologia que mais tem influenciado a persistência da pobreza rural no Brasil. Não resta dúvida de que o setor agropecuário é cada vez mais intensivo em tecnologia, respondendo por quase 70% da sua composição já há mais de uma década (IBGE, 2012). Fator este que é representado pelo acesso à ciência, às técnicas agrícolas e à modernização do processo produtivo. Alves et al. (2012) mostram que, ao considerar uma função de produção na moderna agricultura brasileira, um aumento na renda bruta de 100% pode ser explicado por 68% dos insumos tecnológicos, 9% da terra e 23% do trabalho. Enfatizam contudo, que a definição do Estado para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica¹ configura-se na linha de um pensamento neo obscurantista, ao afirmar que seu objetivo é:

(...) integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da *transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica*, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. <grifo nosso>

O panorama mostra que, ainda que se reconheça que é preciso reduzir os impactos ambientais da atividade agrícola, é indubitável a necessidade de um padrão de agricultura moderna e produtiva, na qual a tecnologia é crucial, tanto para enfrentar a complexidade

¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em 17.09.2018

do setor e propiciar ganho de competitividade para garantir crescimento e permanência das unidades produtivas nos mercados, quanto para atender às demandas dos mercados na perspectiva da segurança alimentar mundial. É inegável que o que vem sendo rotulado como “agroecologia” pode trazer benefícios, porém, apenas em situações bem delimitadas, voltadas para interesses de escala restrita, tais como experiências de paisagismo de pequeno porte ou hortas comunitárias de pequenos produtores não tecnificados, como mostram experiências de sistemas agroecológicos desenvolvidas nos últimos anos, sem negar os benefícios de redução das externalidades negativas ao ambiente que tais práticas promovem, na pequena escala de sua adoção.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No seu *site* institucional a CECOR apresenta-se como “referência” em desenvolvimento e implantação de experiências exitosas voltadas para a convivência com o Semiárido, tendo como base a Agroecologia”. Indica que desenvolve ações integradas nos três eixos temáticos da “Convivência com o Semiárido”, onde inclui a questão da “Segurança Alimentar”, o “Acesso ao Mercado” e “Gênero e Juventude”. Acrescenta que a Agroecologia é o princípio básico da sua metodologia, e que suas ações cobrem da capacitação à sistematização de resultados da implantação de suas experiências.

No entanto, apesar da sua missão e da declaração de visão de futuro, a questão formulada aos entrevistados, quanto ao significado da agroecologia, recebeu respostas confusas e contraditórias, denotando inconsistência do conceito na percepção desses defensores da agroecologia. Nas entrevistas realizadas junto aos informantes qualificados que vêm participando da atuação da CECOR, buscou-se, inicialmente, identificar o entendimento destes por agroecologia e produção orgânica. Um deles afirmou:

...na minha visão a agroecologia é um processo que envolve uma dinâmica que não está ligada apenas à questão da produção sem agrotóxico, mas sim é todo um processo de equilíbrio de respeito à natureza, de respeito ao meio ambiente de respeito às pessoas...

Outro informante afirmou que a “Agroecologia é o processo de produção agrícola, com respeito - em harmonia - com o meio ambiente (as pessoas, o solo, a água, os animais, as plantas...)”, percepção essa consonante com Silva Neto (2013) e Norder et al (2016), dentre outros. O entrevistado diferencia o que é a agroecologia e o que é produção orgânica, explicando que “...a produção orgânica é tudo que não utiliza agroquímicos, agrotóxico e adubos, enquanto que a produção agroecológica tem toda relação com as pessoas no âmbito social, econômico e ambiental”.

Quando questionados sobre o andamento da implementação dos projetos do PLANAPO, não foi fornecida uma resposta consistente pelos entrevistados. Dois deles apontaram que trabalham com assistência técnica rural e assessoria técnica em

agroecologia, além de desenvolverem projetos de extensão, tais como projetos de acesso à água, além da formação para convivência com o Semiárido. Apenas a fala do terceiro informante esclarece:

Há o Projeto “Multiplicando Agroecologia”, e destacamos o acompanhamento técnico às famílias que participam da Feira Agroecológica de Serra Talhada (que este ano completou 18 anos), a Assistência Técnica aos agricultores e agricultoras da região através da Chamada de ATER – Agroecologia e a implantação e acompanhamento das “Unidades de Produção Agroecológica.

No Brasil, as agências oficiais de extensão rural passaram a adotar a Agroecologia como diretriz em seus projetos e linhas de ação. Atualmente as ações concretas implementadas pelo CECOR são derivadas dos projetos “Uma Terra e Duas Águas (P1+2)”, e “Pernambuco mais produtivo”, ambos destinados a implantar tecnologias de armazenamento de água, tanto para a produção como para consumo humano. O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) foi criado em 2007 pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)², visando ampliar o estoque de água das famílias e comunidades rurais, para suprir necessidades dos plantios e das criações animais. A ASA ressalta:

Para ser cada vez mais plena, a proposta de convivência com o Semiárido se pauta também em preceitos, valores e práticas da Agroecologia, da Economia Popular e Solidária, da Educação Contextualizada, da Comunicação Popular, da Segurança Alimentar e Nutricional entre outras temáticas.

Já o programa Pernambuco Mais Produtivo é desenvolvido via parcerias da Secretaria de Agricultura Familiar (SEAF) e Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural) do Governo do Estado de Pernambuco, com apoio da ASA. Nas regiões do Araripe e São Francisco, o programa é executado através de parceria entre a Diaconia e a ONG CAATINGA.

Apesar de apontarem os projetos desenvolvidos, os entrevistados não deixam claro quais são as ações de cunho agroecológico e como elas estão sendo implementadas. Relatam que o principal desafio é a redução de recursos para investir nos projetos, e que outro desafio é a estiagem. Enfatizam que a atual gestão do governo fez uma “redução drástica no orçamento dos recursos públicos para os projetos socioambientais”, e que a falta de políticas integradas para fortalecer essas ações, torna impossível a ampliação dessas. Acrescentam ainda a falta de ATER para os programas implantados, e se queixam que os projetos se encerram com a implantação da tecnologia, não garantindo assistência técnica posterior”. Na visão de um informante, “a principal dificuldade é a redução e até extinção de recursos para contratação de profissionais para equipes, seja pela redução dos recursos da cooperação internacional ou pela atual conjuntura política que o país atravessa”.

2 A ASA é uma “rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido”. É formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG’s, Oscip, etc.”. Fonte www.asa.org.br. Acesso em 20.set 2018.

É inquestionável que as políticas públicas são um mecanismo de busca de melhoria nas condições do campo. Entretanto, Pedroso (2017) destaca que vem ocorrendo uma bifurcação dessas políticas, pois se manteve um eixo, supostamente para os agricultores patronais, sediado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, onde também foram mantidas as políticas de fiscalização agropecuária e de registro de agrotóxicos, e o segundo eixo que foi sediado no antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário e destinado aos pequenos produtores (equivocadamente “camponeses”). Alerta que isso acarreta mais empobrecimento do pequeno agricultor, deixando-o sem acesso ao crédito, à tecnologia e aos novos conhecimentos.

Focalizando a questão dos resultados dos projetos implementados pela CECOR, um dos entrevistados afirmou que não há identificação e mensuração formal deles, mas que na sua opinião, de maneira geral eles são positivos:

“A gente não tem resultados sistematizados, o que a gente tem é nossa visão, nossa escuta aos agricultores que são acompanhados; então a gente observa que as famílias cujos agricultores têm participado das ações desenvolvidas pela CECOR, ou por outras organizações do mesmo campo, têm recebido menos o impacto da seca de 2012; as familiares que recebem as técnicas que são desenvolvidas e trabalhadas na comunidade vêm conseguindo trabalhar e viver melhor do que as famílias que ainda não tiveram uma assistência técnica mais sistemática. É o que a gente percebe.”

Outro entrevistado afirmou que, devido às restritas condições financeiras propiciadas pelo governo a essa ONG para atuação no projeto, não é possível medir os impactos alcançados por ele. O que se consegue fazer é o monitoramento durante a implantação do projeto, havendo documentos internos mantidos que servem para a realização de diagnósticos e relatórios de análise de eficiência. Ao ser questionado sobre resultados obtidos, um dos entrevistados mostra dados gerados pelos programas p1+2 e Pernambuco mais produtivo: “Cerca de 90% da população rural tem tecnologias de captação de água de chuva/potável para o consumo humano e 30% delas contam também com tecnologias de armazenamento de água para produção”. A fala do segundo entrevistado, expressa a sua percepção do que seriam os resultados obtidos:

“...as famílias com a água de qualidade para o consumo humano, para produção de alimentos e para consumo dos animais, aumento da renda das famílias através da produção agroecológica e através do mel de abelha, um alimento mais saudável que as pessoas produzem. O principal objetivo é para alimentação e depois, as famílias vendem o excedente. Outro ponto é a questão da água, que as mulheres, ou os que são os responsáveis pela casa, tinham que se locomover em grandes distâncias para pegar. Hoje a família que consegue fazer a gestão legal tem água em casa para o consumo. Enfim, são esses os resultados que conseguimos ver com mais clareza – né ? E a própria organização das comunidades através das associações, participação em espaços como conselhos de desenvolvimento do município e a própria ciência ambiental e ecológica da família. Talvez seja um resultado meio que abstrato que se percebe em pequenas atitudes, que as famílias que

receberam apoio do CECOR podem demonstrar”.

Não obstante o indicativo do entrevistado de que os agricultores tiveram melhoria na qualidade de vida, sua fala mostra que “são dados abstratos”. Sobre as perspectivas futuras dos projetos, no que tange aos aspectos ambientais, de renda e humano, a fala do primeiro entrevistado mostra uma visão positiva de curto sobre a implantação de novas tecnologias no meio rural, considerando que facilitam a convivência com o Semiárido:

“A expectativa é que em um futuro próximo, todas as famílias da zona rural possam ter acesso a essas tecnologias que tornam mais fácil a convivência no Semiárido, garantindo a sua autonomia, sustentabilidade e soberania alimentar e nutricional, e gerando renda com comercialização de produtos saudáveis excedentes da produção das famílias. Além disso, vai dar mais qualidade de vida para o agricultor, que está desenvolvendo uma agricultura com base na agroecologia, sendo sustentável e respeitando o meio em que vivem”.

As perspectivas do segundo entrevistado são semelhantes às do anterior, mencionando melhoria da qualidade de vida, ampliação do número de tecnologias disponibilizadas aos produtores e novas ações no âmbito do projeto. Na sua fala, destaca-se a visão do aspecto ambiental:

“Com relação às questões ambientais, que as pessoas cada dia possam estar mais preocupadas com o meio ambiente, com a necessidade de preservar o meio ambiente, com o pensamento agroecológico, porque você não é dono do meio, mas você é um indivíduo do meio, se você danifica o meio ambiente você também se danifica, porque você é um componente do meio ambiente; É preciso despertar a necessidade de cuidar dos recursos naturais, cuidar daquilo que lhe dá o sustento e aí cuidar para ter um sustento realmente de forma sustentável, pensando no hoje e no amanhã, a curto, médio e a longo prazo. Isso é nossa perspectiva”.

As ideias dos entrevistados mostram-se em consonância com Canuto (2017), que em seu estudo propõe o desenho de agroecossistemas sustentáveis para melhorar a qualidade de vida das famílias e comunidades, vislumbrando os custos de implantação dos agro ecossistemas, e projetando a quantidade e qualidade da produção, bem como o potencial da renda a ser obtida. Navarro (2017) alerta a urgência por iniciativas no sentido de “separar o joio do trigo”, afirmando ser necessário realizar esforços “sérios e consequentes”, para desenvolver uma boa ciência, que possa oferecer em escala crescente as saídas tecnológicas (mas viáveis economicamente), o que permitiria aos agricultores, moradores nos estabelecimentos de menor porte, produzir com produtividade e lucratividade e, ainda, preservar a sua capacidade produtiva.

Na última questão foi indagada a opinião do entrevistado sobre a possibilidade da Agroecologia atuar no problema de segurança alimentar mundial. Haveria ou não a possibilidade de, com base nos princípios da Agroecologia, a agricultura prover alimentação para toda a população do planeta que hoje já é de 7 BILHÕES de pessoas e cuja previsão

mundial da ONU é de chegar a 11,2 Bilhões até 2100?. Um dos entrevistados acredita que “a Agroecologia é uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional para o Brasil e para o Planeta”, mas entende que “são necessárias Políticas voltadas para seu fortalecimento e consolidação”.

Navarro (2013) denuncia que diversos editais, políticas e publicações nacionais também “tentam” mostrar que a segurança alimentar pode ser garantida a partir da agroecologia. Exemplifica com o “Marco referencial em agroecologia” publicado pela Embrapa em 2006, que afirma que a agroecologia se concretiza quando garante a segurança alimentar, a sustentabilidade econômica, dentre outros aspectos.

[...] demarcar um novo foco de necessidades humanas, qual seja, o de orientar a agricultura à sustentabilidade, no seu sentido multidimensional. Num sentido mais amplo, ela se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica [...], ecológica [...], social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais) (EMBRAPA, 2006, p. 22- 23).

Para o autor, o documento do marco teórico acima é uma tentativa política de evitar a fragmentação, conseqüente à existência das diversas escolas de agricultura ecológica, o que produz uma imagem falsa de unidade sobre concepções sobre a transformação ecológica dos sistemas agrícolas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão das organizações do terceiro setor é uma temática complexa e ampla, com muitas questões ainda em aberto. É desafiador gerir uma organização do terceiro setor que não tem finalidade lucrativa, pois oferece serviços de caráter público, sem deter recursos públicos e exige habilidades e competências diferenciadas. As questões investigativas formuladas aos três entrevistados, buscaram conhecer, inicialmente, a percepção do conceito de agroecologia, na visão dos atores que vêm atuando junto ao CECOR na implantação das ações do PLANAPO no município de Serra Talhada. Além dessa questão perceptual, buscou-se levantar aspectos da gestão da ONG, situação dos projetos, resultados mensurados, controles e indicadores de desempenho adotados, além de possíveis benefícios advindos, dificuldades e perspectivas futuras das ações. A análise revelou uma gestão frágil, com caráter predominantemente tático e operacional, mostrando, não obstante também, que o CECOR vem contribuindo para a geração de renda e permanência dos agricultores do Pajeú nas suas comunidades.

Investigar o significado do termo agroecologia nos atores atuantes em uma organização que afirma trabalhar com os princípios agroecológicos não foi algo evidente. Evidenciou-se no estudo que os entrevistados têm uma visão ideologizada e consideram

agroecologia como a solução para a agricultura no planeta, porém, paradoxalmente, mostram dificuldade para expressar o conteúdo desse conceito, o que reforça o pensamento crítico da agroecologia. As ações implementadas pelo CECOR parecem estar mais próximas da produção orgânica que está estabelecida pela PNAPO.

Na fala dos entrevistados, os resultados alcançados pelos projetos implementados não são registrados e nem mensurados pela ONG, sob alegação das condições financeiras propiciadas pelo PLANAPO, que não dariam suporte para essa etapa. O que isso parece denotar, é uma incipiência na gestão nos processos de implantação, o que é profundamente preocupante, já que, no ciclo da Administração, a definição de controles, a mensuração e o acompanhamento de resultados das ações são elementos cruciais para os gestores poderem tomar medidas preventivas e corretivas nos ciclos das ações. Opostamente, no CECOR os resultados são percebidos de maneira informal, a partir de relatos dos agricultores aos funcionários da ONG.

Quanto às dificuldades apontadas, as principais foram relacionadas com o aspecto financeiro, sobretudo com o corte de recursos para a implementação dos projetos, assistência técnica e contratação de pessoas. Como o PLANAPO é um instrumento de natureza pública, os recursos financeiros para a sua implantação e para as ações de acompanhamento dependem do repasse do governo.

No quadro obtido junto aos interrogados, verifica-se que suas respostas estão consonantes com defensores ferrenhos da agroecologia que atribuem a ela significados de ciência, prática agrícola e movimento social. Visão esta que vem sendo desconstruída, com base em argumentos validados na literatura contemporânea pela linha racional da ciência desideologizada. Evidencia-se assim, a necessidade de um debate mais aprofundado sobre as raízes, os objetivos e os limites da agroecologia, a fim de entender e esclarecer a temática, para que os seus adeptos façam uso do termo com convicção e compreensão do que realmente se trata. Algo não evidente de acontecer devido à ideologia criada em torno da agroecologia como solução universal para os problemas advindos da agricultura moderna.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em 17.09.2018.

CANUTO, João Carlos. Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis. **Revista Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017

_____. Mitos sobre Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**. Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) [S.l.], v. 6, n. 2, nov. 2011. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/10816>>. Acesso em: 12 sep. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo agropecuário 2012. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012/default.shtm>>. Acesso em: 19.09.2018.

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; ROCHA, D. P. Lucratividade na agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, p. 45-63, 2012.

BAIARDI, Amílcar. Agronomia: vicissitudes de ser ciência **Ciência e Agricultura**, SP: SBPC, 2018.

MELO, Ana Paula Santana de. **Liderança e gestão estratégica no terceiro setor : um estudo em organizações não governamentais na região metropolitana do Recife- PE**. 115 f. Dissertação. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, 2017.

NAVARRO, Zander. Agroecologia: as coisas em seu lugar (A Agronomia brasileira visita a terra dos duendes). Colóquio. **Revista de Desenvolvimento Regional**. Faccat, Taquara, v.10, n.1, jan/jun 2013.

NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane; BRANDENBURG, Alfio. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XIX, n. 3, p. 1-20, jul.-set, 2016.

NUNES, Edilbert Simas. **Gestão do terceiro setor: dificuldades e desafios na profissionalização: um estudo de caso da organização Instituto Empreender**. 2017. 32 f. Monografia – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

PALUDO, Augustinho Vincente. **Administração pública** – 6 ed. São Paulo, Método, 2017.

PEDROSO, Maria Theresa M. Pedroso. Acesso à tecnologia: a verdadeira questão social no campo. **Ciência e Agricultura**. SP: SBPC, 2017.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SILVA NETO, Agroecologia, ciência e emancipação humana. **Rev. Bras. de Agroecologia**. 8(1): 3-17 (2013).

A EMERGÊNCIA DE NOVOS TERRITÓRIOS DA MODA ÍNTIMA NO SERTÃO NOROESTE DO CEARÁ: UM ESTUDO DE FRECHEIRINHA

Data de aceite: 02/05/2022

Milvane Regina Eustáquia Gomes Vasconcelos

Mestre do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Virgínia Célia Cavalcante De Holanda

Docente do programa de pós-graduação da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

RESUMO: A pesquisa objetiva realizar uma análise das práticas, saberes e formação dos trabalhadores da indústria de moda íntima na cidade de Frecheirinha/CE. Sendo discutido também o processo de industrialização em curso no território cearense, em seus aspectos políticos voltados a emergência de programas que visam a atração de investimentos, provocando a reestruturação espacial cearense nas duas últimas décadas. A cidade de Frecheirinha-CE, localizada a 289 Km de Fortaleza capital do estado e cortada pela BR 222, o que assegura fluidez de escoamento da produção e compra de insumos. A cidade vem se destacando como um importante celeiro industrial voltada a confecção de moda íntima, esse seguimento industrial iniciou suas atividades a partir da década de 1990 e atualmente recebe expressiva demanda vinda dos mais diversos lugares do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Novos Territórios; Moda Íntima; Frecheirinha-Ceará.

ABSTRACT: This paper aims to analyze

practices, knowledge and the training of workers in the underwear industry in the city of Frecheirinha / CE. As also discussed the ongoing industrialization process in Ceará territory, in its political aspects related emergency programs that aims to attract investments, causing the spatial restructuring in Ceará in the last two decades. The city of Frecheirinha –CE is located 289 km from state capital Fortaleza and it is crossed by BR 222, which ensures smooth flow of production and purchase of inputs. The city has emerged as an important industrial barn facing the underwear production. This industrial segment began its operations in the 1990s and currently it receives significant demand coming from several parts of Brazil.

KEYWORDS: New Territories ; Underwear; Frecheirinha - Ceará.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade de Frecheirinha, localizada na porção noroeste do Estado do Ceará, distante a 289 km de Fortaleza, liga-se a capital pela rodovia federal BR 222, a referida rodovia interliga a capital cearense a cidade de Marabá, no Pará passando pelos Estados do Piauí e Maranhão em uma extensão atual de 1811,6 km. O município segundo dados do IBGE tem uma população estimada em 2014 de 13.473, dos quais quase a metade vive na sede municipal.

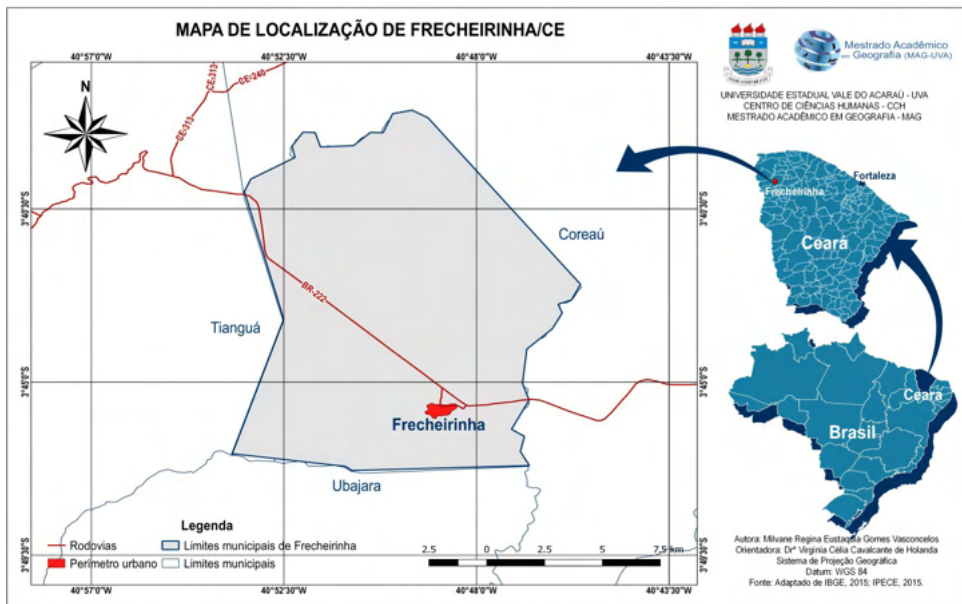


Figura 01 – Mapa de localização da Cidade de Frecheirinha – CE

A cidade inscreve-se no processo de industrialização tardiamente em relação às políticas de planejamento para o Nordeste com origem na segunda metade da década de 1950. Somente em meados dos anos de 1990, identifica-se neste espaço incentivos governamentais para o desenvolvimento da indústria, a partir daí torna-se um importante espaço para incentivo e investimento de capital no Nordeste, circunscrito no circuito da moda íntima. (Revista Exame Pequenas e médias empresas 09/ 2014.)

De maneira geral o crescimento pensado inicialmente para o Nordeste, esteve ligado as políticas intervencionistas em uma perspectiva agrária exportadora, muito embora o Nordeste apresente aspectos de uma saber em suas práticas, o fazer ligado ao uso das máquinas, desde as primeiras fábricas de beneficiamento do algodão ainda em fins do século XIX. Com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, repercute sobremaneira a fase da indústria Nordestina com mudanças intensas no território Cearense. Porém empreendedores selecionaram poucos espaços para a instalação de novas plantas Industriais que chegavam ao Ceará naquele momento. Emerge dessas iniciativas políticas atreladas ao capital industrial, a criação do distrito industrial na divisa do território de Fortaleza com o município de Maracanaú. Fora de Fortaleza os territórios selecionados sendo aqueles que já apresentavam certa experiência na atividade industrial, a saber: Crato, Aracati e Sobral.

Nas três últimas décadas a lógica da Reestruturação Produtiva que acaba por fragmentar o uso do território como estratégia de acumulação capitalista, uma vez que

os circuitos industriais desenvolvem-se através da lógica da oferta, procura e distribuição, assim, territórios de todas as escalas passam por mudanças em seu uso.

No Estado do Ceará políticas públicas são criadas visando adequar-se a esse momento, a gestão pública estadual se lança a partir de 1987 em ações que possam preparar o território para atrair novos investimentos por meio de três vetores econômicos principais: turismo, agroindústria e interiorização da indústria, para além dos espaços seletivos tradicionais.

Nas décadas seguintes investe-se em infraestrutura e na qualificação de uma mão de obra que possa atender a esses vetores. A cidade de Frecheirinha/CE nosso campo de estudo, começa a se delinear depois dos anos de 1990, como um desses cenários possíveis de realização da atividade industrial longe de Fortaleza, conforme procuramos entender em nosso estudo.

21 O CEARÁ NO CONTEXTO ECONÔMICO BRASILEIRO

O processo de industrialização no território brasileiro é um reflexo da produção capitalista do espaço em uma lógica mundial, inúmeros autores já se apropriaram dessa perspectiva, nossa escrita vai ser pautada na busca da “micro” abordagem trazendo-a para o espaço cearense e, mais especificamente para Frecheirinha como território voltado para a produção industrial de moda íntima.

Para que possamos compreender melhor essa lógica faz-se necessário conhecer alguns elementos do processo histórico da Industrialização no território nacional e seus rebatimentos no Estado do Ceará. Alguns questionamentos nos fazem pertinentes na medida em que a pesquisa vai sendo desenvolvida. Como se desenvolveu a produção do espaço industrial no território nordestino em especial no cearense? Como alguns territórios foram sendo construídos com a finalidade de consolidação de espaços industriais ligados os circuitos de produção da indústria têxtil.

A História de desenvolvimento do território cearense é marcada por séculos de produção voltada para a subsistência e agricultura de caráter exportador com a produção do algodão. Marcante nesse cenário é a implantação da indústria têxtil e de beneficiamento do algodão durante o século XIX. Todavia silenciada pelo processo de desenvolvimento voltado para a região sul e sudeste do país. Concordamos com Suzigan e Versiani (1990, p.1):

[...] a história das primeiras fases da industrialização -- definida como o desenvolvimento da produção fabril, como formas mecanizadas de produção -- é contada, em grande parte, pelo surgimento e expansão da indústria de tecidos, em especial de seu principal setor, a fiação e tecelagem de algodão.

A Lógica do capitalismo integra-se à economia brasileira, elegendo o território de concentração na região sudeste do país influenciada pelo comércio de café em evidência até meados dos anos de 1920. Com isso a região Nordeste vai perdendo ênfase. Partindo

de uma visão mais geral, Mandel, 1984 afirma que o sistema capitalista mundial é “integrado e hierarquizado, seja no nível internacional, nacional ou regional, seguindo a linha de um desenvolvimento desigual e combinado”.

O território industrial brasileiro permaneceu até recentemente organizado em núcleos espaciais pouco integrados, e isso dificulta o desenvolvimento do território de forma integral, segundo Santos (1994), “O Território brasileiro caracterizava como um país de “industrialização restringida”.

No entanto o aumento da desigualdade sócio territorial exige políticas que versassem pela integração nacional e seu respectivo desenvolvimento, sendo emblemático a criação da Sudene. A estrutura econômica vigente no Nordeste, sendo vista como “desenvolvimento tardio” em comparação a região Sudeste do País, sobretudo quando considerado o processo de urbanização e modernização industrial.

No que se refere mais especificamente à economia cearense, esta se encontrava numa situação cujas principais atividades – agricultura e pecuária – vinham sendo constantemente abaladas pelas secas periódicas. As unidades fabris eram caracterizadas por pouco investimento tecnológico e escassez de matéria prima, decorrentes de uma série de fatores desde naturais até investimentos específicos.

O planejamento tornava-se uma ferramenta indispensável no processo de industrialização. A partir de 1955 no governo de Juscelino Kubistchek a dinâmica de integração vai sendo planejada e desenvolvida no país, diferente das tentativas de integração pensada anteriormente. O planejamento tornou-se, teoricamente sinônimo de desenvolvimento. Mas sob a égide dos incentivos com base nos artigos 34/18 (1961/1963), no sentido de atrair empresas nacionais e estrangeiras para o Nordeste, essa dinâmica não foi desenvolvida de forma a combinar crescimento e desenvolvimento.

Até mesmo o crescimento ocorreu de forma concentrada nas capitais dos estados, o processo de interiorização vai acontecer tempos depois quando as unidades federativas, tomam pra si a capacidade de se reinventar para atrair, impulsionados pela política neoliberal que vai se corporificando em fins dos anos de 1980.

Assim, as atividades industriais vem a ser constituída em meados de 1990, no bojo dessa política de abertura da economia e crescimento proveniente de uma dinâmica neoliberal que o país vivenciava. O município vai ser influenciado por uma nova ordem de investimentos que de forma indireta vai compor o circuito industrial da moda íntima.

Tasso Jereissati passa a liderar um novo grupo político no Estado do Ceará, em sua visão de “mudança” adotou um “pacote” de medidas pautadas em parcerias do público com o privado, acompanhando os grupos empresariais que já atuavam no Nordeste, adeptos da política neoliberal.

O governador Tasso Jereissati com o objetivo de atrair investimentos externos organizou e ampliou uma intensa reforma fiscal e apoio a implantação de indústrias de todos os gêneros no Estado, passou a incentivar a interiorização das atividades econômicas.

Essas ações tornaram o Ceará um território mais atrativo e desejável de investimentos, influenciando a ação política de outros governadores do Nordeste.

3 | O CIRCUITO PRODUTIVO DA MODA ÍNTIMA

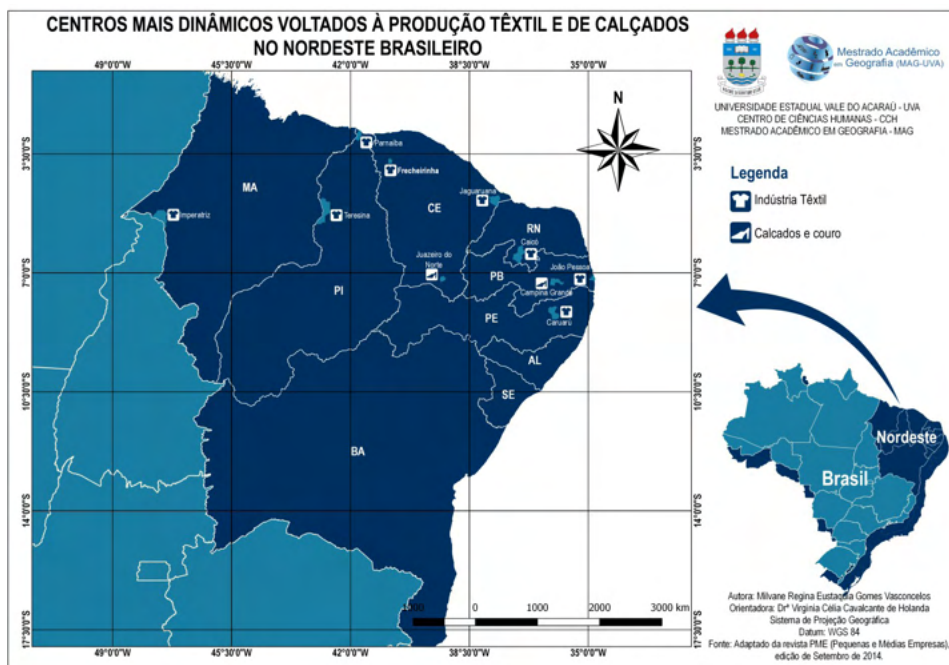


Figura 02 – Mapa de Frecheirinha no contexto da produção têxtil nordestino Adaptado da Revista Pequenas e Médias Empresas edição Setembro/2014

Na evolução das discussões que envolvem a industrialização contemporânea, visualizaremos a organização estabelecida em Frecheirinha para configurar-se como participante do circuito de produção da moda íntima no âmbito da dinâmica industrial. A indústria pode ser compreendida através das relações da produção material com a força humana acrescida da tecnologia. Segundo Amora:

Ao longo da evolução dos estudos da Geografia Econômica, a Geografia Industrial desenvolveu inúmeras formas de abordagem, visando à compreensão das relações entre a atividade industrial e o espaço. Dentre elas, prevaleceram, durante algum tempo, as concepções da Geografia clássica, que entendia a atividade industrial como inerte no espaço, apreendida pelo método das descrições contidas nos inventários e nas monografias que tratavam das áreas industriais e seus fatores de localização, sendo concebida sempre como materialidade das áreas centrais (FISCHER, 1994; AMORA, 2005).

Importante também para o debate diz respeito à localização da indústria e suas

atividades, vinculada ao território. Localizada as margens da BR 222 que faz a ligação com os Estados do Pará, Piauí e Maranhão certamente ajuda no escoamento da chegada da matéria prima e escoamento da mercadoria, ou seja, facilita circulação e consumo. Quando pensado nos últimos trinta anos constatamos que a trajetória econômica do município durante muitos anos esteve ligada a extração de calcário e a agricultura de subsistência. Atualmente a atividade industrial voltado para a produção de peças íntimas é a grande impulsionadora da mudança na paisagem urbana.

A troca dos arados da agricultura pelas máquinas de costura começou quando um morador de Frecheirinha decidiu montar a primeira fábrica, na década de 90. Em pouco tempo, donas de casa e agricultores se reinventaram, ganharam uma nova profissão. De lá pra cá, foram surgindo outras fábricas e hoje a confecção representa 60% da economia local. A princípio os investimentos no circuito da moda íntima de Frecheirinha não foram incentivados diretamente pelo Governo Estadual, eles foram constituídos apenas com investimentos de seus proprietários. (Presidente da Associação das industriais de Confecções de Frecheirinha-CE).

Frecheirinha com uma população no município de 12. 991, dos quais 58% residem na cidade, é considerada uma cidade pequena. (IBGE, Censo Oficial 2010). Um cidade que entra então na nova lógica de investimento que visa às economias locais, com valorização das potencialidades territoriais locais.

Há cerca de vinte anos essa realidade vem sendo desenhada, com a chegada da primeira Indústria de Peças íntimas, no imaginário das pessoas é uma nova oportunidade para geração de empregos e renda. Hoje se contabiliza vinte e duas empresas registradas que geram cerca de 1.500 empregos diretos, como podemos visualizar o gráfico abaixo (Gráfico 01) contam ainda com mais de trinta pequenas oficinas que atendem as empresas com serviços diversos.

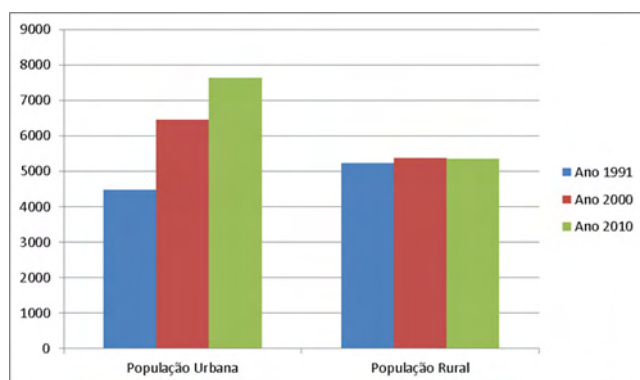


Figura 03 – Gráfico de relação população urbana e rural.

Enfatizando o crescimento da população urbana em decorrência da chegada das indústrias.

Fonte: Anuário IPECE-2014

A produção industrial, por sua vez, hoje representa a principal fonte de renda e ocupação na cidade, sobretudo da mão-de-obra feminina. A cidade se destaca como um importante centro produtor de lingerie de referenciada qualidade, exportada para vários mercados consumidores nacionais e internacionais.

As mudanças produtiva e territorial dessa cidade está ligada também às políticas de apoio ao desenvolvimento da Indústria e a interiorização dos investimentos oferecidos pelo Governo do Estado, com a finalidade de incentivar o crescimento da economia e integrar o território cearense nessa lógica da economia flexível e aberta aos mercados, muito embora os empresários estejam sempre a reivindicarem mais incentivos.

Esse processo de industrialização no município pode ser observado de diferentes formas uma delas é o crescimento da população urbana da cidade, conforme o (gráfico 01), cresce numericamente a população urbana, com um pequeno descenso da população rural. Mas é possível inferir que parte do crescimento da população urbana vem de outros municípios, pois a variação da população rural é pouca quando relacionada com a dinâmica populacional da cidade. E comum também identificar entre os novos trabalhadores da indústria pessoas que moram nos distritos e se deslocam diariamente para a cidade.

A indústria de Peças Íntimas da cidade, nos últimos anos vem sendo internamente renovada, segundo entrevista fornecida pelo presidente da associação das Indústrias, a produção de peças íntimas primeiramente surge com a finalidade de atender a um mercado de feiras livres, inclusive a maior feira livre de roupas, fora da Região Metropolitana de Fortaleza dista a 30 km de Frecheirinha. Hoje os proprietários das indústria se desvincula dessa imagem da feira e vem focando sua produção para atender a um público de maior poder aquisitivo, destinando seus produtos para territórios fora do Ceará, algumas tem contrato de exclusividade com lojas de departamento como Renner e C & A. Algumas também se ligam diretamente ao mercado consumidor de varejo com construção de lojas de fábricas na cidade.



Figura 04 – Lojas das Fábricas

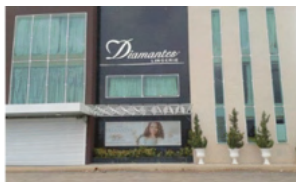


Figura 05 – Fábrica e loja (Atacado e Varejo)



Figura 06 – Loja da Fábrica Intuicion



Figura 07 – Avenida principal onde concentra as lojas das fábricas

Pensar a emergência dos novos territórios da indústria no Ceará, nos remete ao pensamento de Santos e Silveira o “Território deve ser entendido no seu uso”, o que nos remete a pensar o Território de Frecheirinha a partir da constituição do circuito industrial de peças íntimas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de incentivo industrial iniciado com o governador Tasso Ribeiro Jereissati em fins da década de 1980, que incluía maior tempo de desconto de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), aos empreendimentos alocados mais distantes da região metropolitana de Fortaleza, acabaram por reverberar no nascimento de atividades industriais em muitas cidades sem tradição industrial, a exemplo da cidade estudada por nós. Frecheirinha pode ser vista como novo Território da moda íntima no sertão cearense, e com expressiva importância para a Região Noroeste do estado quando se fala em volume de produção e empregos diretos gerados por essa atividade.

Até a década de 1990, sua economia era voltada para atividade agrícola de subsistência e a extração de calcário. A paisagem urbana é alterada com a criação dos primeiros investimentos no setor industrial de moda íntima assegurada por investidores locais, o que destoa do que ocorre em outras cidades do Ceará, que recebem investimentos mais exógenos. O aumento da oferta do trabalho industrial acaba por provocar a expansão comercial e de serviços, nascendo também as lojas de fábricas no centro da cidade, cujas fachadas não destoam daquelas encontradas nos shopping centers.

Aos trabalhadores ligados a essas atividades, são em número crescente, exigindo qualificações específicas para atuarem no processo de confecção de moda íntima, em consonância com o modelo de produção flexível, voltada para o mercado globalizado, onde o saber fazer e fazer pensar embora de forma incipiente seja necessário, para se manterem no emprego, assim, cursos são constantemente ofertados. Essa realidade

redefine os conceitos de qualificação e profissionalização dos trabalhadores, assim é que o estudo em sua fase inicial já identifica, uma expressiva oferta de cursos por instituições públicas e privadas visando materializar essa concepção, SEBRAE e BNB em parceria com a Associação dos Fabricantes de Moda Íntima ofertam cursos profissionalizantes e Institutos de Ensino Superior ofertam cursos não comuns em cidades pequenas a exemplo de Administração de empresas e Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Editora UNICAMP, 1995.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999 AMORA, Zenilde Baima. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. São Paulo, USP, 1978 (Dissertação de mestrado).

ALBUQUERQUE, Francisco **Desenvolvimento econômico e local** BNDES, Rio de Janeiro. URGS Porto Alegre ? 2001. ANUÁRIO IPECE - 2014

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Editora UNICAMP, 1995.

_____. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999

BARRETO, José Carlos. **Educação de adultos na ótica freiriana**. Disponível em: http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/revista/Educacao_de_Adultos_na_otica_a_Freiriana.pdf

CASAROTTO Filho **Redes de pequenas e médias empresas** e desenvolvimento local ? São Paulo: Atlas ? 1998

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo na sociedade contemporânea**. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Boletim 17, set. 2005. Programa 5. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/files/Programa%25205.pdf>

CORREA, Roberto L. **Espaço urbano**. São Paulo:Contexto, 1993

ESTEBAN, MARIA TERESA. **Educação Popular**: desafio à democratização da escola pública. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a02v2771.pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, capítulo 2, p.54-76.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria Ciavata. (Orgs.) **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.

HARVEY D. **A produção Capitalista do Espaço**. 2ª Ed. Annablume: São Paulo, 2006.

HOLANDA, Virginia **REDES TÉCNICAS E REDES SOCIAIS PROBLEMÁTICAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL**. LABTeC, 2001 ? Rio de Janeiro

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste brasileiro. Sobral**: conexão lugar/mundo. 2007. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

LEFEBVRE, H.O **Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

MESZAROS, Istvan **A educação para além do capital** Intervención en la apertura del Fórum Mundial de Educação, Porto Alegre, Brasil, 28 de julio de 2004. Esta versión se encuentra disponible en el sitio <http://resistir.info/> Tradução de T. Brito. Se publica con el permiso del autor.

PAVAN, Ruth. **A contribuição de Paulo Freire para a Educação Popular**: uma análise do GT de Educação Popular da ANPED. Disponível em:<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT06-4007--Int.pdf>

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS ? RAIS. Base de dados estatísticos. Brasília: RAIS, 2011. CD-ROM;

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002
Pensando o espaço do Homem São Paulo: EDUSP, 2002

SEVERINO, Antônio J. **Educação, Trabalho e Cidadania**: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9790.pdf>

SOUZA, Maria Salete de. **Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento** das cidades. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; (organizadores). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

SILVA, Ademar Vicente **Adeus ao Trabalho ?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho in ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003.

SPOSITO, M. Encarnação B. (2007); **?Cidades médias: reestruturação da cidade e reestruturação urbana?**. In: SPOSITO, Maria Encarnação B (org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, p. 233-253

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**: Origem e Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TIRIBA, Lia. Educação Popular e pedagogia(s) da produção associada. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a06v2771.pdf>

REFLEXÕES ACERCA DA SUSTENTABILIDADE SINDICAL NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA

Data de aceite: 02/05/2022

Raquel Hochmann de Freitas

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre – RS
<http://lattes.cnpq.br/8843506675746739>

RESUMO: As alterações trazidas pela Lei nº 13.467/2017 impactaram o Direito do Trabalho, especialmente no que diz respeito ao financiamento sindical. Com o fim da contribuição compulsória, a receita dos sindicatos se vê reduzida, exigindo do ente sindical melhor gestão do seu orçamento para que possa cumprir corretamente o seu mister, principalmente no que tange aos deveres legalmente previstos a fim de que cumpra sua relevância constitucional enquanto agente de efetivação dos direitos fundamentais sociais diante de uma sociedade cada vez mais tecnológica. Assim, o presente artigo tem por objetivo examinar as formas pelas quais o sindicato poderá garantir sua própria sustentabilidade, readequando as antigas estruturas sobre as quais formado, diante das transformações tecnológicas presentes em todos os contextos sociais. Por fim, a metodologia proposta na obtenção dos objetivos é hipotético-dedutiva com cunho exploratório e realizada através de levantamento bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicato. Sociedade tecnológica. Sustentabilidade sindical.

REFLECTIONS ABOUT UNION SUSTAINABILITY IN THE TECHNOLOGICAL SOCIETY

ABSTRACT: The changes brought by Law No. 13,467/2017 affected Labor Law, especially regarding union funding. With the end of the compulsory contribution, the unions' income was reduced, demanding from the union entity better management of its budget to correctly fulfill its task, especially regarding the legally provided duties to fulfill its relevance constitutional law to implement fundamental social rights. It is essential in the face of an increasingly technological society. Thus, this article aims to examine how the union can guarantee its sustainability, readjusting the old structures formed in the face of technological transformations present in all social contexts. Finally, the methodology proposed to obtain the objectives is hypothetical-deductive with an exploratory nature and carried out through a bibliographic survey.

KEYWORDS: Union. Technological society. Union sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, trouxe ao direito material do trabalho, especialmente, diversas alterações em relação às quais o operador do direito permanece em constante estudo a fim de adequar a realidade com a qual se depara e a novel legislação, sempre de modo a observar os ditames constitucionais vigentes.

Uma das alterações trazidas pela nova legislação vincula-se à contribuição sindical, antes obrigatória para empregados, autônomos e profissionais liberais e, agora, opcional. Ou seja, tanto os trabalhadores, em relação aos quais havia o desconto equivalente a um dia de salário, quanto as empresas, cujo desconto antes era calculado em percentual, não mais estão obrigados a tanto. A partir da alteração legislativa, caso o empregado tenha interesse em fazer a contribuição, deverá autorizar expressamente sua cobrança em folha de pagamento.

Embora não se trate de única fonte de custeio dos sindicatos, já que é possível filiar-se a estes e contribuir mensalmente para a entidade, certamente tal alteração atinge em cheio uma das formas mais efetivas de financiamento sindical, considerando que o valor antes arrecadado dirigia-se também às centrais sindicais, com destinação de 5% para confederações, 10% para centrais sindicais, 15% para federações, 60% para o sindicato de base e 10% para uma conta especial mantida junto à Caixa Econômica Federal, utilizada para fins de custeio de programas sociais.

As consequências dessa alteração também são indiretas, já que o não pagamento do antigo imposto sindical, pelas empresas, as impediam, inclusive, de manter contratos com o poder público ou mesmo participar de licitações, entre outros.

Nesse novo cenário, aliado às alterações tecnológicas constantes que causam grande impacto na sociedade cada vez mais informacional, a figura do sindicato vem sendo exigida em sua total força de representatividade, porquanto se trata de um momento histórico no qual deverá firmar presença, com menos recurso, mas com maior responsabilidade em relação à sua função originária e talvez até justificadora de sua existência, especialmente no tocante à busca de melhores condições para os trabalhadores, os quais se encontram cada vez mais distantes do conceito legal de categoria profissional previsto no art. 511, parágrafos 2º e 4º, da CLT¹, e considerando seu relevante papel na efetivação dos direitos sociais fundamentais.

Assim, o presente artigo tem como objetivo examinar os meios pelos quais o sindicato pode optar por uma reestruturação que lhe permita reorganizar sua forma de atuação a fim de atender, com menos recursos, os deveres que lhe competem, especialmente no que atine às disposições do art. 514 da CLT.

Para tanto, no primeiro capítulo, será examinado o conceito de sustentabilidade como exigência atual para o desenvolvimento da sociedade, em suas variadas acepções. No segundo capítulo, serão examinadas as situações capazes de transformar o sindicato

1 "Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas. (...) § 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional (...). § 4º Os limites de identidade, similaridade ou conexão fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural. (Redação restabelecida pelo Decreto-lei nº 8.987-A, de 1946)".

em um ente efetivamente sustentável, diante das novas exigências legais, tanto advindas a partir da Lei nº 13.467/17 quanto em razão dos próprios ditames constitucionais e das novas formas de prestação de trabalho no âmbito da sociedade tecnológica.

Por fim, o presente artigo pretende questionar se, para sua readequação enquanto ente sustentável, deverá o sindicato fugir das falácias e armadilhas² que lhe mantém atrelado a um passado já não mais existente, demonstrando estar um passo atrás da evolução da sociedade e do próprio conceito de trabalho.

Quanto à abordagem, a presente pesquisa segue o método dedutivo, utilizando, quanto ao procedimento, a pesquisa bibliográfica.

2 | CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Quando falamos em sustentabilidade nos vem logo à mente a questão do meio-ambiente, a proteção do planeta para a garantia da permanência da vida humana nas gerações futuras. Diminuir a poluição, preservar florestas, proteger a fauna são ideias que nos remetem à questão premente que precisa ser resolvida em nossa época.

Mas sustentabilidade é conceito que vai muito além, permeando todos os aspectos da vida humana, especialmente em sociedade. Trata-se, portanto, de conceito multidimensional. Trabalhando sob a perspectiva das responsabilidades estatais na manutenção de um meio ambiente saudável, Juarez Freitas conceitua sustentabilidade como:

[...] princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar (2019, p. 45).

Ainda, segundo o referido autor, cuida-se de “[...] *princípio constitucional que determina promover o desenvolvimento social, econômico, ambiental, ético e jurídico-político, no intuito de assegurar as condições favoráveis para o bem estar das gerações presentes e futuras*” (2019, p. 55).

Tal temática envolve uma questão fundamental, centrada no fato de que todos os aspectos da vida precisam ser sustentáveis, inclusive porque não existem recursos infundáveis. Compete ao Estado, de forma concorrente, mas não exclusiva, zelar por sua efetivação, não podendo fugir de sua própria responsabilidade em transformar-se – ele mesmo – em um Estado sustentável. Pode-se dizer, inclusive, que são indissociáveis as figuras do Estado sustentável e o cumprimento do direito fundamental à boa administração pública. Como refere Juarez Freitas,

² Por acordo semântico, adotam-se as definições de FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019, p. 150-164.

Sustentabilidade é multidimensional, porque o bem-estar é multidimensional. Para consolidá-la, indispensável cuidar da dimensão ambiental, sem ofender a social, a econômica, a ética e a jurídico-política. E, assim, reciprocamente, haja vista o fenômeno indesmentível da interconexão de tudo. Nessa ordem de considerações, *uma dimensão carece logicamente do reforço das demais*. Todas se encontram implicadas e formam o quadro de cores limpas da sustentabilidade como princípio constitucional e como valor (2019, p. 64).

A sustentabilidade é tão fundamental para o desenvolvimento da sociedade que sua observância vincula-se diretamente à manutenção do próprio Estado de Direito. Trata-se, efetivamente, de princípio garantidor da base de constituição e realização dos próprios direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Segundo Juarez Freitas,

O Estado Democrático, em sua crescente afirmação (nem sempre linear) da cidadania, tem o compromisso de facilitar e prover o acesso ao direito fundamental à boa administração pública, que pode ser assim compreendido: trata-se do *direito fundamental à administração pública eficiente e eficaz, proporcional cumpridora de seus deveres, com transparência, sustentabilidade, motivação proporcional, imparcialidade e respeito à moralidade, à participação social e à plena responsabilidade por suas condutas omissivas e comissivas* (2014, p. 21).

Não apenas o Estado, mas toda a sociedade precisa caminhar rumo à sustentabilidade, (re)construindo sua responsabilidade nessa direção, como questão precípua para sua reestruturação e manutenção futura. No dizer de Pedro Jacobi,

[...] a ideia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir uma limitação nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos através de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforma um sentimento de co-responsabilização e de constituição de valores éticos (1999, p. 179).

José Joaquim Gomes Canotilho (2010, p. 9) explica que, assim como outros princípios estruturantes do Estado Constitucional, a sustentabilidade se apresenta como princípio ‘aberto’, a reivindicar uma concretização conformadora, já que desprovida de soluções prontas. Menciona, assim, que

[...] o *imperativo categórico* que está na gênese do princípio da sustentabilidade e, se se preferir, da evolução sustentável: os humanos devem organizar os seus comportamentos e ações de forma a não viverem: (i) à custa da natureza; (ii) à custa de outros seres humanos; (iii) à custa de outras nações; (iiii) à custa de outras gerações. Em termos mais jurídicos-políticos, dir-se-á que o princípio da sustentabilidade transporta três dimensões básicas: 91) a *sustentabilidade interestatal*, impondo a equidade entre países pobres e países ricos; (2) a *sustentabilidade geracional* que aponta para a equidade entre diferentes grupos etários da mesma geração (exemplo: jovem e velho); (3) a *sustentabilidade intergeracional*, impositiva da equidade entre pessoas vivas no presente e pessoas que nascerão no futuro (2010, p. 9).

Sustentabilidade não significa apenas uma preocupação em termos de presente,

fruto da nossa atual consciência no sentido de que os bens, especialmente as riquezas naturais, não são infinitos. Henrique Rattner esclarece que:

Sustentabilidade também nos remete a uma dimensão temporal pela comparação de características de um dado contexto ecológico e sociocultural no passado, presente e futuro. O primeiro serve como parâmetro de sustentabilidade, enquanto que o último requer a definição do estado desejável da sociedade no futuro. [...]. Assim, a força e a legitimidade das alternativas de desenvolvimento sustentável dependerão da racionalidade dos argumentos e opções apresentadas pelos atores sociais que competem nas áreas política e ideológica. Cada teoria, doutrina ou paradigma sobre sustentabilidade terá diferentes implicações para a implementação e o planejamento da ação social.

Instituições e políticas relacionadas à sustentabilidade são construções sociais, o que não significa serem menos reais. Entretanto, sua efetividade dependerá em alto grau da preferência dada às proposições concorrentes avançadas e defendidas por diferentes atores sociais (1999, p. 234).

Com a figura do sindicato não poderia ser diferente. Compreendido como associação de trabalhadores e/ou empregadores reunidos na finalidade precípua de prestar assistência e – em última análise – proteção a seus associados, nas mais variadas esferas da vida em sociedade, como preconiza o art. 514 da CLT³, tal instituição somente será relevante enquanto sustentável.

E, enquanto ator social de extrema relevância diante dos deveres fundamentais que detém, mais do que nunca, deve o sindicato ater-se aos impactos gerados pela sua atuação concreta no mundo, hoje tecnológico, do trabalho.

3 | SUSTENTABILIDADE SINDICAL E SOCIEDADE TECNOLÓGICA

Foi com a Constituição Federal de 1988 que o constitucionalismo brasileiro presenciou, pela primeira vez, a inserção de um capítulo próprio para os direitos e garantias fundamentais, consagrando, igualmente, um capítulo destinado aos direitos sociais, com previsão de um grande rol de direitos para os trabalhadores (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2012, p. 541). Os direitos fundamentais sociais, como refere Ingo Sarlet,

[...] não são sociais pelo fato de serem, em primeira linha, ou mesmo exclusivamente, direitos coletivos, no sentido de sua titularidade ser eminentemente coletiva. Os direitos sociais assim foram e têm sido designados por outra razão, mesmo no âmbito da superada distinção entre direitos individuais e direitos sociais, visto que tal distinção não repousa na titularidade coletiva dos direitos sociais, mas na natureza e objeto dos direitos [...]

3 "Art. 514. São deveres dos sindicatos: **a)** colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; **b)** manter serviços de assistência judiciária para os associados; **c)** promover a conciliação nos dissídios de trabalho; **d)** sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu quadro de pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na Classe. **Parágrafo único.** Os sindicatos de empregados terão, outrossim, o dever de: **a)** promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito; **b)** fundar e manter escolas de alfabetização e prevencionais."

Os direitos sociais, ou foram como tal designados por serem direitos a prestações do Estado na consecução da justiça social, mediante a compensação de desigualdades fáticas e garantia do acesso a determinados bens e serviços por parte de parcelas da população socialmente vulneráveis, ou mesmo, como é o caso dos trabalhadores (que incluem uma série de direitos típicos de liberdade e de igualdade, no sentido de proibições de discriminação), a qualificação de tais direitos como sendo também direitos sociais está diretamente vinculada à garantia de tutela de uma determinada classe social (os trabalhadores) no âmbito de relações no mais das vezes marcadas por níveis de manifesta assimetria – e desequilíbrio – de poder econômico e social. (2018, p. 225)

O papel do sindicato na efetivação dos direitos fundamentais sociais vincula-se diretamente à sua atuação e liberdade de atuação frente ao outro polo da relação negocial, representada pelo empregador, ante o desequilíbrio entre poder econômico e social, entre capital e trabalho.

Como refere José Carlos Arouca (2019, p. 42), a autonomia da organização sindical se dá de várias formas, com destaque na autonomia coletiva privada “como competência e legitimidade para disciplinar a atuação interna do grupo organizado e instituir normas e condições de trabalho que serão aplicáveis no âmbito da relação de emprego”, de forma a obrigar a todos os envolvidos na negociação.

A fim de bem cumprir seu mister, deve o sindicato ser capaz de garantir sua manutenção, o que passa, necessariamente, pela forma como se dá o seu financiamento, a sua questão orçamentária.

Tais questões encontram maior relevância justamente num momento histórico marcado pelo avanço tecnológico que permeia todos os aspectos da sociedade, com ênfase nas consequências ainda mais profundas no que diz respeito às relações de trabalho e a forma como vem se configurando o mercado de trabalho.

Como aponta Vanessa Patriota da Fonseca (2020, p. 369) vivemos uma época em que urge que a atuação sindical seja vista, inclusive, para além das fronteiras dos Estados-Nações, diante de uma realidade em que as categorias profissionais encontram-se verdadeiramente fragmentadas e os postos de trabalho pulverizados. Ademais, como refere a autora (2020, p. 360), nos deparamos hoje com uma nova modalidade de subordinação, a cibernética, a demandar maior atenção, tanto regulatória quanto protetiva.

Luiz Gustavo Ribeiro Augusto (2021, p. 26) ressalta a complexidade decorrente das novas formas de prestação de trabalho, as quais, a exemplo dos trabalhadores em plataformas digitais, escapam do leque de proteção legislativa por nós conhecida e, conseqüentemente, escapam do espectro de proteção sindical. A dinâmica prestacional do trabalho se altera de tal forma na sociedade tecnológica que nem o Estado, através do Direito, nem o ente sindical, pela negociação coletiva, conseguem atuar de forma plena no caráter protetivo e regulador que lhe competem.

Ainda, desde a alteração legislativa advinda a partir da Lei nº 13.467/17, o sindicato

se vê envolto no impacto causado pela facultatividade da contribuição sindical na forma de sua atuação, como destacam Denise Fincato e Maria Cláudia Felten:

Com a Reforma Trabalhista, há mudança drástica na lógica do sistema. A contribuição antes compulsória e geral, passa a ser facultativa e, no tocante à profissional, pendente de prévia e expressa concordância e autorização (em razão do consequente desconto salarial).

Em razão do histórico das relações sindicais no Brasil, do modelo de sindicalismo aqui adotado e, ainda, da crise econômica e da própria cultura do povo (que, sendo-lhe facultado, seguramente, deixará de contribuir) trata-se de alteração significativa no cenário das relações sindicais e trabalhistas [...]. (2018, p. 58)

Os sindicatos, pelo sistema brasileiro, obtinham receita a partir da mensalidade, da contribuição assistencial, da contribuição confederativa e da contribuição sindical, esta última caracterizada como tributo compulsório e forma mais eficaz, em termos práticos, de aquisição de receita, dado seu cunho obrigatório (FINCATO; FELTEN, 2018, p. 58). Tal contribuição encontrava-se prevista nos artigos 578 e 579 da CLT⁴. Impende salientar que a contribuição assistencial e a mensalidade social somente podem ser exigidas dos empregados associados ao Sindicato, não podendo ser impostas à generalidade da categoria profissional, sob pena de ferir-se o disposto nos artigos 5º, XX e 8º, V, da CF/88, no que tange ao direito de livre associação e sindicalização. Sara Costa Benevides esclarece que:

É preciso atentar que a CLT, em seu artigo 564, expressamente veda que os sindicatos exerçam, direta ou indiretamente, atividades econômicas. Há discussão se esse artigo teria sido ou não recepcionado pela CF/88, pois restringe a autonomia sindical. Em alguns países, como é o caso da Alemanha, os sindicatos atuam de forma significativa na área econômica.

[...]

A alteração, em certa medida, coaduna-se com os preceitos de liberdade sindical. Contudo, há o risco de matar de inanição diversos sindicatos menores, e não necessariamente pouco representativos. Diante desse novo cenário legal, a interpretação quanto às demais formas de custeio do sindicato deverá ser revista. (2018, p. 178)

Gabriella de Assis Wanderley e Ana Virginia Moreira Gomes (2019, p. 311-329) com precisão referem que tanto a contribuição compulsória quanto a própria regra da unicidade sindical, a estrutura confederativa e o sistema de representação por categoria “criam um sistema no qual se facilita a criação de sindicatos, ao mesmo tempo em que se desincentiva a prestação de contas por esses mesmos sindicatos e a filiação sindical por

4 “Art. 578. As contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação do “imposto sindical”, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo.” “Art. 579. A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591.”

parte dos trabalhadores”, o que leva ao enfraquecimento da atuação sindical e de uma efetiva proteção ao trabalhador.

Releva notar que o sindicato brasileiro, desde sua consolidação enquanto ente representativo, se vê envolto em diversas antinomias⁵. Ora, se por um lado podemos extrair do art. 8º, V, da CF/88 que a intenção do legislador constitucional foi, efetivamente, garantir a liberdade sindical, por outro, o próprio texto normativo abre margem para o engessamento do sistema, seja através do enquadramento sindical, seja em razão da contribuição obrigatória.

Bruno Ferraz Hazan (2019, p. 30), ao tratar do modelo brasileiro de unicidade, ressalta que esta, “[...] em sua concepção natural, possui natureza transitória. Serve, de acordo com seus defensores, para evitar a pulverização de uma classe trabalhadora em fase inicial de organização”. Assim, sua previsão, nos moldes constitucionais, seria apenas para permitir a criação de sindicatos fortes, capazes de decidirem pela manutenção ou não de tal sistemática. Contudo, e como refere,

A ideia do monismo sindical foi cooptada pelo sistema corporativista brasileiro, que, de forma danosa, transformou seu sentido. E a perniciosidade revelada não é compatível com a nova ordem constitucional.

A impropriedade parece não ter sido percebida. Ainda hoje, para os Tribunais Superiores e grande parte da doutrina, a unicidade (e sua formatação corporativa) é considerada intransponível, especialmente por estar expressa no texto constitucional.

Com isso, não obstante a feição democrática da Constituição de 1988, desenvolveram-se interpretações no sentido de recepção constitucional de elementos típicos do modelo de organização sindical corporativo instituído por Getúlio Vargas na década de 1930 (unicidade, sistema confederativo por categorias e contribuição sindical). Referido modelo corporativo vigorou por décadas no Brasil, e a presença de resquícios de autoritarismo na estrutura sindical, por certo, vai de encontro aos valores constitucionais postos de liberdade e autonomia sindicais e de democracia. (2019, p. 30)

Entretanto, não se pode olvidar que a reforma parcial relativa ao sistema de contribuição sindical⁶ não resolve por completo a necessidade de readequação da estrutura do próprio sistema sindical brasileiro, há tempo passível de críticas. A sustentabilidade sindical exige desde a implementação de uma liberdade plena, talvez nos moldes do quanto

5 Juez Freitas refere que “Um dos mais inquietantes desafios para o intérprete sistemático, mormente em face do pluralismo axiológico, concerne às antinomias, tidas como inaceitáveis de antes de Justiniano. Com efeito, ao longo da história, a circunstância de haver prescrições incompatíveis tem sido percebida como agressiva à medula do sistema jurídico, porquanto este necessita afugentar más incompatibilidades para se alicerçar com mínima racionalidade, fazendo-se concretamente dotado de pressuposta harmonia”. (2010, p. 87-88).

6 Luiz Gustavo de Andrade e Ana Paula Pavelski defendem a manutenção da obrigatoriedade do recolhimento da contribuição sindical, uma vez não ter sido alterada, pela reforma, sua natureza de tributo, apenas a forma de pagamento. No aspecto, referem que “[...] o caráter tributário, decorrente de imperativo constitucional, afasta da contribuição sindical qualquer interpretação no sentido de ser ela, agora, facultativa ou de pagamento voluntário [...]”. Ora, “facultatividade” é elemento incompatível com o conceito e o caráter tributário da contribuição sindical”. ANDRADE, Luiz Gustavo de. PAVELSKI, Ana Paula. Reflexos da Reforma Trabalhista na Contribuição Sindical: Tributo que persiste em caráter obrigatório. In *Reforma Trabalhista III*, 2017, p. 34-45. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/122550/2017_andrade_luiz_reflexos_reforma.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 jun. 2021.

preconizado pela Convenção nº 87 da OIT⁷, não ratificada pelo Brasil, até a reformulação de sua própria estrutura. Talvez seja o momento atual, diante da inexistência de uma contribuição sindical obrigatória, o mais adequado para o fim de se trabalhar na direção de uma pluralidade sindical que atenda efetivamente aos interesses do trabalhador, ampliando seu leque de atuação para além dos associados, uma vez que tanto as novas tecnologias, nelas incluídas a programação algorítmica, a inteligência artificial, o teletrabalho e tantas outras tantas inovações que acabam por diluir o conceito de categoria e de empregado, deixando à margem da proteção legal e negocial elevado número de trabalhadores que, certamente, teriam interesse na sindicalização caso o sindicato ampliasse sua esfera de atuação para abarcar o trabalhador em suas diversas acepções, e não apenas o empregado celetista.

Como leciona Gilberto Stürmer,

O interesse coletivo não é a soma dos interesses individuais, mas a sua combinação, sendo, portanto, indivisível, no sentido de que satisfaz não diversos bens destinados às necessidades individuais, mas um único bem apto a satisfazer as necessidades de uma coletividade. O objeto do sindicalismo é regular as condições de trabalho de uma categoria (de interessados, independentemente de local de trabalho ou de atividade) através das normas coletivas e exercer a atividade sindical plena, no sentido de regular os interesses gerais da classe e dos trabalhadores como um todo, aspecto não encontrado nas relações individuais. (2005, p. 124)

Muito além da questão financeira, as entidades sindicais precisam remodelar a sua gestão, ante a relevância de suas atribuições. Se durante anos o ente contou com uma contribuição compulsória com natureza de tributo que sustentava toda sua estrutura piramidal (sindicato de base, federação, confederação e, até mesmo, centrais sindicais) sem que isso representasse efetividade tanto de representação quanto de cumprimento de seus deveres elementares, a exemplo do disposto no art. 514 da CLT, pode-se afirmar que nunca se tratou de uma estrutura sindical sustentável.

Para que o sindicato porte-se como ente sustentável deve manter seus valores sob o domínio da ética⁸, a fim de obter resultados que se coadunem com tal finalidade. Na lição de Juan Luis Moreno Fontela,

[...] para argumentar que las cooperativas son positivas para la sociedade, es preciso considerar que los valores cooperativos son valores éticos. Cuando los valores em relación con los cuales se formulan juicios sobre una cooperativa se entienden como valores éticos, es posible usa esos valores para juicios sobre la sociedad que exceden el ámbito cooperativo (por ejemplo, que es

7 Dispõe o art. 2 da referida convenção: “Os trabalhadores e os empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas.” Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/temas/normas/WCMS_239608/lang--pt/index.htm. Acesso em: 25 mai. 2021.

8 Segundo Habermas, “[...] dependendo de como o problema se põe, a questão “Que devo fazer?” ganha um significado pragmático, ético ou moral. Em todos os casos se trata da fundamentação de decisões entre possibilidades alternativas de ação; as tarefas pragmáticas, porém, exigem um tipo de ação diferente das éticas e morais; as questões que lhe são correspondentes exigem um tipo de resposta diferente das respostas éticas e morais”. (1989, p. 11).

deseable que un valor este presente em la sociedad). Por el contrario, si dichos valores son juicios técnicos solo relativos a la práctica cooperativa, no se pueden emplear para juicios sobre la sociedad. Así, las cooperativas serían adecuadas para introducir valores éticos deseables en la sociedad, valores que actúan como criterios normativos de la actividad y desarrollo humanos y no al cumplimiento de los criterios de una práctica. (2017, p. 114-127)

Nessa mesma linha, a gestão orçamentária deve estar voltada ao cumprimento de suas atribuições fundamentais, atendendo ao interesse maior daquele que precisa do sindicato como instrumento realizador dos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal de 1988. O sindicato é, em última análise, o garantidor constitucional dos direitos humanos do trabalhador e todo o seu enfoque deve estar voltado para essa responsabilidade.

4 | CONCLUSÃO

No dizer de Jorge Miranda (2005, p. 90), a Constituição, sendo o fundamento do poder político, é do mesmo modo responsável por fundamentar a validade formal e substancial de todos os órgãos e de cada um deles, em relação aos quais se projeta, determinando sua subsistência, de forma direta ou indireta. Assim, o ordenamento jurídico deve guiar-se de modo a observar a natureza central da Constituição e dos direitos fundamentais nela insculpidos.

Interpretar conforme a Constituição e visando sempre a dar a maior efetividade possível aos direitos fundamentais implica, de certa forma, repensar se os meios até então utilizados se mostram capazes de atender as demandas impostas por lei. A revisão da estrutura sindical pressupõe o questionamento sobre se mesmo durante a vigência da contribuição compulsória o ente sindical geria sua atividade de forma a dar cumprimento aos seus deveres, especialmente quando nos referimos às disposições do art. 514 da CLT, de cunho essencial ao trabalhador, diante da realidade social.

Nesse cenário, faz-se necessário rediscutir, no âmbito trabalhista, a manutenção do sindicato nos moldes em que o conhecemos, especialmente diante dos ditames constitucionais e legais que envolvem a efetividade de sua atuação como instrumento de realização dos direitos buscados na seara trabalhista.

Questionar se o ente sindical se apresenta sustentável na atualidade não significa não valorar sua essencialidade no tocante ao papel que desempenha – ou deveria desempenhar, na salvaguarda dos direitos fundamentais dos trabalhadores e sua efetivação concreta. Significa, apenas, readaptar o instituto à nova dimensão trazida pelas alterações – sejam legislativas, tecnológicas ou sociais – e pelo contexto abrangente de sua atuação.

Ora, se sustentabilidade exige “lucidez para não ser vítima de falácias e armadilhas argumentativas”⁹, está mais do que na hora de o sindicato desapegar-se da armadilha do

9 Segundo Juarez Freitas, “Falácias são erros lógicos, conscientes ou inconscientes, enganadores e/ou autoenganadores, que servem para tecer as pré-compreensões equivocadas, conducentes a preconceitos ilegítimos, estereótipos

“*status quo*”, do verdadeiro apego ao estado de coisas como vem se conduzindo ao longo dos anos, a exemplo da própria contribuição compulsória, ou seja, já habituado a uma receita garantida, deixou de se preocupar em como bem utilizá-la, de modo a não ser pego de surpresa por eventual alteração legislativa modificadora da realidade.

Insustentável será o sindicato que não se readequar à nova realidade – social, tecnológica, laboral e, especialmente, orçamentária em que se encontra. Mais do que nunca é necessário sopesar o financiamento de sua estrutura e o financiamento de seus deveres mais elementares, a exemplo dos constantes no art. 514 da CLT.

Essa nova mentalidade exigirá a transposição de antigos paradigmas, das muitas falácias e armadilhas argumentativas e da própria forma como apresenta sua postura política no trato dos direitos essenciais dos trabalhadores.

Inexiste razão para a não implementação de uma postura sindical diferenciada frente à realidade tecnológica, uma postura sustentável que não implique diminuição da relevância constitucional atribuída aos sindicatos e sim efetivação plena do direito fundamental do trabalhador, sem restrições, limitações ou requisitos outros que não o cumprimento ético de seus deveres legais, alcançando a todos que dela efetivamente necessitem, de forma substancial, e não meramente formal.

Que o novo norte se dê no caminho da verdadeira reflexão e ponderação dos interesses envolvidos, e não apenas na insistência do retorno ao passado, como se este configurasse “direito adquirido” e garantido pela inércia na tomada de decisões capazes de interferir na realidade sindical.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luíz Gustavo de. PAVELSKI, Ana Paula. Reflexos da Reforma Trabalhista na Contribuição Sindical: Tributo que persiste em caráter obrigatório. **Reforma Trabalhista III**, 2017, p. 34-45. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/122550/2017_andrade_luiz_reflexos_reforma.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 jun. 2021.

AROUCA, José Carlos. **Organização Sindical no Brasil: Passado, Presente, Futuro(?)**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2019.

AUGUSTO, Luiz Gustavo Ribeiro. Interpretação Evolutiva do Direito Constitucional do Trabalho e sua aplicação no âmbito da 4ª Revolução Industrial. **Direito do Trabalho e Novas Tecnologias – Impacto da Revolução Tecnológica nas Relações de Trabalho e Nova Racionalidade Jurídica**. SALADINI, Ana Paula Sefrin; MARQUES FILHO, Lourival Barão (org.). Londrina/PR: Thoth editora, 2021, p. 21-36.

BENEVIDES, Sara Costa. Impactos da reforma trabalhista no modelo de custeio das organizações sindicais. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, MG, v. 64, n. 97, p. 178, jan./jun. 2018.

e más decisões”. Já armadilhas argumentativas, de raízes psicológicas, “despontam, recorrentemente, no processo de interpretação e aplicação do princípio da sustentabilidade”. (2019, p. 150-165).

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional. **Revista de Estudos Politécnicos**, 2010, Vol. VIII, nº 13, p. 7-18.

FINCATO, Denise; FELTEN, Maria Cláudia. Reforma trabalhista: contribuição sindical facultativa e futuro dos sindicatos no Brasil. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**. Curitiba, v. 07, n. 71, p. 58, ago./set. 2018.

FONSECA, Vanessa Patriota da. O *crowdsourcing* e os desafios do sindicalismo em meio à crise civilizatória. **Futuro do Trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da. (org). Brasília: ESMPU, 2020, p.357-372.

FREITAS, Juares. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

FREITAS, Juares. **Direito Fundamental à Boa Administração Pública**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

HABERMAS, Jürgen. Para o uso pragmático, ético e moral da razão. Tradução: Márcio Suzuki. **Estudos Avançados**, v. 3, nº 7, 1989, p. 4-19.

HAZAN, Bruno Ferraz. A incompatibilidade do modelo de unicidade sindical a partir da incorporação brasileira dos parâmetros da liberdade sindical. **Revista de Direito & Desenvolvimento da Unicatólica**, v. 2, nº 1, p. 30, janeiro/junho de 2019.

JACOBI, Pedro. Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Revista O Município do Século XXI: Cenários e Perspectivas**, CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, 1999, p. 175-183.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo VI. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

MORENO FONTELA, Juan Luis. Las relaciones entre los valores y principios cooperativos y los principios de la normativa cooperativa. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, n. 124, mayo/agosto de 2017, p. 114-127. Universidad Complutense de Madrid, Madrid, España.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Liberdade Sindical e proteção do direito de sindicalização**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/temas/normas/WCMS_239608/lang--pt/index.htm. Acesso em: 25 mai. 2021.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade – uma visão humanista. **Ambiente & Sociedade**, Ano II, nº 5, 2º semestre de 1999, p. 234.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

STURMER, Gilberto. A liberdade sindical no Brasil e as concepções do direito de Ronald Dworkin. **Arquivo Jurídico**, Teresina – PI, v. 2, nº 1, 2005, p. 120-129.

WANDERLEY, Gabriella de Assis. GOMES, Ana Virgínia Moreira. Contribuições Sindicais Obrigatórias para Trabalhadores não Associados ao Sindicato são Contrárias ao Princípio da Liberdade Sindical? **Revista de Direito Brasileira**. Florianópolis, Sc. V. 24, n° 9, p. 311-329, set./dez. 2019.

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA SOBRE A EFETIVIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 13/03/2022

Uonis Raasch Pagel

Mestre em Engenharia e Desenvolvimento
Sustentável

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória - ES

<http://lattes.cnpq.br/5826824902607465>

Jaqueline Carolino

Doutora em Propriedade Intelectual e Inovação
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Vitória - ES

<http://lattes.cnpq.br/5515884948603668>

RESUMO: Objetivou-se analisar os impactos advindos do reconhecimento das Indicações Geográficas (IGs). Para viabilizar o estudo, optou-se, pelo caso específico do estado do Espírito Santo, pelo fato deste ocupar a quarta posição no *ranking* de estados brasileiros que lideram os reconhecimentos ocorridos até 2019. Em termos metodológicos, a pesquisa caracterizou-se como aplicada, qualitativa e descritiva. Configurou-se como uma pesquisa bibliográfica com uso, mais específico, de fontes de informações secundárias. Como principal conclusão evidenciou-se que as externalidades positivas geradas com o reconhecimento das IGs no estado do Espírito Santo, apesar de serem citadas nas fontes consultadas, não são sistematizadas e/ou disponíveis em documentos e/ou perceptíveis em indicadores. Desta forma,

essa situação nos remete à necessidade de uma reflexão para um debate sobre como são gerados e quais são os indicadores utilizados para a avaliação dos impactos advindos pela implantação/reconhecimento das IGs como estratégia de desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: Indicações Geográficas. Propriedade Industrial. Espírito Santo.

GEOGRAPHICAL INDICATIONS IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO: A NECESSARY REFLECTION ON THE EFFECTIVENESS OF IMPLEMENTATION

ABSTRACT: The objective was to analyze the impacts arising from the recognition of Geographical Indications (GI). In order, to make the study feasible, we chose, for the specific case of the state of Espírito Santo, because it occupies the fourth position in the ranking of Brazilian states that lead the recognitions that occurred until 2019. In methodological terms, the research was characterized as applied, qualitative and descriptive. It was configured as a bibliographic search with more specific use of secondary information sources. As a main conclusion, it was evidenced that the positive externalities generated with the recognition of GI in the state of Espírito Santo, despite being cited in the consulted sources, are not systematized and/or available in documents and/or perceptible in indicators. Thus, this situation leads us to the need for reflection for a debate on how they are generated and what are the indicators used to assess the impacts arising from the implementation/recognition of the GI as a regional development strategy.

KEYWORDS: Geographical Indications.

1 | INTRODUÇÃO

A Indicação Geográfica (IG) é o reconhecimento da identidade geográfica, na forma de registro, a uma região geográfica específica que se tornou conhecida ou apresenta vínculos relativos à qualidade, às características e à procedência com um produto ou serviço garantindo o direito a exclusividade de produção. Atua como instrumento de apropriação territorial por parte de produtores e prestadores de serviços de localidades protegidas por esse ativo, valorizando e preservando aspectos singulares (CAROLINO et al., 2017; 2019; INPI, 2020c).

Ao longo da história as IGs assumiram um papel de relevância ao remeterem à ideia de que os produtos e serviços tem uma “assinatura” que reflete características dos lugares e das pessoas. Dessa forma, como se destinam a diferenciar produtos e serviços, as IGs representam elementos de reputação ou qualidade diferenciada, o que ressalta a existência de significado para alguém (CHIMENTO, 2015).

A IG refere-se a um dos ativos de Propriedade Intelectual¹, mais especificamente a um ativo de Propriedade Industrial. Um dos objetivos dos direitos de propriedade intelectual é evitar que terceiros possam explorar, economicamente, ativos intelectuais, sem que tenham a permissão do titular do direito de propriedade (LOCATELLI, 2008).

A proteção jurídica da IG assegura o fruto da criatividade humana, estimula a inventividade e permite que o desenvolvimento social e cultural esteja diretamente ligado ao crescimento econômico de uma determinada região (MOREIRA, 2018).

Nesta situação tem-se o caso das IGs concedidas em território brasileiro. No entanto, as IGs brasileiras ainda estão em processo de expansão e consolidação, pois muitas delas têm sido constituídas no decorrer dos últimos anos, indicando alto potencial para produtos e serviços típicos de determinada região que preservam diferentes tradições e a valorização cultural.

No Brasil, a discussão sobre as IGs como estratégia de desenvolvimento regional tem avançado, apesar de encontrar-se em fase inicial quando comparada a outros países, como, por exemplo, a China (KAKUTA, 2006). Prova disso é que, ainda que tardiamente, as IGs brasileiras entraram na agenda governamental e se tornaram uma política pública, permitindo, inclusive, a criação de órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)², onde atuam na identificação, caracterização, registro e fortalecimento da cadeia produtiva regional.

1 O sistema de Propriedade Intelectual compreende direitos relativos a três grupos: (1) Direitos de Autor e Conexos; (2) Propriedade Industrial; e (3) Direitos *Sui generis* (WIPO/OMPI/INPI, 2016; CAROLINO et al., 2019).

2 No MAPA, como suporte técnico aos processos de obtenção de registro de IG, tem-se a Coordenação de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG), vinculada à Coordenação Geral de Agregação de Valor (CGAV) do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação (DEPROS) da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI) (MAPA, 2021).

Todavia, alguns desafios ainda precisam ser superados, principalmente de natureza mercadológica. Dentre estes, como já descrito por Pellin (2019), destacam-se: (i) o desconhecimento do conceito de IG por parte dos consumidores e/ou sua comparação errônea aos selos de qualidade e às marcas de certificação; (ii) preços mais elevados dos produtos com registros de IG em relação aos demais produtos, em função do seu sistema produtivo possuir custos mais elevados; (iii) baixa escala de produção, em detrimento das especificidades da produção; (iv) baixa divulgação e poucas campanhas de *marketing* dos produtos com registros de IG nos mercados capixaba e nacional; entre outros.

O enfrentamento desses desafios será possível com a implementação de políticas públicas de estímulo ao consumo de produtos registrados com IG e de medidas que tornem os preços desses produtos mais acessíveis aos consumidores (com menores custos de produção), permitindo-os competir com os demais em igualdade no mercado. Contudo, fundamental é que essas políticas públicas não deixem de lado as características que constituem uma IG e considerem o protagonismo dos produtores regionais como fator determinante para promover ou estimular o desenvolvimento local.

Todavia, muito embora a literatura e até mesmo experiências emblemáticas no mundo reconheçam as IGs como estratégia de desenvolvimento regional, necessita-se analisar se há garantias de que isso efetivamente ocorra. Neste sentido, a questão das IGs torna-se relevante não só em ações de apoio ao seu processo de reconhecimento, mas também em etapas posteriores ao reconhecimento. Ou seja, neste percurso a análise dos impactos advindos do reconhecimento das IGs é crucial para se avaliar se estão funcionando como propulsoras de desenvolvimento ou apenas como uma garantia atribuída por um título de proteção jurídica.

No entanto, para viabilizar este estudo, optou-se, pelo caso específico do estado do Espírito Santo. Tal escolha se justifica pelo fato do referido estado destacar-se na concessão de IGs, chegando a ocupar a quarta posição no *ranking* de estados brasileiros que lideraram esses registros em 2019, como revela o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI, 2020b).

À vista disso, questiona-se: considerando o Espírito Santo um grande detentor de IGs frente a outros estados brasileiros, quais seriam os efetivos impactos decorrentes desses registros?

Em atendimento a este questionamento, o objetivo geral deste trabalho centra-se em analisar a efetividade da implementação das IGs no estado do Espírito Santo, elencando, para isso, os potenciais desdobramentos advindos a partir do reconhecimento das IGs até o atual estágio, permitindo, assim, identificar e compreender os impactos econômicos, sociais e regionais associados.

Para atingir tal objetivo, a pesquisa caracterizou-se pela sua natureza como aplicada, pela sua abordagem como qualitativa e pela sua finalidade como descritiva. Configurou-se como uma pesquisa bibliográfica com uso, mais específico, de fontes de informações

secundárias. Destacam-se como fontes de informações utilizadas artigos científicos, livros, dissertações, documentos técnicos (relatórios e legislação) e internet.

De forma a permitir a execução da pesquisa, esta foi estruturada em três partes além desta introdução. A primeira parte apresenta considerações sobre as IGs e suas características em termos da legislação brasileira. A segunda parte aborda especificamente as IGs do estado do Espírito Santo e busca identificar indicadores que atestem a efetividade de sua implementação no que se refere ao impacto no desenvolvimento regional. E, por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

As IGs são identificadas por sinais distintivos protegidos pelos direitos relativos à propriedade intelectual. No Brasil, são certificadas por meio de registros concedidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e regulamentadas pela Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (BRASIL, 1996), também conhecida como Lei da Propriedade Intelectual (LPI).

O sinal distintivo de IG³ remete à localização de origem e às condições especiais da fabricação dos produtos, permitindo que os consumidores possuam a garantia de que estão adquirindo um produto diferenciado pela qualidade de sua procedência (CUNHA, 2011), além de valorizar a cultura local e fomentar atividades turísticas.

A LPI nº 9.279/1996 não conceitua o que seja a IG propriamente dita, mas a classifica como uma categoria dividida em duas espécies, quais sejam: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). Em seus artigos 177 e 178, a LPI dispõe que (BRASIL, 1996 [grifo nosso]):






Art. 177 - Considera-se **indicação de procedência** o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178 - Considera-se **denominação de origem** o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Assim, a IP protege o nome geográfico que se tornou conhecido por conta de um produto ou serviço e a DO pressupõe que as peculiaridades de uma determinada área geográfica influenciam exclusivamente ou essencialmente em um produto ou serviço, agregando-lhe um diferencial. Dessa forma, evidencia-se que as IGs não são um processo de criação, mas de construção prévia (INPI, 2020a).

3 O sinal distintivo de IG se estende à representação gráfica ou figurativa da IG (elementos figurativos que façam alusão ao lugar de origem ou ao produto ou serviço que a IG visa a assinalar), bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade do seu território (associado a mapas, representações cartográficas, representações gráficas planas ou desenhos da área geográfica de IG). Não se configura, portanto, como selo, marca de produto ou serviço, marca coletiva, ou ainda, marca de certificação (INPI, 2020a).

Até junho de 2020, o Brasil possuía 69 IGs concedidas (50 IPs e 19 DOs), sendo que destas, 5 foram concedidas a produtos do estado do Espírito Santo, as quais se visualizam no Quadro 1.

Representação	Número	Nome geográfico reconhecido	Produto	Espécie	Requerente	Data da concessão	Delimitação
	IG201001	Goiabeiras	Panelas de barro	IP	Associação das Panelleiras de Goiabeiras (APG)	04/10/2011	A área delimitada para a produção das panelas de barro situa-se no bairro de Goiabeiras, no município de Vitória
	IG201007	Cachoeiro de Itapemirim	Mármore	IP	Centro Tecnológico de Mármore e Granito (CETEMAG)	29/05/2002	A área delimitada para extração, beneficiamento e comercialização do mármore situa-se no município de Cachoeiro de Itapemirim
	IG200909	Linhares	Cacau em amêndoa	IP	Associação dos Cacaicultores de Linhares (ACAL)	31/07/2012	A área delimitada para o cultivo do cacau em amêndoa situa-se no município de Linhares
	BR402014000004-2	Região São Bento de Urânia	Inhame	IP	Associação dos Produtores de Inhame São Bento do Espírito Santo (APISBES)	20/09/2016	A área delimitada para o cultivo de inhame abrange os municípios de Alfredo Chaves, Castelo, Vargem Alta, Domingos Martins, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante
	BR402014000002-6	Venda Nova do Imigrante	Socol	IP	Associação dos Produtores de Socol de Venda Nova do Imigrante (ASSOCOL)	12/06/2018	A área delimitada para a produção de socol situa-se na região nordeste do município de Venda Nova do Imigrante

Quadro 1: IGs concedidas a produtos do estado do Espírito Santo

Fonte: Elaboração própria a partir de INPI (2020b).

3 | INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DE ORIGEM CAPIXABA E SUA EFETIVIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

3.1 IG Goiabeiras

As panelas de barro produzidas artesanalmente pelas paneleiras da região de Goiabeiras no município de Vitória, constituem-se em um ofício tradicionalmente repassado por sucessivas gerações, nos âmbitos familiar e comunitário. As artesãs produzem panelas de barro utilitárias, cuja confecção está ligada à gastronomia e é indissociável na apresentação das moquecas e tortas capixabas, iguarias reconhecidas como especialidades da gastronomia nacional e consumidas tradicionalmente na “Semana Santa”. A fabricação das panelas reúne, mescla e conserva elementos característicos das culturas indígena, portuguesa e africana (INPI, 2020c).

Segundo a Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG, 2010), a matéria-prima para a confecção das panelas de barro, a argila, é extraída de uma jazida localizada no Vale do Mulembá, na própria região de Goiabeiras, por “tiradores de barro”, que a misturam com sedimentos que são encontrados na superfície, dando a liga necessária para a produção das panelas. A técnica cerâmica utilizada é caracterizada por modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino. Desse modo, o fator histórico e a tradição cultural agregam valor ainda maior ao produto.

Com significativa demanda entre os restaurantes capixabas, os produtos autorizados para a IP Goiabeiras e que conquistaram notoriedade nacional, são compostos pelas panelas de barro dos tipos: moquequeira ou frigideira, panela de arroz ou de pirão, panela de caldo, caldeirão e assadeira (INPI, 2020b).

Um dos principais benefícios que a IP proporcionou às paneleiras de Goiabeiras foi a garantia de origem e legitimidade para as tradicionais panelas, que, por terem alcançado notoriedade nacional, eram copiadas e falsificadas (INPI, 2020c). O registro da IG protege juridicamente o nome Goiabeiras, evitando que seja utilizado de forma indevida. Ainda neste campo, Lima e outros (2015, p. 172) afirmam que a proteção de IG concedida às panelas de barro da região de Goiabeiras, trouxe como benefícios para a população local, especialmente, a geração de renda que permite sustentar as famílias dos produtores, e “o reconhecimento, não só desta, mas também da qualidade do produto e de sua importância para o turismo gastronômico, que cresceu consideravelmente após a concessão do registro”.

3.2 IG Cachoeiro de Itapemirim

O município de Cachoeiro de Itapemirim é reconhecido internacionalmente por seu parque industrial de beneficiamento de rochas ornamentais, em especial, o mármore.

O mármore é uma rocha metamórfica formada pela transformação de uma rocha preexistente, como o calcário. Essa transformação é resultado de mudanças geológicas,

em que a estabilidade da rocha se mantém somente por uma modificação correspondente à sua forma.

No caso do mármore de Cachoeiro de Itapemirim, ocorre o metamorfismo termal, onde há predominâncias de temperaturas e onde são mais acentuados os fenômenos de recristalização (CETEMAG, 2010). Tal característica permitiu-o conquistar um grau de beleza e qualidade comparável às melhores rochas do gênero encontradas no mercado internacional, transformando-o numa IP brasileira.

Além disso, a evolução dos setores de exploração e beneficiamento de mármore e sua comercialização nacional e internacional transformaram Cachoeiro de Itapemirim no centro mais importante do setor de rochas ornamentais do país. O setor mineral é atualmente a principal fonte de movimentação da economia na região (INPI, 2020c).

Dentre os potenciais ganhos advindos a partir do reconhecimento da IG Cachoeiro de Itapemirim, citam-se: (i) o desenvolvimento rural, incluindo geração de empregos e manutenção das populações no campo; (ii) o aumento das atividades turísticas, em detrimento fundamentalmente da realização da Feira Internacional do Mármore e Granito, que ocorre anualmente no estado e atrai muitos investidores; (iii) a facilidade de exportação das rochas, permitindo a ampliação do renome internacional tanto para o município, quanto para a qualidade dos produtos em si; (iv) o aumento do valor agregado dos produtos, garantindo maior renda aos produtores; e (v) os novos investimentos na região realizados por empresas com mesmo parque tecnológico (INPI, 2020c).

Dados do INPI (2020c) revelam que, além da comunidade local perceber e reconhecer a importância da IG conquistada, os indicadores socioeconômicos do município de Cachoeiro de Itapemirim melhoraram consideravelmente nos últimos 20 anos após concessão do registro. As melhorias mais notáveis foram no grau de desenvolvimento econômico da região e nos municípios considerados de entorno, que demonstraram serem fornecedores de mão-de-obra para o município.

Adicionalmente, a geração de riquezas advindas da exportação das chapas de mármore tem garantido ao estado do Espírito Santo ser um dos grandes responsáveis pelo considerável crescimento da balança comercial brasileira no decorrer dos últimos anos.

3.3 IG Linhares

O município de Linhares, no norte capixaba, é considerado a terra do super cacauero. Investimentos em tecnologia, valorização do conhecimento científico e em mão-de-obra qualificada fizeram da região uma referência no cultivo do cacau.

Segundo a Associação dos Cacaucultores de Linhares (ACAL, 2011) a consolidação da produção do cacau se deu a partir de ações governamentais, especialmente, por meio de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do cultivo do fruto na região. Dentre elas, citam-se: (i) a inauguração da estação experimental de cacau na fazenda Goytacazes em 1921, que serviria como escola para os agricultores; (ii) a promulgação da

Lei nº 1.711/1929, com as concessões gratuitas para a ocupação de terras não loteadas às margens do rio doce destinadas ao plantio de cacau; (iii) o termo de compromisso firmado entre entidades como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, o Instituto Capixaba de Pesquisa e a Prefeitura de Linhares em atendimento aos produtores locais, com a finalidade de viabilizar a cultura do cacau e a preservação da “Floresta Rio Doce”, com árvores centenárias que abrigam a plantação de pés de cacau.

O processo de beneficiamento do cacau em amêndoa engloba diversas etapas, desde: colheita, lavagem, quebra, fermentação, secagem, armazenamento, seleção e classificação. O objetivo é oferecer amêndoas secas, livres de impurezas, de boa aparência e qualidade. Na colheita, são aproveitados somente os frutos maduros, por possuírem quantidade ideal de açúcares. Os frutos são lavados e após sua quebra, são levados para fermentar, etapa que dura entre cinco e sete dias e permite a formação dos sabores e aromas típicos do chocolate. Após os processos de secagem e armazenamento, os produtores fazem a seleção e classificação, garantindo o melhor do cacau em amêndoa (ACAL, 2011).

Por meio de estudos científicos e aprimoramentos genéticos, pesquisadores produziram híbridos de cacau de alta qualidade e mais adequados às condições locais, permitindo uma produção em maiores quantidades sob menor tempo de colheita, além de frutos com sementes maiores, mais resistentes a pragas e sem deixar de perder seus valores nutricionais (ACAL, 2011). Com isso, a obtenção do registro de IP de Linhares permitiu uma produção dentro de um padrão pré-estabelecido, resultando em um cacau de qualidade, premiado no Salão Internacional de Chocolate, realizado em Paris. Tal ação, garantiu notoriedade ao produto.

Atualmente, o município de Linhares possui cerca de 20 mil hectares cultivados de cacau, em aproximadamente 600 propriedades, gerando 5 mil empregos (INPI, 2020c). A produção do cacau em larga escala permitiu ainda a conservação de remanescentes do bioma Mata Atlântica, aliando, assim, desenvolvimento social à preservação ambiental.

Em linhas gerais, como principais ganhos relacionados ao reconhecimento da IG Linhares, citam-se os benefícios que englobam aumento no valor dos produtos já reconhecidos anteriormente no mercado; estímulos a novos investimentos na região; e o desenvolvimento de outros setores da economia local, como a agricultura familiar, de grande importância por permitir a diminuição de parte das desigualdades sociais.

3.4 IG região São Bento de Urânia

A história da produção de inhame na região de São Bento de Urânia se inicia por volta de 1887 com a chegada de imigrantes italianos na região de clima ameno e solo arenoso, propícios para o cultivo do inhame⁴.

Segundo a Associação dos Produtores de Inhame São Bento do Espírito Santo

4 Inicialmente, o cultivo do inhame se dava ao redor de brejos e córregos, mas ao logo do tempo produtores verificam que a plantação era mais viável em terrenos secos, devido à facilidade do plantio e colheita (APISBES, 2016).

(APISBES, 2016), a área delimitada como IG para o cultivo de inhame abrange os municípios de Alfredo Chaves, Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante e Vargem Alta, no sul do estado do Espírito Santo. Entretanto, dentre estes municípios, é a região de São Bento de Urânia, localizada na zona rural de Alfredo Chaves, que responde por cerca de 80% de toda a produção do inhame, conferindo-a, portanto, o título de IG. A região é ainda uma das maiores produtoras de inhame do Brasil e isso fez com que o município de Alfredo Chaves se tornasse conhecido com a capital nacional do inhame (INPI, 2020c).

Dentre as variedades plantadas em solo capixaba estão os inhames: chinês, branco do brejo e rosa italiano. A região conta também com a variedade são bento, uma cultivar⁵ do tubérculo genuinamente capixaba, que foi registrada junto ao MAPA em 2008, pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) (APISBES, 2016).

O inhame faz parte da economia e da cultura de São Bento de Urânia. O seu plantio e comércio são fatores importantes de geração de emprego e renda para os produtores locais e suas famílias. Além disso, desde 2007 é realizada anualmente a Festa do Inhame no município, que comemora o início do ciclo da colheita do produto e tem atraído muitos investimentos. A região conta também com parcerias locais, como instituições de apoio, que auxiliam os produtores nos quesitos de produtividade, qualidade e boas práticas agrícolas, incentivando a produção e o desenvolvimento regional (INPI, 2020c).

3.5 IG Venda Nova do Imigrante

O socol, embutido de carne suína feito do lombo do porco⁶ e envolto numa capa protetora, é uma receita que se mantém viva há anos pelas famílias da região noroeste de Venda Nova do Imigrante, município localizado na região serrana do Espírito Santo.

De acordo com a Associação dos Produtores de Socol de Venda Nova do Imigrante (ASSOCOL, 2014), o socol foi introduzido no Brasil por imigrantes italianos que se instalaram na região de Venda Nova do Imigrante por volta da década de 1880, em busca de terras férteis, água potável e clima agradável. Inicialmente, devido ao seu alto custo de produção e grande tempo de maturação, o produto era consumido pelas famílias em ocasiões especiais e servido a visitantes ilustres como prato principal. Soma-se a isso o fato de que na época não existiam sistemas de refrigeração e, assim, os produtores curavam a carne para conservá-la.

Os ingredientes autorizados para a elaboração do socol com IG Venda Nova do Imigrante são: lombo de carne suína resfriada, peritônio suíno, sal, pimenta do reino e alho. A indicação dos produtores é que este não seja cozido, mas consumido em finas fatias

5 Segundo a Lei nº 9.456/1997, cultivares são espécies de plantas que foram melhoradas devido à sua alteração ou introdução, pelo homem, de alguma característica que antes não possuíam. Elas se distinguem das outras variedades da mesma espécie de planta por sua novidade, estabilidade e homogeneidade (BRASIL, 1997).

6 Inicialmente, o socol era feito a partir da carne do pescoço de suínos. Atualmente, utiliza-se o lombo do porco para deixar o produto menos gorduroso (ASSOCOL, 2014).

na sua forma in natura. O seu modo de preparo consiste em temperar a carne, curar e armazenar de forma artesanal por meses, da mesma forma que os antepassados italianos faziam. O clima frio é essencial para sua produção, por possibilitar a proliferação de fungos que curam a carne (ASSOCOL, 2014).

Até a década de 1989, a produção de socol era destinada somente ao consumo próprio. Foi a partir desta data que sua produção começou a ganhar um caráter comercial como forma de complementar a renda das famílias (ASSOCOL, 2014). Atualmente, a iguaria é reflexo da cultura local e tem sido um importante instrumento de divulgação do município perante turistas e investidores, principalmente em função da reconhecida Festa do Socol, realizada anualmente.

Como principal benefício que a IP trouxe aos produtores do socol em Venda Nova do Imigrante tem-se sua atratividade associada ao agroturismo da região. Fator este que contribui para dar maior visibilidade às tradições locais, agregar valor ao produto artesanal e, conseqüentemente, fortalecer o desenvolvimento econômico do município (INPI, 2020c).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se que, de acordo com as fontes consultadas, além de possuírem caráter econômico, as IGs funcionam como importante fonte de desenvolvimento social e regional. As externalidades positivas geradas incluem desde a geração de novos empregos, o aumento da renda e do desenvolvimento regional, até o nível de conscientização de funcionamento da cadeia produtiva dos produtos registrados.

No entanto, até o momento, a sistematização de informações neste sentido ainda é muito escassa, o que dificulta uma análise mais aprofundada.

Apesar de citadas, não são perceptíveis as mudanças no comportamento do mercado consumidor. Bem como não são perceptíveis as gerações de novos empregos e de renda como efeitos causados a partir da implementação/reconhecimento das IGs no estado do Espírito Santo.

Essa situação nos remete à necessidade de uma reflexão para um debate sobre como são gerados e quais são os indicadores utilizados para a avaliação dos impactos advindos pela implantação/reconhecimento das IGs como estratégia de desenvolvimento regional. Especificamente, para o estado do Espírito Santo, durante a pesquisa não foi identificado nenhum documento neste sentido.

Por fim, menciona-se que a análise dos resultados deste estudo ainda é embrionária e, portanto, tornam-se necessárias futuras pesquisas sobre o mercado de IGs e os seus indicadores econômicos, sociais e regionais, a fim de aprofundar este debate não só em nível estadual, mas também em nível nacional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS (APG). **Regulamento de produção e uso da indicação de procedência das painéis de barro de “Goiabeiras”**. Vitória: APG, 2010. Caderno de Especificações Técnicas.

ASSOCIAÇÃO DOS CACAUCULTORES DE LINHARES (ACAL). **Regulamento da indicação geográfica de procedência do cacau de “Linhares”**. Linhares: ACAL, 2011. Caderno de Especificações Técnicas.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE INHAME SÃO BENTO DO ESPÍRITO SANTO (APISBES). **Regulamento de utilização da indicação de procedência “Região São Bento de Urânia” para o inhame**. Alfredo Chaves: APISBES, 2016. Caderno de Especificações Técnicas.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOCOL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE (ASSOCOL). **Regulamento de uso da indicação de procedência “Venda Nova do Imigrante” para o socol**. Venda Nova do Imigrante: ASSOCOL, 2014. Caderno de Especificações Técnicas.

BARBOSA, P. M. S.; FERNANDES, L. R. R. M. V.; LAGE, C. L. S. Quais são as indicações geográficas brasileiras?. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 10, n. 20, p. 317-347, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 mai. 1996.

_____. Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 abr. 1997.

CAROLINO, J.; CAMPOS, A. F.; PAGEL, U. R.; CARDOSO, T. B. Indicações Geográficas: potencialidades no estado do Espírito Santo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria (RS). **Anais...** Brasília: SOBER, 2017.

CAROLINO, J.; PAGEL, U. R.; FORNACIARI, G.; XAVIER, R. J.; CANDEIAS, L. M. M. Indicação Geográfica: o potencial da torta de mariscos da Ilha das Caieiras – Vitória/ES. In: RODRIGUES, J. F. (Org.). **Inovação, Gestão e Sustentabilidade**. 1. ed. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. v. 1, p. 331-338.

CENTRO TECNOLÓGICO DO MÁRMORE E GRANITO (CETEMAG). **Regulamento de produção e uso da indicação de procedência do mármore de “Cachoeiro de Itapemirim”**. Cachoeiro de Itapemirim: CETEMAG, 2010. Caderno de Especificações Técnicas.

CHIMENTO, M. R. **Indicação Geográfica na imprensa: cenário e desafios**. 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, C. B. V. **Indicações geográficas: regulamentação nacional e compromissos internacionais**. 2011. 272 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GOLÇALVES, L. A. S.; ALMEIDA, B. A.; BASTOS, E. M. S. Panorama das Indicações Geográficas no Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, a. 20, v. 3, n. 41, p. 130-144, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Manual de Indicações Geográficas**. Minuta da 1. ed. Rio de Janeiro: INPI, 2020a.

_____. **Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil**. Rio de Janeiro: INPI, 2020b. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

_____. **Indicações Geográficas Brasileiras**. Rio de Janeiro: INPI, 2020c. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/explorador-de-indicacoes-geograficas>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

KAKUTA, S. M. **Indicações Geográficas**: guia de respostas. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2006.

LIMA, T. L. M.; DANTAS, H. T. A.; COSTA, L. V. M.; GUIMARÃES, P. B. V. A Indicação Geográfica como alternativa para o desenvolvimento regional: o caso das panelas de barro de Goiabeiras. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 169-173, 2015.

LOCATELLI, L. **Indicações Geográficas**: a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico. Curitiba: Juruá, 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro?**. Brasília: MAPA, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MOREIRA, G. R. **As Indicações Geográficas brasileiras e suas nomeações**: uma discussão sob a perspectiva dos nomes geográficos. 2018. 235 f. Tese (Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2018.

PELLIN, V. Indicações Geográficas e o desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 20, n. 1, p. 63-78, 2019.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO)/ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)/ INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Curso Geral de Propriedade Intelectual DL-101P BR**. WIPO/OMPI/INPI, 2016.

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: SEUS DESAFIOS E PERSPETIVAS NO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Data de aceite: 02/05/2022

Camila Álvaro Mussa Napuanha

Mestranda em MBA

RESUMO: O debate sobre a posição de endividamento do setor público envolve, antes de tudo, a análise da restrição orçamentária (de longo prazo) do governo. Como tal restrição compreende os valores presentes de toda a evolução de despesas e receitas, de modo que o valor presente dos gastos públicos, deve ser menor ou igual à soma da sua riqueza inicial (ou dívida a pagar), mais o valor presente dos tributos a receber (descontadas as transferências). A imposição da condição de transversalidade com igualdade garante, portanto, que o valor presente dos superávits primários seja igual ao valor da dívida, conforme havíamos anunciado. Em um mundo sem incerteza, a condição de sustentabilidade da dívida pública é exatamente aquilo que se pode esperar que o governo em algum momento do tempo arrecade o suficiente não somente para pagar seus gastos correntes, mas também para honrar seus compromissos acrescidos dos devidos juros. Segundo Lakatos (1997), este tipo de pesquisa consiste na análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, documentos, manuscritos, revistas, dissertações, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Análise da capacidade de Moçambique contrair dividas

ABSTRACT: The debate over the indebtedness

position of the public sector involves, above all, the analysis of the (long-term) budget constraint of the government. As such restriction comprises the present values of the entire evolution of expenses and revenues, so that the present value of public spending must be less than or equal to the sum of your initial wealth (or debt payable), plus the present value of taxes receivable (less transfers). The imposition of the condition of transversality with equality guarantees, therefore, that the present value of the primary surpluses is equal to the value of the debt, as we had announced. In a world without uncertainty, the condition of public debt sustainability is exactly what can be expected: that the government will, at some point in time, raise enough not only to pay its current expenses, but also to honor its commitments plus the interest due. According to Lakatos (1997), this type of research consists of the analysis and interpretation of books, periodicals, legal texts, documents, manuscripts, magazines, dissertations, among others.

KEYWORDS: Analysis of Mozambique's capacity to contract debt.

1 | INTRODUÇÃO

O endividamento público constitui uma das principais questões de debate em Moçambique ao longo da última década, com destaque para os últimos cinco anos. Dada a relevância do tema para o País e a necessidade de produzir conhecimento sistemático para alimentar o debate público e influenciar as políticas públicas, o IESE integrou as questões

sobre a dívida pública nas suas linhas de investigação.

A abordagem dos rácios de sustentabilidade da dívida, conduzida pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), constitui um método dominante na análise sobre a dívida pública. Estes rácios permitem avaliar o risco de, a longo prazo, a economia do País devedor sofrer perturbações resultantes da sua dívida externa.

A actual crise da dívida e a descoberta das dívidas ilícitas tem trazido este tema novamente para o centro do debate.

A dívida pública tem aumentado consideravelmente ao longo dos anos e acompanhada pela mudança no padrão da dívida, isto é, de dívida concecional para dívida comercial. Consequentemente, surge uma grande preocupação em estudar os efeitos macroeconómicos advém da dívida pública.

Existência de poucos estudos empíricos e desagregado para o caso de Moçambique. O estudo procura avaliar os efeitos macroeconómicos da dívida pública (externa e interna) e do serviço da dívida (externa e interna) sobre o produto interno bruto real, nível geral de preços, taxa de cambio, taxa de juros de bilhetes de tesouro, e a taxa de juro prime lending.

O estudo argumenta que, de uma forma geral, tendo em conta a estrutura económica de Moçambique, o uso da dívida pública como estratégia para estimular a economia tem efeitos macroeconómicos negativos no longo prazo, e os poucos efeitos positivos do curto prazo são insignificantes. O governo deveria repensar a sua estratégia de financiamento.

Sustentabilidade das finanças públicas é normalmente sinónimo de sustentabilidade da dívida pública capacidade de um governo pagar o serviço da sua dívida pública.

No entanto, esta opção de política conduziu a dívida pública para um nível insustentável, agudizado com a descoberta das dívidas ilegais, entre 2014 e 2016, que mergulhou o País numa profunda crise da dívida. Associado à dinâmica da dívida pública, entre outros factores, o crescimento económico desacelerou, tendo a economia, nos últimos três anos (2016-2018), crescido em média, cerca de 3,5 % por ano.

Este artigo tem como a sustentabilidade da dívida pública do Mercado de Capitais em Moçambique: seus desafios e perspectivas no sistema financeiro internacional, onde tem como objectivo fazer uma reflexão à volta das dinâmicas de endividamento público em Moçambique contraído nos últimos anos.

Estas avaliações são úteis de um ponto de vista financeiro. No entanto, os países em desenvolvimento só vêm a sustentabilidade da dívida como totalmente positiva se fornecer financiamento suficiente para cumprir os seus objectivos nacionais gerais de desenvolvimento.

Abordar a questão da dívida pública é relevante pois altos níveis de endividamento público comprometem os objectivos de desenvolvimento do País porque usam parte significativa dos recursos para servir a dívida.

2 | CONCEITO TEÓRICO

Para Castel Branco (2010), a “sustentabilidade da dívida” é como a capacidade de um país para cumprir as suas obrigações da dívida sem requerer alívio da dívida ou acumular atrasados.

Para avaliar este tipo de sustentabilidade da dívida desenvolveram-se três principais metodologias internacionais – Análises do Alívio da Dívida para os Países Pobres Muito Endividados (PPME), o Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Baixa Renda (QSD-PBR) e o Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Renda Média (QSD-PRM), todas elas envolvendo o empreendimento de projeções de empréstimos planeados e variáveis económicas durante um período máximo de 20 anos e depois usando rácios que comparam o stock da dívida, o valor actualizado ou o serviço com o PIB, as exportações ou as receitas orçamentais para avaliar a capacidade de pagamento. Para uma discussão dos rácios e limiares de sustentabilidade usados nas metodologias PPME e QSD PBR.

Para Chivulele (2016), dívida pública de um país é considerada sustentável se:

A restrição orçamentária do governo pode ser satisfeita sem ruptura nas políticas monetária e fiscal. Como vamos esclarecer ao longo do capítulo, isso implica que o valor da dívida pública não deve ser superior ao valor presente de todos os superávits primários futuros (pp. 113-139).

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 56 da Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), a Dívida Pública compreende as obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, acordos e realização de operações de crédito.

Nos termos do n.º 2 do artigo 56 da mesma lei, a Dívida Pública divide-se em:

- a) Dívida Interna, a que é contraída pelo Estado com entidades de direito público ou privado, com residência ou domiciliadas no país, cujo pagamento é exigível dentro do território nacional; e
- b) Dívida externa, a que é contraída pelo Estado com outros Estados, organismos internacionais, ou outras entidades de direito público ou privado, e cujo pagamento é exigível fora do território nacional.

O requerimento que fazemos quanto à não ruptura das políticas monetária e fiscal é crucial aqui. Em última análise, podemos escrever a restrição orçamentária do governo, admitindo circunstâncias em que o default (não pagamento) ou a monetização da dívida ocorrem de forma que garanta a consistência formal das expressões matemáticas. Como veremos, nesse caso, as expressões matemáticas deixam de representar uma verdadeira restrição orçamentária para se tornarem equações de apreçamento que respondem à pergunta:

qual o valor hoje de uma dívida que em determinadas circunstâncias claramente identificadas não será paga em sua totalidade?

Equações de apreçamento permitem que dois ativos com “promessas de pagamentos contratuais” idênticas possuam preços de mercado distintos. Subjacente à diferença de preços está a percepção por parte dos indivíduos de que algumas das promessas contratuais não serão cumpridas. Já uma equação que represente a restrição orçamentária na discussão de sustentabilidade pressupõe o total pagamento dos valores contratualmente estabelecidos. Este último é, portanto, o conceito relevante para a definição de sustentabilidade.

Além da crítica apresentada por Ossemane (2010), Castel-Branco & Massarongo (2016) consideram que a abordagem dos limites de sustentabilidade da dívida é falaciosa. Estes autores apresentam duas razões. Primeira razão, a estrutura da economia pode tornar estes rácios em indicadores inadequados para medir a capacidade real da economia para servir a dívida. Por exemplo, uma economia que produz riqueza, mas não retém a riqueza produzida. Segunda razão, a sustentabilidade é politicamente definida, pois, por um lado, refere-se à capacidade política do Governo para impor austeridade em outras despesas para pagar a dívida e assegurar os retornos acordados com os credores e, por outro lado, reflete escolhas entre priorizar a satisfação dos credores e especuladores financeiros de acordo com as suas expectativas.

Segundo Castel-Branco & Massarongo (2016), o conceito de sustentabilidade da dívida foi o instrumento mais usado pelo Governo para rebater as críticas e os alertas sobre as tendências e dinâmicas do crescimento exponencial da dívida pública. Com base neste instrumento, o Governo argumentava que o País se encontrava dentro dos limites de sustentabilidade fiscal da dívida, justificando, desta forma, o contínuo recurso a dívida como mecanismo de financiamento dos seus programas de desenvolvimento.

A relação direta entre sustentabilidade e o valor presente dos resultados fiscais do governo deixa a impressão de que a determinação da sustentabilidade pode ser feita de forma objetiva, livre de qualquer ambiguidade. Infelizmente, não é esse o caso. Na prática, não sabemos quais serão os resultados primários futuros ou mesmo a taxa por que esses resultados serão descontados. Além disso, sendo o resultado primário do governo uma variável de escolha, qualquer inferência acerca de suas futuras realizações requer a formação de crenças relacionadas não somente à capacidade de sua geração, mas também à disposição do governante de produzi-lo.

Para entendermos o termo sustentabilidade da dívida, começaremos a discuti-la em um mundo determinístico, no qual uma dívida é dita sustentável quando o valor presente do fluxo futuro de receitas menos despesas do devedor é suficiente para pagar tudo o que está contratualmente definido.

Note que, mesmo com essa especificação extremamente simples, algumas questões precisam ser esclarecidas. Em primeiro lugar, a ênfase nos valores especificados no contrato (ou título) é fundamental, no sentido de que queremos evitar a circularidade associada à utilização do valor de mercado. Em segundo, na maior parte do que se segue

consideraremos dívida em termos reais, já que o nível de preços pode ser visto como uma variável de ajuste no valor da dívida e criar circularidade semelhante a referente ao uso do valor de mercado quando se trata da dívida pública, como voltaremos a discutir mais adiante.

Avaliações de sustentabilidade buscam deixar claro, a natureza do conceito de sustentabilidade impede a definição de uma medida objetiva que determine se uma dívida é sustentável. O que os testes que vamos apresentar pretendem produzir, portanto, são indicadores capazes de auxiliar a formação de crenças sobre a trajetória futura de superávits, suas associadas taxas de desconto e sua compatibilidade com a satisfação da restrição orçamentária do governo.

É costumeiro analisar a situação fiscal do governo de um país com base em sua relação dívida/PIB. São muitas as razões por que este único dado pode ser um indicador importante de solvência. Em primeiro lugar, o valor da dívida per se pouco quer dizer se não soubermos o tamanho da economia, já que o valor dos superávits potenciais depende, entre outras variáveis, do total de recursos que essa economia é capaz de produzir.

Além disso, toda avaliação de sustentabilidade requer a formação de crenças acerca da capacidade do país de fazer o necessário sacrifício para gerar os superávits que garantam que seja satisfeita. O real custo desse sacrifício depende diretamente de que proporção da riqueza será empregue para esse fim.

Seus desafios e perspectivas

O Banco de Moçambique enfatiza que a dívida pública foi largamente utilizada para apoiar o complexo mineral energético, as suas infraestruturas e sistemas de defesa e segurança, bem como para o financiamento e o envolvimento das oligarquias nacionais emergentes no controlo e exploração das riquezas energéticas e minerais do País, em conjunto com o grande capital multinacional. Esta foi, apenas, uma opção de classe, e não uma necessidade imperiosa da nação, e nunca foi o único caminho ou opção disponível ou possível, tendo sido escolhida por ser a que mais rapidamente atrairia capital multinacional em larga escala para financiar a emergência de oligarquias nacionais.

Massarongo (2010) refere que:

As consequências desta opção são profundas e estruturantes à economia, tornou-se mais afunilada e desarticulada e menos variada, mais vulnerável aos mercados financeiros e de mercadorias e aos seus choques cíclicos, mais dependente de dívida, mais cara, menos capaz de crescer sustentavelmente e mais especulativa (p. 114).

No período 2010-2014, a economia viveu numa bolha especulativa que expandiu e implodiu (retração do investimento, desaceleração do crescimento e redução do emprego), depois de ter explodido (crise de dívida). As capacidades físicas criadas com recurso à dívida não podem facilmente ser reorientadas para outras dinâmicas económicas e sociais,

porque a dívida foi usada para financiar projectos caros e pouco úteis para a economia como um todo (como a ponte da Catembe, o aeroporto de Nacala, os Jogos Africanos, o estádio nacional do Zimpeto), projectos ligados ao complexo mineral energético (infraestruturas, segurança, serviços especializados e financiamento directo de oligarcas nacionais), entre outros. O futuro macroeconómico do País, incluindo a sua capacidade de honrar a dívida, foi colocado na dependência das expectativas sobre o complexo mineral-energético, ou dos termos da reestruturação e cancelamento da dívida.

Se o crescimento exponencial da dívida constituiu, ou não, um problema depende do tamanho e estrutura da economia, da estrutura e das causas da dívida, da sua aplicação, dos termos de reembolso e das consequências macroeconómicas. Há países com stocks de dívida mais elevados que os de Moçambique e que continuam a contrair dívida, porque as suas economias acomodam o endividamento e a sua capacidade produtiva expande de modo a sustentar o serviço de dívida sem incorrer em crises.

No caso de Moçambique, a economia nacional é muito vulnerável, sobretudo quando exposta tão abruptamente aos mercados financeiros internacionais, pela sua dependência de importações, para o consumo e para investimento, e de um pequeno número de produtos primários para exportação, para mercados voláteis e com elevadas taxas de substituição de produtos. Portanto, quando a economia expande, as importações tendem a crescer mais rapidamente que as exportações. O endividamento rápido resulta desta dinâmica de dependência e consolida-a. A par do aumento significativo do défice da conta de rendimentos, no mesmo período o valor das exportações contraiu por causa da queda dos preços dos produtos primários, e as importações aumentaram em linha com a expansão da economia. A crise da balança de pagamentos é mascarada pela entrada de capitais externos, numa primeira fase, mas revela-se quando a economia começa a servir a dívida.

Para além disto, o stock de dívida oficialmente declarado poderá ser inferior ao stock de dívida efectivo. O stock de dívida reportado, pela Direcção Nacional do Tesouro e nas contas do Estado, é calculado com base nos desembolsos feitos e não nos empréstimos contraídos pelo governo no ano em causa. Por exemplo, o empréstimo da Circular de Maputo foi contraído em 2012, mas a dívida foi sendo registada nos anos seguintes, à medida que os desembolsos ocorriam. Há grandes projectos em curso, como a ponte Maputo-Catembe, cujos empréstimos ainda não foram totalmente desembolsados.

Logo o actual stock de dívida pública efectivo pode chegar a 14 mil milhões de USD. Onde irá o governo buscar recursos para fazer face ao serviço da dívida? Num contexto em que o investimento em diferentes sectores sociais é inferior às necessidades básicas, quais serão as possibilidades, os limites e o impacto de cortes na despesa pública para fazer face à dívida? A experiência europeia revela como a dívida pública, contraída para salvar capital financeiro privado, acaba pesando sobre a segurança social, a educação e a saúde: o governo português cortou 40% das despesas do sector nacional de Saúde,

entre 2010 e 2014, para conseguir financiar os encargos da dívida do sector financeiro sem entrar em crise de dívida; o governo britânico, por seu turno, cortou £150 mil milhões na saúde, educação e segurança social nos últimos 5 anos, pelas mesmas razões. No caso de Moçambique, o governo já anunciou cortes em despesas não essenciais, algumas privatizações de activos públicos e outras medidas.

A dívida pública tornou-se a segunda maior fonte de investimento na economia, o que faz dela um indicador das principais direções que a economia vai seguir no futuro. Em Moçambique, mais de 60% do crescimento da dívida pública está ligado ao financiamento de grandes projectos de infraestruturas e serviços, em linha com as dinâmicas do investimento privado, compra de equipamento de defesa e segurança, e construção de edifícios públicos. Estes projectos servem o grande capital que explora os recursos naturais, sem ligação com o desenvolvimento de uma base produtiva mais ampla: a Proindicus, a EMATUM e a MAM, ligados ao gás e à defesa costeira, totalizam 2,2 mil milhões de USD; o aeroporto de Nacala, a zona económica especial de Nacala, a terminal de carga do porto da Beira, os projectos de transporte de energia Chimuara-Nacala e a linha de transmissão Caia-Nacala, que totalizam 1,2 mil milhões de USD, estão ligados à exploração e exportação de carvão; a ponte Maputo Catembe e a circular de Maputo, que totalizam mil milhões de USD, visam melhorar a circulação de viaturas e o descongestionamento da cidade Maputo, que não tem um sistema funcional de transporte público. A maioria destes projectos não enfrenta os principais problemas da economia, como o afunilamento da base produtiva e a incapacidade de substituir importações e de gerar empregos decentes em grande escala, mas alimenta o carácter extrativo da economia, concentrando-a à volta do seu núcleo extrativo (o complexo mineral energético e outras mercadorias primárias para exportação), e exacerbando as suas tendências para a especulação financeira e imobiliária.

Estas questões mostram que as dinâmicas da dívida pública reproduzem e são o resultado das vulnerabilidades da economia e tendem a gerar novo endividamento, além de revelarem os limites que o endividamento impõe sobre as possibilidades de transição para uma base produtiva diversificada e articulada, orientada para a melhoria das condições de vida da maioria dos moçambicanos. A dívida elevada e cara limita as possibilidades de intervenção do Estado em sectores sociais fundamentais, coloca pressões sobre a economia e, dentro do quadro de gestão macroeconómica utilizado, conduz a políticas monetárias restritivas que encarecem e dificultam ainda mais o acesso a financiamento para as pequenas e médias empresas nacionais. Os elevados encargos da dívida obrigam ao endividamento doméstico como forma de financiamento do Estado, o que aumenta o custo do capital, limitando o financiamento e tornando a dívida mais cara. As potenciais receitas futuras dos recursos estratégicos nacionais já estão hipotecadas com a dívida e com o investimento nesses sectores, o que limita as possibilidades de aproveitar tais recursos para construir uma economia não dependente, de base alargada, diversificada e articulada, que possa substituir importações, criar empregos decentes e melhorar as

condições de vida dos trabalhadores.

Numa comunicação à Nação, o atual Primeiro-Ministro (PM) Carlos Agostinho do Rosário disse:

A economia moçambicana está a atravessar um momento atípico, depois de vários anos de sólido crescimento económico. Pelo contexto do discurso, entende-se que a explosão e implosão da bolha económica, ou crise económica, são momentos incharacterísticos das tendências e dinâmicas da economia nos últimos anos.

Numa perspectiva de crise na sustentabilidade da dívida pública do Mercado de Capitais em Moçambique, a política económica vai mudar de rumo, com foco na atracção de mais capital externo e na sua ligação ao capital oligárquico doméstico emergente, para um com foco em medidas excepcionais de controlo dos défices. Quais poderão ser as opções? De entre várias possibilidades, os debates e as tensões centrar-se-ão em torno das seguintes opções ou de uma combinação delas, dependendo da intensidade e articulação da luta social e política sobre a produção e distribuição do rendimento e sobre quem paga e quem beneficia com o processo de ajustamento:

1) Cortes nas despesas sociais (segurança social, saúde, educação, transportes públicos, segurança pública, subsídios a preços de bens e serviços básicos, etc.), acompanhados pela privatização, mais ou menos ao desbarato, dos serviços e empresas públicos e dos recursos naturais, gerando novas esferas de lucro privado, reduzindo o acesso dos cidadãos aos serviços e a soberania do Estado sobre os activos e recursos públicos. Dados os níveis de pobreza e as privatizações massivas ocorridas desde os anos 1990, as margens para cortes nas despesas sociais e para privatizações são pequenas. Além disso, estes tendem a agravar a pobreza e a desigualdade social, com o risco de causar crises e tensões sociais. É provável que o processo de entrega do que resta das empresas públicas e dos activos fixos do Estado como a terra e os recursos do subsolo ao capital internacional e oligarcas nacionais seja acelerado, como forma de conversão de dívida em liquidez para satisfazer as necessidades fiscais do Estado a curto prazo. Estas medidas estão entre as favoritas do FMI e do complexo financeiro global, que as impuseram na Grécia e no resto da periferia europeia, em outras zonas de África e na América Latina, pois protegem interesses financeiros de curto prazo. É por alternativas a este tipo de abordagem que será necessário lutar em Moçambique.

2) Cortes nas mordomias dos dirigentes públicos e em algumas despesas correntes do Estado. Seria uma medida popular e simbólica, respondendo à percepção popular de que é o “despesismo estatal” que cria a crise, e afirmando um governo sensível e comprometido com as preocupações dos cidadãos. No entanto, libertaria uma quantidade limitada de recursos para enfrentar a crise à escala da economia. Isoladamente, esta medida não resolve o problema, mas pode ajudar a credibilizar o governo e a moralizar a sociedade.

3) Redução drástica do pessoal do aparelho de Estado. As despesas salariais

correspondem a 40% da despesa pública total, pelo que a margem de ajuste financeiro é grande. No entanto, o grosso deste pessoal está em serviços públicos essenciais, como na saúde, na educação e na polícia. Cortes significativos neste pessoal teriam por impacto a redução da cobertura e a deterioração da qualidade do serviço prestado, conduzindo a uma possível crise mais severa dos serviços públicos. Tal crise teria um impacto negativo na qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo dos grupos sociais de baixo rendimento, que constituem a maioria da população, pois estes são os que mais dependem dos serviços públicos. Além disso, o Estado é o maior empregador e há poucas opções alternativas de emprego. Portanto, outro impacto imediato de cortes drásticos no pessoal do aparelho do Estado seria o desemprego. Combinando o desemprego e a deterioração dos serviços sociais, esta medida conduziria ao aumento significativo da pobreza. Esta é outra abordagem favorita do FMI e dos mercados financeiros, mas uma das que mais resistência enfrenta, por parte das classes trabalhadoras e do governo, por causa das suas implicações políticas, sociais e económicas.

4) Combate à corrupção. É difícil destringir “corrupção” daquilo que é a lógica de acumulação primitiva de capital (sem a qual não existe capitalismo). Até que ponto é que a legislação e as práticas políticas, que permitem a expropriação sistemática do Estado em favor da acumulação de capital privado, são definíveis como corrupção? O que distingue o caso de um agente do Estado que aproprie fundos públicos em benefício pessoal e o caso de outro agente público que se aproprie de recursos estratégicos públicos (minérios diversos, hidrocarbonetos, terra, infraestruturas e, até, do espaço de endividamento público) e os entregue a corporações multinacionais e oligarcas nacionais? Dependerá, a legitimidade do acto, de o governo do dia o ter ou não autorizado, ou de o agente ter o percurso histórico ou laços familiares ou outros que o habilitem a expropriar o Estado? Nestas circunstâncias, quem irá fazer o combate à corrupção, a qual corrupção e como? Qual será o impacto político, económico e social desse combate? Quanto maior for o problema mais resistência haverá, pois mais haverá a perder. Por exemplo, o debate sobre a EMATUM foi condicionado pelo argumento de que se trata de um projeto de defesa e segurança nacional, o que justifica a sua opacidade. O mesmo argumento foi, recentemente, usado para os casos do Proindicus, do MAM e do empréstimo para o Ministério do Interior. Estes quatro projectos, financiados por dívida comercial externa com altas taxas de juros e curtos períodos de maturação, não foram submetidos ao parlamento para aprovação, nem, no caso dos últimos três, estavam inscritos no orçamento do Estado (portanto, são ilegais). No entanto, representam mais de 2,2 mil milhões de USD de dívida pública (15% do PIB), embora apenas se conheça a alocação de um sexto desses fundos. Esta acção, que lesou o Estado e os cidadãos económica, financeira e politicamente, pode ou não ser considerada corrupção? Quando o novo governo assume estas dívidas e encarrega os cidadãos de as pagar, estará a proteger corrupção ou um modo lógico de capitalização das oligarquias nacionais? O combate à corrupção é uma linha de acção a seguir, que, no entanto, só terá

credibilidade e fará sentido se esclarecer as questões centrais (afloradas acima) e focar-se nelas. Para credibilizar o governo actual seria importante iniciar a investigação rigorosa dos empréstimos ilegais e secretos assumidos pelo anterior governo e desencadear acções em várias frentes: corrigir o sistema de planificação e avaliação de projectos, de gestão das finanças públicas e de tomada de decisões; melhorar o sistema de prestação de contas do executivo, incluindo os mecanismo de controlo das suas acções pelo parlamento; e, se suficiente evidência for encontrada, investigar e processar judicialmente os responsáveis de alto nível suspeitos de envolvimento nestes crimes financeiros contra a estabilidade do Estado, a democracia e o desenvolvimento.

5) Cortes drásticos no investimento público (suspensão ou, mesmo, cancelamento de projectos). Tais cortes poderão ter quatro implicações imediatas: redução da actividade ou paralisação de projectos em curso, cancelamento de projectos aprovados, redução das expectativas e possível fuga de investidores e especuladores e a redução e possível desaparecimento de uma das principais bases de acumulação primitiva das oligarquias financeiras emergentes em Moçambique, nomeadamente a sua associação privilegiada com multinacionais e com os contratos do Estado. Cortes nos projectos de viabilidade ou prioridade duvidosa – EMATUM, Proindicus, MAM, ponte da Catembe, e outros megaprojectos que favorecem aplicações financeiras e especulação imobiliária, mas que não servem a economia como um todo, podem beneficiar a economia, libertando recursos existentes para opções mais adequadas do ponto de vista económico e social, e travando as tendências de endividamento público descontrolado. Se estes projectos estiverem ligados a interesses poderosos, que tenham decidido sobre a sua implementação e deles beneficiem, apesar da sua viabilidade social duvidosa, poderá ser difícil cortá-los. Nesse caso, o governo poderá ser obrigado a optar pela austeridade social, com impacto negativo na qualidade de vida dos cidadãos comuns e nas opções económicas e sociais futuras. A luta em torno destas questões está a ser travada em Moçambique e em outros países, pois esta é uma área de contestação e tensão constantes (as prioridades, os beneficiários e os que perdem). As opções não são socialmente neutras nem necessariamente pacíficas e consensuais. A revisão, reestruturação e reorientação do investimento público é uma área de vital importância para a recuperação e transformação da economia.

6) Renegociação parcial ou total da dívida, reestruturando-a ou transferindo o problema para o futuro. A dívida da EMATUM foi reestruturada, com uma emissão de títulos de dívida de prazo mais longo, com as taxas de juro mais altas do mercado financeiro internacional, concentrando o pagamento do capital numa única prestação no final, em 2023. Nos próximos sete anos, o Estado terá que mobilizar cerca de 1,4 mil milhões de USD para pagar o empréstimo de 850 milhões de USD mais os juros, excluindo tanto os prejuízos operacionais da empresa (20 milhões de USD, só em 2015), como as implicações dos titulares da dívida exigirem um novo acordo, que lhes seja mais favorável, depois de descobertos os empréstimos secretos. Portanto, embora alivie a pressão de curto e

médio prazo sobre o serviço da dívida, pois o capital só será amortizado no fim do período, o acordo de reestruturação tornou este empréstimo mais caro. Além disso, o serviço de dívida dos empréstimos secretos (Proíndicus, MAM e Ministério do Interior) anula quaisquer ganhos de curto e médio prazo que possam ter sido alcançados com o reescalamento e reestruturação da dívida da EMATUM. Espera-se que os rendimentos futuros dos megaprojectos de hidrocarbonetos permitirão reembolsar estas dívidas até 2023. Porém, não só não se sabe quando e nem quanto rendimento vai ser gerado com o carvão e gás como se desconhece a capacidade política do Estado de colectar impostos dos rendimentos de capital, mas, seja qual for o rendimento desses projectos, parte substancial, ou o todo, de qualquer receita fiscal que possa vir a ser colectada já está hipotecada com a dívida corrente, havendo vários compromissos financeiros grandes em concorrência pelos mesmos fundos. Quais serão as prioridades? Qual será o benefício para a economia, como um todo, e para o cidadão comum? Que capacidades terá a economia criada, com a exploração de tais recursos, para impulsionar o seu desenvolvimento quando os recursos não renováveis estiverem esgotados? No caso europeu, os Estados resgataram a banca e geraram a crise económica global. No caso moçambicano, o Estado capitalizou as oligarquias rendeiras e especuladoras nacionais, com apoio do sistema financeiro global resgatado pelos Estados europeus, utilizando a estratégia de investimento público no núcleo extractivo da economia, na especulação imobiliária e no armamento, a porosidade económica, as parcerias público-privadas, a privatização barata dos recursos estratégicos públicos e a avaliação de dívida privada em grande escala, o que, no conjunto, gerou a maior crise económica e financeira do último quarto de século no país. A renegociação da dívida (cancelamento parcial e reestruturação) será útil se for para libertar recursos para uma estratégia de diversificação e articulação económica e alargamento da base social de desenvolvimento. Se o seu objectivo for limitado a estabilização fiscal, o risco será o agravamento da dependência externa e consolidação do ciclo e do vício da dívida. A reestruturação da dívida terá que ser global, com dois enfoques: o cancelamento da dívida ilegal, concentrada na avaliação de empréstimos externos a empresas privadas; e a reestruturação da restante dívida como parte de um pacote de reorientação do investimento público e da estratégia de desenvolvimento e mobilização de receitas fiscais, especialmente as receitas directas sobre o rendimento do grande capital.

7) Reorientação estratégica da política de mobilização de recursos e de despesa pública, do seu actual foco em promover e subsidiar multinacionais e os seus parceiros nacionais (incentivos fiscais redundantes, parcerias público privadas, expropriações a baixo custo, endividamento público para financiar a base infraestrutural e logística das multinacionais, financiamento directo a empresas de oligarcas nacionais, etc.), para uma abordagem tendente a diversificar a economia e focar nas grandes questões que afectam a maioria pobre do país: emprego decente, acesso a bens básicos (em especial, comida) de qualidade e a baixo custo, educação e formação, desenvolvimento dos serviços públicos e

da segurança social, criação de capacidade de substituição de importações e diversificação das exportações. Este enfoque é contrário às práticas correntes de ajustamento neoliberal e às características actuais do sistema social de acumulação em Moçambique. Este é um caminho para evitar os piores efeitos da explosão e da implosão da bolha económica e sair da armadilha da dívida, mas requer a renegociação da dívida, o fim da especulação financeira e o empenho em criar dinâmicas de acumulação assentes na economia real e no emprego decente. Sem desafiar e desempoderar as oligarquias nacionais e internacionais será impossível gerar uma economia de bem-estar para o conjunto da sociedade.

Perspectivas no sistema financeiro internacional

Antes das recentes revelações sobre a dívida secreta, a dívida pública moçambicana já vinha crescendo exponencialmente. Excluindo a dívida secreta, entre 2006 e 2015 a dívida pública total triplicou, passando de 3,5 mil milhões de USD para mais de 10 mil milhões de USD. A dívida comercial aumentou oito vezes, de 300 milhões de USD para 2,4 mil milhões de USD. O motor do crescimento da dívida pública foi a dívida comercial (mais cara, de mais curto prazo e mais difícil de renegociar), que cresceu 13 vezes mais depressa que o PIB e chegou a 34% da dívida pública total. Em 2015, a dívida não secreta já era 67% do PIB (contra 39% em 2008), claramente para além dos limites de sustentabilidade macroeconómica.

Os empréstimos secretos amplificaram um problema que já era preocupante. Os empréstimos à Proindicus (622 milhões de USD), à Mozambique Asset Management (535 milhões de USD) e ao Ministério do Interior, MINT, (221 milhões de USD), todos comerciais, aumentaram o stock total de dívida pública para, pelo menos, 11,6 mil milhões de USD, 78% do PIB, o nível mais alto desde 2005. A componente comercial da dívida pública total aumentou para 49%, 70% da qual é dívida externa.

Alguns analistas e políticos nacionais têm focado a sua crítica na decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e doadores de suspenderem os empréstimos a Moçambique até que a situação da dívida seja esclarecida e renegociada. Como seria de esperar, estas vozes e questões não surgiram quando, três meses antes, o FMI ajudou a financiar a estabilização, de muito curta duração, da moeda nacional a pedido do governo (estratégia muito cara para muito pouco benefício). Além disso, a crise da dívida, as dívidas ilegais, a simultânea explosão e implosão da bolha económica são problemas reais, estruturais, que não foram criados pelo FMI, e que, com ou sem FMI, teriam que ser resolvidos sob risco de a economia de Moçambique entrar em colapso prolongado. Portanto, o nosso primeiro problema é a crise económica criada pelas opções de desenvolvimento do país, e não a forma como o FMI e outros credores e doadores reagem a essa crise anunciada.

Nos últimos cinco anos, apesar das suas crescentes reservas e dúvidas sobre a seriedade e sustentabilidade da estratégia económica do governo, o FMI e a comunidade internacional continuaram a avaliar e elogiar, publicamente, a robustez da economia

moçambicana. Os seus estudos, que apontavam para a necessidade de rever os incentivos fiscais e os contratos com os grandes projectos, para os perigos representados pela taxa de crescimento da dívida pública, em especial da sua componente comercial e doméstica, para a necessidade de cautela e sobriedade na construção das expectativas de longo prazo em torno do carvão e hidrocarbonetos, para os perigos de uma estrutura de investimento público altamente afunilada e deficientemente analisada e planificada, nunca foram amplamente discutidos fora das instituições do governo nem tomados a sério (analistas nacionais, que pegaram nos mesmos assuntos e os trataram com maior profundidade que o FMI, foram ostracizados e transformados em inimigos da Pátria).

Como avalista internacional do sistema capitalista global, o FMI tem alguma responsabilidade na crise moçambicana em três momentos. Primeiro, o seu programa, de duas décadas e meia de austeridade, criou um enorme espaço para endividamento que nunca foi gerido adequadamente. O objectivo era não gastar, em vez de aprender a gastar e gerir bem. Segundo, o FMI avalizou positivamente a economia nacional até há um ano, apesar de todos os sinais de grande perigo que os seus próprios estudos revelavam, o que abriu espaço para a irresponsabilidade fiscal e financeira, tanto do governo como da banca de investimento internacional.

No entanto, quem pôs Moçambique vulnerável, no alvo da ira do FMI e dos doadores e no fogo do sistema financeiro internacional foram as opções económicas do governo anterior, os interesses das oligarquias que serviu, e a cumplicidade das corporações multinacionais e da banca especulativa internacional. O governo daquela época é, certamente, também responsável pelos erros de planificação tão gritantes que criaram pontes sem estradas, aeroportos sem ligações e sinergias, e gastaram 1,4 mil milhões de USD em segurança e logística para projectos que ainda não existem (como são os casos da PROÍNDICUS, da MAM e do empréstimo ilegal para o Ministério do Interior).

A ameaça à economia, à estabilidade, à soberania e à autoestima nacional não reside em o FMI e outros doadores terem, finalmente, reagido, mas na bolha económica que foi esticada até explodir e implodir apesar dos avisos que foram sendo dados ao longo dos anos. Foi a ganância das oligarquias nacionais, apoiada pelo governo e pelo capital internacional, que criou a crise, a instabilidade e a ameaça à soberania económica e financeira de Moçambique.

Precisamos de contextualizar a questão da dívida, de entender a sua estrutura e dinâmicas e de elaborar uma estratégia de reestruturação e desenvolvimento alternativa ao monetarismo do FMI e à ganância especulativa da banca, das multinacionais e das oligarquias nacionais, e precisamos de um governo que se demarque claramente, e com acções, da irresponsabilidade financeira do anterior executivo.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a abordagem feita no artigo à volta das dinâmicas de endividamento público em Moçambique ao longo da última década, onde é de importância extrema salientar que esta avaliação da sustentabilidade da dívida pública em Moçambique e no mundo são úteis de um ponto de vista financeiro. No entanto o artigo mostra que, os países em desenvolvimento só vêm a sustentabilidade da dívida como totalmente positiva se fornecer financiamento suficiente para cumprir os seus objectivos nacionais gerais de desenvolvimento.

E não só, o artigo esclarece que o endividamento público constitui uma das principais questões de debate em Moçambique ao longo da última década, com destaque para os últimos cinco anos. Dada a relevância do tema para o País e a necessidade de produzir conhecimento sistemático para alimentar o debate público e influenciar as políticas públicas, o IESE integrou as questões sobre a dívida pública nas suas linhas de investigação.

O argumento sobre os limites da sustentabilidade da dívida é inadequado para aferir a real capacidade da economia para fazer face às obrigações do serviço da dívida.

Enquanto o conceito de sustentabilidade possa ser formalizado de maneira livre de ambiguidades, não é possível um teste de sustentabilidade capaz de indicar de forma inequívoca se a trajetória de endividamento de um país é sustentável. Na prática, a sustentabilidade da dívida, além de envolver grande incerteza quanto ao comportamento de variáveis difíceis de serem antecipadas, depende de opções políticas cuja avaliação envolve a formação de crenças acerca da postura de governos presentes e futuros.

As dívidas ocultas feitas pelo governo moçambicano foram a razão próxima da actual crise da economia moçambicana, que possui muitos outros factores. O choque desta crise, a ser medido pelos principais indicadores macroeconómicos entre 2015 e 2016, foi muito elevado e com efeitos gravosos para a grande maioria da população, sobretudo dos mais pobres. As dívidas ocultas introduzem elementos extraeconómicos de legalidade, legitimidade, de funcionamento das instituições e de prestígio do actual sistema político e do próprio país.

O objectivo principal da avaliação da sustentabilidade da dívida publica deverá ser harmonizar as necessidades de financiamento do desenvolvimento com níveis da dívida sustentáveis. O trabalho de DFI parte sempre desta perspectiva e, portanto, uma análise da sustentabilidade inclui um cenário em que os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e outros planos nacionais de desenvolvimento (em que estes tenham sido quantificados) são financiados na íntegra.

REFERÊNCIAS

Autoridade Tributária de Moçambique (vários). **Relatório de Balanço**. República de Moçambique. Castel-Branco, C. N. (2017). «Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique». In: Luís de Brito et al. (orgs.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 99-164.

Banco de Moçambique. (Vários anos). **Relatório Anual**. Maputo.

Castel-Branco, C. & Ossemane, R. (2009). **Crises Cíclicas e Desafios da Transformação do Padrão de Crescimento Económico em Moçambique**. In L. Brito, Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (organizadores). **Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE.

Castel-Branco, C. N. (2016). «Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de Capital». In: Luís de Brito *et al.* (orgs.). **Desafios para Moçambique 2016**. Maputo: IESE, pp. 141-174.

Governo de Moçambique. (Vários anos). **Conta Geral do Estado**. República de Moçambique. Maputo.

<https://journals.openedition.org/cea/2964#:~:text=consequentemente%20significa%20um,electr%C3%B3nico%202182-7400>

https://www.cabrisbo.org/uploads/bia/Mozambique_2019_Execution_External_DebtReport_MinEcosFin_SADC_Portuguese.pdf

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/art_yibraimo.pdf

<https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/05/Custos-e-consequencias-das-dividasocultas>.

Lakatos, E. (1997). **Fundamentos de metodologia científica**. (3^a.ed.). São Paulo: Atlas.

Chivulele, F. (2016). «Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação». In: Luís de Brito *et al.* (orgs.). **Desafios para Moçambique 2016**. Maputo: IESE, pp. 113-139.

Massarongo, F. A. P. (2010). **A Dívida Pública Interna Mobiliária em Moçambique**.

Ossemane, R. (2010). «Quadro de análise da sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento: o caso de Moçambique.» In: Luís de Brito *et al.* (orgs.). **Economia extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique**. Maputo: IESE, pp. 111-128.

Simonassi, Andrei. **Função de resposta fiscal, múltiplas quebras estruturais e a sustentabilidade da dívida pública no Brasil**. 2007. Mimeografado.

SOBRE O ORGANIZADOR

LUAN VINICIUS BERNARDELLI - Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Graduado em Economia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Foi Visiting Scholar na Southern Cross University (Austrália). Atua nas áreas de Economia monetária e financeira, Economia Regional, Economia da Religião e Economia da Saúde. Também atua como revisor ad hoc em diversos periódicos nacionais e internacionais. Possui publicações em diversas áreas da economia, com trabalhos aprovados em revistas como Nova Economia, Journal of Religion & Health, Sustainability, Public Administration Quarterly, Economic Analysis of Law Review, Local Government Studies, Review of Applied Economics, Review of Social Economy, Estudos Econômicos, entre outras.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroindústria canavieira 136, 137, 139, 141, 142, 143, 146, 147

Análise Swot 100, 103, 109

Auditoria ambiental 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38

C

Comércio internacional 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131

Crédito 18, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 144, 154, 164, 183, 207

D

Desemprego 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 71, 142, 145, 153, 213

Desenvolvimento sustentável 25, 26, 27, 36, 37, 52, 53, 54, 55, 62, 65, 66, 117, 120, 129, 131, 161, 183, 192

Digital 118, 126, 128, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 190

E

Economia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 26, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 101, 109, 110, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 137, 139, 140, 147, 148, 149, 152, 154, 160, 163, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 196, 199, 200, 201, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Economia circular 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 117, 118, 120, 122, 124, 131, 132, 134

Economia do trabalho 1, 2, 13, 14

Educação 25, 56, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 150, 153, 158, 163, 177, 178, 210, 211, 212, 213, 215

Endividamento 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 205, 206, 210, 211, 213, 214, 215, 217, 218

Esclavidud de negros y repartimiento de indios 79

Escola Pós-Keynesiana 1

Espírito Santo 192, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203

F

Financiamento 70, 76, 137, 142, 153, 160, 179, 180, 184, 189, 206, 208, 209, 210, 211, 215, 218

Formas de trabajo 79, 80, 88, 98

Frecheirinha-Ceará 169

G

Gestão empresarial 25

I

Indicações geográficas 192, 195, 198, 203, 204

K

Keynes 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

M

Marketing 71, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 152, 194

Mercado de trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 184

Microcrédito 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49

Mix de marketing 100, 112

Moda íntima 169, 171, 172, 173, 174, 176, 177

Modelo 8, 11, 37, 41, 42, 53, 56, 60, 61, 62, 63, 102, 117, 118, 119, 122, 123, 129, 130, 148, 149, 159, 176, 185, 186, 189, 190

Modernização 114, 136, 137, 138, 139, 144, 147, 161, 172

N

Necessidade 9, 13, 27, 28, 35, 53, 59, 60, 61, 62, 102, 104, 109, 111, 114, 120, 125, 127, 139, 143, 144, 148, 149, 155, 161, 165, 167, 186, 192, 202, 205, 209, 217, 218

Novos territórios 169, 176

P

Pequeñas empresas 24, 39

PNAPO 157, 158, 167

Política pública de agroecologia 157

Pós-pandemia 50, 51, 60, 62, 64

Profissional 25, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 180, 183, 185

Propriedade industrial 192, 193, 194, 195, 203, 204

R

Região Nordeste 197

S

Sindicato 142, 149, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191

Sociedade tecnológica 179, 181, 183, 184

Sustentabilidade empresarial 50, 51, 61

Sustentabilidade sindical 179, 183, 186

T

Terceiro setor 157, 158, 159, 160, 166, 168

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

